

Elektrobras agora é AXIA Energia

Energia 100% limpa impulsiona o futuro da AXIA Energia

AXIA Energia celebra um marco histórico ao alcançar geração totalmente limpa e renovável. Com foco em inovação, crescimento e conquista de clientes, a empresa segue promovendo eficiência e fortalecendo a matriz elétrica nacional. É assim que AXIA reafirma o compromisso de zerar

as emissões líquidas em 2030. A maior empresa do setor elétrico do Brasil agora soma 81 usinas, sendo 47 hídricas, 33 eólicas e uma solar. A performance sustentável da companhia responde aos desafios de um setor em transformação e também à exigência de clientes que protagonizam o futuro.



O novo vem com energia

Uma nova marca nasce. A maior companhia de energia renovável do hemisfério sul dá um importante passo em sua história e passa a se chamar AXIA Energia. A mudança de nome representa a evolução do legado de uma empresa que, nos últimos três anos, vem se transformando para atuar com mais agilidade e eficiência em um

setor em plena revolução tecnológica, regulatória e de comportamento de consumo. Um nome que significa “valor”, e carrega a ideia de eixo, conexão e articulação, contribui para sua atuação diante dos desafios deste mundo em transição, com tecnologia de ponta e excelência no centro da sua estratégia.



AXIA investe R\$ 6,2 bilhões em transmissão para ampliar segurança energética

AXIA Energia reforça seu papel de maior transmissora de energia do país com investimentos em crescimento acelerado. São R\$ 6,2 bilhões voltados à expansão da rede

de transmissão elétrica do país nos próximos anos. Outros R\$ 2,6 bilhões já foram investidos em 2024 para fortalecer seu parque de geração. Em 2024, a empresa registrou receita

de R\$ 40,7 bilhões, com uma geração de caixa de R\$ 23,5 bilhões, refletindo em uma entrega consistente para seus acionistas.



AXIA

ENERGIA

O novo vem

com energia

Eletrobras agora é AXIA Energia



A maior geradora
de energia limpa do
hemisfério sul agora
é AXIA



AXIA
ENERGIA

O novo vem
com energia

Eletrobras agora é AXIA Energia



A maior transmissora
de energia do país
agora é AXIA



AXIA
ENERGIA

O novo vem
com energia

O novo vem com energia



AXIA ENERGIA

Meio ambiente
Mercado de carbono irá liberar rede de ciência, tecnologia e inovação, diz a secretária Cristina Reis, da Fazenda **A18**



Pagamentos
Golpes por meio do Pix se sofisticam e prejuízo médio dos usuários lesados aumenta 21% **C8**



CBN Professional
A empresária Alcione Albanesi, fundadora da ONG Amigos do Bem, é a convidada desta semana no podcast **B2**

Sábado, domingo e segunda-feira, 25, 26 e 27 de outubro de 2025
Ano 26 | Número 6368 | R\$ 7,00
www.valor.com.br

Valor

ECONÔMICO

25 ANOS

Após meses de tensão, Brasil e EUA destravam negociações comerciais

Relações externas Lula comemora resultado de encontro com Trump na Malásia; presidente pediu fim do tarifaço de 50% e retirada de sanções contra ministros do Supremo

Assis Moreira
De Kuala Lumpur, Malásia

Após meses de tensionamento nas relações bilaterais e diálogo interdito, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, aceitou o pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e determinou que sua equipe iniciasse as negociações para suspender o tarifaço sobre produtos brasileiros. O acerto ocorreu em reunião realizada à margem da cúpula da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), para a qual os dois foram convidados.

O Brasil foi taxado em 50% pelos EUA em agosto — 10% da tarifa para todos os países e 40% adicionais no caso brasileiro. Com a China, o governo Trump suspendeu tarifas pesadas enquanto negociam um acordo. A expectativa no Palácio do Planalto é que o mesmo ocorra rapidamente com o Brasil.

Lula colocou-se à disposição para atuar como intermediário em assuntos regionais, como a escalada envolvendo a Venezuela. Mas o ponto central da conversa foi o tema das tarifas. Ele insistiu que a justificativa americana para impor o tarifaço não se aplica ao Brasil, já que, nos últimos 15 anos, os EUA registraram superávit comercial de US\$ 410 bilhões na relação bilateral.

Trump não fez nenhum pedido em troca. Quem mencionou o ex-presidente Jair Bolsonaro na conversa foi o próprio Lula, ao discutir a aplicação da Lei Magnitsky, argumentando que não fazia sentido a punição a autoridades brasileiras. Ele disse que o processo judicial contra Bolsonaro foi correto e respaldado em provas robustas.

A conversa fechada contou, do lado americano, com os secretários do Tesouro, Scott Bessent, e de Estado, Marco Rubio, além do chefe do USTR (agência de repre-

sentação comercial), Jamieson Greer. Do lado brasileiro, participaram o chanceler Mauro Vieira, o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Rosa, e o assessor internacional Audo Faleiro. Ficou acertado que haverá visitas recíprocas, em mais um passo no sentido da normalização das relações entre os dois países.

A Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil) disse ter recebido “com otimismo” os resultados da reunião e pediu uma “intensificação das negociações” para que um acordo seja alcançado com agilidade. O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que se mudou para os EUA a fim de defender as sanções contra o Brasil, ironizou o fato de Trump ter elogiado seu pai. “Lula encontra Trump e na mesa um assunto que claramente incomoda”, publicou nas redes sociais. **Páginas A6 e A7**



Em clima cordial, Trump e Lula se reuniram por cerca de 45 minutos à margem da cúpula da Asean

Milei sai fortalecido de disputa legislativa

Marina Guimarães
Para o Valor, de Buenos Aires

O partido do presidente argentino, Javier Milei, conquistou ontem uma importante vitória nas eleições legislativas. Com 97,86% dos votos apurados, o partido La Libertad Avanza (LLA), de Milei, obteve 40,74% dos votos para a Câmara e deverá contar agora com 102 deputados junto com o aliado PRO. A principal coalizão da oposição, a Força Pátria, obteve 31,77%, ficando com 99 assentos — resta ver como somam aliados. O governo passará de seis para 20 senadores, enquanto a oposição peronista passa de 34 a 28 senadores. O desempenho dá novo impulso político ao presidente. Mas ele terá de lidar com o desencanto do eleitorado, que ficou evidente com a grande abstenção. Apenas 67,5% dos argentinos aptos a votar participaram do pleito — maior ausência desde o retorno do país à democracia, em 1983. **Página A15**



Indicadores

Ibovespa	24/out/25	0,31 %	R\$ 173 bi
Selic (meta)	24/out/25	15,00% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	24/out/25	14,90% ao ano	
Dólar comercial (BC)	24/out/25	5,3791/5,3797	
Dólar comercial (mercado)	24/out/25	5,3915/5,3921	
Dólar turismo (mercado)	24/out/25	5,4063/5,5863	
Euro comercial (BC)	24/out/25	6,2527/6,2544	
Euro comercial (mercado)	24/out/25	6,2714/6,2720	
Euro turismo (mercado)	24/out/25	6,3378/6,5178	



Governos aceleram gastos de olho na eleição

Marcelo Osakabe
De São Paulo

Atentos ao calendário eleitoral, os governos federal, de Estados e municípios começam a acelerar os gastos, em um impulso que pode chegar a cerca de 1,5 ponto percentual do PIB, com seu impacto máximo entre o segundo e o terceiro trimestres de 2026, segundo algumas estimativas.

“O crescimento real do gasto obriga-

tório ficou negativo em 2,4% no primeiro semestre na comparação com igual período de 2024, mas deve crescer 11% no segundo semestre. Já o gasto discricionário, que caiu 20,6% na primeira metade do ano por causa da demora na aprovação do Orçamento, deve crescer 34,6% na segunda metade”, diz Ítalo Franca, chefe de política fiscal e estudos especiais do Santander.

Adiante, uma série de medidas deve levar a uma alta dos gastos. Entre elas,

ele contabiliza a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, o crescimento dos gastos dos Estados e a maturação de programas como o Gás do Povo, ampliação do Luz para Todos, faixa 4 do Minha Casa, Minha Vida e o programa de crédito para reformas. “É muito estímulo. O mercado pode se surpreender com a reaceleeração da economia”, afirma Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da gestora ARX Investimentos. **Página A4**

Título no tênis



O tenista João Fonseca venceu por 2 sets a 0 o espanhol Alejandro Davidovich Fokina, número 18 do mundo, e conquistou o ATP 500 da Brasileira. Fonseca, de 19 anos, irá embolsar US\$ 548 mil e subir 33

colocações no ranking dos maiores faturamentos em prêmios no ano por atleta. É a maior conquista de um brasileiro desde o título de Gustavo Kuerten no Masters 1.000 de Cincinnati, em 2001. **Página A2**

Sem subvenção, lavoura segurada pode cair à metade

Rafael Walendorff
De Brasília

O bloqueio de R\$ 354,6 milhões no orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), quase um terço da verba total de R\$ 1,06 bilhão prevista para este ano, ameaça a proteção da próxima

safra de soja brasileira. Sem dinheiro para subsidiar nenhuma lavoura do principal produto agrícola do país, a previsão é que a área total de outras culturas coberta com ajuda federal fique abaixo de 3 milhões de hectares, menos da metade dos 7,1 milhões de 2024 e um dos menores índices da série histórica, iniciada em 2006.

O receio entre os produtores do Paraná e do Rio Grande do Sul aumentou com a confirmação da ocorrência do fenômeno La Niña no verão, que poderá causar secas nos dois Estados que mais contratam apólices com o subsídio no país. Até agora, o PSR alcançou menos de 2,2 milhões de hectares no total. **Página B16**

Destaque

Debênture limita entrada de dólar
A preferência das empresas brasileiras por emitir títulos no mercado local — especialmente debêntures incentivadas — é um dos motivos pelos quais o mercado de câmbio tem operado com liquidez menor, segundo analistas. Ao optarem por este tipo de operação, elas deixam de captar dólares que, posteriormente, seriam internalizados e aumentariam a disponibilidade da moeda americana no mercado. **C1**

Novartis compra Avidity Biosciences
A Novartis concordou em comprar a Avidity Biosciences, empresa de biotecnologia focada em doenças raras, por US\$ 12 bilhões. É a maior aquisição em mais de uma década da farmacêutica, que tem seguido uma estratégia de aquisições enquanto busca compensar a perda de patentes de medicamentos líderes. O acordo, no valor de US\$ 72 por ação, representa um prêmio de 46% sobre o preço de fechamento do papel da empresa na sexta-feira. **B14**

JHSF
SURPREENDENTE

RESERVA
CIDADE JARDIM

CIDADE JARDIM,
A REGIÃO ONDE
TUDO ACONTECE.

VEJA NAS PÁGS.
A8 E A9.

IMAGEM ILUSTRATIVA PRODUZIDA COM IA.

Brasil

O IPCA mais comportado e a chance de corte da Selic em janeiro



Sergio Lamucci

A inflação dá sinais mais claros de arrefecimento, como mostrou o resultado de outubro do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -15 (IPCA-15), prévia do indicador que serve como baliza para o regime de metas. O índice teve alta de 0,18%, abaixo do consenso de mercado de 0,24%, com o acumulado em 12 meses desacelerando de 5,32% até setembro para 4,94% até outubro. Nesse cenário, aumentaram as chances de o IPCA fechar 2025 em 4,5%, o teto da banda de tolerância da meta, ou até um pouco abaixo disso. A possibilidade de um corte da Selic em janeiro entrou no radar com mais força, ainda que esteja longe de ser uma aposta consensual entre os economistas. A atividade econômica perde fôlego, num quadro de juros nas alturas, e o câmbio mais valorizado ajuda a controlar a inflação. Os preços de alimentos têm recuado desde junho, com o efeito da safra recorde e do próprio real mais forte. A Selic está elevadíssima, em 15% ao ano, ou na casa de 10% em termos reais, quando se desconta o IPCA estimado para os próximos 12 meses. Um IPCA de 4,5% em 2025 é um número ainda distante do centro do alvo perseguido pelo

Banco Central (BC), de 3%, mas é uma boa notícia, especialmente levando em conta que, em maio, havia projeções de que o indicador encerraria o ano em 5,5%. Um IPCA menor em 2025 contribui para que o indicador de 2026 seja mais baixo, pelo efeito favorável sobre a inércia, o fenômeno pelo qual a inflação passada alimenta a inflação futura. No IPCA-15, os preços de alimentação no domicílio recuaram pelo quinto mês seguido, caindo 0,1%. No acumulado em 12 meses, a variação do grupo passou de 6,58% em setembro para 5,48% em outubro. Em 2024, os preços da comida em casa subiram 8,2%, pelos números do IPCA. Para este ano, a alta deve ser bem mais modesta. O economista Fábio Romão, da 4intelligence, estima aumento de 3,92% para esse grupo. Em maio, ele previa um avanço de 7,5%. Segundo Romão, as cotações da alimentação no domicílio vão subir menos do que se esperava por causa da queda de preços das commodities, decorrentes de boas safras, da valorização do câmbio e do “comportamento mais benigno de carnes, em vista dos impactos do tarifaço do governo Donald Trump na oferta doméstica”. Como as carnes brasileiras não escaparam das alíquotas de importação mais altas impostas pelos EUA, a perspectiva passou a ser de que uma parcela maior desses produtos seja

direcionada para o mercado interno. O real mais forte ajuda a aliviar os preços de alimentos, tendo feito importante também sobre as cotações de bens industriais. O dólar encerrou 2024 cotado a R\$ 6,18, e tem sido negociado na casa de R\$ 5,40. No IPCA-15 de outubro, os produtos industriais recuaram 0,02%, depois de terem subido 0,2% em setembro. Em 12 meses, a alta passou de 3,45% para 3,16%. Nas projeções de Romão, a inflação de bens industriais vai terminar 2025 em 2,64%, abaixo dos 2,9% registrados em 2024; em maio, ele esperava um avanço de 4,1% das cotações desses produtos neste ano. Entre os preços livres, os serviços ainda inspiram cuidados, devido à força do mercado de trabalho. No entanto, o IPCA-15 também trouxe boas notícias nesse front. Os serviços mais sensíveis à demanda subiram 0,24% em outubro, alta superior ao 0,04% de setembro, mas abaixo da estimativa dos analistas — Romão, por exemplo, esperava variação de 0,45%. Em 12 meses, o acumulado passou de 6,67% para 6,29%. Para 2025, o economista da 4intelligence projeta que esses serviços subirão 6%; em maio, a previsão era de aumento de 6,8%. Esses preços ainda avançam a um ritmo forte, num ambiente de desemprego baixo e renda em alta, mas dão indicações de desaceleração. Nesse cenário, Romão reduziu a

estimativa para o IPCA neste ano de 4,7% para 4,5%, o teto da banda de tolerância. A projeção para o ano considera a premissa de bandeira amarela em dezembro para a conta de luz, diz ele. “Caso as condições hídricas ao final do ano sejam mais benignas e possibilitem o acionamento da bandeira verde em dezembro (com impacto de queda de 0,10 ponto percentual), o IPCA poderá encerrar o ano abaixo do teto da meta”, escreve Romão. O quadro para a inflação, como se vê, é mais benigno do que se imaginava no primeiro semestre. O BC tem sido cauteloso, indicando a preferência por manter a Selic inalterada por mais tempo, para trazer as expectativas de inflação para a meta de 3%. As estimativas para o IPCA têm recuado, mas lentamente, e continuam acima do alvo perseguido pelo BC. Para 2026, o consenso de mercado é de um IPCA de 4,27%; para 2027 e 2028, as previsões são mais baixas — de 3,83% e 3,6%, pela ordem —, mas ainda superiores à meta de 3%. Evitar cortes precipitados da Selic é uma preocupação do BC, e uma preocupação que faz sentido. Mas os juros no Brasil estão elevadíssimos, e também é importante não mantê-los nas alturas por mais tempo do que o necessário. Taxas de 10%, descontada a inflação, são muito altas. Elas castigam empresas e

consumidores endividados, afetam planos de investimento do setor privado e têm um pesado custo fiscal. Uma alta de 1 ponto percentual da Selic, mantida por um ano, custa o equivalente a R\$ 54,4 bilhões no caso da dívida pública bruta, segundo o BC. Reduções mais fortes e sustentadas dos juros só ocorrerão quando o governo enfrentar o problema do crescimento dos gastos públicos obrigatórios, o que deverá ficar apenas para 2027. No entanto, se as expectativas para o IPCA melhorarem, a inflação corrente seguir comportada, o câmbio não se desvalorizar muito, a atividade se manter mais fraca e o governo não aumentar as incertezas sobre as contas públicas, a conjuntura será favorável para o BC começar um ciclo de queda da Selic, talvez já em janeiro. Ter juros reais um pouco menos elevados daria um refresco para empresários e pessoas físicas com dívidas pesadas, tornaria o investimento produtivo mais atraente e reduziria as despesas financeiras do governo. Não seria uma diminuição estrutural dos juros, mas baixar um pouco taxas tão elevadas teria alguns benefícios não desprezíveis.

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente
E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Esporte Ao vencer espanhol no ATP 500 da Basileia, brasileiro ganha 33 posições na lista de faturamento em prêmios por atleta no ano

Fonseca conquista ATP na Suíça e sobe em ranking milionário

De São Paulo

O tenista João Fonseca venceu o espanhol Alejandro Davidovich Fokina por 2 sets a 0 (parciais de 6-3 e 6-4), na final do ATP 500 da Basileia, na Suíça, e com isso, subiu 33 colocações no ranking dos maiores faturamentos em prêmios no ano por atleta, calculou o **Valor**. Trata-se apenas do segundo título de Fonseca entre as premiações da elite do tênis mundial, mas como os ganhos acumulados pelos tenistas, a partir de determinados valores, são muito próximos, qualquer variação leva os atletas a subirem posições rapidamente. Até então, o único título do brasileiro em um torneio da associação de tênis profissional era o ATP 250 de Buenos Aires, na Argentina, em fevereiro.

Com o título, aos 19 anos, Fonseca deverá ganhar 18 posições na lista geral da ATP, passando da 46ª colocação para a 28ª na nova atualização, e embolsará 471.825 euros (US\$ 548 mil). Ao se considerar a lista geral dos ganhos em premiações individuais e em duplas dos tenistas no mundo, o atleta era apenas o 65º colocado até este domingo (26), com US\$ 1,16 milhão obtidos ao longo do ano de 2025, segundo a lista da publicação americana Perfect Tennis, baseada nos dados da associação. Após a vitória, Fonseca passaria a somar US\$ 1,71 milhão no acumulado de 2025, e com isso subiria 33 colocações — da 65ª para a 32ª posição do compilado geral dos tenistas que mais faturaram com prêmios da ATP no ano, calculou o

Valor, com base nos números da publicação americana. No entanto, como essas listas sofrem diversas variações ao longo das disputas oficiais, pois cada fase em cada torneio leva a diferentes premiações aos atletas, mudanças podem ocorrer frequentemente, e impactar essa posição. Os líderes em prêmios neste ano, pela ATP, são o espanhol Carlos Alcaraz, com US\$ 16 milhões acumulados em disputas individuais, e um total US\$ 53,9 milhões na carreira (sem contar contratos publicitários, que são bem mais lucrativos). Em seguida vem o italiano Jan-nik Sinner, com US\$ 12,3 milhões, e em terceiro lugar Novak Djokovic, com US\$ 5 milhões acumulados apenas neste ano. Em toda a sua carreira, ao se

contabilizar também o ATP 250 de Buenos Aires, Fonseca faturou cerca de US\$ 2,5 milhões, segundo informou o site ge.globo. O montante inclui ainda somas obtidas com o ATP Next Gen disputado na Arábia Saudita, o Australian Open (US\$ 200 mil) Roland Garros (168 mil euros), Wimbledon (152 mil libras) e US Open (US\$ 154 mil), disputados por ele nos últimos anos. A vitória leva Fonseca a se tornar o primeiro brasileiro a vencer um torneio do nível ATP 500 desde Gustavo Kuerten, em 2001. Também é o segundo tenista mais jovem a conquistar um ATP 500, ficando atrás só de Carlos Alcaraz. Fonseca já estreia no Masters 1000 de Paris, na França, na terça-feira (28), e o adversário será o canadense Denis Shapovalov.



Tenista já havia faturado no Australian Open, Roland Garros, Wimbledon e US Open

Após a partida, ontem, Fonseca dedicou a vitória à mãe. “Eu estava pensando em ir à universidade, e eles [família] disseram que era minha escolha, que estariam lá para me apoiar, não importa o

que eu escolhesse. Só quero agradecer. Minha mãe sempre viajava comigo desde que eu tinha 11 [anos], então eu só quero agradecer a ela. Esse título é para ela”, disse. *(Adriana Mattos)*

Estudo mostra avanço da operação do Porto Maravalley, no Rio

Rafael Rosas
Do Rio

O Porto Maravalley, hub de tecnologia e inovação desenvolvido pela Prefeitura do Rio na zona portuária da cidade, concentrava 55 instituições em maio, sendo 11 empresas e 44 startups. Entre essas últimas, 43,2%, o equivalente a 19 empresas, captaram investimentos que somam R\$ 154,9 milhões. Os números constam do estudo “Maravalley em Dados”, que será lançado nesta segunda-feira (27), pela Prefeitura do Rio e pelo Impa Tech. O CEO do Porto Maravalley, Daniel Barros, ressalta que o estudo traz informações de um levantamento interno realizado em maio. Desde então, o número de empresas e startups no hub — que é uma concessão administrada pelo Instituto

MIT Reap Rio — cresceu e atualmente se aproxima dos 80. “Estamos nesse momento de crescimento e em breve precisaremos de expansão. Vamos ficar pequenos muito rápido”, diz Barros ao **Valor**. Segundo ele, o Porto Maravalley realiza estudos para avaliar possibilidade de expansão. “As startups vão crescer e precisamos de mais espaço. Haverá demanda por mais laboratórios, demandas industriais que requerem mais espaço”, diz Barros. “Precisaremos de expansão. Vamos ficar pequenos muito rápido”
Daniel Barros

MIT Reap Rio — cresceu e atualmente se aproxima dos 80. “Estamos nesse momento de crescimento e em breve precisaremos de expansão. Vamos ficar pequenos muito rápido”, diz Barros ao **Valor**. Segundo ele, o Porto Maravalley realiza estudos para avaliar possibilidade de expansão. “As startups vão crescer e precisamos de mais espaço. Haverá demanda por mais laboratórios, demandas industriais que requerem mais espaço”, diz Barros. “Precisaremos de expansão. Vamos ficar pequenos muito rápido”
Daniel Barros

MIT Reap Rio — cresceu e atualmente se aproxima dos 80. “Estamos nesse momento de crescimento e em breve precisaremos de expansão. Vamos ficar pequenos muito rápido”, diz Barros ao **Valor**. Segundo ele, o Porto Maravalley realiza estudos para avaliar possibilidade de expansão. “As startups vão crescer e precisamos de mais espaço. Haverá demanda por mais laboratórios, demandas industriais que requerem mais espaço”, diz Barros. “Precisaremos de expansão. Vamos ficar pequenos muito rápido”
Daniel Barros

MIT Reap Rio — cresceu e atualmente se aproxima dos 80. “Estamos nesse momento de crescimento e em breve precisaremos de expansão. Vamos ficar pequenos muito rápido”, diz Barros ao **Valor**. Segundo ele, o Porto Maravalley realiza estudos para avaliar possibilidade de expansão. “As startups vão crescer e precisamos de mais espaço. Haverá demanda por mais laboratórios, demandas industriais que requerem mais espaço”, diz Barros. “Precisaremos de expansão. Vamos ficar pequenos muito rápido”
Daniel Barros

MIT Reap Rio — cresceu e atualmente se aproxima dos 80. “Estamos nesse momento de crescimento e em breve precisaremos de expansão. Vamos ficar pequenos muito rápido”, diz Barros ao **Valor**. Segundo ele, o Porto Maravalley realiza estudos para avaliar possibilidade de expansão. “As startups vão crescer e precisamos de mais espaço. Haverá demanda por mais laboratórios, demandas industriais que requerem mais espaço”, diz Barros. “Precisaremos de expansão. Vamos ficar pequenos muito rápido”
Daniel Barros

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

4intelligence A2, A4 Aequus B1 AgroGalaxy B15 All Set B13 Allos B13 Alpargatas B13 Alphabet B12 Ambev B13 Ambipar C2 Amigos do Bem B2 Anthropic B12	Arauco B6 Arteris B4 ARX A4 Avidity Biosciences B14 Azevedo e Travassos B4 Banco Inter A8 Bank of America C2 BNDES B7 BPCL B1 Bracell B6 Bradesco A8	Braskem B7, B14, C2 Broadcom B12 Buildings B4 Bytedance B12 C&A B2 CBC B1 CCCC B4 CMPC B6 Data-Makers B13 Edge Group B1 Eldorado B6	Eletrobras A2 Embraer B1 Ethica Services C1 EY B6 Eytse Estratégia C1 FLC Lâmpadas B2 Google B12 Heritage Capital Partners C2 IG4 B7 Ipiranga B14	Ipsos B13 Itaú BBA C1 Itaú Unibanco A8 JGP C2 Kantar B13 LeanderLaw A2 Mahindra B1 Maio Executive Search B2 Mapfre Seguros B13 Marisa B2 Meta B12	Minerva A4 Mota-Engil B4 Natura B13 Nestlé B3 Newmark B4 Novartis B14 Novo Nordisk B6 Novonor B7 Novus Capital C2 Oliver Wyman C4 Omron B6	Opportunity C2 Oriz Partners C2 PD7 tech A2 Pernambucanas B2 Petrobras A13, B1, B4, B7, B14 Qualicorp A4 Rabobank B6 Radix A2 Raizen B14 Refit B14	Renner B13 Sabesp C2 Santander A4 Seatrium A8 Shell B14 Silverguard C8 Suzano B6 Taurus B1 TikTok B12 Track&Field B6 Trafigura A4	Tramontina B1 UBS C2 UBS Global Wealth Management C2 Universidade de Cambridge B2 Vale B13 XP Investimentos A4, A8
--	---	--	---	--	---	---	--	---

Assine o Valor Econômico: assinevalor.com.br ou ligue: 0800 7018888

CONTEÚDO PATROCINADO POR



Fortalecer pequeno produtor é prioridade para Sistema Faesp/Senar

Presente na maior feira de empreendedorismo da AL, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo divulga suas principais ferramentas de apoio ao segmento

Todo produtor rural é um empreendedor que precisa gerenciar a compra de insumos, a etapa de plantio e colheita, ou de criação dos animais, assim como o estoque, a logística e a venda. Ao longo dessa jornada, zela pelas finanças e pela gestão de pessoas. São muitos desafios. A boa notícia é que ele não está sozinho. Pode contar com o suporte de sindicatos e entidades de classe que os apoiam com formação e com a possibilidade de fortalecer a rede de contatos em grandes eventos.

Foi para divulgar suas iniciativas que a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) marcou presença na Feira do Empreendedor — em São Paulo —, realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae-SP), que se consolidou como o maior encontro do gênero na América Latina. Na programação, palestras, painéis, consultorias, rodadas de negócios e oportunidades de interação entre profissionais de diversos setores.

O presidente do Sistema Faesp/Senar, Tirso Meirelles, foi um dos palestrantes, destacando a atuação integrada entre a federação e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

“Apoiamos o profissional do campo na criação de planos de negócios que fortalecem seu potencial empreendedor e ampliam suas frentes de atuação”, completa Meirelles.

OPORTUNIDADES NO TURISMO

Surgida há quase 80 anos, a federação agrega 200 sindicatos rurais patronais em todo o estado e desenvolve um trabalho para que os empreendedores identifiquem e aproveitem as oportunidades de crescimento — inclusive com o acesso a novas atividades, como o turismo, que recentemente passou por uma mudança importante.

Em setembro, o Ministério do Turismo publicou uma portaria que facilita o acesso dos trabalhadores do campo ao turismo rural, por meio do Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur). Até então, não existia uma norma específica para o enquadramento de pessoas físicas como produtores rurais e agricultores familiares, o que gerava insegurança jurídica.

Agora, propriedades rurais podem diversificar suas fontes de renda ao oferecer hospedagem, passeios e vivências ligadas à rotina da produção agropecuária. Também é permitido comercializar produtos manufaturados no



Estande do Sistema Faesp/Senar destaca iniciativas que fortalecem o produtor rural e impulsionam o empreendedorismo no campo

local e servir alimentos e bebidas preparados com ingredientes da própria fazenda ou da região.

A Faesp já vinha estimulando o mapeamento e a estruturação de rotas turísticas rurais — como as do queijo, do café e da cachaça — e incentivando produtores. É o caso de Rosilene Anjos, de 49 anos, da cidade de Zacarias, no noroeste do estado, que, depois de duas décadas atuando como esteticista, foi obrigada a interromper suas atividades após sofrer um acidente. Foi quando conheceu o Senar.

“Aprendi a fazer queijos e compotas de abóbora e mamão verde, doces cristalizados, vinagres aromáticos, pimentas e sais de ervas. E isso mudou a minha vida. Estou fazendo um curso de Gastronomia”, celebra ela, que também comercializa seus produtos para restaurantes e empórios.

O contato com parceiros e a possibilidade de firmar contratos de longo prazo também motivaram a participação de Kayanaku Mehinako, moradora do Alto Xingu (MT). Ao lado de parceiros de Recife (PE) e

da Terra Indígena Jaraguá, em São Paulo, ela apresentou, no estande do Sistema Faesp/Senar, artesanatos tradicionais de diferentes regiões do país. “As empresas conhecem nosso trabalho e fazem encomendas. É uma oportunidade muito importante para nós”, diz ela, que tem 25 anos.

CAPACITAR PARA TRANSFORMAR

O espaço também foi uma vitrine para as iniciativas de capacitação, consideradas essenciais para fortalecer empreendedores de

áreas rurais, destaca Jair Kaczinski, gerente técnico do Senar-SP. “Nossos cursos de artesanato, agroindústria, turismo rural e produção orgânica de alimentos são fortes exemplos de como o agro é formado não somente por commodities, mas por imensa diversidade de produtos, alimentos e serviços.” Ele lembra que as opções de treinamentos envolvem técnicas de economia circular e criativa. “São opções que representam modelos sustentáveis e estimulam o reaproveitamento de recursos e

a inovação nos processos produtivos”, completa.

Assim, os alunos aprendem técnicas inovadoras para o campo e desenvolvem a capacidade de criar produtos de maior valor agregado, cuidando também de etapas como marketing e vendas. Foi essa visão estratégica que levou Renato Silva, produtor de 30 anos, a investir em um nicho diferenciado: cachaças artesanais envelhecidas em alambique de carvalho, destinadas a restaurantes, adegas e, especialmente, consumidores de charutos.

“Vendemos produtos personalizados com as chamadas taças de alambique, que têm um formato diferenciado e permitem ao consumidor sentir os aromas da bebida. Assim, mudamos a forma de consumo”, diz ele, que atua há 10 anos no mercado e fez o curso para aprimorar a gestão, a precificação, a rotulagem e as vendas.

“Nosso objetivo é fortalecer os pequenos e médios produtores para que permaneçam no campo reforçando a segurança alimentar e impulsionando arranjos produtivos”,
Tirso Meirelles
Presidente do Sistema Faesp/Senar

DESENVOLVIMENTO AGRO

No coração do agro paulista, a Faesp tem atuado para fortalecer produtores, impulsionar inovação e apoiar políticas que transformam o setor. Entre os programas, lidera o Integrar, o primeiro grande mapeamento da força de trabalho no setor. A proposta leva informações sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e apoia a regularização das propriedades, identifica gargalos em determinadas culturas e viabiliza a criação de arranjos produtivos locais (APLs) e o desenvolvimento de políticas públicas.

Outra iniciativa é focada no público feminino: a comissão Semeadoras do Agro, que explora novas oportunidades conciliando gestão e novas tecnologias em diferentes regiões do estado.

“Nosso objetivo é fortalecer os pequenos e médios produtores para que permaneçam no campo reforçando a segurança alimentar e impulsionando arranjos produtivos locais que geram valor agregado, emprego e renda”, resume Tirso Meirelles.



Entre os palestrantes, **TIRSO MEIRELLES** (foto), presidente do Sistema Faesp/Senar e vice-presidente do Sebrae-SP, destacou a atuação integrada entre as entidades



KAYANAKU MEHINAKO, do Alto Xingu (MT), apresenta artesanato tradicional no estande do Sistema Faesp/Senar e celebra novas oportunidades de parceria



ROSILENE ANJOS: Aprendeu a fazer compotas, doces cristalizados, queijos, vinagres aromáticos, pimentas e sais de ervas, que vende para restaurantes e empórios



RENATO SILVA, produtor há 10 anos, investe em cachaças artesanais envelhecidas e personalizadas — um nicho que une tradição, estratégia e inovação no campo

Conjuntura Efeito do gasto de governos regionais e União pode chegar a 1,8 ponto percentual do PIB, com efeito máximo entre 2º e 3º tri de 2026

Eleição deve trazer impulso fiscal, mas sem afetar freio do PIB

Marcelo Osakabe
De São Paulo

De olho no calendário eleitoral, governos federal e subnacionais começam a pisar no acelerador dos gastos, em um esforço que pode chegar a aproximadamente 1,5 ponto percentual do PIB e ter efeito máximo entre o segundo e o terceiro trimestre de 2026, segundo algumas estimativas. O forte avanço dos gastos — comparável ao registrado no primeiro biênio do governo Lula 3 —, no entanto, pode não proporcionar um aquecimento da economia semelhante ao observado em anos anteriores, avaliam economistas, nem mesmo fazer o desempenho do próximo ano superar o do atual.

A mediana das projeções para o crescimento do PIB na pesquisa Focus este ano tem caído ao longo dos últimos meses e está, atualmente, em 2%. Já para 2026, o ponto médio das estimativas se encontra em 1,80%.

Se confirmado, será o menor ritmo de expansão desde 2020, ano em que a pandemia provocou uma contração de 3,3% no PIB brasileiro. Desde então, a combinação de reabertura, safras recordes e forte estímulo fiscal, entre outros, tem proporcionado fortes taxas de crescimento, na casa ou superiores a 3%.

O Santander estima que a combinação entre PEC da Transição e o pagamento de precatórios no fim de 2023 proporcionou um impulso fiscal da ordem de 1,5% do PIB, que teve seu efeito máximo sobre a economia em algum momento do primeiro trimestre de 2024. Do atual momento até o segundo trimestre de 2026, ele prevê uma expansão de tamanho parecido, saindo do atual 1 ponto percentual negativo do PIB para algo perto de 0,5 ponto positivo.

“O crescimento real do gasto obrigatório ficou negativo em

2,4% no primeiro semestre na comparação com igual período de 2024, mas deve crescer 11% no segundo semestre. Já o gasto discricionário, que caiu 20,6% na primeira metade do ano por causa da demora na aprovação do Orçamento, deve crescer 34,6% na segunda metade” diz Ítalo Franca, chefe de política fiscal e estudos especiais do banco.

Adiante, uma série de medidas deve levar a uma alta dos gastos. Entre elas, ele contabiliza a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até de R\$ 5 mil por mês, o crescimento dos gastos dos Estados e a maturação de programas como o Gás do Povo, ampliação do Luz para Todos, faixa 4 do Minha Casa, Minha Vida e o programa de crédito para reformas.

Tiago Sbardelotto, economista para a área fiscal da XP Investimentos, tem cálculo semelhante. Ele vê o impulso fiscal sair dos atuais 0,5% do PIB negativo para algo entre 0,4% e 0,5% positivo, contabilizando apenas a expansão dos gastos federais. Levando em consideração também os investimentos dos entes subnacionais, esse impulso pode atingir 0,8% ou até 1% do PIB, com o pico do efeito sobre a economia ocorrendo na virada do segundo para o terceiro trimestre.

Individualmente, diz, a medida de maior efeito tende a ser a isenção do IR. “Do ponto de vista fiscal ela pode ser neutra, mas o fato é que amplia a isenção para 80% dos brasileiros que hoje são aptos a

Isenção do IR vai favorecer renda da população mais propensa a consumir
Tiago Sbardelotto

contribuir e beneficia uma parcela da população cuja propensão marginal a consumir chega a 70%, contra 0,05% da parcela dos mais ricos que irão pagar a conta. Somente isto implica aumento de 0,4 ponto percentual do consumo em 2026 e contribui com 0,3 ponto para o PIB”, diz.

São várias as formas de se calcular o impulso fiscal, e a isenção do IR é um exemplo de que nem sempre o elo entre este indicador e a atividade econômica é direto e claro. Um exercício da 4intelligence que olha apenas a variação do resultado primário estrutural calcula que o impulso fiscal deve terminar este ano neutro e encerrar 2026 com leve queda, de 0,2%.

“A questão é que, por fora desse cálculo, correm outras medidas que não são capturadas por essa métrica e que significam um impulso à economia”, diz Renan Martins, economista da consultoria. Entre eles, cita os programas que o governo tem lançado usando mão de recursos dos fundos públicos ou de estatais — cujos gastos entram como despesa financeira e não afetam o gasto primário —, como a ampliação do Luz para Todos, que terá R\$ 3,9 bilhões apenas este ano da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e o programa de empréstimos para reformas de casas populares, que terá R\$ 30 bilhões do Fundo Social. Também entram nessa categoria medidas como o crédito consignado privado e a ampliação do Minha Casa, Minha Vida, além projetos que ainda são apenas promessas, como o financiamento de motocicletas a entregadores de aplicativos.

Nos cálculos de Gabriel Leal de Barros, economista-chefe ARX, o conjunto de recursos que União e governos estaduais poderão movimentar entre este e o próximo ano está em torno de R\$ 800 bilhões, entre medidas fiscais, parafiscais e creditícias. Além da isenção do IR,



Ítalo Franca: após queda no primeiro semestre, gasto discricionário deve crescer 34,6% na segunda metade do ano

entram no cálculo os caixas de Estados e municípios (R\$ 100 bilhões), consignado privado (R\$ 170 bilhões), faixa 4 do Minha Casa, Minha Vida (R\$ 30 bilhões) e a folga proporcionada aos entes subnacionais pelo Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag, com R\$ 50 bilhões) e PEC 66 (R\$ 45 bilhões).

“É muito estímulo. É difícil não apenas identificar, mas também calibrar em que momento isso vai bater na economia”, pondera Leal de Barros. A ARX projeta expansão do PIB de 1,9% ano que vem, mas deve revisar esse número para cima, diz. “O mercado pode se surpreender com essa reaceleração da economia. Acredito que as projeções estão baixas hoje porque, em 2026, não haverá uma safra forte como a deste ano e também porque é muito difícil modelar essa quantidade de estímulos.”

O Santander espera crescimento de 1,5% em 2026 e credita o desempenho mais fraco a uma conjuntura bem diferente. “Em 2024 [quando o PIB cresceu 3,4%], o país vinha de um processo de queda dos juros e de redução do endividamento por causa do Desenrola. O impulso do crédito estava em alta e ainda havia capacidade ociosa, que permitiu o país crescer sem gerar tanta inflação. Além disso, a natureza dos gastos — as despesas fo-

ram sobretudo com transferências, como precatórios — também implica um multiplicador mais forte para o consumo”, afirma Franca.

Na virada de 2025 para 2026, por outro lado, a política monetária continuará apertada, o impulso de crédito está negativo e a forte incerteza que ronda a economia global continuará afetando a confiança dos agentes. Paralelamente, o mix de despesas terá maior participação de investimentos, que tendem a se transformar em consumo de forma menos intensa e mais espaçada ao longo do tempo. Tudo isso sugere um multiplicador menor, explica.

“Finalmente, a nossa estimativa é que o carregamento estatístico do PIB de 2025 para 2026 é baixo, entre zero e 0,2%”, acrescenta.

Na XP, a projeção é que o PIB desacelere de 2,1% este ano para 1,7%. “Esta é o dado anual, olhando em médias trimestrais, o que vamos ver é uma reaceleração ao longo de 2026. Só não terá PIB maior porque houve crescimento muito forte do agro e da extrativa este ano”, ressalta Sbardelotto.

Em sua avaliação, se houvesse esse impulso fiscal, o crescimento de 2025 poderia cair para algo como 1%.

Por outro lado, ele ressalta que o risco é de surpresa para cima nas projeções. Apenas o novo

modelo de crédito habitacional, que não ainda está incorporado nas contas da corretora, pode acrescentar algo entre 0,2 e 0,3 ponto percentual ao PIB, diz.

Leal de Barros crê que as projeções da Focus devem subir à medida que ficar claro o efeito da enorme injeção de recursos na economia. “Quem também está mais pessimista com inflação ano que vem cita, basicamente, o fiscal e o parafiscal”, comenta. O economista vê ainda certa semelhança entre o atual momento e o fim do primeiro governo Dilma.

“Guardadas as devidas proporções, 2013 também foi ano de crescimento anabolizado pelo fiscal e desemprego baixo. O programa de reformas é parecido com o Minha Casa Melhor, que teve inadimplência superior a 50%. Em 2015 quando os estímulos foram retirados, a economia colapsou”, diz. “Desta vez, no entanto, estamos com um patamar de dívida muito maior e um juro real quase tão ruim. Na equação global, o dólar fraco e o diferencial de juros favorece o real e deixa o mercado meio benevolente com a situação atual. Mas, se houver deterioração do cenário, isso poderá mudar rapidamente. Acredito que não vai dar para fazer ajuste gradual em 2027, dado a quantidade de esqueletos no armário.”

CGU amplia acordos de leniência e avalia mudanças

Guilherme Pimenta
De Brasília

A Controladoria-Geral da União (CGU) encerrará 2025 com o maior número de acordos de leniência firmados nos últimos três anos, e avalia que a melhoria no ambiente institucional deve impulsionar as negociações nos próximos anos, principalmente a partir de reformas de códigos internos e parcerias com outros órgãos de controle.

Implantados por meio da Lei Anticorrupção, de 2013, os acordos de leniência são celebrados com a CGU por uma empresa que cometeu atos ilícitos. Em troca de informações sobre o caso, por exemplo, ela pode ter sanções atenuadas.

Dados da CGU obtidos pelo **Valor** indicam que, até a última semana, a autarquia de controle interno do governo federal fechou quatro acordos de leniência com empresas investigadas no âmbito da lei anticorrupção. Além desses, outras três propostas estão sob análise dos auditores do órgão.

Mesmo que não feche mais nenhum acordo neste ano, esse será o maior número de leniências firmadas desde 2022, quando oito acordos foram concluídos.

Em 2025, já firmaram acordos Minerva, Qualicorp, Trafigura e Seatrium. Os nomes das três empresas que ainda negociam estão sob sigilo. No total, o valor arrecadado com os quatro acordos chega a R\$ 1,2 bilhão, ante R\$ 734 milhões ano passado, quando três acordos foram firmados.

Acordos de leniência na CGU

Empresas voltam a negociar com órgão

	Número de acordos firmados	Valor arrecadado (R\$ bilhão)
2020	1	0,68
2021	5	1,9
2022	8	2
2023	2	1
2024	3	0,73
2025	4	1,2

Fonte: Controladoria-Geral da União



Marcelo Pontes Vianna: consolidação de análises no STF deram segurança jurídica

Principalmente desde a deflagração da Operação Lava Jato, em 2014, o Tribunal de Contas da União (TCU) passou a questionar os acordos de leniência firmados pela CGU. Técnicos do TCU se manifestavam de forma contrária aos valores acertados entre as empresas e o governo.

Outro ponto que atrapalhava as negociações, na visão dos especialistas e de empresas, era o fato de a Corte de Contas demandar todas as informações compartilhadas com a CGU. Como as negociações eram sigilosas e não havia um rito estabelecido, era um fator de desincentivo aos acordos.

O cenário já tinha melhorado desde 2022, segundo técnicos dos dois órgãos. Mas em 2024 houve a mudança mais significativa. Na ocasião, o TCU aprovou instrução normativa estabelecendo diretrizes para atuação conjunta com a CGU — principalmente após a celebração de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre os órgãos, a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, sob a coordenação do Supremo Tribunal Federal (STF).

O Supremo também foi um ator importante na melhoria do ambiente institucional. Questionado neste ano sobre acordos firmados por empreiteiras no âmbito da Lava Jato, o STF concordou em repactuar contratos e deixou claro que alguns benefícios das leniências valeriam somente para os acordos passados sob análise — não para os casos futuros.

Em entrevista ao **Valor**, Marcelo Pontes Vianna, secretário de Integridade Privada da CGU, destacou que a definição de um rito com o TCU e a consolidação das análises no Supremo deram mais segurança jurídica para que as empresas negociem os acordos de leniência, com termos estabelecidos.

Apesar disso, afirmou que ajustes ainda precisam ser feitos. O órgão trabalha em uma reforma de portarias para disciplinar todo o modelo de política de leniência na CGU. “A ideia é consolidar todo o aprendizado de mais de dez anos de aplicação da lei e deixar o processo ainda mais transparente. Qual o procedimento para reportar, quais os servidores que participam da negociação da leniência, quais os critérios para quem pode ter mais ou menos descontos”, disse.

Para o futuro, a intenção é desenvolver mais incentivos para as empresas celebrarem os acordos, seja por vias administrativas ou até mesmo mudança na legislação.

“Atualmente, na CGU, a maior parte dos casos decorreram de empresas que decidiram colaborar após já estarem respondendo a algum processo”, disse. “A gente gostaria de receber mesmo os casos em que não temos notícia nenhuma do fato antes.”

R\$ 1,2 bi é o valor dos acordos previstos neste ano

Atualmente, a pasta trabalha para estreitar as relações com a Procuradoria-Geral da República (PGR), principalmente quando há fatores criminais nas leniências negociadas com o governo. Este ano, um Acordo de Cooperação Técnica foi firmado para ampliar a coordenação.

“A intenção é consolidar o modelo de parceria que já existe”, disse. “Entendemos que as empresas precisam ter clareza a qual órgão reportar, principalmente quando há responsabilidade criminal de pessoas físicas interessadas em celebrar acordos de colaboração e a participação do MP é imprescindível. Estamos avançando muito nas tratativas com o MP e o próximo passo é definir as balizas, colocar o modelo de pé.”

Além disso, o secretário disse que a CGU estabeleceu um “norte” para incentivar o desenvolvimento de compliance e programas de integridade nas empresas. Desde 2015, 34 acordos foram celebrados com a CGU nessa linha.

“Queremos recompensar as empresas que fazem o certo. Nossa agenda vai para além de sancionar as empresas, o objetivo é melhorar o ambiente de negócios no Brasil, mudar a cultura. Queremos que as empresas tenham a percepção de que ser íntegro vale a pena”, disse.

A Trafigura afirmou que encerrou todas as investigações por meio dos acordos com as autoridades brasileiras. A Qualicorp disse que não se manifestaria. A Minerva não se manifestou e a Seatrium não foi localizada.

Série de Debates

Logística no Brasil

O **Nordeste** é líder em transição energética, mas enfrenta como principal desafio a deficiência em infraestrutura, especialmente nas malhas de transporte. Nesse cenário, a Bahia tem um papel-chave na logística da região, dada sua relevância portuária e energética, além de contar com o Polo de Camaçari.

Acompanhe o novo encontro da série de debates com autoridades e especialistas para discutirmos os caminhos logísticos do Nordeste, além de entender os modelos de investimento da região. **Participe.**

Palestrantes Confirmados



JORGE BASTOS
Presidente da
Infra S.A.



PEDRO PAULO MAGALHÃES
Diretor de Operações
da Bahiainveste



ANA JOSEPHINA CLARO
Sócia-diretora da 3A LOG
e Representante da
FETRABASE



GABRIELA AVELINO
Subsecretária de Fomento
e Planejamento do
Ministério dos Transportes



CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA PASSOS
Presidente da Federação
das Indústrias do Estado
da Bahia (FIEB)



MARCUS ALBAN
Professor Titular da
Universidade Federal
da Bahia



WALDECK ORNELAS
Especialista em
planejamento
urbano-regional



MEDIAÇÃO MARINA FALCÃO
Correspondente do
Valor no Nordeste

Programação

10h | PAINEL 1 – Panorama dos investimentos públicos e privados em infraestrutura na Bahia e no Nordeste, impactos econômicos e o papel do estado como eixo logístico e energético

10h40 | PAINEL 2 – Logística e conectividade: rodovias, ferrovias e portos para a competitividade

11h30 | Encerramento

AMANHÃ

10h às 11h30

Transmissão

Valor



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Acesse e confira
a programação
completa

Oferecimento

Realização

Relações externas Disposição do presidente americano sinaliza fim da tensão nas relações bilaterais

Após encontro cordial com Lula, Trump aceita abrir negociação imediata sobre tarifaço

Assis Moreira

De Kuala Lumpur, Malásia

O presidente dos EUA, Donald Trump, aceitou o pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e determinou que sua equipe iniciasse imediatamente as negociações para suspender o tarifaço sobre produtos brasileiros. O Brasil foi taxado em 50% pelos Estados Unidos em 1º de agosto — 10% da tarifa americana para todos os países e 40% adicionais no caso brasileiro. A negociação inicialmente foi planejada para começar no próprio domingo, mas acabou ficando para esta segunda, 8h da manhã, horário local (21h de domingo pelo horário de Brasília). O resultado da reunião será apresentado em entrevista coletiva de Lula.

Para o governo brasileiro, o saldo da conversa entre Lula e Trump foi a superação de problemas de política interna antes levantados por Washington, com o diálogo agora concentrado em comércio — ou seja, o diálogo é agora com o governo, não com a família Bolsonaro.

Com a China, os Estados Unidos suspenderam tarifas pesadas enquanto ambos negociam um acordo. A expectativa brasileira é que o mesmo ocorra rapidamente com o Brasil.

Foram 45 minutos de conversa “muito positiva, muito produtiva”, resumiu o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. Segundo ele, os presidentes trataram de todos os assuntos. A reunião estava marcada para as 15h30, no horário local. Somente quando ambos já estavam na sala ficou decidido que jornalistas do Brasil e dos EUA poderiam entrar para acompanhar os primeiros minutos, em meio ao visível entusiasmo de Trump em falar à imprensa.

Houve um momento de tensão na entrada: uma assessora da Casa Branca determinou que a imprensa americana entrasse primeiro, e a equipe do Palácio do Planalto reagiu, insistindo que os jornalistas dos dois países deveriam entrar ao mesmo tempo. Após alguns empurrões, todos conseguiram entrar.

Durante nove minutos, Trump respondeu a perguntas. afirmou ser “uma grande honra estar com o presidente do Brasil, um grande



Donald Trump e Luiz Inácio Lula da Silva na Malásia: saldo da conversa é início da superação dos problemas comerciais e institucionais entre os dois governos

país. É um país grande e bonito”. Em seguida, disse acreditar que os dois lados seriam capazes de firmar “acordos muito bons” e que “acabaremos tendo um relacionamento muito bom”. “Vamos discutir isso [as tarifas] por um tempo. Nós nos conhecemos, sabemos o que cada um quer”, disse.

Questionado sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro, Trump o elogiou na frente de Lula: “Sempre gostei dele. Sinto muito pelo que aconteceu. Sempre achei que era uma pessoa direta, mas passou por muita coisa.” Perguntado se haveria algo que o Brasil pudesse oferecer para melhorar as relações bilaterais, Trump res-

pendeu: “Provavelmente. Sabemos em 15 minutos. Eles podem oferecer muito, e nós também.”

Trump só não continuou respondendo porque Lula parecia ansioso para iniciar logo a parte privada da reunião. Quando Lula comentou que poderia faltar tempo para a conversa bilateral, Trump observou que o teor das perguntas até era “aborrecido” e parou de responder.

A conversa fechada contou, do lado americano, com os secretários do Tesouro, Scott Bessent, e de Estado, Marco Rubio, além do chefe do USTR (agência de representação comercial), Jamieson Greer. Do lado brasileiro, participaram Mauro Vieira, o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Rosa, e o assessor internacional Audo Faleiro.

Segundo Mauro Vieira, Trump elogiou a trajetória política de Lula, destacando o fato de ter sido duas vezes presidente, “de ter sido perseguido judicialmente no Brasil, de provar sua inocência e de conquistar um terceiro

mandato”. Ficou acertado que haverá visitas recíprocas. Trump manifestou o desejo de ir ao Brasil, e Lula disse que aceitaria com prazer um convite para visitar os Estados Unidos.

Lula ressaltou que a pauta comercial e a relação diplomática entre os dois países sempre foram muito boas, com os EUA como parceiro estratégico e o Brasil desempenhando papel relevante na América do Sul. Ele se colocou à disposição para atuar como intermediário em temas regionais, como a escalada envolvendo a Venezuela.

O ponto central da conversa foram as tarifas. Lula insistiu que a justificativa para impor o tarifaço não se aplica ao Brasil, já que, nos últimos 15 anos, os EUA registraram superavit comercial de US\$ 410 bilhões na relação bilateral. Ele entregou a Trump documento com esses dados já traduzidos para o inglês.

Lula pediu a suspensão temporária das tarifas durante o período de negociação e Trump concordou com a importância de discutir o tema rapidamente. Não se

esperavam decisões imediatas na reunião entre os ministros dos dois lados, mas o objetivo é hoje definir cronograma para concluir as negociações em poucas semanas, abordando cada setor afetado pelo tarifaço.

Segundo participantes, Trump não fez nenhum pedido específico em troca da demanda brasileira. Quem mencionou Bolsonaro foi o próprio Lula, ao discutir a aplicação da Lei Magnitsky, argumentando que não fazia sentido a punição a autoridades brasileiras. Ele disse que o processo judicial contra o ex-presidente foi correto e respaldado em provas robustas. O governo brasileiro saiu entusias-

“Vamos discutir por um tempo. Nos conhecemos, sabemos o que cada um quer”
Donald Trump

mado com o resultado do encontro. Primeiro, pela decisão de iniciar as negociações sobre as tarifas com urgência. Segundo, pelo clima de abertura e escuta do governo americano. Segundo o Palácio do Planalto, em nenhum dos temas houve tom de confronto.

Intermediação na Venezuela

Antes da reunião, Trump respondeu a perguntas de jornalistas e não parecia realmente interessado em discutir sobre Venezuela, mas respondeu que trataria do tema se o presidente Lula quisesse. E foi o que aconteceu. Lula colocou o tema na mesa, no dia em que as manchetes davam conta de que o secretário de Defesa, Pete Hegseth, ordenou o envio do porta-avião Gerald R. Ford, e navios de guerra e aviões de ataque que o acompanham, para as águas da América Latina.

Conforme Mauro Vieira, Lula disse que “a América Latina e a América do Sul, especificamente onde estamos, é uma região de paz”. E ele se prontificou a atuar como interlocutor, como já foi no passado com a Venezuela, para se buscar soluções que sejam mutuamente aceitáveis e corretas entre os dois países. O presidente defendeu que o Brasil estará sempre disposto a atuar como um elemento de promoção da paz e do entendimento, conforme a tradição da diplomacia brasileira. Indagado sobre a reação de Trump, Vieira respondeu: “Agradeceu e concordou”.

Márcio Rosa destacou “os Estados Unidos como um parceiro estratégico muito relevante e o Brasil com um papel muito importante na América do Sul. Por isso, ele [Lula] também se coloca à disposição para colaborar com os Estados Unidos, com os outros temas que possam ser pertinentes lá na América do Sul e especificamente no Brasil”.

Depois do encontro, Mauro Vieira disse em entrevista coletiva que o encontro foi positivo, mas não rendeu nenhuma decisão. “Esperamos em poucas semanas concluir negociação bilateral que trate da atual tributação ao Brasil”, disse. Márcio Rosa afirmou que a reunião não tratou de nenhum setor específico.

Ver também página A7

Foto dos presidentes revela descompressão necessária para destravar o diálogo

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

Na pose captada pelo fotógrafo oficial da Presidência, Ricardo Stuckert, a diferença de mais de 20 centímetros de altura, disfarçada pelas poltronas, aparece e é acentuada pelo lendário topete louro do presidente americano, que o deixa ainda mais alto. A altura não é o único atributo que sobressai em Donald Trump. O sorriso do presidente americano na pele bronzeada artificialmente deixa à mostra todos os dentes, enquanto o do presidente Luiz Inácio Lula da Silva os deixa escapar mais discretamente. É ainda a mão do presidente americano que envolve a do colega brasileiro.

Naquela reproduzida pela Casa Branca o sorriso de Trump é ainda mais largo e os poucos dentes mostrados por Lula somem numa atitude mais apreensiva. A postura do presidente americano se traduz na frase usada para sintetizar o encontro nas suas redes oficiais: “Foi uma grande honra estar com o presidente do Brasil... Acho que seremos capazes de fazer bons acordos para nossos países... sempre tivemos uma boa relação — e acredito que isso deve continuar”.

As fotos foram produzidas depois da reunião que, ao longo dos dez primeiros minutos, foi aberta à imprensa. Enquanto Lu-

la, recostado na poltrona, confortavelmente, olha para a câmera, Trump se mantém inclinado em sua direção. Foi assim, de fato, que permaneceram a maior parte do tempo em que durou a maior parte pública do encontro. Lula só se moveu para abrir os braços, como quem diz “não acredito”, quanto a jornalista Raquel Krahenbul, da TV Globo, perguntou se o ex-presidente Jair Bolsonaro seria tema da reunião (“Não é da sua conta”, respondeu Trump). E, por fim, Lula adotaria a mesma inclinação de Trump para reclamar com os jornalistas do tempo que lhes estavam roubando da reunião.

Foram nove meses, desde a posse de Trump, e quase quatro meses desde o tarifaço de 50%, para que essa imagem fosse produzida. Não surpreenderá se for repetida à exaustão. Ao longo desse período, o bolsonarismo deitou e rolou na interlocução com o governo americano. A ponte entre Brasil e EUA ficou por conta do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e do influenciar Paulo Figueiredo, que, além das tarifas, arrancaram a aplicação da Lei Magnitsky e a revogação de vistos de autoridades brasileiras, colocando o país ante uma hostilidade inédita dos americanos.

Era, sobretudo, essa imagem que o governo brasileiro estava a perseguir. Se pretendesse avançar nos temas técnicos, até mesmo no encontro entre ministros

que se seguiu àquele com a presença dos dois presidentes, o Itamaraty teria levado seus secretários mais técnicos do Itamaraty, da Fazenda e da Indústria e Comércio. Tanto o chanceler Mauro Vieira quanto o secretário-executivo do MDIC, Márcio Rosa, ressaltaram o tom de uma aproximação eminentemente política — do interesse de Trump sobre o período em que Lula ficou preso à disposição do presidente brasileiro em se colocar como mediador dos conflitos entre os EUA e a América Latina. Essa descompressão era o que o segundo escalão precisava para marcar os encontros que devem acontecer ao longo do mês de novembro para discutir os contenciosos.

O encontro se produziu num momento em que Trump viajou para a Ásia aparentemente disposto a rever a impulsividade com a qual tem se conduzido na sua política tarifária. Sinalizou que se encontrará com o presidente chinês, Xi Jinping, provavelmente na próxima quinta, durante o encontro de cooperação econômica dos países asiáticos, na Coreia do Sul. Na definição de um embaixador brasileiro, Trump impôs seu jogo, viu os danos causados aos produtores americanos de soja, à indústria independente dos minerais raros, à inflação afetada pelo tarifaço sobre produtos como carne e café, e às cadeias produtivas de uma maneira geral, e, agora, começa a recuar. É quase tão simples assim.

Para presidente, encontro parecia impossível

Fernando Exman e Renan Truffi
De São Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que ele e o presidente americano, Donald Trump, realizaram neste domingo uma reunião que parecia impossível. A declaração ocorreu em discurso durante o encontro empresarial Brasil-Malásia, momentos depois de os dois líderes se reunirem no país asiático, onde participam como convidados da cúpula da Asean.

A expectativa de Lula é que os governos de Brasil e EUA comecem imediatamente a negociar o fim do tarifaço e das sanções aplicadas pelos americanos a autoridades brasileiras.

Lula classificou o domingo (26) como um “dia muito feliz” para o Brasil. “Quero fazer um agradecimento especial ao primeiro-ministro da Malásia por ter me convidado para participar da reunião da Asean. Ele me deu a oportunidade de conhecer a Malásia e me deu a oportunidade de ter um dia muito feliz por dois acontecimentos”, afirmou. O primeiro é a adesão do Timor Leste à Asean, o que era uma reivindicação histórica. O segundo porque o presidente Trump teve que viajar 22h para a Malásia e nós conseguimos fazer uma reunião que parecia impossível para o Brasil e Estados Unidos aqui na Malásia.”

Mais cedo, Lula já havia usado as redes sociais para dizer que a conversa com Trump foi “ótima”. O também disse que o mundo não precisa de uma nova “guerra fria” entre Estados Unidos e China. Segundo ele, o Brasil quer estar ao lado tanto dos americanos quanto dos chineses. Neste sentido, Lula defendeu que o governo brasileiro precisa ser “amigo” de todos os países do mundo e não pode ter contencioso com ninguém.

“Pode ter certeza que vamos vencer porque o mundo está aberto ao Brasil. O Brasil é o país que não tem contencioso com nenhum país do mundo, não queremos ter contencioso nem no futebol. Eu parto do pressuposto de que todo mundo é amigo do Brasil e o Brasil tem que ser amigo de todo mundo”, emendou.

No discurso, Lula defendeu que o Brasil vivia “isolado” na própria América do Sul. O motivo, de acordo com ele, é que os

“Todo mundo é amigo do Brasil e o Brasil tem que ser amigo de todo mundo”
Lula

governos brasileiros do passado só tinham olhos para a Europa e os Estados Unidos. Segundo ele, a postura do país mudou somente a partir de 2003, ano de início do seu primeiro mandato.

O presidente criticou os empresários brasileiros que reclamam dos juros e da tributação no país. Na avaliação de Lula, “vão vencer” aqueles que, em vez de se queixarem, viajam para “garimpar” novas oportunidades de comprar e vender.

“Tem dois tipos de empresários no Brasil. Aqueles que gostam de viajar, aqueles que gostam de garimpar oportunidades, aqueles que gostam de vender e comprar. E tem aqueles que ficam no Brasil só se queixando da taxa de juros e da tributação”, afirmou.

Lula disse também que quer viver até os 120 anos, ao ser indagado pelo mediador do encontro da Asean sobre como pretendem comemorar seu aniversário de 80 anos, nesta segunda-feira. Respondeu que, quando uma pessoa chega a essa idade com saúde, “o máximo que pode fazer é agradecer a Deus por ter me colocado no mundo”.

Em seguida, completou: “Tenho compromisso com Deus para viver até 120 anos de idade, parece muito, mas não é muito no mundo de hoje”.

Relações externas Analistas destacam importância do encontro, mas ponderam que redução das taxas também interessa aos americanos

Encontro é passo para baixar tarifas, defendem especialistas

Marcelo Osakabe, Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira, Renan Truffi e Andrea Jubé
De São Paulo e Brasília

O encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na Malásia foi um passo importante para a melhora das relações comerciais entre os dois países, ainda que não tenha resultado em anúncios imediatos nessa área, avaliam especialistas em relações internacionais.

“Essa foi a primeira vez que os dois chefes de Estado sentaram para conversar pessoalmente, sem ser um encontro fortuito. Mas isso não significa que haverá alívio nas medidas comerciais no curto prazo”, avalia o professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do Fluminense (UFF) Vitélio Brustolin

Ele lembra que a Casa Branca tem interesse direto e concreto na queda das tarifas. “Os Estados Unidos tiveram, nos últimos cinco anos, a maior inflação dos últimos 40 anos. A inflação para a carne bovina aumentou 14% no último ano. Além disso, mais de 3 milhões de membros da associação de bares e restaurantes pressionam o governo para uma baixa nos preços do café”, aponta. “Deve haver, portanto, um avanço na questão comercial entre os dois países, em rumo a algo mais pragmático.”

Para o professor de relações internacionais e economia da ESPM Leonardo Trevisan, o tom amistoso en-

tre Lula e Trump sugere que a diplomacia brasileira teve sucesso em reafirmar aos americanos que o Brasil permanecerá do lado do Ocidente na disputa geopolítica atual, avalia.

“Isso me parece a culminação de um trajeto que tem sido trabalhado pela diplomacia dos dois países desde o encontro na ONU”, em setembro, diz Trevisan. “A prova mais concreta dessa reaproximação não está nem no encontro, mas na reabertura, sem licitação, de uma da compra de helicópteros de combate pelo Brasil. É um sinal válido e consistente”, diz, em referência à compra de 11 helicópteros do modelo Black Hawk anunciada dia 21.

Em sua avaliação, o passo decisivo pode ter ocorrido duas semanas antes, no encontro reservado entre o secretário de Estado, Marco Rubio, e o chanceler Mauro Vieira, na qual é possível que o chanceler tenha dito que o Brasil continuará do lado do Ocidente.”

Trevisan ressalta que nada ainda está resolvido, mas aposta que o Brasil pode ter suas tarifas rebaixas para o mesmo patamar de outras economias “aliadas” do Estados Unidos, como Europa, Japão e Coreia do Sul. “São economias que ficaram com uma tarifa de 15% a 20%, então acredito que será a tarifa do Brasil, o que é uma grande vitória do governo Lula.”

Os demais pontos de atrito nas relações Brasil-Estados Unidos também seguem no radar, diz Brustolin. Ele vê com ceticismo, por exemplo, uma possível revoga-

ção da Lei Magnitsky sobre autoridades brasileiras.

O encontro entre os presidentes fortalece a perspectiva de que os países cheguem a um acordo para a redução das tarifas, avalia a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil). Em nota, a entidade diz ter recebido “com otimismo” os resultados da reunião e pede que haja uma “intensificação das negociações” para que um acordo bilateral seja alcançado com agilidade.

“A reunião representa um avanço relevante no diálogo de alto nível entre os dois governos e fortalece as perspectivas de um acordo bilateral voltado à redução de tarifas sobre as exportações brasileiras e ao aprofundamento da cooperação econômica em áreas de interesse comum”, diz a nota.

Para o CEO da entidade, Abrão Neto, é importante que um entendimento a curto prazo leve à “ampliação de oportunidades de comércio e investimentos entre as duas maiores economias das Américas”.

Ficar com tarifas semelhantes a de outras economias aliadas aos EUA “é uma grande vitória do governo Lula”
Leonardo Trevisan

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) avaliou como “positiva” a reunião. Para o presidente da instituição, Ricardo Alban, a conversa foi um “primeiro passo” para “devolver previsibilidade” e “competitividade” às exportações brasileiras. “O anúncio do início das negociações sobre o tarifaço, com disposição real das duas partes para alcançar um acordo, é um passo relevante. Acreditamos que teremos uma solução que vai devolver previsibilidade e competitividade às exportações brasileiras, fortalecendo a indústria e o emprego no país”, afirma Alban.

Enquanto apoiadores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemoraram nas redes sociais a reunião com Trump, aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) destacaram o comentário do líder americano, que voltou a afirmar, em conversa com jornalistas, que sempre gostou dele.

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) ironizou que Lula teria se aborrecido com as declarações do presidente americano sobre Bolsonaro: “Lula encontra Trump e na mesa um assunto que claramente incomoda”, publicou, na rede X.

Eduardo postou um vídeo com o início da reunião, quando os chefes de Estado conversaram com a imprensa. Questionado sobre como se sentia em relação a Jair Bolsonaro, Trump respondeu que sempre gostou do ex-presidente.

Em seu perfil na rede X, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) rea-



Abrão Neto: busca por entendimento que leve à ampliação de oportunidades”

giu a postagem do senador Humberto Costa (PT-PE), na qual o petista afirmou que Lula não deixou o Brasil de joelhos perante os Estados Unidos, e mostrou que a soberania é inegociável. Flávio contestou imagem publicada por Costa, com legenda atribuindo a Trump a declaração de que “Bolsonaro não é assunto da nossa conta”, o que não ocorreu. Flá-

vio disse que o PT “mente”. O vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (PL) ironizou declaração do chanceler Mauro Vieira de que agora as negociações sobre as retiradas de tarifas sobre os produtos brasileiros vão começar. “Deve ser a terceira reunião e os caras que atacam diariamente Trump se fazem de idiotas para enganar outros idiotas”, disse.

XLI ENCONSEL

Encontro Nacional dos Contadores do Setor de Energia Elétrica

41 anos energizando carreiras e interligando profissionais

15 a 19 de novembro de 2025

Bourbon Atibaia Convention & Spa Resort

Atibaia - São Paulo

Inscrições abertas pelo link:

<https://www.abraconee.com.br/eventos/enconsel>

PATROCÍNIO

REALIZAÇÃO

Conjuntura Economistas já colocam viés de alta para as suas projeções para rombo neste ano

Remessas elevam pressão sobre contas externas

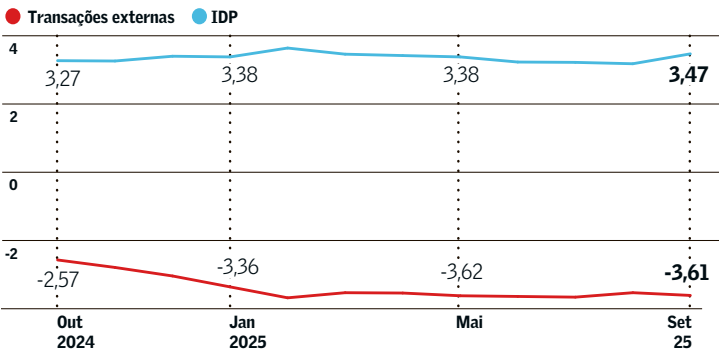
Estevão Taiar
e Gabriel Shinohara
De Brasília

As remessas de lucros e dividendos realizadas no fim do ano devem aumentar a pressão sobre as contas externas do Brasil nos dois próximos meses. Economistas já colocam viés de alta em suas projeções para o déficit em conta corrente de 2025.

As transações em conta corrente medem a diferença entre o que o país gasta e recebe nas transações internacionais relativas a comércio, rendas e transferências unilaterais. Conforme divulgado na sexta-feira pelo Banco Central, o déficit em conta corrente acumulado em 12 meses alcançou US\$ 78,9 bilhões, o equivalente a 3,61% do Produto Interno Bruto (PIB). O indicador vem

Contas externas

Em % do PIB*



Fonte: Banco Central *Acumulado em 12 meses

oscilando em torno desse patamar desde fevereiro.

Analistas afirmam que esse déficit acumulado em 12 meses pode superar até o fim do ano as projeções que tinham para

2025. Em relatório, a economista Julia Marasca, do Itaú Unibanco, afirma que “o risco de remessas de lucros e dividendos acima do usual no fim deste ano adiciona viés de alta” para a atual

projeção da instituição financeira, que calcula déficit de US\$ 75 bilhões (3,3% do PIB) para 2025. Ela também destaca que a média móvel de três meses dessazonalizada e anualizada, usada para captar tendências, mostra o déficit subindo de US\$ 73,5 bilhões em agosto para US\$ 80,3 bilhões em setembro.

A equipe econômica do Bradesco também projeta déficit de 3,3% do PIB para este ano, mas afirma que o resultado de setembro coloca um viés de alta para a estimativa.

O Banco Inter também diz que os números do mês passado “evidenciam a necessidade de acompanhamento do déficit de renda primária”, que incluem lucros e dividendos. Segundo o economista-sênior do banco, André Valério, o resultado “gera

certa consternação tendo em mente o episódio de saídas de capital observado no fim do ano passado e a desvalorização cambial resultante, num ambiente de baixa liquidez”.

Já a economista Luíza Pinese, da XP Investimentos, diz que “a deterioração do balanço de pagamentos neste ano merece atenção”, projetando déficit de US\$ 79,5 bilhões (3,5% do PIB). Para o Investimento Direto no País (IDP) a estimativa é de US\$ 72,6 bilhões (3,2% do PIB). Fazem parte do IDP os recursos destinados à participação no capital e os empréstimos diretos concedidos por matrizes de empresas multinacionais as suas filiais no país e vice-versa, assim como o retorno de investimento brasileiro no exterior. Por mirarem um prazo maior, esses recursos também

são considerados por diversos economistas a principal fonte de financiamento de déficits externos. Caso ambas as projeções da XP se confirmem, será a primeira vez desde 2015 que o déficit termina o ano acima do IDP.

O próprio BC calcula que tanto o déficit quanto o IDP terminarão este ano em US\$ 70 bilhões. Dessa quantia, US\$ 43 bilhões devem vir das remessas de lucros e dividendos acumuladas ao longo de 2025. As informações foram divulgadas no Relatório de Política Monetária de setembro.

Outros economistas projetam, pelo menos por enquanto, que o IDP seguirá financiando o déficit. Para o Bradesco, por exemplo, o desempenho do IDP “dá um alívio à pressão que observamos no déficit em conta corrente ao longo de 2025”.

Confiança do brasileiro sobe pelo 2º mês seguido

Alex Jorge Braga
De São Paulo

Ajudado pelo bom momento do mercado de trabalho e pela perda de força da inflação, a confiança do consumidor brasileiro subiu pelo mês consecutivo em outubro e é mais alta do continente americano, superando a do México e a dos Estados Unidos, por exemplo.

Em segunda elevação seguida, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) de outubro fechou em 53,9 pontos, um aumento de 2,2 pontos em relação ao mês anterior. Produzido pela Ipsos, o in-

dicador vai de zero, que aponta pessimismo total, a 100, que indica otimismo máximo.

Com esse resultado, o Brasil confirma a tendência observada nesse segundo semestre: de se manter próximo da linha da neutralidade, que é 50 pontos.

Para o CEO da Ipsos Brasil, Marcos Calliari, a melhora não chega a ser surpresa, dado os baixos índices de desemprego e crescimento no salário; além dos sinais de arrefecimento da inflação — os preços dos alimentos, por exemplo, têm quarta queda mensal seguida, segundo o IBGE. “Sabemos que o ICC é fortemente impacta-

do pelo que atinge diretamente o bolso do consumidor”, explica.

Já no lado político, Calliari diz que a reaproximação entre os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e dos EUA, Donald Trump, sinaliza um possível caminho para o restabelecimento da estabilidade diplomática e das relações econômicas entre os dois países, “o que traz alento ao mercado”, afirma.

“O discurso de Lula na [Assembleia Geral da] ONU também trouxe uma visão bastante positiva sobre a postura adotada pelo Brasil e repercutiu bem no cenário internacional e nacional.”

Quanto ao cenário internacional, os EUA, após alguns meses de variação negativa, fecharam outubro com 53,2, 0,5 ponto mais que em setembro. Porém os consumidores americanos ainda seguem menos confiantes que os vizinhos mexicanos (53,5), por exemplo.

Já a Argentina teve uma queda de 3,5 pontos, a pior do mês entre os 30 países analisados. O país vizinho fechou o mês com 40,4, o quarto pior indicador do ranking. “Isso ressalta que a crise econômica do país e os altos índices de desemprego ainda são fatores que impactam fortemente a confiança da população”, diz Calliari.

Top 10	
Ranking internacional do ICC da Ipsos - Em pontos	
Países	Pontuação
Indonésia	58,8
Índia	58,4
Malásia	56,2
Suécia	54,9
Brasil	53,9
México	53,5
Tailândia	53,4
Estados Unidos	52,9
Holanda	52,7
Singapura	52,6

Fonte: Ipsos

Curta

'Boletão' climático

Para chamar a atenção sobre a dívida climática dos países ricos com os povos e territórios do Sul global, um boleto gigante foi instalado neste domingo na avenida Paulista, em São Paulo. A ação é parte da campanha “A Gente Cobra – Financiamento Climático Direto para Quem Cuida da Floresta”, organizada pela Aliança dos Povos pelo Clima e que será lançada nesta terça-feira, 28. Além de São Paulo, a ação foi realizada em Brasília, Recife, Santarém e na região do Xingu. Os “boletões” têm até oito metros de largura e o valor simbólico de R\$ 1,6 trilhão estampado, total prometido por países ricos para ações climáticas.

NO CIDADE JARDIM, A REGIÃO ONDE TUDO ACONTECE,

A
ESCOLA
ESCOLA AVENUES

O
HOSPITAL
EINSTEIN HOSPITAL ISRAELITA

O
SURF CLUB
SÃO PAULO SURF CLUB

O
SHOPPING
SHOPPING CIDADE JARDIM

O
TENNIS CLUB
FASANO TENNIS CLUB

Política

O que Trump pedirá a Lula e ao Brasil?



Bruno Carazza

A aproximação entre Lula e Trump e o início das negociações entre os dois governos é motivo de comemoração e alívio, mas uma coisa é certa: o Brasil vai ter que ceder muito para, no máximo, ficar numa situação bem pior do que estava antes da posse do presidente americano. Por mais poderosa que seja a lábia de Lula, o governo brasileiro terá que atender a diversos pleitos americanos para terminar, quando muito, com a tarifa inicial mínima de 10% aplicada a todos os países (muito superior à média de 2,6% vigente no mandato de Biden) e o alívio da Lei Magnitsky sobre algumas autoridades políticas. Não se trata de pessimismo ou de descrédito da diplomacia brasileira. Até os poderosos Japão e União Europeia capitularam diante das ameaças de Trump. Ao final das negociações, contentaram-se com tarifas de 15% e ainda cederam a exigências de dar tratamento privilegiado a produtos americanos em seus mercados e a fazer investimentos de centenas de bilhões de dólares nos Estados

Unidos. No caso brasileiro, não temos cacife para prometer vultosos investimentos financeiros nos Estados Unidos. No entanto, podemos especular sobre alguns itens que podem constar da lista de cobranças de Trump. O governo brasileiro afirma que as tarifas estabelecidas por Trump são injustas porque os Estados Unidos têm um superávit comercial com o Brasil. Os americanos, porém, se sentem prejudicados porque a tarifa média de importação por aqui é uma das mais altas do mundo. Sendo assim, tal qual fez nas negociações com diversos países até aqui, uma demanda de Trump pode ser que o Brasil reduza a proteção tarifária sobre alguns setores. Nesse caso, automóveis, máquinas e eletroeletrônicos estariam na mira, por serem produtos de empresas americanas sobre os quais o Brasil cobra um imposto de importação muito elevado. Outro alvo do interesse americano bastante provável está no campo dos minerais críticos. Nas últimas duas décadas a China foi muito bem-sucedida em garantir o domínio de reservas e em desenvolver capacidade de processamento e

tecnologias de aplicação de recursos minerais como lítio, grafite, antimônio, arsênio, bismuto e as famosas terras raras. Pelas suas propriedades magnéticas e de resistência a altas temperaturas, esses elementos químicos são essenciais para diversos setores de ponta, da indústria automobilística (baterias elétricas) à militar (caças e mísseis), passando pelo desenvolvimento da inteligência artificial (superchips), da transição verde (painéis fotovoltaicos) e da miniaturização de robôs (com aplicação em diversos segmentos, como a medicina avançada). Detentor de grandes jazidas não exploradas desses minerais, o Brasil pode garantir aos Estados Unidos acesso privilegiado a recursos hoje dominados pelos chineses. Trump já deu sinais nesse sentido; resta saber se o Brasil vai impor alguma condição ou se tornará mero fornecedor de commodities — tal qual parece que acontecerá com os incentivos que estão sendo concedidos para a instalação de datacenters em nosso território. O governo de Lula tem vendido a atração desses grandes

armazéns de servidores como um importante passo rumo ao desenvolvimento do país, mas na verdade estamos importando consumidores vorazes de água e energia que não entregam quase nada em termos de geração de emprego, renda e inovação. Outras pistas para saber o que Trump quer do Brasil podem ser obtidas na investigação aberta pelo órgão de defesa comercial (US Trade Representative) em 15 de julho. É neste documento que foi oficializada a queixa de Trump contra as medidas tomadas pelo Supremo Tribunal Federal em relação às empresas de mídia digital. No documento, o US Trade Representative acusa nosso sistema judiciário por remover conteúdos e punir as plataformas por postagens ilegais feitas pelos usuários. Na visão do presidente americano, trata-se de uma ameaça contra a liberdade de expressão, mas a questão de fundo aqui é a intenção do governo brasileiro em regular as redes sociais. Para quem teve a sua posse “abençoada” pelos CEOs das big techs sentados na primeira fila — Mark Zuckerberg (Meta), Jeff Bezos (Amazon), Sundar Pichai (Google), Elon Musk (X) e Tim

Cook (Apple)—, uma das exigências de Trump pode ser que Lula abandone de vez sua intenção de regular a responsabilidade das redes e o PL das fake news. As grandes empresas de tecnologia agradeceriam (assim como a extrema direita daqui e de lá). Agricultores americanos também são poderosos apoiadores de Trump — e são concorrentes diretos de seus pares no Brasil. Na investigação aberta pelo US Trade Representative, um item sobressai como possível ponto de interesse desse setor: a liberação de importações, pelo Brasil, de maiores quantidades de etanol de milho produzido nos Estados Unidos. Independentemente de quais serão as condições impostas por Trump em troca do alívio no tarifaço e na aplicação da Lei Magnitsky, é questão de tempo para que se cumpra a profecia de Dilma Rousseff: “vai todo mundo perder”.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de “O País dos Privilégios (volume 1) e “Dinheiro, Eleições e Poder”, ambos pela Companhia das Letras. Escreve às segundas-feiras **E-mail** bruno.carazza@gmail.com

Eleições Presidente articula grupo para fazer frente ao avanço da direita entre os senadores em 2026

Busca por fortalecimento do governo pode levar 11 ministros a disputarem o Senado



Sofia Aguiar e Renan Truffi De Brasília

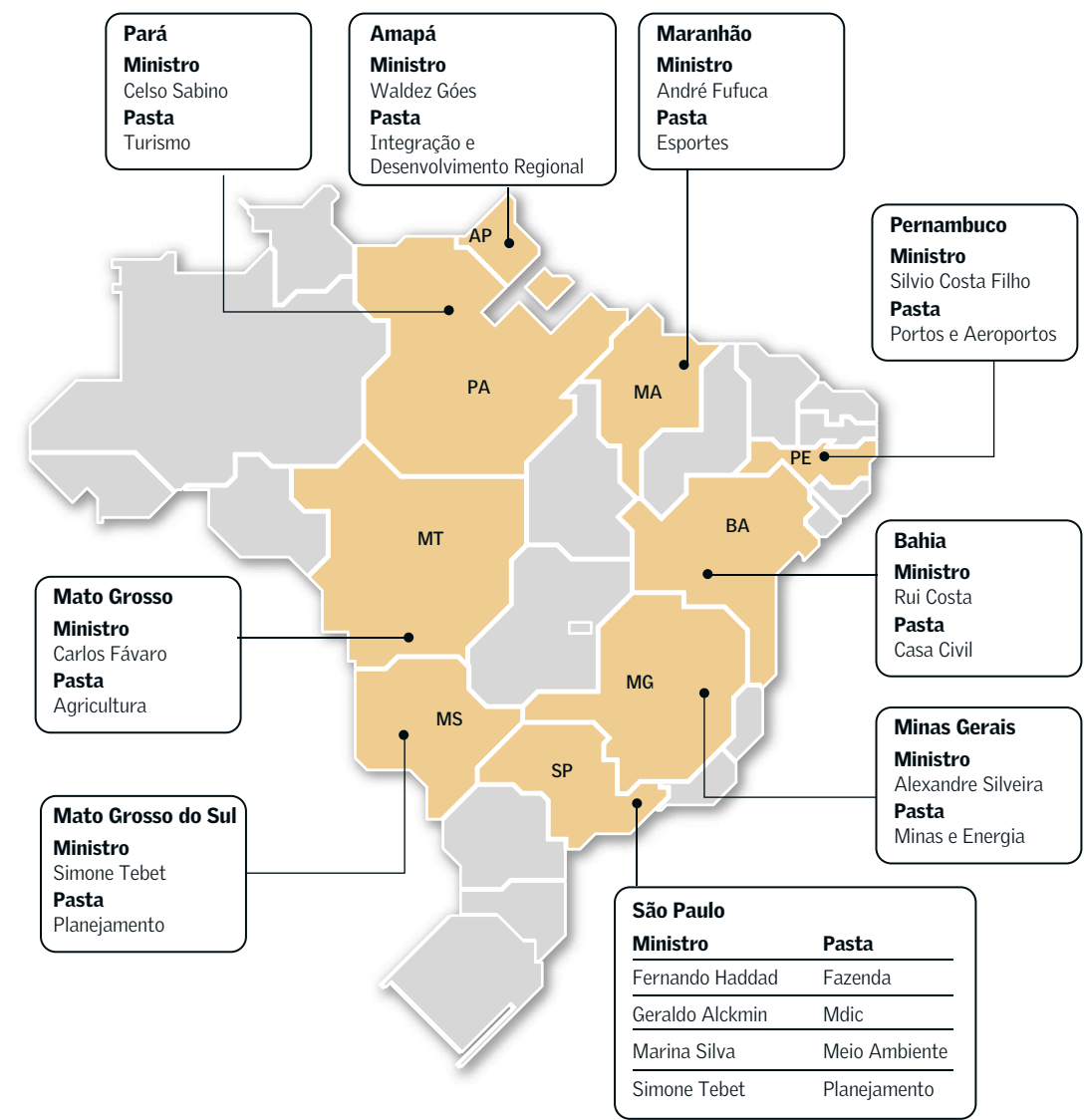
Com o anúncio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de que disputará a reeleição em 2026, o foco do governo volta-se agora para a formação de chapas fortes, principalmente para a renovação do Senado. Com parte da estratégia para barrar a extrema-direita, 11 dos 38 ministros colocaram seus nomes à disposição para se desincompatibilizarem de seus cargos até abril e concorrerem à Casa Legislativa. Neste tabuleiro político, o cenário eleitoral de São Paulo é visto como um ponto-chave para definir o panorama completo das articulações. Em 2026, a Casa terá a renovação de dois terços de parlamentares, ou seja, serão eleitos 54 senadores no ano que vem, de um total de 81. Essa eleição é uma das principais preocupações de Lula, já que o Senado tem a prerrogativa de analisar questões sensíveis, como o impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Por conta disso, o presidente quer formar um grupo de ministros para disputar o pleito e fazer frente ao avanço da extrema-direita na Casa. Os ministros que já deram indicações de que poderão sair para o Senado são o de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD-MG); do Esporte, André Fufuca (PP-MA); da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro (PSD-MT); do Turismo, Celso Sabino (União Brasil-PA); da Fazenda, Fernando Haddad (PT-SP); do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin (PSB-SP) — que também ocupa o cargo de vice-presidente —; do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede-SP); da Casa Civil, Rui Costa (PT-BA); de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho (Republicanos-PE); do Planejamento, Simone Tebet (MDB-MS); e da Integração, Waldez Góes (PDT-AP). Todos foram procurados pelo **Valor**. O principal imbróglio e que tem travado o cenário eleitoral é São Paulo. Isso porque quatro

ministros são cotados para disputar a eleição no Estado: Haddad, Alckmin, Marina e Tebet. Porém, há uma avaliação de que o governo petista e as legendas que compõem a base devem se alinhar para afunilar forças em cargos estratégicos, como o do governo do Estado e as duas vagas do Senado que serão definidas no ano que vem. Haddad é considerado a principal peça neste tabuleiro por sua proximidade com Lula. O chefe da Fazenda é um dos principais expoentes da esquerda com capilaridade em São Paulo — tendo como base o resultado de 2022 — e pode dar tração ao presidente em uma reeleição. Ainda, é visto como o sucessor do presidente em 2030. Nas possibilidades para Haddad, são consideradas a vaga do governo do Estado ou ao Senado. Em 2022, Haddad concorreu contra Tarcísio de Freitas (Republicanos) e foi derrotado. Apesar disso, obteve o melhor resultado já alcançado por um petista em São Paulo desde 2002. Porém, aliados ponderam que o ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França (PSB), deve sair como candidato ao Executivo estadual. Caso França dispute o governo de São Paulo, está no radar de Haddad concorrer ao Senado. Nos bastidores, aliados de Lula afirmam que esse é um dos principais planos traçados pelo presidente para o chefe da Fazenda. Porém, citam que há uma certa resistência de Haddad em concorrer ao cargo. Ainda assim, admitem que o ministro fará, em 2026, o que o chefe do Executivo determinar. Outra peça importante em São Paulo é Simone Tebet. A ministra é de Mato Grosso do Sul e filiada ao MDB, mas, nos últimos meses, vem estudando a mudança de domicílio eleitoral. Con-

Além de São Paulo, outro Estado onde Lula terá que conciliar interesses políticos é a Bahia

O time de Lula que tentará uma vaga no Senado

Governo terá até 11 ministros na disputa pela Casa da Federação



Fonte: Valor Econômico

do, em caso dessa alteração, ela também mudaria de partido. Ela passou a ser sondada pelo PT para disputar a vaga pela legenda. A decisão, no entanto, ainda não foi tomada. Em São Paulo, ainda tem o futuro político de Geraldo Alckmin. O cenário dele ainda é incerto e, segundo fontes, depende de um desenho mais amplo de candidaturas, tanto do governo quanto da oposição. Mesmo assim, o Senado não está descartado, de acordo com interlocutores PSB. Por outro lado, auxiliares do partido defendem a manutenção da chapa com Lula no próximo pleito. Na avaliação deles, Alckmin está confortável nos cargos de ministro e vice-presidente. Por fim, o quarto elemento no

Estado é Marina Silva. Assessores próximos à titular do Meio Ambiente afirmam que há a disposição dela em disputar o Senado, mas as conversas ainda estão em curso. Eles citam, por exemplo, que a decisão passa por duas variáveis: a candidatura de Lula e a de Haddad, seja para o governo estadual ou Senado. Além de São Paulo, outro Estado que Lula terá que conciliar interesses políticos é a Bahia. A expectativa do PT é colocar Rui Costa como candidato a uma vaga no Senado e, ao mesmo tempo, renovar o mandato do atual líder do governo no Senado, Jaques Wagner. No entanto, isso implicaria numa chapa “puro-sangue” do PT, em detrimento dos interesses de partidos da ba-

se aliada no Estado nordestino. Em Minas Gerais, colégio eleitoral que é considerado um dos mais importantes para as eleições, o governo deve escolher Alexandre Silveira para concorrer à vaga do Senado. O ministro já demonstrou a Lula disposição para o cargo. Neste desenho, o chefe do Executivo federal também pretende anunciar o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para o governo do Estado. Isso porque o mandato do parlamentar se encerra no fim de 2026. O único obstáculo é que, nos últimos dias, Pacheco passou a ser cotado para uma vaga no STF, fruto de uma articulação capitaneada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). O movimento pode implodir a chapa desejada por

Lula em Minas. Além disso, o caso de Silveira desperta atenção. Isso porque a legenda dele, o PSD, avalia lançar um candidato à Presidência em 2026, o que pode atrapalhar os planos do ministro de Minas e Energia de estar no mesmo palanque do chefe do Executivo. No PSD, diz-se que ele poderia fazer campanha para Lula, desde que também dê todo o suporte para o candidato a governador do partido. No Amapá, Waldez Góes é o cotado da gestão federal para disputar uma das duas vagas do Senado. O ministro tem a seu favor o fato de ser próximo a Alcolumbre. Há, no entanto, um outro nome com força na gestão petista para o cargo: o líder do governo no Congresso, Raulo de Rodrigues (PT-AP), que tem papel importante na articulação do Executivo com o Parlamento. Em Mato Grosso, Carlos Fávaro deve ser a aposta do chefe do Executivo para o pleito de 2026. Fávaro foi eleito senador em 2020 e, atualmente, está no fim do mandato. A aposta é a de que ele busque a reeleição na Casa. Em Pernambuco, o cotado é Silvío Costa Filho. Segundo fontes, o ministro de Portos e Aeroportos já sinalizou a Lula a intenção de disputar a vaga no Senado. A tendência é que, após a desincompatibilização, a pasta fique no comando dos secretários do ministério. Por fim, a gestão também trabalha com os nomes de André Fufuca e Celso Sabino para o Senado no Maranhão e Pará, respectivamente. Nas últimas semanas, ambos foram pressionados por seus partidos para deixarem a gestão federal. No entanto, fizeram acordo e se mantiveram no cargo. A intenção dos ministros é que saiam até abril para concorrerem à Casa Legislativa por seus Estados. Sabino, entretanto, enfrenta uma situação difícil junto ao seu partido, o União Brasil. A legenda decidiu suspendê-lo administrativamente porque ele se recusou a deixar o cargo na Esplanada, após a direção do partido optar por desembarcar da base aliada de Lula. Por conta desse desentendimento, Sabino pode ser obrigado a buscar uma nova sigla para abrigá-lo nas eleições. Até agora, duas legendas são ventiladas como possíveis destinos: o MDB, do governador Helder Barbalho, ou o próprio PT.

INVESTE

Piauí Day

O Piauí se firma como potência em ascensão no cenário econômico nacional, com forte crescimento em agronegócio, energias renováveis, logística e economia criativa. No **Investe Piauí Day**, você vai entender a fundo o potencial do estado e os caminhos estratégicos dos negócios na região. **Não perca.**

PROGRAMAÇÃO

8h30 Credenciamento e recepção dos convidados

9h00 Abertura oficial

9h10 Entrevista com o governador do Piauí, Rafael Fonteles

9h35 Painel 01 | Biocombustíveis e a transição energética



Rafael Fonteles
Governador do Piauí e Presidente do Consórcio Nordeste



Leila Sterenberg
MEDIADORA
Jornalista



Erasmo Carlos Battistella
CEO e Presidente do Be8



Mauro Carvalho Junior
Acionista da Brasbio

10h05 Painel 02 | Made in Piauí: uma vitrine para o mundo

10h35 Painel 03 | Piauí como nova fronteira da agroindústria e da mineração



Ana Maria Diniz
Empresária e cofundadora do Polvo Lab



Gabi Marques
CEO e cofundadora do Polvo Lab



André Simão
CFO da Brazilian Nickel



Victor Lima
Diretor da Atlântica Agroindustrial

29 OUT | ÀS 8H30

SÃO PAULO

SP Hall - Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909

VAGAS LIMITADAS

EVENTO SUJEITO A LOTAÇÃO

INSCREVA-SE NO EVENTO



PATROCÍNIO



REALIZAÇÃO



DIVULGAÇÃO



Poderes Pagamento de emendas é uma das condições para destravar votações prioritárias

Congresso ensaia trégua 'pragmática' com governo visando a 2026

Beatriz Roscoe e Murillo Camarotto
De Brasília

A um ano das eleições, forças políticas do Congresso estão recalibrando as estratégias para 2026 na relação com o governo. Após a derrubada da medida provisória alternativa ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e das demissões de nomes indicados por partidos do Centrão como retaliação, líderes enxergam o “jogo zerado” e querem se concentrar no futuro.

Com a recuperação da popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a necessidade de aprovação de medidas fiscais até o fim do ano, deputados apostam em uma “trégua pragmática”, condicionada à regularização do pagamento das emendas parlamentares e a uma mudança de tom do Palácio do Planalto em relação ao Legislativo.

A pressão sobre o governo para conseguir cumprir o arcabouço fiscal deve testar essa capacidade de recomposição da base do Executivo no Congresso já nesta semana, em que o pacote

de medidas econômicas precisa ser votado. Se confirmada, a trégua tende a destravar votações cruciais para a execução do Orçamento de 2025 e o planejamento para o ano eleitoral.

Para isso, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, reuniu-se com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e também tem feito reuniões com partidos como PP, União Brasil e Republicanos, com o objetivo de apagar as arestas e articular a recomposição.

A avaliação de parlamentares é que o “pente-fino” nos cargos do Centrão teve efeitos na Câmara e líderes avaliam que a recomposição da base é um processo importante. Esses mesmos parlamentares, contudo, esperam o governo cesse os ataques públicos ao Congresso. Eles citam, por exemplo, a “desmoralização” do presidente da Câmara quando Lula criticou, na presença do deputado, o baixo nível do Congresso. Depois da declaração, Motta afirmou que o governo precisava “melhorar muito” a relação. “Se não mudar o discurso,



Motta e Gleisi: ministra tem se reunido com o presidente da Câmara e representantes de partidos como PP, União Brasil e Republicanos para apagar arestas

não tem recomposição”, alerta um líder de centro.

Há disposição, na Câmara, de reconfigurar os acordos com o governo — o que deve passar pela indicação de novos cargos e pelo pagamento das emendas. Para os deputados, é importante que Lula empodere Motta e garanta instrumentos que ampliem sua capacidade de articulação na Casa, especialmente para efetivar a liberação de recursos.

Dados do Siga Brasil mostram que, dos R\$ 50,3 bilhões em re-

ursos reservados para emendas parlamentares em 2025, cerca de R\$ 30 bilhões foram empenhados. O empenho é uma primeira etapa, quando se reserva o recurso para uma determinada despesa. O montante pago corresponde a R\$ 17 bilhões, aproximadamente 34% do total.

O valor é considerado baixo levando em conta que faltam apenas três meses para o final do ano. Segundo um deputado do PT, é “natural” que o governo esteja segurando o pagamento das emendas diante das incertezas em relação às receitas. Mas existe um sentimento de desconfiança entre os parlamentares, que precisam honrar compromissos nos municípios e são pressionados por prefeitos, e o receio de que o governo não execute os pagamentos.

Nesse sentido, o líder do go-

verno na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), tem reforçado a necessidade de pactuação em relação às emendas. Em recente entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, ele afirmou que o governo precisa de voto para aprovar projetos importantes, e que, para isso, é preciso abrir o cofre.

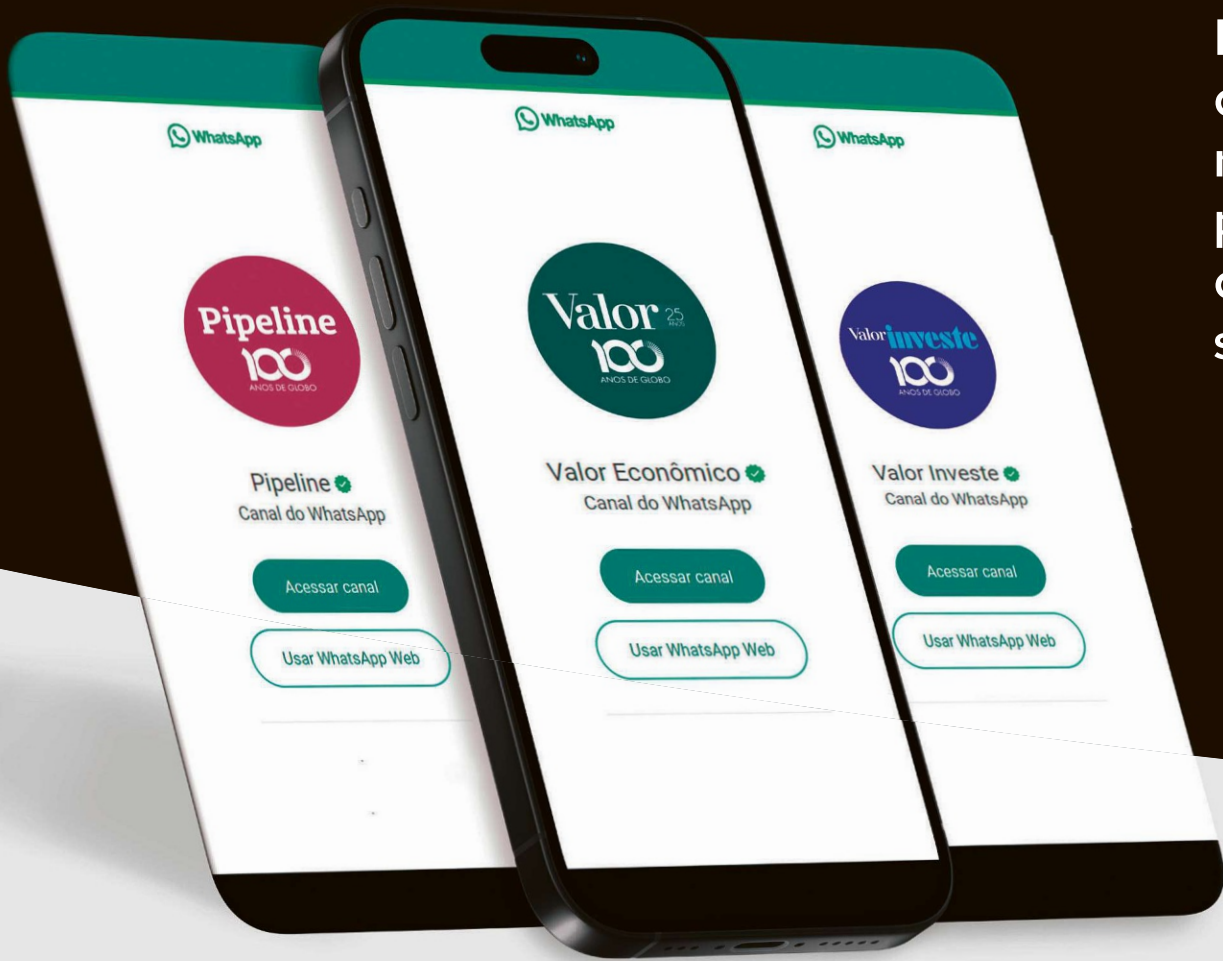
Nesse processo de alinhamento com o governo, Motta é considerado uma figura central, mas nomes da base ainda mantêm ressalvas. O presidente da Câmara é descrito como alguém pragmático, porém “instável”. Embora veja vantagem em se aproximar do governo diante do fortalecimento de Lula, o deputado tem calibrado os gestos conforme seus próprios cálculos eleitorais na Paraíba e a disputa pela reeleição à presidência da Câmara.

Um líder cita como exemplo

dessas ressalvas a falta de empenho de Motta em punir deputados bolsonaristas, como o caso do Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que teve o pedido de cassação arquivado pelo Conselho de Ética na semana passada. “Ele é muito instável. Quando pensa na eleição na Paraíba, vem para cá, quando pensa na reeleição para presidente da Câmara, vai para lá. Por isso eu não sou muito otimista [sobre uma aproximação com o governo]”, afirmou.

Para um quadro influente da oposição, essa tendência ainda não está clara, já que no ano que vem o Republicanos, partido de Motta, não irá apoiar a reeleição de Lula. Na leitura de um aliado de primeira hora de Motta, porém, o deputado deve caminhar um pouco mais em direção ao governo à medida que se aproxima o processo eleitoral.

Fique por dentro das notícias que impactam suas finanças



Escolha os canais do Valor que você quer seguir e receba em primeira mão as principais notícias, análises de especialistas e insights sobre o mundo dos negócios.



Política

Congresso Em reação, Frente Parlamentar Ambientalista articula agenda ambiental positiva com projetos a serem votados antes da COP

Propostas tentam mudar mais regras do licenciamento

Cristiano Zaia
De Brasília

Em meio à discussão do PL do licenciamento e da licença concedida na semana passada para a Petrobras explorar petróleo na Foz do Amazonas, o Congresso Nacional vem fazendo novas tentativas de flexibilizar, revisar ou mudar ainda mais as regras do processo de licenciamento ambiental no país. O movimento ocorre a poucos dias da Conferência das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (COP) no Brasil, em Belém (PA), em novembro.

Parlamentares de bancadas que defendem o setor empresarial dizem que existe atualmente um movimento no Congresso, com mais força do que antes, para aprovar alterações nas regras vigentes, principalmente em relação ao licenciamento de grandes empreendimentos

O projeto de lei, que foi batizado por ambientalistas de PL da Devastação, tramitou por 20 anos e foi aprovado neste ano. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez 63 vetos ao texto, e uma sessão do Congresso aguarda nova data para decidir se derruba ou não os trechos vetados, o que deve acontecer depois da COP30.

Na semana que passou, dois projetos para alterar o processo de concessão de licenças ambientais chegaram a ser pautados para votação em comissões da Câmara e do Senado. As votações foram adiadas, mas isso pode acontecer a qualquer momento. Ambos propõem modificar a Lei Complementar 140, que trata sobre de quem é a competência para licenciar empreendimentos — União, Estados ou municípios.

Um deles é uma proposta de 2024 do deputado Hugo Leal (PSD-RJ), aliado do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). O texto transfere o licenciamento para os Estados sempre que houver greves de servidores de órgãos ambientais federais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O projeto enfrenta resistência e o relator na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, Clodoaldo Magalhães (PV-PE), até apresentou



KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 22/10/2025

Leal: “Uma obra não pode sofrer paralisação se houver greve. Temos que agilizar o licenciamento ambiental com qualidade”

parecer contrário. Ele argumentou, em seu relatório, que o texto “pode gerar insegurança jurídica, sobreposição de competências, fragilização da análise ambiental — especialmente em empreendimentos de alta complexidade —, bem como desarticulação das políticas ambientais nacionais”.

Leal responde que o projeto surgiu em meio à última greve do Ibama no ano passado, não fere o pacto federativo ao tirar competência da União temporariamente nem é “liberou geral”. “Se tiver greve, não pode uma obra sofrer paralisação. Temos que agilizar o licenciamento ambiental com qualidade”, disse ao **Valor**.

A outra proposta sobre licenciamento, que também quase foi votada nos últimos dias na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, tem melhor aceitação e é de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Braskem. Ela transfere para a União a competência exclusiva para licenciar projetos de mineração de “alto risco ambiental”. O projeto visa regu-

lamentar as licenças no setor e tem parecer favorável do senador Chico Rodrigues (PSB-RR).

“O Brasil não pode manter os critérios atuais do processo de licenciamento. Isso é um atraso para o país”, afirma o deputado Júlio Lopes (PP-RJ), presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, uma das 19 de uma coalizão de frentes parlamentares que assinaram comunicado recente a favor do PL do licenciamento. O texto defende mais agilidade ao licenciamento ambiental e adverte que o modelo hoje é “disfuncional” e “penaliza empreendedores e comunidades”.

Em reação a esse movimento do Congresso, a Frente Parlamentar Ambientalista vem articulando junto ao presidente da Câmara e aos líderes partidários uma agenda ambiental positiva com uma lista de projetos a serem votados na semana anterior à COP no Brasil, conta seu presidente, o deputado Nílto Tatto (PT-SP).

“Temos hoje no Congresso, com boa parte do Centrão e da

bancada ruralista, uma pressão permanente para flexibilizar a lei ambiental e o risco de retrocessos permanece. Mas estamos monitorando e sempre em articulação com o governo para tentar evitar que esses projetos sejam votados”, diz ele.

Para a ex-presidente do Ibama e coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima, Suely Araújo, qualquer votação de outros projetos sobre licenciamento, “vai complicar ainda mais o caos normativo atual”. Esse caos, inclui uma lei com 63 pontos vetados e ameaçados de derrubada, uma medida provisória sobre a Licença Ambiental Especial (LAE) com 833 emendas e um projeto de iniciativa buscando “consertar” parte dos pontos vetados, diz.

“Tudo o que nós precisamos é mais confusão nesse quadro, ainda mais em um contexto em que o Parlamento ataca todos os dias a política ambiental e os órgãos do Sisnama [Sistema Nacional do Meio Ambiente]”, adverte ela.

Renan espera Fazenda para votar IR

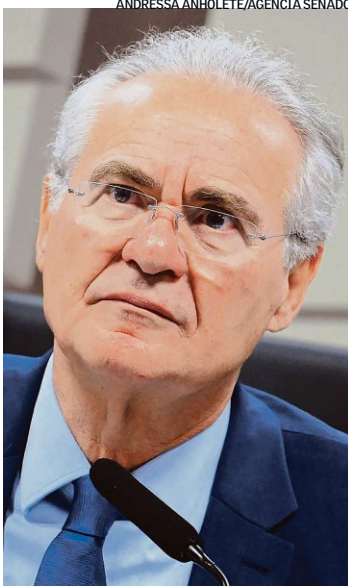
Caetano Tonet e Gabriela Guido
De Brasília

Relator do projeto de lei que amplia a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) afirmou ao **Valor** que pode manter o texto da Câmara dos Deputados, desde que o Ministério da Fazenda apresente números que demonstrem que o texto é neutro, ou seja, que não terá impacto fiscal.

Renan cobra que a pasta comandada por Fernando Haddad apresente os números das compensações das exceções incluídas pelo relator na Câmara, seu rival na política local, deputado Arthur Lira (PP-AL), no texto. A sinalização de que poderia mudar a proposta gerou preocupações entre especialistas e o empresariado, que apontaram o risco de desinvestimento e mais dificuldades para o planejamento de longo prazo das companhias.

“Se a Fazenda diz que participou do acordo, que eles confessam que participaram, eu vou ser mais real do que o rei? Eu vou de pronto apresentar o parecer e marcar a data para queimar as etapas, para a gente ter uma rápida aprovação e sanção. Mas eles vão ter que assumir a responsabilidade e mostrar. Porque chegou aqui sem as compensações”, disse.

O parlamentar não descarta, caso receba os cálculos do Ministério da Fazenda, apresentar o



ANDRESSA ANHOLETE/AGÊNCIA SENADO

Renan quer saber impacto fiscal

parecer na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador reforçou as cobranças à Fazenda durante uma audiência pública realizada na semana passada.

Há divergências em relação aos números do projeto. O Instituto Fiscal Independente (IFI), ligado ao Senado, calculou que o texto que saiu da Câmara tem um impacto fiscal negativo de R\$ 1 bilhão ao ano. Inicialmente, de acordo com as estimativas do órgão, o texto enviado pelo Executivo ao Congresso tinha um ganho líquido anual de, em média, R\$ 9 bilhões, entre os anos de 2026 e 2028.

Até o momento, porém, o Ministério da Fazenda não apresentou publicamente — nem ao relator —

texto, enviando para a sanção a isenção do IR, e devolvendo para a Câmara dos Deputados as exceções incluídas por Lira.

Após ser designado relator, Renan se reuniu com o secretário especial da Receita Federal, Robson Barreirinhas, e apresentou cálculos de consultores do Senado que sustentam que, com as mudanças feitas na Câmara, o projeto é desequilibrado do ponto de vista fiscal, com um efeito negativo de R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões em 2026, podendo chegar a R\$ 16,2 bilhões em três anos.

No encontro, integrantes da equipe econômica afirmaram que o texto é neutro, mas, segundo Renan, não apresentaram os números que sustentem essa neutralidade. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador reforçou as cobranças à Fazenda durante uma audiência pública realizada na semana passada.

Há divergências em relação aos números do projeto. O Instituto Fiscal Independente (IFI), ligado ao Senado, calculou que o texto que saiu da Câmara tem um impacto fiscal negativo de R\$ 1 bilhão ao ano. Inicialmente, de acordo com as estimativas do órgão, o texto enviado pelo Executivo ao Congresso tinha um ganho líquido anual de, em média, R\$ 9 bilhões, entre os anos de 2026 e 2028.

Até o momento, porém, o Ministério da Fazenda não apresentou publicamente — nem ao relator —

os cálculos que fez após as mudanças aprovadas na Câmara. Líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), garantiu, durante a audiência pública sobre o tema na última quinta-feira (23), que a pasta vai enviar os dados o quanto antes.

“Saíndo daqui e pegando os apontamentos da equipe, eu vou pedir que lhe mande emergencialmente [os números] para que Vossa Excelência possa fazer o trabalho com a tranquilidade que merece”, disse Wagner.

Renan defende que o texto não é neutro do ponto de vista fiscal em decorrência, principalmente, da isenção de IR para os dividendos superiores a 50 mil cuja distribuição seja definida até 2025. O projeto aprovado pela Câmara preservou os dividendos apurados até o fim deste ano da retenção de 10%, inclusive o estoque de anos anteriores ainda não distribuído.

Além da questão dos dividendos, Renan quer rever o trecho que prevê a isenção para rendimentos oriundos de Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Letras Imobiliárias Garantidas (LIG), Letras de Crédito do Desenvolvimento (LCD), além do Fiagro. Essas mudanças também foram feitas em comum acordo com o governo, que nega impacto fiscal.

Procurado, o Ministério da Fazenda não se manifestou.



COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
Companhia Aberta – Registro CVM nº 02680-8
CNPJ nº 04.368.898/0001-06
NIRE 41300019282

EDITAL DE ADIAMENTO E 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIE DA 6ª (SEXTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

Por este edital, ficam informados os senhores titulares das debêntures em circulação (em conjunto, "Debenturistas") da 2ª (segunda) Série da 6ª (sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Copel Distribuição S.A. ("Emissão", "Debêntures" e "Companhia", respectivamente), emitidas nos termos da "Escritura Particular da 6ª (sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Copel Distribuição S.A.", celebrada em 28 de junho de 2021, entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, conforme aditada ("Escritura de Emissão", "Agente Fiduciário" e "Garantidora", respectivamente), sobre o adiamento da assembleia geral de Debenturistas ("AGD"), originalmente convocada para 24 de outubro de 2025, às 10:00 horas, ficando os senhores Debenturistas convocados para se reunirem, em segunda convocação, no dia 04 de novembro de 2025, às 14:00 horas, a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio da plataforma "TEV" ("Plataforma Digital"), por meio do link: <https://assembleia.ten.com.br/215793120/>, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do artigo 70, inciso I, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre as seguintes **ORDENS DO DIA**:

(1) consentimento prévio para a realização de alterações no estatuto social da Garantidora, em um ou mais momentos, em decorrência de potencial: (i) alteração nas preferências e vantagens de classe de ações preferenciais de classe B; (ii) conversão de todas as ações preferenciais de classe B em ações preferenciais classe A para unificação da classe de ações preferenciais da Garantidora; (iii) conversão de todas as ações preferenciais emitidas pela Garantidora em ações ordinárias; e (iv) após conclusão das ações (i), (ii) e (iii) acima, a migração da Garantidora para o regime de pagamento de *waiver fee*, sendo certo que tal contraprestação econômica para o item (1) acima somente será devida se efetivamente implementada a Potencial Operação. O não pagamento de *waiver fee* para o item (1) acima nos termos aqui referidos faz-se necessário tendo em vista o racional jurídico-econômico de que não havendo a implementação da Potencial Operação, não seria necessário sequer a solicitação e consequente obtenção do *waiver* previsto no item (1) da Ordem do Dia, neste caso permanecendo sem alterações a estrutura societária que a Companhia possui atualmente.

(2) consentimento prévio para que, exclusivamente durante o período entre a data de aprovação do presente pleito na AGD até a data de afeição a ser realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Garantidora referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2029 (inclusive) ("Período de *Waiver Temporário*"), os efeitos do disposto na Cláusula 6.2, (xv) (b), da Escritura de Emissão sejam suspensos, de modo que o não atingimento, pela Garantidora, do índice financeiro ali previsto não seja considerado um Evento de Inadimplência (conforme definido na Escritura de Emissão), desde que seja atingida, pela Garantidora, a relação entre "Dívida Financeira Líquida Consolidada" e "EBITDA" (conforme definidos na Escritura de Emissão) menor ou igual a 4,5 vezes durante o Período de *Waiver Temporário*; e

(3) autorização para o Agente Fiduciário praticar, em conjunto com a Companhia e a Garantidora, todos os demais atos eventualmente necessários de forma a refletir as deliberações tomadas de acordo com os itens (1) e (2) acima.

Em contrapartida pelos consentimentos prévios solicitados nos termos da Proposta da Administração e deste edital de convocação, poderá ser deliberado na AGD o pagamento de contraprestação econômica aos Debenturistas relativa a cada consentimento, nos prazos, montantes e formas a serem definidos de comum acordo entre a Companhia e os Debenturistas na AGD, por meio de pagamento de *waiver fee*, sendo certo que tal contraprestação econômica para o item (1) acima somente será devida se efetivamente implementada a Potencial Operação. O não pagamento de *waiver fee* para o item (1) acima nos termos aqui referidos faz-se necessário tendo em vista o racional jurídico-econômico de que não havendo a implementação da Potencial Operação, não seria necessário sequer a solicitação e consequente obtenção do *waiver* previsto no item (1) da Ordem do Dia, neste caso permanecendo sem alterações a estrutura societária que a Companhia possui atualmente.

Informações Gerais:

Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da Plataforma Digital deverão solicitar o seu respectivo cadastro, por meio do link: <https://assembleia.ten.com.br/215793120/> ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. Nos termos do artigo 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação e do voto à distância durante a AGD, por meio da Plataforma Digital, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, conforme modelo disponibilizado pela Companhia no seu website (ri.copel.com) e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Plataforma Digital, por meio do link: <https://assembleia.ten.com.br/215793120/>, com antecedência de até 2 (dois) dias antes da realização da AGD.

Nos termos dos artigos 126 e 71 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da AGD ou enviar instrução de voto os Debenturistas deverão encaminhar por meio da Plataforma Digital:

(i) quando pessoa física: cópia do documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGD; e (iii) caso o debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto.

O representante do debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital.

Caso qualquer dos Debenturistas seja parte em operações compromissadas, além dos documentos listados acima, conforme aplicável, será necessário o envio (a) da tela CETIP; e (b) e-mail do Debenturista aos endereços acima contendo (b.1) a indicação do ativo; e (b.2) a declaração, em texto corrido do e-mail, de que realizou a operação compromissada e que o Debenturista permanece com os direitos políticos do ativo.

Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo.

Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações e o instrumento de outorga de poderes de representação deve ser enviado em sua versão digital assinada de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente com o reconhecimento de firma ou abono bancário do signatário. A Companhia e o Agente Fiduciário dispensarão a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Companhia, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos.

As pessoas naturais Debenturistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGD por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas Debenturistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04 de novembro de 2014).

Os Debenturistas que não realizarem o Cadastro e não enviarem os documentos na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar da AGD via sistema eletrônico de votação a distância.

Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o debenturista receberá, até 1 (um) dia antes da AGD, as instruções para acesso à Plataforma Digital. Caso determinado debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Companhia, por meio de e-mail ri@copel.com, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Em caso de qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar a Companhia diretamente pelo e-mail ri@copel.com e/ou pelo telefone (41) 3331-4011, ou o Agente Fiduciário, por meio do e-mail assembleias@pentagontrustee.com.br.

A administração da Companhia reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital.

Na data da AGD, o link de acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a Plataforma Digital para participação da AGD com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do início da AGD, a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Debenturistas se familiarizem previamente com a Plataforma Digital.

Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação.

A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital e com o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da Plataforma Digital e outras situações que não estejam sob controle da Companhia (como, por exemplo, instabilidade na conexão do Debenturista com a internet ou a incompatibilidade do sistema eletrônico com o equipamento utilizado pelo Debenturista).

Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na AGD através de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da AGD, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, §4º, II, da Resolução CVM 81.

Visando à segurança da AGD, o acesso ao sistema eletrônico será restrito aos Debenturistas da Companhia que se credenciarem no prazo aqui previsto.

Por fim, a Companhia esclarece que, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGD, a Companhia poderá adotar os procedimentos previstos na referida autorização para que a AGD se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Companhia publicará um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da AGD.

Este edital de convocação se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (pentagontrustee.com.br), da Companhia (ri.copel.com) e da CVM na rede mundial de computadores (gov.br/cvm/pt-br).

Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

Curitiba, 23 de outubro de 2025

Felipe Guterres Ramella
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Política

Atividade econômica

Indicadores agregados

	set/25	ago/25	jul/25	jun/25	mai/25	abr/25	mar/25	fev/25	jan/25	dez/24
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,40	-0,52	-0,19	-1,13	0,44	0,70	0,63	1,46	-1,00
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	0,8	-0,1	0,1	-0,5	-0,6	1,7	0,0	0,2	-0,4
Indústria de transformação	-	0,6	-0,1	0,1	-0,5	-0,9	1,0	-0,5	1,0	-1,1
Indústrias extrativas	-	-0,3	1,2	-1,8	1,0	1,5	3,7	2,9	-2,3	0,4
Bens de capital	-	-1,4	-0,2	0,7	-2,3	0,9	-1,2	0,8	2,7	-4,1
Bens intermediários	-	1,0	0,2	0,1	0,1	0,5	0,6	1,3	-1,8	0,8
Bens de consumo	-	0,8	0,1	-0,6	-1,5	-3,0	4,1	-1,3	3,6	-2,9
Faturamento real (CNI - %) (1)	-	-5,3	0,4	-1,9	0,6	-1,1	-2,9	1,9	5,3	-3,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %) (1)	-	-0,3	0,1	-0,7	0,8	-0,5	-2,1	1,9	1,2	-0,9
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,5	0,2	0,2	-0,3	-0,3	1,5	1,5	0,2	0,4
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,2	-0,2	-0,1	-0,4	-0,3	0,8	0,6	0,2	-0,2
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,6	0,6	0,5	0,4	0,1	0,8	1,4	2,4	-0,5
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,1	0,2	0,5	0,2	0,4	0,4	0,8	-0,4	0,2
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	5,6	5,6	5,8	6,2	6,6	7,0	6,8	6,5	6,2
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,0	0,2	0,0	0,0	-0,3	0,0	0,5	0,4	0,1
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-	-	-	-	-	-	0,4	-0,2	-2,2	-1,6
Balança comercial (US\$ milhões)										
Exportações	30.531	29.579	32.074	28.961	29.933	29.885	28.702	22.744	25.383	24.881
Importações	27.541	23.718	25.251	23.270	22.934	22.273	21.029	23.232	23.067	20.245
Saldo	2.990	5.861	6.822	5.691	7.000	7.613	7.673	-487	2.316	4.636

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	2º Tr/25	1º Tr/25	2025 (1)	2024	2023	2022
PIB (R\$ bilhões) *	3177	3020	12 267	11.745	10.943	10.080
PIB (US\$ bilhões) **	557	516	2.140	2.178	2.191	1.952
Taxa de Variação Real (%)	0,4	1,3	32	34	32	3,0
Agropecuária	-0,1	12,3	5,8	-3,2	16,3	-1,1
Indústria	0,5	0,0	2,4	3,3	1,7	1,5
Serviços	0,6	0,4	2,9	3,7	2,8	4,3
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	-2,2	3,2	8,3	7,3	-3,0	1,1
Investimento (% do PIB)	16,8	17,8	17,3	17,0	16,4	17,8

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data * Valores correntes. ** Banco Central. (1) 2º trim de 2025, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R\$	Alíquotas em % (1)	Base de cálculo* em R\$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R\$
Até 1.518,00	7,50	Até 2.428,80	0,0	0,00
De 1.518,01 até 2.793,88	9,00	De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.793,89 até 4.190,83	12,00	De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	394,16
De 4.190,84 até 8.157,41	14,00	De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Empregador doméstico	8,00	Acima de 4.664,68	27,5	908,72

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data * Competência outubro/25. ** Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R\$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R\$
Até 2.428,80	0,0	0,00
De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	394,16
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Acima de 4.664,68	27,5	908,72

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data * Valor considera o desconto simplificado de R\$ 607,20 Obs. Desconto por dependente: R\$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R\$ bilhões

Discriminação	Janeiro-setembro			setembro		
	2025	2024	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	677,3	619,9	9,24	61,0	56,3	8,51
Imposto de renda pessoa física	61,6	56,4	9,36	5,8	5,5	6,89
Imposto de renda pessoa jurídica	256,6	241,4	6,29	18,3	18,1	0,75
Imposto de renda retido na fonte	359,0	322,1	11,44	36,9	32,7	13,09
Imposto sobre produtos industrializados	63,3	58,0	9,29	7,3	7,2	0,81
Fumo	8,5	6,1	39,06	0,9	0,7	22,45
Bebidas	2,3	2,2	3,64	0,2	0,3	-9,55
Automóveis	3,4	4,2	-19,38	0,3	0,4	-28,12
Imposto sobre operações financeiras	60,0	49,4	21,55	8,5	6,0	40,32
Imposto de importação	6,77	54,2	24,82	7,7	7,2	7,82
Cide-combustíveis	2,4	2,2	6,01	0,3	0,2	4,91
Contribuição para Finsocial (Cofins)	332,8	306,8	8,48	37,7	36,0	4,55
CSLL	138,9	129,4	7,35	9,9	9,9	0,68
PIS/Pasep	90,7	83,9	8,16	10,2	9,7	5,22
Outras receitas	672,4	630,5	6,65	74,2	70,7	4,95
Total	2.105,5	1.934,3	8,85	216,7	203,2	6,67
	ago/25			jul/25		ago/24
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	59,5	7,79	55,2	-1,37	53,7	8,03

Fontes: Receita Federal e Previdência Social. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior.

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

Mês	Em %				Em R\$			
	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175
set/24	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760	0,84	0,5584	0,5088	0,3143
out/24	0,0977	0,5982	0,5982	0,8801	0,93	0,6191	0,5112	0,3446
nov/24	0,0649	0,5652	0,5652	0,7503	0,79	0,5990	0,5207	0,3117
dez/24	0,0822	0,5826	0,5826	0,8571	0,93	0,6191	0,5387	0,3290
jan/25	0,1690	0,6698	0,6698	0,9972	1,01	0,6625	0,5685	0,4160
fev/25	0,1324	0,6331	0,6331	0,9315	0,99	0,5982	0,6006	0,3794
mar/25	0,1092	0,6097	0,6097	0,8971	0,96	0,6625	0,6185	0,3561
abr/25	0,1689	0,6697	0,6697	0,9929	1,06	0,6937	0,6263	0,4159
mai/25	0,1712	0,6721	0,6721	1,0552	1,14	0,7169	0,6224	0,4182
jun/25	0,1699	0,6707	0,6707	1,0201	1,10	0,6937	0,6131	0,4169
jul/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1779	1,28	0,7417	0,6076	0,4229
ago/25	0,1722	0,6731	0,6731	1,0817	1,16	0,7417	0,6053	0,4193
set/25	0,1742	0,6751	0,6751	1,1361	1,22	0,7177	0,6131	0,4213
out/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1764	1,28	0,7504	0,6201	0,4229
2025	1,63	6,83	6,83	10,97	11,77	7,20	6,27	4,16
Em 12 meses*	1,78	8,06	8,06	12,76	13,71	8,51	7,39	4,83
2024	0,81	7,03	7,03	9,98	10,88	7,00	5,97	3,84

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência (1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia do mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia do mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para outubro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R\$ bilhões - no setor público

	ago/25		jul/25		ago/24	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida do setor público						
Dívida líquida total	7969,2	64,20	7851,1	63,64	7026,2	61,32
(1) Ajuste patrimonial + privatização						
	30,6	-0,25	35,2	-0,28	-45,4	-0,40
(2) Ajuste metodológico s/ dívidas*						
	-1.033,3	-8,32	-1.055,3	-8,55	-990,9	-8,66
Dívida fiscal líquida	9.033,1	72,78	8.941,5	72,48	8.063,4	70,38
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	8.576,9	69,10	8.493,2	68,84	7882,1	68,80
Dívida externa líquida	-607,7	-4,90	-642,1	-5,20	-856,0	-7,47
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	6.915,6	55,72	6.801,8	55,13	6.038,5	52,70
Governos Estaduais	921,7	7,43	917,5	7,44	874,6	7,63
Governos Municipais	86,6	0,70	86,7	0,70	73,5	0,64
Empresas Estatais	45,3	0,37	45,1	0,37	39,5	0,34
Necessidades de financiamento do setor público						
Fluxos acumulados em 12 meses	ago/25		ago/25		ago/24	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Total nominal	969,6	7,81	968,5	7,86	1.111,3	9,70
Governo Federal**	818,7	6,60	808,2	6,56	868,6	7,58
Banco Central	54,7	0,44	68,8	0,56	151,8	1,33
Governo regional	82,6	0,67	78,4	0,64	78,2	0,68
Total primário	23,1	0,19	27,3	0,22	256,3	2,24
Governo Federal	-295,7	-2,38	-289,3	-2,36	-538	-4,61
Banco Central	1,0	0,01	1,0	0,01	0,9	0,01
Governo regional	-34,4	-0,12	-36,2	-0,13	-36,7	-0,15

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. ** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central

Valores em R\$ bilhões a preços de agosto*

Discriminação	Janeiro-agosto			agosto		
	2025	2024	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita total	1.904,6	1.832,5	3,93	243,7	233,1	4,54
Receita Adm. Pela RFB**	1.237,0	1.179,8	4,85	160,6	151,8	5,84
Arrecadação Líquida para o RGPS	447,4	429,2	4,23	55,2	53,5	3,04
Receitas Não Adm. Pela RFB	220,2	223,5	-1,50	27,9	27,8	0,35
Transferências a Estados e Municípios	376,7	361,6	4,20	42,9	39,8	7,73
Receita líquida total	1.527,8	1.471,0	3,86	200,9	193,4	3,89
Despesa Total	1.611,9	1.573,8	2,42	260,0	202,7	28,30
Benefícios Previdenciários	714,4	683,0	4,59	97,8	77,1	26,80
Pessoal e Encargos Sociais	262,8	252,4	4,12	45,4	38,5	17,92
Outras Despesas Obrigatórias	280,3	267,5	4,78	68,0	32,2	111,28
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	354,4	370,8	-4,42	48,8	54,9	-11,01

Argentina Partido do presidente direitista obtém mais de 40% dos votos e deverá ter 102 deputados na Câmara, com o apoio de aliados

Urnas ampliam bancada e governabilidade de Milei



Marina Guimarães
Para o **Valor**, de Buenos Aires

O partido do presidente argentino, Javier Milei, conquistou ontem uma importante vitória nas eleições legislativas, informou a Justiça Eleitoral, e praticamente empatou com a oposição peronista na importante Província de Buenos Aires.

Com 97,86% dos votos apurados, o partido La Libertad Avanza (LLA), de Milei, obteve 40,74% dos votos para a Câmara e deverá contar agora com 102 deputados junto ao aliado PRO. A principal coalizão da oposição, a Força Pátria, obteve 31,77%, ficando com 99 assentos - resta ver como somam aliados. O governo passará de seis para 20 senadores, enquanto a opositor peronista passa de 34 a 28 senadores.

“Não duvido que teremos o Congresso mais reformista da história argentina, sem dúvidas”, projetou Milei no discurso de vitória. O presidente disse estar comprometido em tornar a Argentina “maior país do mundo” e para isso acenou com acordos políticos. “Há dezenas de outros partidos com os quais podemos nos encontrar e fazer acordos básicos e queremos convidar os governadores para discutir estes acordos”, afirmou Milei ao mesmo tempo em que voltou a criticar o peronismo/kirchnerismo. “Agora sim podemos ter leis por dois de cada 3 argentinos não querem voltar ao passado, a um estado inútil, à inflação... basta de populismo. Populismo nunca mais”, disse Milei.

O desempenho dá novo impul-



Milei vota em Buenos Aires: eleição foi a que teve menor participação desde o retorno da democracia, em 1983

so político ao presidente. Mas ele terá de lidar com o desencanto do eleitorado, que ficou evidente com a grande abstenção. Apenas 67,5% dos argentinos aptos a votar participaram do pleito — maior ausência desde o retorno do país à democracia, em 1983.

Ao emitir seu voto, o ministro de Economia, Luis “Toto” Caputo, afirmou que o fato de haver menos conflito entre o Legislativo e o Executivo “vai ajudar a levar tranquilidade” aos mercados”. “Não muda nada no programa econômico, não se modifica o esquema bandas cambiais, nem o objetivo do equilíbrio fiscal, nem todos os objetivos que colocamos”, afirmou.

O governo venceu em todo o país, incluindo a Província de Buenos Aires, Capital Federal, Córdoba, Santa Fé e Mendoza. O resultado foi uma surpresa, segundo o analista Ignacio Labaqui. “Eviden-

temente, o antikirchernismo continua muito forte e os eleitores parecem premiar o governo por ter baixado a inflação”, afirmou.

“Tenho esperança no meu país e de que recuperaremos nossa pátria de um governo de ocupação. Esta foi uma eleição mais difícil do que a de 7 de setembro, basicamente porque o presidente da maior potência mundial liderou a campanha”, disse o líder social Juan Grabois, da sede da campanha da coalizão de peronista Força Pátria, referindo-se à vitória da oposição na eleição para o governo da Província de Buenos Aires e à suposta interferência do presidente Donald Trump na votação.

Trump, prometeu US\$ 20 bilhões em swap e outros US\$ 20 bilhões via crédito privado com bancos como o J.P. Morgan para ajudar a Argentina a superar seus problemas cambiais.

O analista político Sérgio Be-

rensztein disse ao **Valor** que o resultado foi uma surpresa e dá à LLA um lugar de primeira força política nacional, abrindo uma distância de 15 pontos da Força Pátria. “Apesar de todos os contratemplos vividos pelo governo, conseguiu um apoio significativo que lhe permite ter um terço do Congresso que garante a governabilidade, mas não o suficiente para aprovar leis e isso vai exigir negociações com outras forças”, afirmou.

Segundo a cientista política Shila Vilker, o governo entra em nova fase: “A governabilidade dependerá da habilidade de Milei em administrar o apoio do PRO e da coalizão Províncias Unidas, grupo de governadores moderados que pode funcionar como ponte política.” O bloco, liderado por Juan Schiaretti, busca construir uma alternativa à polarização entre peronistas e libertários.

Governistas reagem e contêm poder de províncias

Para o **Valor**, de Buenos Aires

Em recessão, com duas quedas trimestrais consecutivas na atividade econômica, as províncias argentinas chegaram às eleições com a meta de deslocar Buenos Aires e ocupar o centro das decisões políticas. Mas projeções indicam que o La Libertad Avanza (LLA), de Javier Milei, conseguiu conter a evolução das forças provinciais.

Ainda antes dos resultados oficiais, testemunhas afirmavam que o LLA poderia ter uma vantagem de até sete pontos percentuais nas urnas sobre o movimento de governadores Províncias Unidas, de acordo com o jornal argentino La Nación.

O resultado, porém, ainda mostra um relativo crescimento no papel dos governadores, mas coloca Juan Schiaretti — ex-governador de Córdoba e cabeça de lista dos candidatos a deputados da Províncias Unidas — como o grade derrotado da noite.

A coalizão Províncias Unidas chegou ao cenário político para tentar reverter o impacto da cri-



Llaryora, governador de Córdoba

se no interior do país, marcado por alto desemprego e queda nos salários.

Dados oficiais de agosto mostram retração anual nas províncias em setores-chave, como construção, indústria e comércio. Entre junho e julho, 21,6 mil empregos privados foram perdidos. Desde o início do governo

Milei, cerca de 128 mil postos foram fechados no interior.

As maiores reduções, segundo estudos de organismos oficiais foram em Tucumán, La Rioja, Misiones, Terra do Fogo e Catamarca.

Com 3,8 milhões de habitantes e capital homônima, Córdoba despontou durante a campanha para as eleições como novo polo político e candidato a ganhar peso na reconfiguração de poder para 2026-2027.

A terceira província mais populosa do país, vinha tendo papel crescente nas disputas nacionais. Em discurso recente, o governador Martín Llaryora destacou: “É preciso praticar o federalismo”, ao liberar recursos para municípios locais.

A Províncias Unidas foi lançada em 2025, reunindo Córdoba, Santa Fé, Jujuy, Chubut, Santa Cruz e Corrientes, com o objetivo de oferecer uma alternativa à polarização entre Milei e o peronismo.

Llaryora — também presidencial para 2027 — apoiou a abertamente Schiaretti, cabeça da lista de candidatos a deputado pelo

bloco. “Somos uma força nacional em crescimento, que defende os valores produtivos da Argentina”, afirmou. O grupo busca dar voz ao interior, ampliar a autonomia fiscal e consolidar uma base legislativa para 2027. Também atua como frente de negociação com o governo nacional.

O movimento dos governadores, mesmo com o revés de ontem, ainda pode se consolidar como novo vetor de poder: amplia a capacidade de negociação federal, reforça o peso político das províncias e antecipa o jogo eleitoral para a eleição presidencial, com o interior se firmando como centro de influência política no pós-2025.

“O ‘cordobismo’ tem raiz no peronismo, mas é independente e ‘dialoguista’. Schiaretti tinha conseguido reunir províncias produtivas, diversificadas e lideradas por jovens dinâmicos”, diz a cientista política Shila Vilker. Mas, segundo ela, ainda há dúvidas sobre a capacidade do grupo de manter unidade, dada a diversidade das agendas regionais. (**M.G.**)

Argentinos veem desvalorização e recessão pela frente

Samuel Rodrigues
De Buenos Aires

Tomar um cafezinho em Buenos Aires sai tão caro quanto em Nova York. O preço do Big Mac argentino é o segundo mais alto do mundo, atrás apenas do suíço. No país natal de Lionel Messi, former fora de casa virou luxo e a política econômica do governo de Javier Milei explica o fenômeno.

Milei assumiu a presidência prometendo controlar a inflação, à época em 200% ao ano. Os preços avançaram 25% somente em dezembro de 2023, quando o libertário recebeu a faixa presidencial, e a tendência era de aceleração: economistas temiam uma hiperinflação, que é quan-

do os preços sobem mais de 50% em um único mês.

Passados quase dois anos, é inegável que Milei domou o dragão. Segundo o Indec, o instituto de estatísticas da Argentina, o índice de preços ao consumidor (IPC) foi de 31,8% nos 12 meses até setembro de 2025, o menor nível em sete anos.

Para cumprir o objetivo, o governo lançou mão nos últimos meses do velho artifício de queimar suas escassas reservas internacionais para segurar a taxa de câmbio. Contou com a ajuda de Donald Trump, que colocou suas fichas sobre a mesa para impulsionar a ultradireita nas urnas.

Após a dura derrota na província de Buenos Aires em setem-

bro, Milei transformou a eleição parlamentar na capital federal e nas demais províncias em uma batalha pela sobrevivência do liberalismo no país. E considerou que valia a pena endividar ainda mais o país para tentar sair vencedor das eleições.

Mesmo com o resgate do aliado americano, a estratégia de congelar a cotação do dólar para segurar a inflação tende a ser revista a partir desta semana. Analistas calculam, com base na paridade de poder de compra, que o peso argentino está pelo menos 20% sobrevalorizado, e muitos apostam em uma desvalorização seguida de alguns trimestres de recessão.

Na última vez que a inflação

esteve na casa dos 30% ao ano na Argentina, o presidente era Mauricio Macri (2015-2019). Ele governou com o vento a favor na primeira metade do mandato, empurrado pela esperança de uma chuva de dólares que nunca veio. A economia se desestabilizou nos últimos dois anos de mandato e Macri, um liberal como Milei, não se reelegeu.

Milei tem mais dois anos de governo e há quem veja um padrão semelhante. Para não repetir a história de Macri, o libertário precisará trocar a moto-serra pelo contrapeso, o instrumento do equilibrista, para encontrar uma maneira de não desagradar nem seus credores nem seus eleitores.

Trump quer ‘retomar’ as Américas, mas vai invadir ou apoiar golpes para isso?

Análise

Humberto Saccomandi
Para o **Valor**, de São Paulo

O presidente Donald Trump está recolocando o continente americano no centro da política externa dos EUA, em aparente tentativa de retomar o “quintal” meio desgarrado. É o que se infere de suas ações na região, que misturam coerção política e econômica, ameaça militar e recompensa a aliados. Não está claro se Trump está disposto a recorrer a uma intervenção militar ou a apoiar golpes de Estado como forma de avançar os interesses americanos.

Essa guinada política ganhou destaque na semana passada com uma reportagem do Wall Street Journal intitulada “Doutrina Donroe, de Trump, visa a dominar as Américas”. Segundo o artigo, autoridades americanas, não identificadas, chamam o novo foco na região de “doutrina Donroe”, uma mistura da clássica doutrina Monroe com o Donald de Trump.

“Desde que voltou ao poder, Trump aplicou uma pressão extraordinária nos países da região para que se alinhem com a sua agenda de segurança”, diz a reportagem. “Washington vai agir unilateralmente para erradicar supostos inimigos”, afirma. “A lealdade será recompensada, enquanto a resistência poderá ter um custo.”

O texto cita um trecho do discurso de Trump do mês passado à cúpula militar americana no qual ele diz: “Estamos retomando o foco necessário em derrotar ameaças no Hemisfério Ocidental”, como os EUA costumam se referir ao continente americano. Segundo o WSJ, a próxima atualização da Estratégia de Defesa Nacional dos EUA deve consolidar essa mudança, colocando a América Latina como prioridade de segurança nacional.

Essas ameaças citadas por Trump possivelmente são: a imigração e o narcotráfico para os EUA e a crescente influência da China (mas também da Rússia) na América Latina.

O continente americano entrou na agenda de Trump antes mesmo de sua posse, com a retórica de anexar Canadá e Groenlândia, supostamente por interesses de segurança nacional dos EUA na exploração do Ártico. Não avançou.

Em seguida veio uma série de medidas para barrar a imigração de latino-americanos, vistas por uma parte da direita americana como uma ameaça existencial ao país.

O continente também está entre os principais alvos da guerra comercial de Trump. O Brasil foi castigado com a maior tarifa, de 50%, como punição pelo processo contra o ex-presidente Jair Bolsonaro. Canadá e México também foram duramente atingidos, mesmo sendo parceiros no acordo de livre comércio da América do Norte.

Na esfera política, Washington retomou a estratégia de “pressão máxima” contra a Venezuela, cujo objetivo é derrubar a ditadura do presidente Nicolás Maduro. Além disso, adotou sanções contra autoridades do Brasil e da Colômbia, incluindo o presidente Gustavo Petro, acusado por Trump, sem provas, de envolvimento com o narcotráfico.

Como em outras partes do mundo, o governo americano está ativamente tentando influenciar eleições no continente, para favorecer candidatos alinhados com os EUA. Trump disse que só vai ajudar a Argentina com Javier Milei. No Canadá, no entanto, essa interferência fracassou e ajudou a eleger um governo de centro-esquerda.

Sob o pretexto de combater o narcotráfico, Trump está realizando a maior mobilização militar

americana no continente desde a invasão do Panamá, em 1989. Isso incluiu o anúncio, na semana passada, do deslocamento do porta-aviões Gerald Ford para o Caribe. Por enquanto, os alvos foram lanchas que supostamente estariam levando drogas para os EUA.

Trump recompensou ainda líderes mais próximos de sua agenda, ideologia e estilo autocrático. O salvadoreño Nayib Bukele ganhou um contrato para receber deportados dos EUA nas prisões locais. Milei obteve, às vésperas das eleições de ontem, um socorro financeiro que pode chegar a US\$ 20 bilhões.

“É realmente impressionante a rapidez com que o governo agiu” no continente, disse Steve Bannon, um aliado de Trump, ao WSJ.

Há uma injustiça histórica em associar o que Trump vem fazendo à doutrina Monroe. Exposta em 1823 pelo presidente James Monroe (1758-1831), a doutrina tem o seu princípio central resumido na frase “a América para os americanos”. Para Monroe, o continente americano não deveria mais ser alvo de colonização europeia e ele alertou que qualquer tentativa de países europeus de retomar colônias seria vista pelos EUA como uma ameaça à sua segurança.

Ainda que os EUA já estivessem de olho no continente como sua área de influência, a formulação original da doutrina Monroe era essencialmente anticolonialista e isolacionista. Já a doutrina Trump proporia uma espécie de neocolonialismo fortemente intervencionista.

Ao contrário da doutrina Monroe, as ações de Trump visam também a política interna. Pesquisa Economist/YouGov apontou que 74% dos republicanos e 82% dos eleitores de Trump apoiam ataques a barcos supostamente ligados ao narcotráfico no Caribe, ainda que ilegais pelo direito internacional. Como disse Bannon ao WSJ, isso é muito mais fácil de vender ao eleitorado americano do que qualquer coisa no Oriente Médio.

É injusto o paralelo feito por Trump entre sua estratégia e a anticolonialista doutrina Monroe

Não estão claros ainda os limites dessa doutrina Trump. Ele está disposto a intervir militarmente na região? Poderá apoiar golpes de Estado de grupos que defendam interesses americanos?

Trump é um dos poucos presidentes americanos que não iniciou nenhuma guerra nem enviou tropas em larga escala ao exterior. Ele foi eleito para isso. Sua base eleitoral não deseja mais que os EUA sejam a polícia do mundo.

Por ora, parece mais provável que o objetivo da mobilização militar no Caribe seja estimular os próprios militares venezuelanos a derrubar Maduro, o que lhes daria o agradecimento (e o perdão) de Washington.

Se não funcionar, pode mudar para uma estratégia mais transacional, como vem acontecendo com o Brasil. A doutrina Trump não tem pretensão institucional ou moral. É instrumental e episódica. Cada caso é julgado pelo benefício direto aos EUA e ao presidente.

No início do século 19, o continente viu com simpatia a doutrina Monroe, que servia como um escudo contra o colonialismo. As ações de Trump, pelo contrário, são amplamente rejeitadas e ameaçam gerar uma nova onda de antiamericanismo na região.

Curtas

Teste de míssil russo
O presidente russo, Vladimir Putin, saudou o sucesso do teste de um míssil de cruzeiro que não só é movido a energia nuclear como tem capacidade para transportar ogivas atômicas. O projétil, o Burevestnik, é capaz de alcançar alvos a 14 mil quilômetros.

Mais tarifas ao Canadá
Donald Trump anunciou aumento adicional de 10% nas tarifas para o Canadá. Trump tinha rompido negociações com o país por se irritar com uma propaganda que mostrava Ronald Reagan criticando tarifas. A província de Ontário, porém, voltou a exibir a peça no sábado à noite.

STF permite nomeações de parentes na política e abre brecha

O dia para a noite, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para permitir a contratação de familiares e parentes para ocupar cargos de natureza política. O julgamento, que analisa um caso específico da prefeitura de Tupã —se prefeito ou vice pode escolher membros da família até terceiro grau para as secretarias municipais—, terá repercussão geral e sua decisão terá de ser seguida por todas as instâncias em casos semelhantes. Por 6 votos a 1, o Supremo adotou posição que abrirá enorme brechas em várias legislações que até agora impediram, nem sempre com sucesso, o nepotismo, no passado prática comum, de se revigorar no Estado brasileiro.

Por mais extensa e detalhada que seja a Constituição e numerosas que sejam as leis ordinárias, o STF levantou um ponto em que julgou haver uma lacuna: no caso dos cargos políticos, diferentemente dos de natureza técnica, não estava claro se a regra que proíbe a contratação de familiares e parentes se aplicaria, ao contrário dos cargos de comissão, direção e assessoramento. O relator Luiz Fux e os ministros André Mendonça, Dias Toffoli, Cristiano Zanin, Nunes Marques e Alexandre de Moraes entenderam que não existe a limitação. Até agora há um voto contrário, o do ministro Flávio Dino, que, com uma chiste, expôs claramente o cerne do problema: "Uma reunião de governo não pode ser um almoço de domingo, uma ceia de Natal". Pela decisão que o Supremo está prestes a consolidar, a cena é plausível.

A posição anterior do Supremo sobre o assunto foi a súmula vinculante 13, de 2008: "A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal". O Congresso reforçou a proibição quase com as mesmas palavras da súmula ao aprovar a lei 14.230, em 2021.

Até o Supremo decidir escancarar a brecha, nenhuma legislação abria exceção aos cargos políticos, e prevalecia a máxima de que o nepotismo, em qualquer nível, feria os princípios republicanos de impessoalidade, eficiência, igualdade e moralidade, inscritos na Constituição Federal de 1988. O Supremo, ao longo do tempo, permitiu exceções.

Há no entanto um decreto que torna explícito o que estava implícito em várias leis, o 7.203, de 4 de junho de 2010, assinado pelo presidente Lula. Ele proíbe a contratação de familiares — "o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau" — e estabelece que a proibição estende-se "aos familiares do Presidente e do Vice-Presidente da República e, nesta hipótese, abrangem todo o Poder Executivo Federal" (artigo 3), inclusive ministros.

O reposicionamento do Supremo parte de uma distinção teórica de difícil separação na prática, a de cargos de natureza política e técnicos, para os quais se manteria a proibição do nepotismo. Segundo Fux, o presidente, os Executivos estaduais e os municipais têm o direito de indicar quem quiserem para os cargos de ministros e secretários. No entanto, a distinção feita antes volta a se desfazer quando, ao defender a nomeação de parentes para cargos políticos, o relator ressalva que os nomeados precisam ter qualificação técnica, o que nunca se exigiu. Levada ao pé da letra, a exigência não segue a letra da Constituição, que, para o cargo, em seu artigo 87, exige apenas que seja brasileiro, maior de 21 anos e esteja "no exercício dos direitos políticos".

O STF muda um princípio vital em um país cuja tradição política de longa data é a do compadrio e do patrimonialismo, da apropriação privada da esfera pública, para objetivos muitas vezes inconfessáveis. Para o ministro Flávio Dino, as leis anteriores não abrem exceções e deveria ser assim. Além disso, citou o caráter dissolvente que relações familiares teriam sobre as hierarquias na administração pública. De fato, ministros, escolhidos por parentesco, não se sentiriam tolhidos em tentar usar o mesmo critério para escolher seus assessores de confiança, seja promovendo parentes que já trabalhem na máquina pública, seja os que ainda nela não entraram. A prática comum da entrega de Ministérios aos partidos "de porteira fechada", ou seja, com provimento de cargos a seu livre dispor, torna ainda pior o novo entendimento.

Na sessão de quinta do STF, a ministra Cármen Lúcia, que ainda não votou, disse que "o princípio da impessoalidade decorre do fato de que, se a coisa é pública, deve ser tratada de forma impessoal. Este tem sido, nos 37 anos de vigência da Constituição, o princípio mais difícil de se dar cumprimento". (site Migalhas, 24-10). É possível que, com os demais votos e mais discussão, se chegue a melhor resultado, que não contribua para piorar a avaliação dos cidadãos sobre a administração pública e os serviços que dela recebe.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração

Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.br/pri_edit

Editor-executivo de Opinião

José Roberto Campos

(jose.campos@valor.com.br)

Editores-executivos

Catherine Vieira

(catherinevieira@valor.com.br)

Fernando Torres

(fernando.torres@valor.com.br)

Robinson Borges

(robinsonborges@valor.com.br)

Sergio Lamucci

(sergio.lamucci@valor.com.br)

Zinia Baeta

(zinia.baeta@valor.com.br)

Sucursais

Brasil: Fernando Exman

(fernando.exman@valor.com.br)

Rio: Francisco Góes

(francisco.goes@valor.com.br)

Internacional: Roberto Lameirinhas

(roberto.lameirinhas@valor.com.br)

Legislação & Tributos: Arthur Carlos Rosa

(arthur.rosa@valor.com.br)

Política: Marcello Corrêa

(marcello.correa@valor.com.br)

Projetos Especiais: Célia Rosenblum

(celia.rosenblum@valor.com.br)

S.A.: Nelson Niero

(nelsonniero@valor.com.br)

Tendências & Tecnologia: Cynthia Malta

(cynthiamalta@valor.com.br)

Valor Online: Paula Cleto

(paula.cleto@valor.com.br)

Valor PRO: Roberta Costa

(roberta.costa@valor.com.br)

Visual Multiplataformas: Luciana Alencar

(luciana.alencar@valor.com.br)

Repórteres Especiais

Adriana Mattos

(adrianamattos@valor.com.br)

Alex Ribeiro (Brasil)

(alexribeiro@valor.com.br)

César Felício

(cesarfelicio@valor.com.br)

Daniela Chiaretti

(daniela.chiaretti@valor.com.br)

Fernanda Godoy

(fernanda.godoy@valor.com.br)

Fernanda Guimarães

(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa

(joao.rosa@valor.com.br)

Correspondente internacional

Assis Moreira (Genebra)

(assis.moreira@valor.com.br)

Correspondentes nacionais

Cibelle Bouças (Belo Horizonte)

(cibelleboucas@valor.com.br)

Marina Falcão (Recife)

(marina.falcao@valor.com.br)

Valor Data

Coordenador: William Volpato

(williamvolpato@valor.com.br)

Valor Investe

Editora: Daniele Camba

(daniele.camba@valor.com.br)

Pipeline

Editora: Maria Luíza Figueiras

(maria.figueiras@valor.com.br)

Valor International

Editor: Samuel Rodrigues

(samuelrodrigues@valor.com.br)

Nova Globo Rural

Editor-executivo: Cassiano Ribeiro

(cassiano@edglobo.com.br)

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Filipe Silva Ferreira (filipe.ferreira@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Rua Gerivalta 207 - 12ª e 13ª andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521.1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333
Legal SP 0 xx 3767 1323. **Redação** 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 - Brasília Shopping - Torre Sul - sala 301 - 3º andar - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 - Nível 2 - Bairro: Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados				
SP interior e litoral - MMardegan Marcelo Mardegan Cel (19) 99251-7817	MT, MS, Região Norte e Nordeste - Canal C. Carlos Chetto. Cel (71)99617-6800	GO - Realize Comunicação. Isleika Leite e Alessandra Marinho. Cel (62) 99972-8207 / (62) 99979-6190	SC - Marcucci & Gondran Associados Milton Marcucci. Cel (48) 99982-0100 / (48) 9999-2274 / (48) 99982-2313	Revistas Setoriais Financeiro e Especiess - Atendimento nacional - Transforme Negócios Marisa de Assis Stephano Cel (11) 99414-8277
Ribeirão Preto - SP - F&Campos Fernando Campos e Valéria Campos Cel (16) 99787-8159 / (16) 99131-3667	ES/MG - Sat Propaganda Luiz Otavio. Cel (31) 9994-6884	PR - SEC Soluções Estratégicas. Luiz Carvalho e Mara Araújo. Cel (41) 99974-7316 / (41) 99533-5866	RS - HMR Representações Hermano Thaddeu. Cel (51) 99987-3165	

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais:
Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300**. Portal do assinante: portaldoassinante.com.br. Para assinaturas corporativas e-mail: corporate@valor.com.br
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste:

R\$ 1.858,80 ou R\$ 154,90 mensais. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

CHICO

Só 17% dos pedidos de patentes vêm do sexo feminino. Por Ana Müller, Lilian Arcalji e Natália de Castro

Desafios e avanços das mulheres na propriedade industrial

Em 1º de outubro de 2025, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) divulgou o Anuário Estatístico de Propriedade Industrial de 2024! ("Anuário"), documento que reúne dados e indicadores relevantes acerca do perfil e da dinâmica do sistema brasileiro de propriedade industrial. Nesta edição, o Anuário passou a incluir uma seção inédita dedicada à análise de gênero, que deverá ser divulgada com regularidade anual, contendo dados detalhados sobre a participação feminina em patentes, marcas, desenhos industriais e programas de computador.

Nesse contexto, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) divulga, há alguns anos, estudos globais sobre a participação feminina em patentes. Segundo o relatório mais recente da OMPI, "The Global Gender Gap in Innovation and Creativity"² ("Relatório"), que analisa a participação feminina nos pedidos de patente internacionais de 1999 a 2020, cerca de 23% dos pedidos contaram com a participação de ao menos uma inventora, ao passo que aproximadamente 96% dos pedidos incluíram ao menos um inventor homem³.

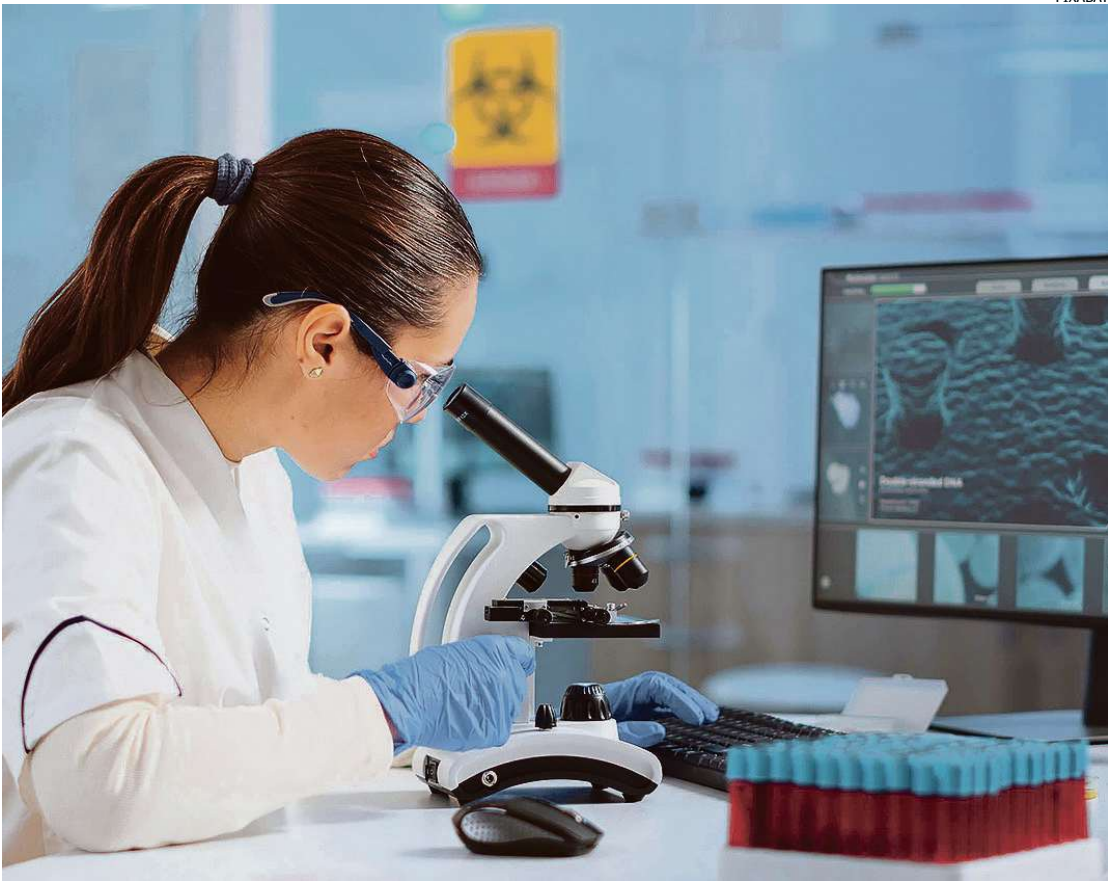
Como resultado, as mulheres representam apenas 13% de todos os inventores listados nesses pedidos. Ainda, apenas 4% dos pedidos de patente internacionais analisados apresentam inventores exclusivamente mulheres, seja como inventora individual ou como uma equipe de inventoras, dados que reforçam a ainda limitada representação feminina nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Mesmo diante dessas estatísti-

cas, a participação e a contribuição das mulheres para a inovação têm evoluído positivamente ao longo do tempo: nas últimas duas décadas, a proporção de pedidos de patente internacionais com pelo menos uma mulher como inventora aumentou de menos de 20% em 2000 para 30% em 2020. Além disso, a proporção dos inventores listados que são mulheres também demonstra uma progressão, ainda que mais lenta, de 8% a 10% em 2000 para 13% a 15% em 2020.

O Relatório da Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI) também avaliou a projeção do ano de paridade de gênero no âmbito da proteção patentária para diferentes regiões do mundo. Considerando a taxa de crescimento da participação feminina entre 2015 e 2020, é esperado que a América do Norte seja a primeira região a atingir a paridade de gênero, por volta de 2055. A Ásia deverá atingir a paridade em momento próximo, em 2056, enquanto a América Latina e o Caribe levarão doze anos a mais, atingindo essa paridade apenas em 2068.

A participação feminina entre inventores nos principais países depositantes de pedidos de patente internacionais, no período de 2016 a 2020, também foi avaliada. Os dados indicam que 22% dos inventores no Brasil são mulheres, e o país encontra-se, nesse recorte⁴, na 3ª posição com maior percentual de inventoras, atrás apenas da Espanha e da Colômbia.

Já os dados nacionais divulgados pelo INPI no Anuário trazem uma abordagem diferente ao analisar os depositantes do tipo pessoa física residentes no Brasil. Esse recorte evidencia a realida-



de doméstica e oferece um retrato regional da inovação, ao mesmo tempo em que reforça os avanços observados nos últimos anos em escala global.

Segundo o Anuário, 17% dos pedidos de patentes depositados no INPI em 2024 por pessoas físicas residentes foram realizados por mulheres. Ainda que o número seja modesto, representa um progresso em relação a 2015, quando a participação feminina não ultrapassava 12% dos pedidos depositados. Em termos absolutos, houve um crescimento de 13,7% no total de depositantes mulheres na última década, passando de 633 em 2015 para 720 em 2024.

As análises divulgadas também apontam o estado de São Paulo como líder em números absolutos de depositantes mulheres, e o Rio Grande do Norte como destaque em participação relativa, onde as mulheres representam 49% dos pedidos de patentes do tipo pessoa física, considerando a proporção entre homens e mulheres depositantes.

Esse cenário evidencia que, embora a desigualdade de gênero ainda persista, há indicativos reais de avanço. Essa evolução é ainda mais expressiva em outros ativos de propriedade industrial, como marcas e programas de computador, que registraram, na última década, um crescimen-

to de 616,6% e 563,2% nos depósitos realizados por mulheres, respectivamente. Em marcas, a participação feminina em 2024 atingiu 35% dos pedidos, indicando uma maior inclusão em diferentes frentes do sistema de propriedade industrial.

O fortalecimento da presença feminina no ecossistema de ciência, tecnologia e inovação é essencial para impulsionar a criatividade, a competitividade e o impacto social das criações brasileiras. Assim, destaca-se a iniciativa do INPI em manter a divulgação periódica da perspectiva de gênero nas suas estatísticas, o que permitirá acompanhar a evolução dos indicadores, aprofundar o debate e apoiar o

desenvolvimento de ações que promovam maior diversidade e inclusão no sistema de propriedade industrial brasileiro.

1. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) - Anuário Estatístico de Propriedade Industrial 2024. 7ª edição. Rio de Janeiro: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/inpi-data/relatorios/anuario-estatistico-pi-2024.pdf>

2. WIPO Development Studies – The Global Gender Gap in Innovation and Creativity – An International Comparasion of the Gender Gap in Global Patenting over Two Decades, 2023. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo-pub-ds-gender-2023-en-the-global-gender-gap-in-innovation-and-creativity-an-international-compari-son-of-the-gender-gap-in-global-patenting-over-two-decades.pdf>

3. O indicador utilizado pelo Relatório considera a presença de pelo menos uma mulher inventora (e, separadamente, de pelo menos um homem inventor) em cada pedido analisado.

4. Embora o Brasil apresente razoável participação feminina entre inventores, as projeções de paridade de gênero baseiam-se na taxa de crescimento dessa participação e não apenas no valor absoluto atual. Assim, estima-se que a América do Norte alcance a paridade de gênero antes em razão da taxa de crescimento mais acelerada.

Ana Cristina Müller é sócia de Propriedade Intelectual do BMA Advogados
Lilian Ghitnick Arcalji é Especialista Sênior em Patentes do BMA Advogados.
Natália Furtado De Castro é Especialista em Patentes do BMA Advogados

Risco fiscal e a cegueira da política

Gustavo Loyola



Diz um velho ditado que o pior cego é aquele que não quer ver. Pois bem, é assim que tem se comportado a classe política brasileira quando o assunto é a crescente degradação das contas públicas e o consequente aumento do risco de uma grave crise econômica num futuro próximo. Não falta um dia sem que o equilíbrio fiscal sofra um atentado — perpetrado por algum dos Três Poderes — configurando uma série de pequenos e grandes “assassinatos” que logo mais trarão resultados macroeconômicos ainda mais funestos do que aqueles que já se enfrenta em decorrência dos nossos persistentes problemas fiscais.

Antes de entrar mais fundo nas dificuldades atuais da política fiscal, vale a pena fazer uma

breve e sintética recapitulação histórica que nos ajuda a entender a encruzilhada em que se encontra a economia brasileira. A gênese dos problemas fiscais do país é a Constituição de 1988, que foi pródiga na criação de direitos onerosos e na descentralização das receitas para os estados e municípios sem a correspondente descentralização das despesas que, como regra geral, permaneceram na esfera federal.

Ao longo do tempo, acrescidas outras generosidades com o dinheiro público postas em prática nas últimas décadas, chegou-se a uma situação em que a carga tributária aumentou mais de dez pontos percentuais do PIB e, ainda assim, praticamente o orçamento mal dá para fazer frente às chamadas “despesas obrigatórias”, a maioria das quais legados diretos ou indiretos do espírito da atual carta constitucional. Não bastasse isso, multiplicaram-se outras benesses para setores privilegiados da sociedade, fenômeno a que Marcos Lisboa e Zenia Latif — em ótimo artigo — apelidaram de síndrome da “meia entrada”.

No governo Lula, o cenário estrutural já muito complicado do ponto de vista de equilíbrio fiscal agravou-se desde o primeiro dia de seu mandato, com a ado-

ção de várias medidas de aumento de gastos, principalmente no que diz respeito a programas de transferência de renda e à política de reajustes reais do salário mínimo, esta afetando diretamente os gastos previdenciários, além de pagamentos de despesas repesadas do governo anterior, como os relativos a precatórios transitados em julgado. O resultado primário que tinha sido um superávit de 1,2% do PIB em 2022 reverteu para um déficit de 2,3% do PIB em 2023 e de 0,4% do PIB em 2024.

A conduta do governo Lula na política fiscal passa longe de qualquer ajuste estrutural das contas públicas

A conduta do governo Lula na política fiscal tem sido pouco convincente e passa longe de qualquer ajuste estrutural das contas públicas. Ao contrário, o que se vê são remendos improvisados e que se baseiam quase que exclusivamente no aumento de impostos. Ademais, o governo usa cada vez mais de artifícios para cumprir formalmente a meta fiscal, com exclusão de

certas despesas, como as relativas ao pagamento de precatórios, revivendo o pesadelo da maquiagem das contas públicas ocorrida durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

Na realidade, falta ao atual presidente da República qualquer apetite para enfrentar os custos políticos do corte de despesas e menos ainda o de patrocinar no Congresso as necessárias reformas de caráter estrutural. O que se observou nos últimos meses foi a proliferação de medidas de caráter populista e a tentativa marqueteira de fazer colar a ideia falaciosa de que os propostos aumentos de impostos recaem apenas sobre “os mais ricos”. Como resultado, as despesas obrigatórias não param de crescer, reduzindo cada vez mais o espaço para as despesas discricionárias, inclusive aquelas relativas ao custeio da máquina estatal, fato que tem prejudicado o desempenho do governo em áreas que são vitais para o país.

Por outro lado, mesmo que o governo cumpra formalmente a meta estipulada no arcabouço fiscal para 2025 e 2026, isso não seria suficiente para estancar ou menos ainda reverter a tendência de crescimento da dívida pública como proporção do PIB. A

consultoria Tendências projeta que, ao final de 2025, a relação dívida/PIB estará em torno dos 80%, o que se compara com 71,7% verificada no final do governo Bolsonaro. Para o final 2026, projeta-se que a dívida pública representará 83,5% do PIB, caracterizando um cenário de risco macroeconômico mais elevado, o que deve se refletir sobre as taxas de juros, num círculo vicioso que leva ao contínuo crescimento do endividamento público.

Desse modo, as esperanças se voltam para 2027, quando pode se abrir uma janela para uma abordagem mais estrutural do problema das contas públicas brasileiras. Independentemente de quem estiver ocupando o Palácio do Planalto, a necessidade de reformas profundas na estrutura do gasto público deve se impor, a despeito da cegueira deliberada com a qual os políticos eleitos, com poucas exceções, têm tratado nos últimos anos as questões fiscais. Até lá, infelizmente, os brasileiros conviverão com juros altos, volatilidade do câmbio e medíocre crescimento econômico.

Gustavo Loyola é Doutor em Economia pela EPGE/FGV, ex-presidente do Banco Central e Sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo.

Frase do dia

“Vamos discutir isso [as tarifas] por um tempo. Nós nos conhecemos, sabemos o que cada um quer”.

Do presidente Trump, em encontro com o presidente Lula, que deu início a negociações bilaterais

Cartas de Leitores

Flávio Bolsonaro

Ao sugerir que os Estados Unidos ataquem embarcações no Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro revela mais do que ignorância diplomática — expõe uma mentalidade colonizada ou autoritária. Se o senador realmente acredita que o Brasil precisa de forças estrangeiras para combater o narcotráfico, assume a impotência do próprio Estado que representa. Se, ao contrário, sonha com aviões e mísseis sobre o país, então revela o impulso de quem gostaria de ter esse poder para si — o desejo de ser ditador, mas sem os tanques e os drones.

Afonso Casanova
tato.casanova@gmail.com

Trump

A escalada na tensão na região caribenha, com o envio à região de um porta-aviões americano, embarcação essa a mais letal do mundo, reproduz o atrito entre o presidente Donald Trump e o seu opositor da Colômbia, o presidente Gustavo Petro. Tal impressionante litígio mostra como as lideranças das nações governam suas pátrias, com uma fragilidade de patente.

José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

Correios

Nem o rombo bilionário de R\$ 4,4 bilhões acumulado pelos Correios assustou o governo. O presidente da estatal acabou saindo, mas o estrago ficou: prejuízo, desculpas e Fabiano Santos Silva, ex-presidente dos Correios, sendo sondado para novos cargos, como se nada tivesse acontecido. A ministra Dweck diz que “os prejuízos das estatais serão cobertos por receitas futuras” — frase pronta para acalantar contabilidade criativa e empurrar a conta para frente.

Enquanto isso, o ministro da Fazenda tenta reduzir o estrago com versões que suavizam números e deslocam a culpa para “o outro”. É a velha dança de estagnação: gastar, justificar e seguir. E para que tudo continue fácil para indicações e acertos políticos, uma decisão do Supremo deixou espaço aberto para a farrá: a suspensão de parte da Lei das Estatais abriu a porta para nomeações e apadrinhamentos que transformam empresas públicas em curral de interesses. Resultado: gestão frágil e privilégios acima do interesse público.

Enquanto isso, Alcolumbre com os pés na porta aguarda seus prêmios — cargos e benesses negociadas em troca de apoio político, a Messias. Não é ambição: é troca explícita de favores em pleno balcão de negócios públicos. A consequência? Mais desperdício, mais prejuízo e menos serviço para o povo.

No fim, quem paga a conta é sempre o contribuinte. Vergonha é pouco para descrever um cenário onde a ganstança vira rotina e a seriedade vira exceção. Como pedir voto de confiança para um time que administra o dinheiro público como se fosse seu cofre particular?

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Correspondências para Rua Gerivatiba 207 - 12º e 13º andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Tecnologia passa a orientar decisões estratégicas. Por Regina Magalhães e Renata Ruggiero

O poder da IA para mover cidades

Inteligência artificial aplicada à mobilidade urbana tem potencial para transformar a dinâmica das cidades brasileiras. Algoritmos permitem prever demandas, otimizar rotas, ajustar frotas em tempo real, prevenir falhas e organizar bilhetagem digital. Essas soluções ampliam o acesso a oportunidades, reduzem desigualdades territoriais, diminuem emissões e fortalecem a resiliência diante de eventos climáticos, desde que orientadas por políticas adequadas. Mobilidade inteligente não significa apenas transporte eficiente, mas também aproximação entre moradia, trabalho, saúde, educação e lazer, em sintonia com o conceito de cidade de 15 minutos do urbanista Carlos Moreno, que valoriza a recuperação do tempo de vida da população.

Experiências internacionais já demonstram resultados. Em Londres e Cingapura, algoritmos ajustam a frequência de trens e ônibus em minutos, reduzindo superlotação e aumentando a confiabilidade. Em Hong Kong e Tóquio, sistemas de bilhetagem digital apoiados por IA promovem integração tarifária mais eficiente. Nova York utiliza sensores para prever falhas em trilhos e estações. Barcelona conecta dados de mobilidade a energia, saúde e planejamento urbano, e em Roterdã modelos preditivos antecipam enchentes e orientam rotas alternativas. Casos que mostram como a IA combina eficiência, sustentabilidade e inclusão em diferentes contextos.

Na América Latina e em outras regiões, a tecnologia também vem sendo usada para alinhar mobilidade e inclusão. Medellín relaciona transporte, renda e localização para orientar investimentos em educação e trabalho nas regiões periféricas. Barcelona analisa padrões de deslocamento para identificar áreas com menor acesso a serviços e garantir que políticas públicas alcancem comunidades vulneráveis. Cingapura cruza dados de transporte e perfil socioeconômico para estruturar subsídios tarifários que ampliam o alcance do transporte coletivo. Essas iniciativas mostram que o uso da IA pode ultrapassar o campo da eficiência e fortalecer a mobilidade como infraestrutura social.

No Brasil, a inteligência artificial começa a ser incorporada à operação e ao planejamento do transporte público, com foco na eficiência e melhor gestão dos sistemas urbanos. Em Porto Ale-



Em Porto Alegre, a adoção da plataforma Optibus colocou toda a operação do transporte coletivo sob gestão baseada em IA. Trata-se de sua primeira aplicação em larga escala na América Latina, abrangendo 100% da frota de ônibus de uma capital brasileira

gre, a adoção da plataforma Optibus colocou toda a operação do transporte coletivo sob gestão baseada em IA. A cidade transporta cerca de 115 milhões de passageiros por ano e opera toda a rede de ônibus sob a plataforma, que integra onze operadoras em um único sistema. A solução otimiza o planejamento de rotas, a alocação de veículos e motoristas e o controle em tempo real, com o objetivo de reduzir atrasos e aumentar a eficiência. Trata-se da primeira aplicação em larga escala da Optibus na América Latina, abrangendo 100% da frota de ônibus de uma capital brasileira.

Em São Paulo, o Programa Smart Mobility, desenvolvido com apoio do Banco Mundial, vem incorporando tecnologias digitais e IA ao planejamento e à operação do transporte urbano. O sistema movimenta cerca de 10 milhões de passageiros por dia, e seu desempenho é acompanhado pelo Índice de Qualidade do Transporte (IQT), que mede eficiência, regularidade e impactos ambientais. Embora os efeitos diretos da IA ainda estejam em fase de mensuração, o programa representa uma das

iniciativas mais amplas de digitalização e gestão inteligente da mobilidade no Brasil.

A maioria das experiências ainda se concentra em ganhos operacionais, mas já aponta para uma transformação mais profunda. A integração de dados, sensores e IA pode evoluir para um modelo de mobilidade baseado em planejamento preditivo, eficiência energética e inclusão territorial, no qual a tecnologia deixa de ser apenas ferramenta de gestão e passa a orientar decisões estratégicas sobre o futuro das cidades.

Além de melhorar a operação, a IA cria uma infraestrutura de dados que aumenta a eficiência e gera informações estratégicas. Previsões de demanda e ajustes em tempo real reduzem congestionamentos, evitam interrupções e otimizam o uso de energia, elevando a atratividade do transporte coletivo. Cada bilhete digital ou fluxo em rodovias se converte em informação útil também para outros setores, orientando localização de serviços, planejamento urbano e logística. A combinação de eficiência e dados de alto valor redefine a competitividade das cidades e amplia oportunidades de negócios.

Os benefícios ambientais são significativos. Algoritmos que otimizam fluxos reduzem congestionamentos e emissões. Manutenção preditiva aumenta a eficiência energética de metrô e trens. Sistemas de monitoramento climático antecipam enchentes e deslizamentos, preservando serviços e evitando emissões adicionais. Assim, a mobilidade apoiada por IA pode ser instrumento de mitigação climática e adaptação urbana, desde que integrada a estratégias de sustentabilidade.

Também os benefícios sociais são relevantes. Dados de deslocamento cruzados com informações socioeconômicas ajudam a identificar territórios vulneráveis e orientar políticas tarifárias mais justas. A integração entre modais reduz tempo de viagem e amplia o acesso da população periférica a trabalho, saúde e educação. Sistemas de informação ao passageiro aumentam a confiabilidade do transporte coletivo. Dessa forma, a IA fortalece a mobilidade como infraestrutura social, reduzindo desigualdades urbanas.

Esses avanços dependem de estruturas sólidas de ética e governança. A qualidade e integração dos dados determinam a confiabilidade dos sistemas. É essencial proteger informações pessoais, garantir transparência nos critérios dos algoritmos e evitar vieses que reforcem desigualdades territoriais. Para orientar esse processo, Carlos Moreno propõe três inteligências: a artificial, que processa dados; a adaptativa, que fortalece a resposta a crises; e a ancestral, que resgata valores de proximidade e equilíbrio com o ambiente. Essa tríade garante mobilidade mais eficiente, humana e resiliente.

A IA aplicada à mobilidade abre oportunidade para reposicionar cidades brasileiras no cenário global. Algoritmos que aumentam a eficiência e produzem dados de alto valor transformam mobilidade em plataforma de desenvolvimento. Cidades que avançarem atrairão investimentos, reduzirão custos e oferecerão melhor qualidade de vida. O desafio é garantir governança ética e visão estratégica para que a mobilidade inteligente se consolide como motor de inclusão social, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica.

Regina Magalhães é especialista em inovação e sustentabilidade.

Renata Ruggiero é presidente do Instituto Motiva.

Clima Economista indicada para nova Secretaria do Ministério da Fazenda diz que projetos de descarbonização irão liberar uma grande rede de ciência e inovação

‘Mercado de carbono é a rota do desenvolvimento’, diz Cristina Reis

Daniela Chiaretti
De São Paulo

O mercado de carbono brasileiro é só o começo. “Vamos colocar em pé algo muito importante e estratégico demais para a nação”, diz a economista Cristina Reis, indicada para liderar a Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono, que o Ministério da Fazenda começa a estruturar. “O mercado de carbono é pura política industrial”, continua. “É o futuro”.

A nova secretaria é o órgão gestor que dará impulso inicial à lei sobre o mercado de carbono, de dezembro. O Brasil passa a ter um mercado com limite de emissões e comércio de cotas entre empresas que mais emitem carbono, um mecanismo de “Cap and Trade”. A pasta criará metodologias, monitorará avanços, distribuirá cotas de emissão entre setores.

Na visão da economista, o passo é muito maior. “Os projetos de descarbonização irão liberar uma grande rede de ciência, tecnologia e inovação e de inserção tecnológica do Brasil nas cadeias de valores estratégicas globais”, diz ela. Cristina Reis ainda não foi nomeada para o cargo. Até lá segue como subsecretária de desenvolvimento econômico sustentável da Fazenda. Ela convidará José Pedro Neves, seu braço direito, como secretário-adjunto. “Temos que nos preparar para ter uma bolsa forte, grande e poderosa. E não dependente dos outros”, diz. A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Agência em dois anos

Esperamos conseguir ter, em dois anos, um órgão gestor como uma agência reguladora. Precisamos de algo definitivo e robusto. Mas como essa decisão leva tempo, entendemos que era bom ter uma solução paralela para ir dando as bases do mercado de carbono regulado e depois, ter um outro órgão mais definitivo. A subsecretaria onde estou hoje (de Desenvolvimento econômico Sustentável da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda) permanece com a taxonomia, o plano de bioeconomia e muitas outros temas. O mercado de carbono sai.

Nova estrutura

Teremos duas subsecretarias. Uma é a de regulação e metodologias e será liderada pela Ana Paula Machado, atualmente subsecretária do Plano Clima, no Ministério do Meio Ambiente. Além de conhecer o tema, foi da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e trabalhava na Corsia (Carbon Off-setting and Reduction Scheme for International Aviation, programa da Organização da Aviação Civil Internacional para a redução e compensação de emissões de CO₂ de voos internacionais). Terá duas coordenações: uma de metodologias e outra de análise de impacto regulatório. A de análise de impacto regulatório definirá atividades, fontes, instalações, setores envolvidos, gases de efeito estufa. A outra credenciará metodologias de geração de crédito de carbono que podem ser admitidas como compensação no mercado regulado.

Mercados regulado e voluntário

O mercado voluntário já acontece. É o comércio entre partes bilaterais, com contratos entre uma empresa e alguém que reduz ou remove carbono de qualquer setor. A lei 15.042 criou o mercado regulado. Estabelece aos grandes emissores, que emitem mais de 25 mil toneladas ao ano de gases-estufa, a obrigação que se descarbonizem.

Para isso o órgão gestor irá estabelecer um teto de emissões (o “cap”) e as cotas que os entes regulados terão para descarbonizar (o “trade”). O ente regulado terá a sua cota: se a atingir, ótimo; se não a atingir terá que comprar de alguém que tenha superávit.

Nosso sistema admite que se comprem créditos de carbono do mercado voluntário, mas não qualquer crédito. Será um crédito com a metodologia credenciada pelo órgão gestor, e é o trabalho dessa coordenação. Por exemplo, uma indústria de cimento precisa

descarbonizar, mas já atingiu a sua cota. Tem duas opções: ou compra créditos de outra indústria que descarbonizou ou pode ir ao mercado voluntário e comprar créditos de um projeto de regeneração florestal, que utilizou uma metodologia credenciada na secretaria.

Planejamento estratégico

A outra subsecretaria é a de Thiago Barral, que foi secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento do Ministério das Minas e Energia. É a subsecretaria de implementação, com duas ordenações, uma de estudo de MRV (Monitoramento, Relato e Verificação) e outra de registros.

A de estudos MRV verá como as empresas irão reportar suas emissões, como monitorar e verificar, como esse conjunto de informações será usado para fazer o Plano Nacional de Alocação. O Plano estabelecerá os limites de emissão de gases-estufa, metas de redução anuais, regras para a alocação dos créditos (gratuitos ou não).

A outra coordenação formará o registro do sistema. Ali serão recebidas as informações que as empresas reguladas irão reportar: “Esse ano emiti tal, na atividade tal”. O conjunto de dados nos ajudará a irmos aperfeiçoando a política.

Bolsa forte

Esta subsecretaria também estruturará a interlocução de como, mais para frente, esse registro e os ativos do sistema —as cotas que serão distribuídas— irão interagir com as bolsas de valores. Agora, com um mercado de carbono regulado sendo formado, com a lei que pode fazer prosperar o mercado voluntário e com transferências internacionais que poderão ser negociadas em bolsa, temos que nos preparar para ter uma bolsa forte, grande e poderosa. E não dependente dos outros. Se vamos ou não trabalhar com bolsas de São Paulo ou do Rio, não há ainda decisão.

Liquidez

O crédito de carbono pode ser negociado em bolsa. Hoje ainda é um volume pequeno, mas tende a crescer. Os ativos do sistema, ou seja, as cotas, foram definidas como valor mobiliário sob governança e regulação da Comissão de Valores

“A dimensão financeira dos mercados de carbono é muito importante” Cristina Reis

Mobiliários (CVM). Isso propicia uma liquidez desejável para as cotas, para os créditos de carbono, porque os agentes ficam mais confortáveis com essas operações. A dimensão financeira dos mercados de carbono é bem importante.

Início

Teremos a fase de testes e distribuição das cotas do sistema regulado —para as empresas que emitem mais de 25 mil toneladas de CO₂ anuais. O início será daqui a quatro anos. Teremos depois uma obrigação onerosa, quando os agentes comprarão essas cotas através de leilão —o prazo que a lei estabelece é daqui a cinco anos. Quatro anos é o tempo que essa secretaria tem para começar e deixar tudo pronto: fazer os estudos, as normas, expedir portarias.

Colocar tudo em pé

Vamos colocar em pé algo muito importante e que pode ter relevância enorme no país. O ministro Fernando Haddad está sendo arrojado e inovador ao colocar na Fazenda essa Secretaria. Ele entende que é uma possibilidade de negócios e de inserção tecnológica do Brasil nas cadeias de valor estratégicas. Agora esses projetos de descarbonização vão liberar uma grande rede de ciência, tecnologia e inovação. Já temos universidades, laboratórios, institutos de pesquisa com soluções para descarbonizar em diferentes setores. Só não tinham demanda nem escala.

O mercado de carbono, com a regulação, tem a condição de fomentar, por um lado, esse ecossistema relacionado à ciência, tecnologia e inovação. E, por outro, também as questões econômico-financeiras e jurídicas. Imagine quantas consultorias vão se formar. É esperado um abalo importante no setor de serviços para empresas. Precisamos começar já e de forma transparente e teremos que montar um plano de engajamento e de comunicação. Há muita pressão e ansiedade em relação ao mercado de carbono. Temos que nos preparar, são muitas possibilidades e agora cabe ao governo regular e estabelecer esse caminho.

Setores

Com quais setores iniciaremos é

a dúvida mais importante. A análise do impacto regulatório vai trazer isso, não temos essa resposta. Essa será uma das primeiras decisões da Secretaria.

O período de testes com as cotas gratuitas é de quatro anos. Não chamamos de licença, como os europeus, na lei ficou “cota”. Em português, licença soava como permissão para poluir e não é isso. É uma cota que deve ser cumprida.

Empresas de certificação

Esse é um dos pontos de muito frenesi. O setor de certificação é concentrado, são poucos os agentes que fazem esse trabalho. A lei diz que as empresas de certificação têm que ter capital mínimo no Brasil. Então, se for estrangeira terá que abrir aqui seu CNPJ. Pode ter origem fora do País, mas terá que abrir uma filial no nosso território.

Outro grande debate é sobre metodologia: se a metodologia está adequada para a nossa realidade. Por esse motivo estão defendendo certificadoras nacionais, que tenham metodologias nacionais, à luz do que vem sendo feito pela Embrapa, por universidades. Nós achamos que é oportuno que se fomente o desenvolvimento de uma competição no setor.

A necessidade é que seja apurada a contribuição do benefício ambiental e da geração de crédito de carbono: se está removendo emissões, se está reduzindo, se está retendo, se está capturando. Existem diferentes metodologias. O outro passo é a aceitação internacional, que hoje ainda é limitada. É um debate que já existe, e que o Brasil continuará a fazer, de esclarecer que as necessidades do Sul Global são diferentes. Mas também precisamos olhar para as nossas empresas e ver se querem exportar créditos de carbono, se querem ter um selo internacional. E este, de novo, é o papel da subsecretaria de metodologia.

Política industrial

Sou especialista em política industrial de sustentabilidade. O desenvolvimento de um país tem a ver com a transformação da estrutura produtiva para que se reduza a dependência tecnológica. É termos as nossas tecnologias com inclusão, redução de desigualdades e sustentabilidade ambiental e climática. O mercado de carbono é pura política industrial. Vamos definir os setores que estarão dentro, as metodologias, a distribuição de cotas. Serão caminhos para o desenvolvimento industrial.

A Europa tem 20 anos de mercado de carbono, o ETS. Foram 200 bilhões em receitas. E o uso das receitas também é estratégico. Os europeus os utilizaram para três fundos: de inovação, transição justa e modernização. E assim financiaram a modernização e a inovação da indústria europeia, que vivia dificuldades competitivas em relação à chinesa e à americana. Nós colocaremos 75% das receitas do mercado de carbono no Fundo Clima e há um percentual para apoiar projetos em florestas com comunidades tradicionais e povos indígenas. E temos capacidade também de fomentar o desenvolvimento das tecnologias do futuro.

Então, precisa ser muito bem regulado e com este olhar estratégico de país, de melhor participação nas cadeias globais. O mercado de carbono é do futuro.

Custo social do carbono

O mercado de carbono é mais um instrumento para mitigação. Não é o único, mas é consistente. Hoje existem 40 jurisdições que têm preço de carbono. Isso cobre quase 30% das emissões globais. É importante. O mercado regulado olha para os grandes emissores, que estão fazendo danos a um bem público, e faz com que internalizem o custo social do carbono.

Proposta para a COP30

Trabalharemos na proposta brasileira da Coalizão Aberta de Mercados de Carbono Regulados que deve ser apresentada na conferência do clima das Nações Unidas, em Belém, em novembro.



DANIEL FAGUNDES/VALOR

Cristina Reis: “Temos que nos preparar para ter uma bolsa forte, grande e poderosa. E não dependente dos outros”

Farmacêutica
CEO da Novartis, Vas Narasimhan conta por que comprou a Avidity Biosciences por US\$ 12 bi **B14**



Investigação
Receita Federal tenta retirar combustível apreendido em navios **B14**

Marketing
Companhias se prepararam para mostrar iniciativas ambientais na COP30 **B13**

Agronegócio
A soja deve ficar sem apoio federal para contratação de seguro neste ano **B16**

Valor B
Sábado, domingo e segunda-feira, 25, 26 e 27 de outubro de 2025

Empresas

Indústria Embraer e Tramontina estão no grupo com negócios no mercado indiano

Cresce o interesse de empresas brasileiras em investir na Índia

Cristian Favaro
De Nova Déli

A Índia tem atraído o interesse do setor empresarial do Brasil nos últimos anos. De julho de 2023 a agosto deste ano, foram 77 missões brasileiras ao país — mais que o dobro do registrado em períodos equivalentes em anos anteriores. Nomes como Embraer, Taurus, Tramontina e Petrobras estão no grupo daquelas que já têm ou querem ampliar negócios com os indianos.

Segundo disse o embaixador do Brasil na Índia e no Butão, Kenneth Félix Haczynski da Nóbrega, ao **Valor**, mais da metade das missões foi multissetorial, ou focada nos setores de agropecuária ou aeroespacial/Defesa. Outros destaques foram tecnologia, saúde e energia.

Os dois países, que fazem parte do bloco dos Brics, têm estreitado relações após a crise tarifária provocada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e seus efeitos sobre a indústria indiana e brasileira.

Companhias globais do setor de Defesa começaram a se movi-

mentar em busca de parcerias para vencer a dependência tecnológica de potências como os Estados Unidos e França. O movimento levou, por exemplo, a Edge Group, estatal de tecnologia em Defesa de Abu Dhabi, a investir mais de US\$ 550 milhões no Brasil desde março de 2023.

A Embraer tem buscado também se posicionar. Recentemente, abriu um escritório na Índia, com foco sobretudo numa negociação com o governo daquele país para a venda de até 80 unidades do KC-390, o avião de missões especiais da brasileira.

Há pouco mais de uma semana, quando inaugurou o escritório, a companhia brasileira anunciou um acordo com o grupo indiano Mahindra para avançar no projeto que poderá resultar, futuramente, na produção local da aeronave militar.

Também em Defesa, a Taurus e a CBC (Companhia Brasileira de Cartuchos) estão presentes na Índia por meio de joint venture com empresas locais.

Já a Tramontina inaugurou neste ano uma fábrica na Índia, no Estado de Karnataka, sua pri-

meira planta fora do Brasil, por meio de uma joint venture com a empresa local Aequs.

Outro pilar estratégico para a Índia tem sido a busca por parceiros no fornecimento de petróleo. Em fevereiro, executivos da Petrobras foram ao país para fechar uma parceria com a petroleira estatal da Índia, a BPCL (Bharat Petroleum Corporation).

Segundo a Petrobras, a Índia foi, em 2024, destino de 4% de suas exportações de petróleo. Terceiro maior importador do mundo, o país teve cerca de 85% de sua demanda de petróleo suprida por importações no ano passado.

Segundo o Relatório de Investimento Direto 2024 do Banco Central do Brasil (BCB), o estoque de investimento direto estrangeiro (IED) do Brasil na Índia alcançou US\$ 122 milhões ao fim de 2023, o maior valor da série histórica. Entre 2014 e 2023, o investimento registrou um crescimento médio de 11,5% ao ano. Mas o valor nominal de IED brasileiro na Índia tem janela para crescer, uma vez que representa menos de 1% do estoque aportado globalmente.

“A Índia hoje é governada por um partido que tem visão de país muito clara. Eles vislumbram uma constelação de relações internacionais que os ajudem na sua ascensão. E arrisco dizer que o Brasil está entre os países em que há interesse de manter uma relação estratégica e que vai além da política, com maior conteúdo econômico e tecnológico”, disse Nóbrega. Com a movimentação crescente, a embaixada do Brasil estuda uma nova sede no país.

Em 2024, as importações do Brasil vindas da Índia totalizaram US\$ 6,8 bilhões, enquanto as exportações foram de US\$ 5,3 bilhões, segundo dados da balança comercial. Entre 2004 e 2024, o país asiático passou de 29º para 13º maior destino das exportações do Brasil, segundo estudo feito pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), em junho. Ainda de acordo com o levantamento, desde 2019 as exportações brasileiras para o mundo cresceram em média 7,3% ao ano, enquanto os embarques para a Índia subiram 13,7%.

O crescimento econômico é um

dos principais pilares para que a Índia de fato consiga enfrentar alguns dos seus maiores desafios: a subnutrição da população. Neste contexto, as parcerias no setor de agricultura, sobretudo em tecnologias, são centrais para a relação entre os dois países.

“O Brasil é um país que é visto com possibilidade de oferecer suprimentos e tecnologias em áreas de interesse, como a agrícola”, disse o embaixador, destacando a ausência de passivo geopolítico entre os países.

Atualmente, mais de 50% da população da Índia vive no campo — no Brasil, mais de 80% dos cidadãos está em áreas urbanas. A Índia tem uma grande produção agrícola, mas ainda pouco modernizada. É nesse espaço que o Brasil pode se encaixar.

O chefe de comércio da Embaixada do Brasil na Índia, conselheiro Wagner Antunes, destacou o grande interesse nos segmentos de Defesa e aviação. “O Brasil conseguiu construir uma indústria sólida e diversificada”, disse Antunes.

O repórter viajou a convite da Iata

Eletronuclear pede ajuda de R\$ 1,4 bilhão ao governo

Energia

Agência O Globo, de Brasília

A Eletronuclear, estatal responsável pelas usinas nucleares de Angra, pediu um socorro de R\$ 1,4 bilhão ao governo federal para fechar as contas até o fim deste ano.

O pedido consta de um ofício enviado ao Ministério de Minas e Energia pela ENBPar, holding criada pelo governo para manter sob o controle da União a operação de usinas nucleares no processo de privatização da Eletrobras.

No documento, a direção da Eletronuclear alerta para “risco de colapso operacional e financeiro” já a partir de novembro deste ano.

“As necessidades simultâneas de financiamento para o programa de extensão de vida útil (LTO) de Angra 1 e para a manutenção de Angra 3, até o momento sem fonte definida, projetam o esgotamento do caixa da Companhia em novembro/2025”, afirma a companhia.

No pedido, a Eletronuclear pede um aporte mínimo de R\$ 1,4 bilhão: “Os estudos apontam a necessidade adicional de aporte mínimo do controlador, estimado em R\$ 1,4 bilhão, a fim de mitigar o risco de perda de controle da Eletronuclear. Essa exigência decorre do Termo de Conciliação e das condições de capitalização previstas para a operação”.

O pedido chega em um momento em que a fatia privada da empresa, que corresponde a 67,95% das ações, será vendida. A Âmbar Energia, braço da J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, assinou contrato para comprar a participação detida pela Eletrobras, agora rebatizada de Axia Energia, por R\$ 535 milhões.

A Eletronuclear é controlada pela União porque só o governo pode administrar unidades de geração de energia nuclear.

A companhia esperava pagar a fatura com a emissão de R\$ 2,4 bilhões em debêntures subscritas pela então Eletrobras e que agora serão assumidas pela J&F, mas a operação ainda não saiu do papel. A Eletronuclear tem a expectativa de concluir o processo até dezembro.

“Sem o ingresso dos recursos oriundos da emissão, a Companhia incorrerá em inadimplemento, sujeitando-se não apenas a multas e juros, mas também à aceleração de outras dívidas com BNDES, Caixa Econômica Federal e Santander”, diz o texto.

O agravamento da necessidade de caixa e eventual aporte de recursos pode tornar a Eletronuclear dependente do Tesouro Nacional para pagar despesas de pessoal e custeio. Por isso, a equipe econômica resiste em por dinheiro público nas estatas.

A Eletronuclear cita ainda no ofício dívidas de curto prazo contraídas com o Banco ABC e o BTG, no montante de aproximadamente R\$ 570 milhões, com vencimento em dezembro/2025.

Procurados, o Ministério da Fazenda e a Enpar não responderam até o fechamento desta edição.

A situação da Eletronuclear vem num momento em que o governo federal busca saídas para outra estatal, os Correios, que passam por uma crise financeira e buscam um empréstimo de R\$ 20 bilhões.

Para combater a pobreza, mais turismo

De Nova Déli

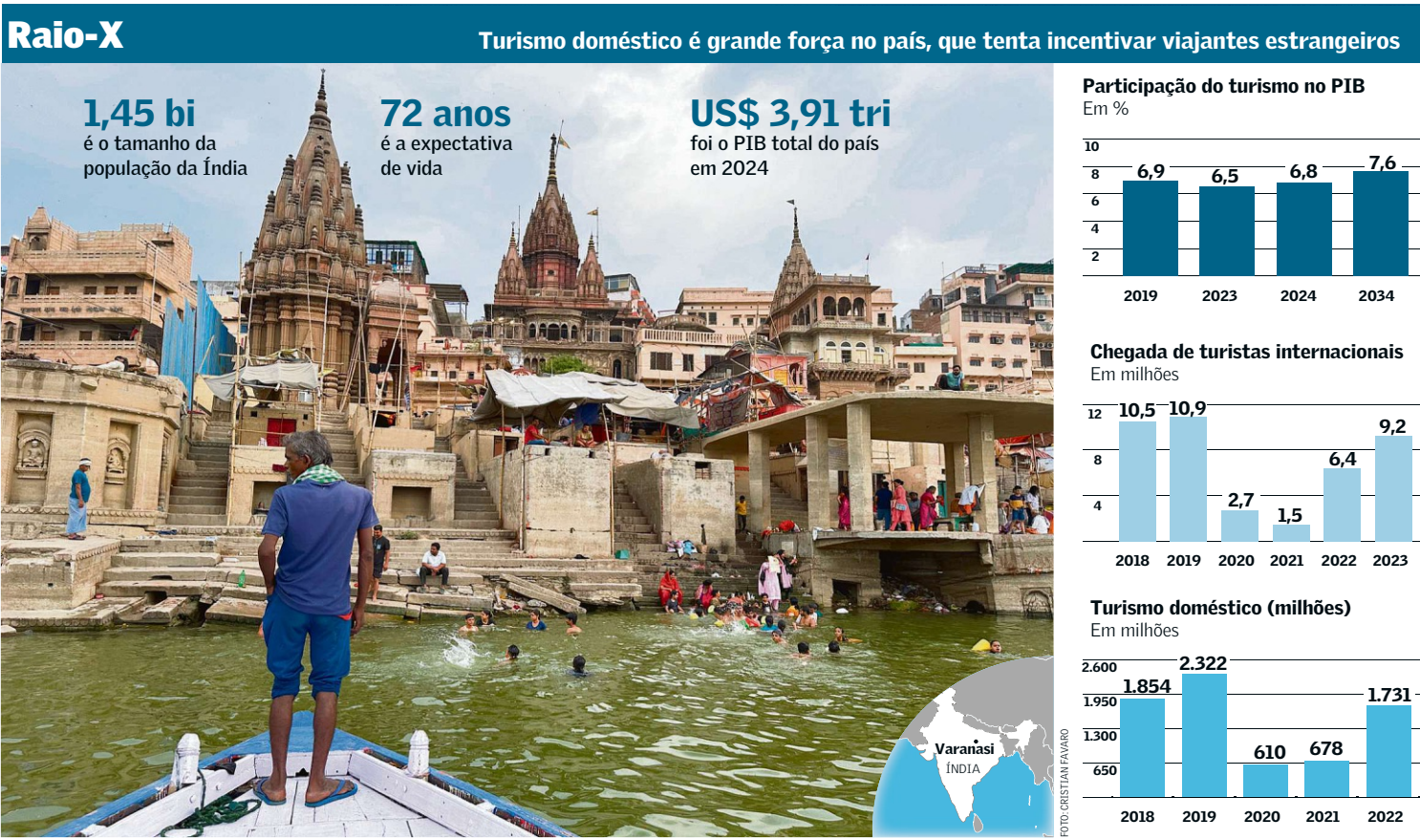
Com cerca de 20% menos clientes do que no período anterior à pandemia, a loja de seda de Umesh Ojha em Varanasi, uma das cidades mais antigas e sagradas da Índia e às margens do rio Ganges, reflete os desafios persistentes enfrentados pelo setor de turismo indiano. Forte gerador de renda para milhões de cidadãos, o turismo ainda busca retomar o fôlego, enquanto o governo aposta no setor como peça-chave para impulsionar a economia nacional.

Apesar dos desafios, Ojha se diz animado. Além de sua loja de seda, investiu em uma pequena pousada com 15 quartos, que iniciou as operações em junho. “Na pandemia, foi muito difícil de sobreviver. A receita era muito pequena. Agora, começamos a ver os negócios melhorarem”, disse, em conversa com o **Valor**.

Entre as prioridades do país para alavancar o setor está a infraestrutura aeroportuária, fundamental em uma nação com dimensões continentais. É um grande acidente aéreo em junho, que matou 241 pessoas, elevou ainda mais a pressão para que mais seja feito.

À semelhança do Brasil, com suas devidas proporções, a Índia enfrenta o paradoxo de ter um patrimônio cultural e natural riquíssimo, mas que acaba sendo ofuscado diante de entraves de infraestrutura, preocupações com segurança e pobreza.

Segundo dados do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, a Índia fechou o triênio 2022/2024 com um índice de 12% de sua população em risco de subnutrição ou de falta de acesso à alimentação suficiente. No triênio entre 2017 e 2019, o índice estava em 10,5%, ao passo que entre 2020 e 2022 disparou para 14,3%. O país foi um dos grandes afetados pela pandemia de covid-19.



Fontes: Confederation of Indian Industry (CII); World Tourism And Travel Council Report 2024; Ministério de Turismo da Índia - India Tourism Statistics 2023; Banco Mundial

O Brasil, dentro do mesmo indicador, registrou um percentual de população em risco de subnutrição abaixo de 2,5% no mais novo relatório, saindo do Mapa da Fome. Entre 2020 e 2022, o percentual era de 3,4%.

Cerca de metade do Produto Interno Bruto (PIB) da Índia está ligado ao setor de serviços. Em 2024, o turismo contribuiu com 6,8% do PIB e 9,2% dos empregos. A estimativa é que a fatia do setor na economia suba a 7,6% até 2034 e represente 11% dos empregos até lá, conforme relatório da Confederação da Indústria da Índia (CII).

Os dados são carregados de ressalvas, diante de uma elevada informalidade da força de trabalho — guias, vendedores de rua e profissionais de temporada normalmente estão fora das estatísticas.

Em 2023 foram 9,2 milhões de turistas internacionais na Índia, 15,6% abaixo de 2019. O turismo doméstico é o grande ator no setor: em 2022, de acordo com os dados mais recentes no estudo, foram 1,73 bilhão de visitantes, ainda 25% abaixo do pré-pandemia.

Um dos maiores símbolos da Índia, o Taj Mahal é o destino número 1 dos visitantes. O mausoléu de mármore branco é, na verdade, um túmulo construído no século XVII na cidade de Agra pelo imperador Shah Jahan em homenagem à esposa favorita, Mumtaz Mahal, que morreu em trabalho de parto.

Problemas com segurança preocupam o país. Relatos de violência, sobretudo contra mulheres, não são incomuns. Mas o governo aponta que tem muito mais a oferecer e, por isso, ampliou os

investimentos em sua infraestrutura aeroportuária, algo central para encurtar distâncias em uma nação de dimensões continentais.

O primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, em evento recente da Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata) em Nova Déli, disse que o país tem transformado sua aviação civil nos últimos anos. “A Índia se tornou o terceiro maior mercado de aviação doméstica do mundo”, disse Modi.

As aéreas do país registram ao ano um crescimento médio de dois dígitos no volume de passageiros, que atingiu 240 milhões de pessoas. A estimativa é que até 2030 esse número deverá chegar a 500 milhões ao ano.

Parte da estratégia tem sido investir na aviação civil por meio de um programa lançado em 2016.

Entre as políticas do programa Udan, está o suporte financeiro às companhias aéreas, como forma de assegurar uma tarifa acessível.

Para conseguir movimentar todo esse fluxo de passageiros, o país tem investido em infraestrutura. Em 2014, contava com 74 aeroportos operacionais. Subiu para 162.

Um acidente aéreo grave em junho, entretanto, tem ofuscado parte dos esforços. O Boeing 787 Dreamliner da Air India caiu após decolar da cidade de Ahmedabad, no oeste da Índia, com destino a Londres, matando 241 pessoas a bordo (um passageiro sobreviveu), além de 19 em solo. Um relatório da Agência de Investigação de Acidentes Aéreos da Índia (AAIB), divulgado em julho, não apresentou uma conclusão acerca da causa do acidente. (CF)

'CBN Professional' Empresária fundadora da ONG Amigos do Bem é a convidada do podcast

‘Foi sempre assim, eu tentando até acontecer’

Stela Campos
De São Paulo

Comandar 80 funcionários com apenas 17 anos de idade foi o primeiro de muitos desafios de liderança assumidos por Alcione Albanesi. Sua trajetória profissional foi singular. De modelo a dona de confecção, de dona de loja de materiais elétricos na rua Santa Ifigênia em São Paulo a empresária pioneira do setor de lâmpadas LED no país, foram muitas aventuras até chegar ao empreendimento social com a Amigos do Bem, uma ONG que hoje conta com 11 mil voluntários, gera 1.600 empregos e beneficia mais de 150 mil pessoas em 300 povoados do sertão nordestino. Ela diz que o que a levou a tantos caminhos diferentes foi o fato de saber “construir pontes”.

Albanesi é a convidada do novo episódio do podcast “CBN Profissional”, uma parceria do **Valor** com a rádio CBN. Ele está disponível no site da CBN, no YouTube do **Valor** e nos principais streamings, como Spotify e Apple Podcasts.

Albanesi conta que sempre procurou criar conexões para chegar aonde queria. Na época da loja de

materiais elétricos, enfrentava dificuldades com outros comerciantes por ser mulher e jovem. “Tinha que dar muitas braçadas para chegar aonde um homem chega com mais facilidade”, lembra. Mas ela conta como virou o jogo. “Eu cheguei para eles [os donos de lojas] e disse: eu preciso da ajuda de vocês, não vou conseguir ir para lugar nenhum sem amigos”, conta. E deu certo. “Até hoje tenho grandes amigos por lá.”

Com a confecção, a obstinação era igual. “Eu mesma ia vender, cheguei na Pernambucanas levando o mostruário”, lembra. “A pessoa perguntou: sua confecção tem quanto tempo? Eu disse que não tinha tempo, mas já era um sucesso, confie em mim”. Assim, conseguiu seu primeiro pedido e, com ele em mãos, bateu na porta da C&A, depois na Marisa e assim por diante. Ela pegava o pedido, comprava o tecido, usava oficinas externas para a costura, fazia tudo. “Foi sempre assim, eu tentando até as coisas acontecerem.”

Foi com esse mesmo entusiasmo que em uma viagem aos Estados Unidos, de férias, ela se depa-rou com um tipo de lâmpada incandescente muito mais barata



Empresária e filantropa, Alcione Albanesi diz que sempre construiu pontes para chegar ao sucesso, tanto na FLC Lâmpadas como na ONG Amigos do Bem

do que as que existiam no Brasil. Observou que eram feitas na China. Decidiu, então, que iria para lá comprá-las. Isso foi em 1992, muito antes de a China ser um destino comum para os negócios globais. “Eu sou alta, cabelo enrolado, chegando sozinha, todo mundo me olhava, eu me sentia uma extraterrestre”, diz. Foi para Xangai, Hangzhou, Ningbo, Hong Kong e não encontrou sequer uma pista sobre as lâmpadas. Ela tinha sido desencorajada a ir nessa viagem pelos amigos e familiares, então

"A gente pode preparar as crianças para que elas possam romper o ciclo de miséria e ter uma oportunidade"
Alcione Albanesi

pensou: “Vou ter que voltar com o fracasso? Não”.

Ela teve o insight, então, de consultar uma espécie de “páginas amarelas chinesas” e com a ajuda da recepcionista do hotel colocou um anúncio para atrair os fabricantes de lâmpadas locais para negociar. A empreitada deu certo, diz, em termos. “Comprei 333 mil lâmpadas de dois fornecedores e enviei para o Brasil em dez contêineres”, conta. “Quando as lâmpadas chegaram, elas não funcionaram”. Em uma situação como essa, ela diz que tinha duas opções: ou ficava com a derrota ou vendia tudo e usava sua experiência para comprar certo.

Albanesi optou por vender o único apartamento que tinha e voltou para a China. Comprou as tais lâmpadas mais econômicas. Fundou a FLC Lâmpadas, empresa que brigou com as grandes do mercado e chegou a ter 38% do market share. Albanesi montou, inclusive, a primeira fábrica de lâmpadas de LED no Brasil, e o negócio prosperou. “Cheguei a comandar 14 fábri-

cas”, diz. “Isso tudo sendo mãe de quatro filhos.”

Paralelamente, no Natal de 1993, Albanesi reuniu 20 amigos para fazer uma viagem até o sertão e doar cestas básicas para fazer “um natal de solidariedade”. Ela lembra que foi difícil encontrar o verdadeiro sertão, foram quilômetros percorridos de caminhão a partir de Recife para encontrar um povoado. “As crianças corriam assustadas pelo mato seco, as mães olhavam aflitas, porque ninguém nunca havia chegado lá”, diz. “Eles não sabiam o que era Natal, levamos alguém vestido de Papai Noel e tivemos que tirar a fantasia dele porque eles ficaram assustados”. A experiência, segundo ela, foi tão transformadora que mudou a sua história.

No ano seguinte, levou 100 pessoas para a experiência natalina no sertão, depois foram 500, 1.000. “Não tinha mais festa de fim de ano, era sempre em cima de caminhões com mais e mais voluntários”, explica. Nascia a Amigos do Bem. Depois de 10 anos, com tudo mapeado, ela sen-

tiu que a ONG precisava passar para outra fase. “Chamei minha família e contei o que ia acontecer, nós vamos ajudar a transformar a vida daquelas pessoas”, diz.

Até 2014, ela conciliou a vida de executiva na FLC e o novo projeto social que estava crescendo. “Começamos tirando as pessoas das casas de barro, que viviam sem água, e levando para as cidades. Depois, começamos a plantar caju”, conta. “Temos o semiárido mais populoso do mundo”, diz. Os moradores (80%) são analfabetos. Então, a Amigos do Bem passou a levar as crianças para a escola. “Nós não conseguimos tirar todas as pessoas das casas de taipa e nem acabar com a falta de quase tudo, mas a gente pode preparar as crianças para que elas possam romper esse ciclo de miséria e ter uma oportunidade”. Ela diz que o projeto se multiplica pelas fábricas de castanha que geram emprego e pelas mãos dessas mais de 10 mil crianças que passaram pelo programa e viraram jovens que se engajam no projeto. “Hoje, a castanha mais vendida nas grandes redes de supermercado é a nossa”, ressalta.

Conselhos passam por renovação para olhar mais para o futuro

Pesquisa

Adriana Fonseca
Para o Valor, de São Paulo

Os conselhos das empresas no Brasil estão passando por uma renovação, atraindo profissionais com perfis mais diversos, e mostram uma proximidade maior com os CEOs. Essas são as principais conclusões de um estudo conduzido pela MAIO Executive Search com 102 CEOs, em setembro deste ano.

Antecipada ao **Valor**, a segunda edição da pesquisa “A evolução da relação entre CEOs e conselhos” incluiu principalmente empresas de capital fechado (80%) e companhias com controle familiar, de capital aberto ou fechado (50%). Entre os respondentes, 8% são CEOs de organizações sem fins lucrativos e

33% são CEOs sócios.

No levantamento, 76% dos participantes afirmaram que houve alteração na composição dos conselhos nos últimos dois anos. Fernando Andraus, sócio-fundador da MAIO, comenta que o estudo começou a ser feito porque a consultoria percebeu, em rodas de conversas com altos executivos em 2022, inquietações dos CEOs em relação à contribuição efetiva do conselho para os negócios. “A pesquisa quer medir, do ponto de vista dos CEOs, a percepção da efetividade do conselho”, afirma.

“Nos surpreendeu uma frustração quase unânime dos CEOs perante seus conselhos”, diz Marcelo De Lucca, sócio-fundador da MAIO. “Principalmente pelo olhar mais para o retrovisor [passado] do que apoiando o futuro da companhia.”

A renovação dos membros do

“board” vem nessa linha, principalmente para endereçar lacunas de aporte de conhecimento dos conselheiros detectadas tanto no levantamento de 2023 como no de 2025. Os temas mais críticos são novos negócios e inovação — 55,9% disseram que esse aporte poderia melhorar em 2025, e 68,1% em 2023 — e tecnologia — 62,7% em 2025 e 71,2% em 2023. “[A renovação em] alguns casos traz integrantes para aportar conhecimentos que não estavam presentes [no conselho]”, diz Andraus.

Além dos temas de tecnologia, inovação e novos negócios, também ganhou presença na pauta dos “boards” o assunto de gestão de pessoas. “O tema de gente está mais central na pauta dos conselhos, estava presente antes, mas com menos ênfase”, comenta Andraus.

Segundo a pesquisa, os comitês de pessoas (ou remuneração) estavam presentes em 55,7% das empresas representadas na amostra de 2023. Em 2025, a parcela subiu para 62,7%. Andraus explica que as razões têm relação com a falta de mão de obra que afeta muitos setores, planejamento sucessório — lembrando que o Brasil tem muitas empre-

"Nos surpreendeu uma frustração quase unânime dos CEOs perante seus conselhos"
Marcelo De Lucca

sas de controle familiar — e saúde mental. “Antes não se ouvia sobre isso [saúde mental] nos conselhos, e agora está em 99% deles”, comenta Andraus.

Tudo isso acaba levando mais diversidade aos conselhos, principalmente em relação ao perfil de histórico profissional dos integrantes do colegiado. Andraus cita o ingresso de profissionais mais jovens com um ângulo de contribuição de tecnologia e inteligência artificial e de ex-diretores de RH, por exemplo.

Andraus pontua, ainda, que a gestão de riscos segue como um tema relevante para os conselhos, mas não apenas do ponto de vista financeiro. Ele fala em um escopo mais amplo, envolvendo ataques cibernéticos, por exemplo, e reputação.

A pesquisa mostrou, ainda, que 57% dos respondentes rela-

taram percepção de maior proximidade entre o conselho e o CEO. Isso se traduz, por exemplo, na quantidade de informações solicitadas pelo conselho para as reuniões — em 2023, 44,3% dos respondentes disseram que esse item poderia melhorar, ante 38,2% em 2025. A forma como as informações são solicitadas pelo conselho à diretoria é um importante indicador da coesão, clareza de direcionamento e maturidade do funcionamento do colegiado, esclarece a MAIO no relatório da pesquisa.

De Lucca pontua que o tema da governança vem evoluindo no Brasil. “A quantidade de conselhos em empresas não listadas evidencia isso”, diz. E não só. “A preocupação maior com a efetividade do conselho também, de ele estar a serviço da companhia para que ela evolua e gere valor.”

Jane Goodall só precisava de uma oportunidade

Banda Executiva



Sofia Esteves

Uma das maiores etólogas do mundo — reconhecida por seus estudos sobre o comportamento dos chimpanzés, embaixadora da paz da ONU e homenageada até pela Mattel com uma versão sua da Barbie — não tinha diploma universitário quando começou a mudar a história da ciência.

Lá atrás, quando terminou o colégio, Jane Goodall matriculou-se em uma escola de secretariado e trabalhou como atendente de restaurante e secretária para juntar dinheiro e viajar ao Quênia, na África. Seu sonho era observar animais selvagens e escrever sobre eles.

Estou contando essa história porque Jane Goodall faleceu recentemente, aos 91 anos, e ler sobre sua trajetória me fez pensar sobre a forma como, ainda hoje, as empresas avaliam o potencial das pessoas. Há muitos anos repito que currículos não mostram tudo o que uma pessoa pode se tornar — e a cientista de renome não poderia ser um exemplo mais perfeito disso.

É verdade que, mais tarde, ela conquistou um doutorado em etologia pela prestigiada Universidade de Cambridge, no Reino Unido. Mas a oportunidade que mudou sua vida veio antes dos diplomas e da experiência formal.

Quando chegou ao Quênia, Jane conheceu Louis Leakey, um renomado paleoantropólogo. Impressionado com seu olhar curioso e conhecimento autodidata sobre comportamento animal, ele a convidou para ser sua assistente. Leakey foi seu primeiro mentor e, muito mais do que isso, o responsável por abrir uma porta que o meio acadêmico, à época, jamais abriria.

Ele viu o que a maioria ignorava: alguém com genuína capacidade de aprender e contribuir. Nem preciso dizer que a aposta foi certa. Jane Goodall viria a revolucionar o campo da etologia ao provar que chimpanzés usavam ferramentas, desafiando conceitos científicos da época. Sua metodologia era considerada pouco ortodoxa —

ela preferia observar os animais em liberdade, dando-lhes nomes em vez de números e convivendo com eles em campo aberto. Foi criticada, desacreditada e, mesmo assim, persistiu.

Essa história aconteceu na década de 1950. Tantos anos depois, ainda me pergunto: por que é tão raro ver casos assim se repetirem?

Não estou falando de empreendedores de startups bilionárias que também formaram um império sem um diploma acadêmico, mas de jovens de contextos comuns — talentos que, como Goodall, precisam que alguém enxergue neles um potencial que ainda não se traduziu em experiência.

Diferentemente de quem atua no meio empreendedor e monta um negócio por conta própria, Goodall precisava de uma oportunidade concedida por alguém que tivesse poder para oferecê-la. Sozinha, jamais teria conseguido autorização para realizar estudos em uma floresta protegida. Ela não podia

simplesmente se aventurar nas selvas africanas e pronto.

Ela precisou que alguém dissesse “sim” quando o sistema provavelmente diria “não”. E esse é o caso de diversas pessoas jovens hoje em dia.

Imagine quantos talentos não são desperdiçados por falta de oportunidade, de escuta e de um olhar mais amplo sobre o que é potencial. Se Goodall tivesse sido barrada por não ter uma formação tradicional, muitas descobertas fundamentais sobre o comportamento animal jamais teriam acontecido. Avanços científicos que inspiraram gerações de pesquisadores e estudiosos talvez nunca tivessem existido.

Goodall também foi uma inspiração para quem acreditava que sensibilidade e rigor podem coexistir — e que o olhar humano, quando aliado à curiosidade, é capaz de transformar até as práticas mais estabelecidas.

Veja que, aqui, não estamos olhando apenas para o impacto de uma oportunidade na vida

de um único indivíduo. A chance que a etóloga recebeu em sua juventude gerou uma série de transformações: científicas, culturais e sociais.

Esse é o efeito positivo em cadeia de quando alguém decide apostar em um talento “pouco convencional”. Uma oportunidade concedida na hora certa não muda apenas a vida de um indivíduo. O efeito é infinitamente maior, pois transforma também o ambiente à sua volta, amplia referências e abre caminhos para que outros possam seguir.

Nas empresas, acontece o mesmo. Quando olhamos além das credenciais tradicionais e abrimos espaço para pessoas com trajetórias diversas, ativamos um círculo virtuoso: de inovação, de inclusão e de aprendizado coletivo. Em outras palavras, dar uma chance é um gesto de desenvolvimento — não só individual, mas organizacional e social.

Sofia Esteves é fundadora da Cia de Talentos, Bettha.com e Instituto Ser+

FDC | Fundação
Dom
Cabral**Valor** ECONÔMICO
25
ANOS

Programa

Foresight, Tech & IA na Sala do Conselho

ÚLTIMAS VAGAS!

Valor Econômico e Fundação Dom Cabral apresentam a **2ª edição do programa** que coloca no centro da mesa do conselho o tema mais disruptivo do nosso tempo: inteligência artificial e transformação tecnológica.

**As mudanças são rápidas,
profundas e inadiáveis.
Quem não se prepara, fica
para trás.**

Módulo único

03 a 06 de novembro de 2025

Local

FDC - Campus São Paulo - São Paulo (SP)

O QUE VOCÊ VAI ENCONTRAR

- As tendências que já estão redefinindo negócios e conselhos
- Estratégias para transformar riscos em vantagem competitiva
- Práticas em foresight, cibersegurança e governança digital
- Decisões baseadas em evidências para cenários complexos
- Conexão com líderes que estão moldando o amanhã

A QUEM SE DESTINA

Conselheiros, CEOs, C-Levels, acionistas e executivos que não podem esperar para compreender – e agir – diante da revolução tecnológica que impacta diretamente a governança e a sustentabilidade das organizações.

**O futuro não pede licença
para entrar. Traga-o para a
sua mesa de decisões.**

**INSCREVA-SE**www.rebrand.ly/valor-ia

Cenário Concessões têm atraído consórcios de construtoras, fundos de investimento e empresas estrangeiras, como a portuguesa Mota-Engil

Interesse da iniciativa privada por leilões rodoviários segue alto

Taís Hirata
De São Paulo

O fôlego do setor privado por novas concessões rodoviárias parece não se esgotar. Em meio a uma onda de licitações, na semana passada, o leilão do Lote 4 do Paraná, com mais de R\$ 10 bilhões em obras, atraiu quatro grandes empresas, com lances competitivos. Nesta semana, mais uma concorrência, agora do Lote 5 do Paraná, com outros R\$ 6,7 bilhões de investimentos, tem sido estudado por cinco empresas, segundo o governo.

Até mesmo o processo competitivo da concessão da Fernão Dias poderá atrair interessados. O contrato, da Arteris, passou por uma repactuação junto ao governo e ao Tribunal de Contas da União (TCU) e agora será ofe-

recido ao mercado, no fim deste ano. As concorrências desse modelo realizadas até agora não tiveram participação de outros grupos além do atual operador, dado que o formato é favorável à manutenção da empresa que já está no ativo. Porém, no caso da Fernão Dias, há uma grande expectativa no governo de que o cenário será diferente.

Se por um lado a lista de licitações por vir é extensa — só no governo federal há planos de 14 lei-

"Nos 'roadshows' que realizamos, temos visto novos 'players'"
Guilherme Sampaio

lões em 2026, fora as do governo paulista e de outros Estados —, o que gera dúvidas sobre a viabilidade de tantos projetos, também é verdade que até o momento não há sinais de desaceleração do interesse privado no setor.

Só no segundo semestre deste ano, os leilões rodoviários realizados na sede da B3, em São Paulo, já receberam dez diferentes concorrentes, alguns deles presentes em mais de uma licitação — isso já desconsiderando a Azevedo e Travassos, que após o escândalo policial envolvendo a Reag deverá ser inabilitada como vencedora do leilão da Rota Agro, realizado em agosto.

Em conversa recente com o **Valor**, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Sampaio, afirmou que novos atores ainda



O processo competitivo da concessão da Fernão Dias deve ir ao mercado até o fim do ano e tende a ser disputado

podem aparecer, para engrossar a lista de “entrantes” no mercado rodoviário. “Nos ‘roadshows’ temos visto novos ‘players’. Temos observado três perfis: fundos de investimento, consórcios de construtoras e a retomada de estrangeiros no país”, disse.

No leilão da última quinta-feira (22), por exemplo, a Mota-Engil, construtora portuguesa que

tem os chineses da CCCC como principais sócios, participou da disputa, para surpresa do mercado. A empresa também conquistou, em setembro, a Parceria Público-Privada (PPP) para construir o túnel Santos-Guarujá.

Segundo executivos e assessores do setor privado, todo esse interesse do mercado pelas concessões rodoviárias está respal-

dado por projetos bem estruturados, com riscos equilibrados e taxas de retorno atrativas.

Diante desse cenário, a expectativa, tanto nos governos quanto entre analistas do mercado, é que a onda de leilões rodoviários vista nos últimos anos continue forte — ao menos até abril de 2026, quando o clima de ano eleitoral deve ganhar força.

Ocupação de escritórios supera pré-pandemia em SP

Imóveis

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

O terceiro trimestre marcou mais um período de recuperação contínua da ocupação nos escritórios de São Paulo, conforme mostram os dados das consultorias imobiliárias para o período.

De acordo com a Newmark, a taxa de vacância ficou em 17,3% na cidade, queda de 3,6 pontos percentuais sobre o terceiro trimestre de 2024. É uma tendência que deve continuar, afirma Mariana Hanania, diretora de pesquisa de mercado da consultoria, porque a entrega de novos prédios corporativos não está forte. Há mais projetos em construção do que há um ano — 151 mil metros quadrados, ante 128 mil metros quadrados em setembro de 2024 —, mas o prazo para a entrega dos projetos tem sido dilatado.

“Existe uma certa cautela para novos empreendimentos”, afirma Hanania, e o motivo não vem apenas do próprio setor, como a percepção de demanda para determinada região, mas de questões macroeconômicas. “A incerteza ainda é forte”, diz, citando a expectativa de crescimento menor da economia neste ano e de queda do Produto Interno Bruto (PIB) em 2026, enquanto a inflação persiste. “Isso se reflete no mercado imobiliário como um todo, e principalmente em escritórios”.

Enquanto isso, a ocupação dos escritórios tem aumentado em toda a cidade, e não apenas nas regiões mais disputadas, como Faria



Mariana Hanania, da Newmark: Há mais projetos em construção atualmente

Lima, destaca Fernando Didziakas, sócio-diretor da Buildings.

Antes da pandemia, no início de 2020, havia 9,7 milhões de metros quadrados de lajes corporativas ocupados na cidade. Esse montante soma também prédios de categorias B e C, mais antigos, e não só de alto padrão. Em 2021, no vale da pandemia, o volume caiu para 9,1 milhões de metros quadrados. No entanto, lembra Didziakas, a base de 2020 já foi ultrapassada no fim do ano passado. Hoje, são 10,3 milhões de metros quadrados ocupados na capital paulista.

Segundo a consultoria, a vacância na cidade, nos prédios corporativos em geral, é de 16,5%, e vem caindo. Há áreas em que uma recuperação contínua ainda vai demostrar a dar resultados práticos para os proprietários, como fundos de investimento imobiliário (FIIs).

As regiões da Chácara Santo Antônio e da Churci Zaidan exemplificam isso. São áreas que estão atraindo novos ocupantes todos os trimestres e possuem estoque de prédios novos, de alta qualidade. Porém, esse novo estoque, somado à pandemia, fez com que a vacância crescesse demais, e o preço caísse. A recuperação está em andamento, mas é preciso paciência.

Segundo a Buildings, a Chácara chegou a ter 50% de vacância em 2022 em ativos de classe A, de alto padrão, mas hoje o patamar recuou para 33%. “É bastante, mas caiu”, afirma Didziakas. Na Churci, chegou a 32% em 2023, e está em 17%.

O preço negociado nas novas locações de prédios na Churci chegou a R\$ 60 ou R\$ 65 por metro quadrado ao mês, lembra,

embora o preço oficialmente pedido fosse de R\$ 90. “Hoje, os proprietários testam [aluguéis] de R\$ 100 a R\$ 120”, afirma, ressaltando que não se deve esperar atingir o patamar de R\$ 200 pelos próximos dois anos.

Em termos de tijolo, a região teria condições de cobrar valor próximo à Faria Lima, onde os preços pedidos estão na casa dos R\$ 300 por metro quadrado, mas a localização faz a diferença. “Quem paga os R\$ 300 é quem precisa da sofisticação do endereço Faria Lima”, afirma o sócio da Buildings, citando bancos e gestoras de investimento e advogados corporativos. Já outras empresas podem ver vantagem em outras regiões, mais em conta, mas sem o mesmo prestígio.

Churci e Chácara ganham com isso. No entanto, essas regiões aguardam a entrega de dois grandes projetos que, ao serem concluídos, devem fazer com que a ocupação média caia novamente, o Esther Towers e o Alto das Nações. Juntos, somam quase 200 mil metros quadrados.

A previsão de entrega está para o começo de 2026. Para Didziakas, a chegada desses edifícios ocasionará uma dinâmica de “rouba monte” nessas áreas, com muita movimentação de empresas, “mas, talvez, pouco crescimento”.

Ainda pensando em 2025, a perspectiva geral para o mercado de imóveis corporativos na cidade é positiva, segundo Hanania, com demanda crescente. “[A respeito] do que está ao alcance do mercado, estamos contentes com os resultados”, diz.

Curtas

Petrobras produz mais

A produção da Petrobras de petróleo, gás natural e condensado de gás natural (LGN, na sigla em inglês) no terceiro trimestre cresceu 17,3% em comparação com igual período no ano passado, ao apurar 3,1 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/dia) informou a companhia, na sexta-feira (24). De acordo com o relatório sobre o terceiro trimestre, a produção de petróleo e LGN no país no período totalizou 2,5 milhões de barris por dia, o que correspondeu a uma alta anual de 18,4%. A produção de gás natural no Brasil cresceu 13,1% no terceiro trimestre, frente a igual período em 2024, para 594 mil boe/dia. O fator de utilização das refinarias entre julho e setembro foi de 94%, queda de um ponto percentual ante os 95% apurados em igual período no ano passado. A Petrobras verificou ainda alta de 1,9% nas vendas de derivados no terceiro trimestre, na comparação anual.

Ações da Azul reagem

As ações da Azul fecharam a sexta-feira (24) cotadas a R\$ 1,14, alta de 0,88%, no dia seguinte à atualização do plano de negócios da companhia, que prevê alavancagem de 2,5 vezes ao fim do processo de reestruturação em curso nos Estados Unidos. No plano anterior, divulgado em julho, a empresa projetava relação entre Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e dívida líquida de três vezes ao fim do processo, previsto para terminar em fevereiro de 2026. O papel movimentou R\$ 16,8 milhões no pregão, acima do volume negociado no dia anterior, de R\$ 9,2 milhões.

Agenda Tributária

Mês de Outubro de 2025			
Data de Vencimento	Tributos	Código Dantf/IGPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRRF)		
	Rescisamento do Trabalho	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta		
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	-
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0482*	-
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (8.685/93) - Residentes no Exterior	5192*	-
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	-
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	-
	Remuneração de direitos	9422*	-
	Previdência privada e Fapi	9466*	-
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)		
	Outros Rendimentos	9478*	-
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
		0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRRF)		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma líquida, e seus derivados, e álcool etílico combustível	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
	Contribuição para o PIS/Próprio		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Setembro/2025
	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1663*	11 a 20/outubro/2025
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700*	-
	CPSS - Pensãoista Civil	1717*	-
	CPSS - Patroal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769*	-
	CPSS - Patroal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814*	-
27	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723*	11 a 20/outubro/2025
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730*	-
	CPSS - Pensãoista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752*	-

Notas: 1. Considera-se data de vencimento a data em que se encerra o prazo legal para pagamento do tributo ou para cumprimento da obrigação tributária; 2. Em caso de feriado estadual ou municipal o vencimento será antecipado ou prorrogado conforme a norma de regência do tributo ou da obrigação tributária. Fonte: Secretaria da Receita Federal

Movimento falimentar

Falências Decretadas

Empresa: **Nivelar Obras Rápidas Terraplanagem e Materiais de Construções Ltda.** - CNPJ: 10.671.283/0001-57 - Endereço: Rua Nova Barra Santa Salete, S/nº, Zona Rural, Piquetópolis - RJ. Administrador Judicial: Dr. Emmanuel Santiago Monteiro Intra - Vara/Comarca: 3a Vara de Cachoeiro de Itapemirim/ES
Empresa: **Trigood Indústria e Comércio de Alimentos Eireli** - CNPJ: 07.059.247/0001-22 - Endereço: Av. Ranieri Mazzilli, 331, Bairro Jardim Iamaraty - Administrador Judicial: O Próprio Administrador Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Dr. Darci Luiz Pessali - Vara/Co-

marca: 4a Vara de Cascavel/PR - Observação: Recuperação judicial concluída em falência.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Dirceu Stipp** - CNPJ: 60.616.772/0001-84 - Endereço: Estrada Vila Nova Barra Santa Salete, S/nº, Zona Rural, Piquetópolis - RJ. Administrador Judicial: Não Citado No Despacho
Empresa: **Real Loc Locadora de Veículos & Serviços Ltda.** - CNPJ: 33.779.404/0001-84 - Endereço: Av. Jones Dos Santos Neves, 428 B Fundos, Bairro Parque Laranjeiras - Administrador Judicial: Dr. Emmanuel Santiago Monteiro Intra - Vara/Comarca: 3a Vara de Cachoeiro de Itapemirim/ES
Empresa: **Rodrigo Mikocielski Stipp** - CNPJ:

60.616.897/0001-04 - Endereço: Estrada Saltinho, S/nº, Bairro Catuporanga, Nova Tebas/pr - Administrador Judicial: Não Citado No Despacho
- Vara/Comarca: 1a Vara de Ponta Grossa/PR
Empresa: **Viação Real Ita S/A** - CNPJ: 27.177.468/0001-02 - Endereço: Av. Jones Dos Santos Neves, 428 B Fundos, Bairro Parque Laranjeiras - Administrador Judicial: Dr. Emmanuel Santiago Monteiro Intra - Vara/Comarca: 3a Vara de Cachoeiro de Itapemirim/ES

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Log Inovação, Logística e Transportes Ltda.** - CNPJ: 09.313.035/0001-55 - Endereço: Rua Araucárias, Esquina com Rua Tiabagi, 730, Sala 02, Cohapar, Guaratuba/pr - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Re-

cuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraquá do Sul/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Empresa Jornalística Tribuna do Norte** - CNPJ: 08.272.908/0001-66 - Endereço: Av. Tavares de Lira, 101, Bairro Ribeira - Vara/Comarca: 21a Vara de Natal/RN - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Rádio Cabugi Ltda.** - CNPJ: 08.399.347/0001-60 - Endereço: Av. Duque de Caxias, 106, Bairro Ribeira - Vara/Comarca: 21a Vara de Natal/RN - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Seja um assinante:
Acesse assinavelor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Valor^{PRO}



Velocidade e precisão para quem decide.

No mercado financeiro e corporativo, informação de credibilidade e em tempo real faz toda a diferença. O **Valor PRO**, plataforma especializada com a chancela do **Valor Econômico**, oferece análises aprofundadas, notícias em primeira mão e dados estratégicos sobre os principais setores da economia nacional e internacional.

Com soluções para diferentes perfis, do investidor individual às grandes corporações, o **Valor PRO** é a escolha certa para decisões mais seguras e precisas.



Valor PRO: Quem sabe antes decide melhor
Acesse www.valorpro.com.br e conheça.



Empresas

Veículos A 59ª edição da maior premiação da indústria automobilística brasileira tem recorde em participantes, com 49 modelos elegíveis

Carro do Ano 2026 divulga finalistas em todas as categorias

Autoesporte

A Autoesporte divulgou a lista dos finalistas do prêmio Carro do Ano 2026, na 59ª edição da maior premiação da indústria automobilística brasileira. Em meio a um número recorde de 49 modelos elegíveis, os jurados escolheram até cinco finalistas de cada uma das seis categorias Carro do Ano e das três categorias Motor do Ano.

Ao todo, o Carro do Ano 2026 terá 27 carros e 15 conjuntos motrizes como finalistas, de 21 marcas diferentes. Os campeões serão divulgados em 25 de novembro. Na segunda etapa da premiação, os jurados devem avaliar os carros antes de atribuir notas a todos os carros e motores finalistas em 11 quesitos diferentes. Os vencedores serão os modelos que obtiverem a maior média de pontuação de zero a dez. Todo o

processo é auditado pela EY.

Os finalistas da categoria Carro do ano 2026 (até R\$ 249.999) são GAC GS4, Honda WR-V, Nissan Kicks, Renault Boreal e Volkswagen Tera.

Na categoria Carro do Ano Premium (de R\$ 250 mil a R\$ R\$ 399.999), os finalistas são Audi A5, MW Série 2 Gran Coupé, GWM Tank 300, Mitsubishi Outlander PHEV e Zeekr X.

Para o Carro do Ano Superpremium (de R\$ 400 mil a R\$ 599.999), os indicados neste ano são Audi Q5, BMW X3, Lexus NX

Ao todo, o Carro do Ano 2026 terá 27 carros e 15 conjuntos motrizes na disputa

450h+, Porsche Macan EV e Volkswagen Golf GTI.

O Carro do Ano de Luxo (acima de R\$ 600 mil) deverá ser escolhido entre os seguintes finalistas: Audi A6 e-tron, Kia EV9, Porsche Panamera e Volvo EX90.

Na categoria de Carro do Ano Esportivo (400 cv ou mais), são os seguintes, os indicados: Audi RS 3, Mercedes-AMG GT 63 S e Porsche 911 GTS.

A Picape do Ano deverá ser escolhida entre: Fiat Titano, Ford Maverick Tremor, GWM Poer P30, Mitsubishi Triton e Ram 3500.

Além dos carros, a premiação elege os melhores motores do ano, que são avaliados de acordo com seus aspectos técnicos. Neste caso, são três categorias: Motor do Ano Combustão, Motor do Ano Híbrido e Motor do Ano Elétrico.

Na categoria Motor do Ano Combustão, os finalistas são Audi EA888 2.0 turbo (A5 e Q5),

Carro do Ano 2026

59ª edição do prêmio tem 27 carros e 15 conjuntos motrizes na final



Veículos finalistas por categoria

Carro do Ano Até R\$ 249.999
- GAC GS4 - Honda WR-V - Nissan Kicks - Renault Boreal - Volkswagen Tera

Carro do Ano de Luxo Acima de R\$ 600 mil
- Audi A6 e-tron - Kia EV9 - Porsche Panamera - Volvo EX90

Carro do Ano Premium De R\$ 250 mil a R\$ R\$ 399.999
- Audi A5 - BMW Série 2 Gran Coupé - GWM Tank 300 - Mitsubishi Outlander PHEV - Zeekr X

Carro do Ano Esportivo 400 cv ou mais
- Audi RS 3 - Mercedes-AMG GT 63 S - Porsche 911 GTS

Carro do Ano Superpremium De R\$ 400 mil a R\$ 599.999
- Audi Q5 - BMW X3 - Lexus NX 450h+ - Porsche Macan EV - Volkswagen Golf GTI

Picape do Ano
- Fiat Titano - Ford Maverick Tremor - GWM Poer P30 - Mitsubishi Triton - Ram 3500

Fonte: Autoesporte.

BMW B58B30M2 3.0 turbo MHEV (X3), Fiat GSE T200 Hybrid 1.0 turbo MHEV (Pulse e Fastback), GWM GW4D24 2.4 turbodiesel (Poer P30) e Mitsubishi 4N16 2.4 turbodiesel (Triton).

O Motor do Ano Híbrido deverá ser escolhido entre estes: BYD DM-i 1.5 turbo PHEV (BYD Song Plus Premium), GAC 4B20L1 2.0 HEV (GS4), GWM Hi4-T 2.0 turbo PHEV (Tank 300), Jaecoo 1.5 tur-

Melhores motores do ano

Motor do Ano
Motor do Ano Combustão - Audi EA888 2.0 turbo (A5 e Q5) - BMW B58B30M2 3.0 turbo MHEV (X3) - Fiat GSE T200 Hybrid 1.0 turbo - MHEV (Pulse e Fastback) - GWM GW4D24 2.4 turbodiesel (Poer P30) - Mitsubishi 4N16 2.4 turbodiesel (Triton)

Motor do Ano Híbrido
- BYD DM-i 1.5 turbo PHEV (BYD Song Plus Premium) - GAC 4B20L1 2.0 HEV (GS4) - GWM Hi4-T 2.0 turbo PHEV (Tank 300) - Jaecoo 1.5 turbo PHEV (Jaecoo 7) - Porsche 3.6 turbo HEV (911 GTS)

Motor do Ano Híbrido
- GAC (Hyptec HT) - Geely (EX5) - Kia (EV9) - Porsche (Taycan Turbo GT) - Zeekr (001)

bo PHEV (Jaecoo 7) e Porsche 3.6 turbo HEV (911 GTS)

E o Motor do Ano Elétrico tem como finalistas: GAC (Hyptec HT), Geely (EX5), Kia (EV9), Porsche (Taycan Turbo GT) e Zeekr (001).

Omron prevê crescer no país com doenças ligadas à obesidade

Saúde

Ana Luiza de Carvalho
De São Paulo

A fabricante de dispositivos médicos Omron planeja dobrar a participação do Brasil em seu faturamento nos próximos cinco anos, para cerca de 5%, com a expansão do acompanhamento domiciliar de doenças crônicas pelos próprios pacientes. “O Brasil representa 3% da receita internacional da Omron. Nosso mercado aqui ainda é pequeno, se comparado com o potencial”, afirmou a CEO global da companhia, Ayumu Okada.

A multinacional japonesa é líder global de vendas em medidores de pressão arterial, com mais de 60% do mercado avaliado em US\$ 4,1 bilhões. A expectativa é de que, até 2030, essa cifra chegue a US\$ 5 bilhões.

Uma das razões para isso são as novas diretrizes globais, adotadas pelas sociedades brasileiras de Cardiologia, de Nefrologia e de Hipertensão, que classificaram como patamar de alerta a pressão “12/8” considerada normal até o ano passado. Com isso, 30 milhões de brasileiros devem ser agora enquadrados como pré-hipertensos. Aproximadamente 30% dos adultos brasileiros, ou 55 milhões de pessoas, já têm pressão alta.

A Omron também espera ampliar as vendas de balanças domésticas de bioimpedância, que

detalham a composição corporal dos usuários, à medida em que as canetas emagrecedoras ficam mais populares no país. No último ano, as vendas do equipamento no Brasil cresceram 154% em relação a 2023.

A diretora-geral da Omron Brasil, Fernanda Villa-Lobos, explica que o paciente não deve adquirir um dispositivo junto aos medicamentos de uso contínuo — o que poderia configurar até venda casada, prática vetada no Brasil pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC).

A estratégia da companhia é se aproximar do consumidor final a partir de campanhas conjuntas com a indústria farmacêutica, como no caso da ação Blitz da Saúde, da dinamarquesa Novo Nordisk. A Omron Healthcare e a fabricante de Ozempic e Wegovy estiveram no Parque Villa-Lobos, em São Paulo (SP), realizando exames de pressão arterial, eletrocardiograma e a própria bioimpedância, dentre outros. A Omron também marcou presença junto às equipes de primeiros socorros em corridas promovidas pela varejista de vestuário esportivo Track&Field.

No estudo “Efeito Semaglutida”, realizado em parceria com a WGSN e divulgado em setembro, a Novo Nordisk destacou que o princípio ativo de seus injetáveis mais famosos impacta diretamente segmentos de suporte à saúde como dispositivos médicos. “O crescimento do uso



Ayumu Okada, CEO da Omron, diz que farmácias são parceiras estratégicas

de semaglutida está impulsionando a demanda por dispositivos que monitoram saúde, bem-estar e efeitos colaterais, além de abrir espaço para ‘gadgets’ que apoiam a jornada de perda de peso e manutenção de resultados”, afirma a farmacêutica.

Outro canal para que o consumidor conheça o portfólio da empresa japonesa são os chamados hubs de saúde das drogarias, com serviços como telemedicina e medição de parâmetros básicos de saúde — como a pressão arterial. A companhia afirma que já atende 1,2 mil hubs em todo o país, de redes como Droga Raia, Drogasil, Panvel, Drogarias São Paulo e Pacheco, dentre outras.

Okada esteve em São Paulo há duas semanas para reuniões sobre o potencial do mercado brasileiro. A agenda incluiu um encontro com o presidente executivo da Associação Brasileira de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), Sérgio Mena Barreto. Segundo Okada, as farmácias são estratégicas para a companhia também no Sudeste Asiático, em países emergentes como Tailândia e Vietnã, em que o acesso ao sistema de saúde é mais difícil.

A atuação da Omron junto aos principais “players” da saúde, segundo Okada, reforça a confiabilidade dos dispositivos e diferencia os equipamentos dos chamados “gadgets”, como relógios inteligentes que medem parâmetros como batimentos cardíacos.

“Nós seguimos diretrizes globais de confiança, atualizadas continuamente”, explicou.

A executiva conta que uma dessas crises de confiança ocorreu com os medidores de oxigenação do sangue, os oxímetros, durante a pandemia de covid-19. Vários mercados globais da Omron, incluindo o próprio Japão, foram inundados com dispositivos de baixo valor e sem certificações de segurança.

A partir de um trabalho conjunto com as autoridades de saúde japonesas, foram definidos os critérios de qualidade de todo o mercado — incluindo os próprios produtos da Omron — para os oxímetros.

O portfólio da companhia também conta com termômetros, medidores de glicemia, inaladores para doenças respiratórias e umidificadores de ar.

A Omron registrou lucro de 6,8 bilhões de ienes no primeiro trimestre fiscal de 2025, revertendo prejuízo de 9,6 bilhões de ienes no mesmo período de 2024. Em dólares, houve queda de 9% no lucro, para US\$ 145,7 milhões. De acordo com a companhia, o resultado foi afetado pela incidência de tarifas de importação dos Estados Unidos.

Já as vendas cresceram 3,1% no comparativo anual, para 189,5 bilhões de ienes. A companhia divulga em 7 de novembro seus números do segundo trimestre fiscal de 2025.

EUA devem ganhar espaço nas exportações de celulose brasileira

Estratégia

Helena Benfica
De São Paulo

A participação do Brasil no mercado global de celulose deve aumentar em 6% até 2030, para 34%, impulsionada pela entrada de novas fábricas e pela substituição da fibra longa (eucalipto) pela fibra curta (pinus), segundo o Rabobank. Embora a China continue sendo o principal destino da celulose de fibra curta brasileira, o avanço da produção integrada no país deve impactar o volume importado nos próximos anos. Isso abre espaço para que os Estados Unidos — segundo maior destino do produto —, ganhem ainda mais peso nas exportações do Brasil.

Tradicionalmente, os produtores chineses operavam com custos elevados e pouca disponibilidade de madeira, o que os levava a consumir grandes volumes de celulose de mercado. Mas com a crise imobiliária no país, em 2021, a madeira antes destinada à construção civil passou a sobrar, impulsionando projetos integrados de celulose para absorver o excedente.

Segundo dados do Rabobank, o volume de celulose de fibra curta integrada na China saltou de 5 mil toneladas em 2016 para 9,5 mil em 2024. O banco projeta que, em 2027, esse valor deve chegar a 14,5 mil toneladas, o que representa um crescimento de quase 53%.

“Das fábricas planejadas nos últimos três anos, ninguém estava mapeando isso”, diz Andres Padilla,

analista do Rabobank. Ele pondera que o mercado tende a se adaptar no sentido de que as capacidades mais eficientes vão ocupar o espaço das menos eficientes. De toda forma, parte dessa demanda terá que ser deslocada, e os EUA aparecem como um destino promissor para a fibra brasileira.

Em 2024, o Brasil respondeu por 82% das importações de celulose de fibra curta dos EUA, totalizando cerca de 2 milhões de toneladas, aponta relatório do Rabobank. Esse volume representa um avanço de 74% ante uma década atrás, e corresponde a uma taxa de crescimento anual de 4,7%. A matéria-prima é utilizada, principalmente, para produzir papéis “tissue”, como papel higiênico e lenços.

No segmento da fibra longa, uti-

lizada na produção de embalagens de papel, o fornecimento para os EUA sempre foi dominado pelo Canadá. Porém, após a pandemia, mudanças no mercado abriram espaço para a celulose brasileira e europeia. Em 2024, o Brasil passou a responder por 10% das importações de fibra longa dos EUA, cerca de 300 mil toneladas, enquanto a participação do Canadá caiu para 75%, aponta o banco.

“O Brasil está bem posicionado. Além de navegar melhor na volatilidade cambial, tem um custo de produção baixo e é competitivo em logística”, afirma Padilla. Essa posição foi conquistada por alguns fatores-chave, como ciclo curto de rotação do eucalipto (em torno de sete anos), avanço em pesquisas genéticas que aumenta-

ram a produtividade e investimentos significativos em fábricas integradas de larga escala.

Além do Projeto Cerrado, da Suzano, as chilenas Arauco e CMPC, e a indonésia Bracell, também estão avançando com novas unidades no país. Há também a expectativa de uma segunda linha na unidade da Eldorado, em Três Lagoas (MS). Com as novas capacidades, o Rabobank estima que o volume de celulose exportado deve passar de 20 milhões toneladas atualmente para 25 milhões em 2030.

Outro aspecto que pode favorecer ainda mais esse avanço, segundo Padilla, é a diferença de preço entre as duas fibras, o chamado “spread”. Atualmente, a tonelada da celulose de fibra curta está cerca de US\$ 250 a US\$ 300 mais barata

no mercado da Costa Leste dos EUA, segundo o Rabobank.

“Há um incentivo econômico para a fibra curta ganhar ‘share’ [participação] no mercado americano, porque o ‘gap’ [intervalo] está maior agora e as dinâmicas de oferta e demanda sinalizam que é difícil fechar essa diferença no curto/médio prazo”, diz Padilla.

Mais do que questão de custo, pesa o fato de que os fornecedores brasileiros já mantêm relação de longo prazo com os clientes americanos, atendendo suas especificidades com qualidade e eficiência.

Nesse contexto, a decisão da Casa Branca de taxar a celulose brasileira em 10% foi praticamente um “tiro no pé”, afirma o analista. Não por acaso o governo americano voltou atrás e zerou a tarifa.

Petroquímica Conselho de administração aprova investimento de R\$ 4,2 bi; companhia tem pela frente uma potencial recuperação extrajudicial

Braskem avança em expansão, mas recursos ainda são incertos

Stella Fontes
De São Paulo

A caminho de uma potencial recuperação extrajudicial, dentro do processo de revisão de sua estrutura de capital, e em meio às negociações para venda de seu controle, a Braskem planeja uma expansão orçada hoje em R\$ 4,2 bilhões (US\$ 800 milhões). Considerada estratégica no plano de retomada da competitividade da companhia, duramente afetada pelo ciclo de baixa da petroquímica global, sua execução foi aprovada pelo conselho de administração na semana passada, apesar das incertezas quanto às fontes de financiamento.

O plano é elevar em 220 mil toneladas, ou em cerca de 40%, a produção de eteno e polietileno (PE) a partir do gás natural no complexo petroquímico de Duque de Caxias (RJ), hoje a central mais rentável no Brasil. A companhia já investiu R\$ 233 milhões na fase inicial da engenharia básica.

As circunstâncias difíceis da empresa, e do setor no mundo, contudo, levaram analistas e investidores a receber com reserva o anúncio. A principal dúvida é quanto ao momento de execução do projeto. Com margens pressio-

nadas pelo excesso de oferta global, a Braskem tem operado com taxas de utilização de capacidade historicamente baixas, sobretudo nas centrais baseadas em nafta, e consumido caixa — no primeiro semestre, a queima chegou a R\$ 4,15 bilhões. Além disso, é consenso que o ciclo de baixa da petroquímica global não deve se encerrar antes de 2027 ou até 2028.

Conforme o **Valor** apurou, dos US\$ 800 milhões que serão aportados na expansão, entre US\$ 70 milhões e US\$ 100 milhões serão financiados via Regime Especial da Indústria Química (Reiq) Investimentos, que na prática transforma tributos que seriam pagos em recursos investidos. O programa será extinto em 2026, mas pode ser substituído pelo Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (Presiq), ainda em tramitação no Congresso. “O caixa

“Temos de garantir competitividade diante do novo cenário global”
Stefan Lepecki

da companhia será preservado nesta fase”, disse uma fonte.

Já os US\$ 700 milhões remanescentes ainda não têm origem assegurada. Estão na mesa, neste momento, algumas possibilidades de captação: aporte de capital dos sócios, contratação de financiamento no mercado — o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) seria visto como o financiador “natural” de um empreendimento com esse perfil — e ainda a obtenção de recursos novos junto a credores atuais, dentro do processo de reestruturação de dívidas que deve ser iniciado em breve — as conversas com credores ainda devem levar meses.

Em praticamente todos os casos, porém, há riscos. Um aporte dos sócios depende da consumação da venda do controle da Braskem, uma vez que a controladora atual, a Novonor, está em recuperação judicial e não tem fôlego financeiro para acompanhar esse movimento. Bancos credores da antiga Odebrecht, que detêm as ações da Braskem em garantia a dívidas, estão perto de assumir o controle da companhia via fundo gerido pela IG4, junto com a Petrobras, mas ainda falta a concordância final do BNDES — que negocia créditos cedidos no passado à Novonor e, por isso, tam-



Braskem quer expandir capacidade de produção da central de Duque de Caxias (RJ), que usa gás como matéria-prima

bém não tem cedido novos empréstimos à petroquímica.

A elevada alavancagem financeira da Braskem também é apontada como um risco ao plano de expansão. Em junho, a dívida líquida de cerca de US\$ 7 bilhões equivalia a 10,6 vezes o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) em 12 meses, o que levou as principais agências de classificação de risco a cortarem, mais de uma vez, sua nota de crédito.

Nesse ambiente, a contratação de novos financiamentos tem esbarrado no elevado custo, reflexo também dos níveis atuais das taxas de juros. Segundo fontes, a Braskem tem sido procurada por fundos de situações especiais (“special sits”), mas os custos inviabilizam potenciais operações.

“Apesar do atual cenário global desafiador, temos que garantir que a Braskem terá competitividade no novo cenário petroquímico mundial, garantindo sua sobrevivência e perpetuidade. O investimento na central petroquímica do Rio de Janeiro demonstra nossa confiança no potencial do Brasil e o compromisso da companhia em contribuir com uma reindustrialização sustentável do setor”, disse em nota à imprensa o vice-presidente de Negócios América do Sul da Braskem, Stefan Lepecki.

Procurada, a companhia não se manifestou além do fato relevante encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da nota à imprensa.



NOVOS EPISÓDIOS
toda segunda-feira,
às 9h

PARCERIA **Valor** ECONÔMICO 25 ANOS

COMO TRANSFORMAR UM PROJETO SOCIAL EM UM NEGÓCIO DE SUCESSO

ALCIONE ALBANESI
Presidente da ONG Amigos do Bem

Apresentado por:



STELA CAMPOS
VALOR ECONÔMICO



THIAGO BARBOSA
CBN

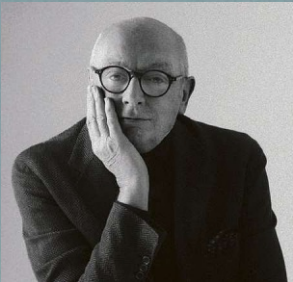
ACESSE AGORA
no site ou nas principais plataformas de streaming.

cbn.globo.com/professional



BREVE LANÇAMENTO

O ENCONTRO ICÔNICO ENTRE A ELEGÂNCIA ITALIANA E A VIVACIDADE BRASILEIRA.



PIERO LISSONI

Há mais de 30 anos ele desenvolve projetos ao redor do mundo nas áreas de arquitetura, paisagismo e interiores, bem como em design de produto e gráfico. Ele também é diretor de arte da Alpi, Boffi, Living Divani, Lualdi, Porro e Sanlorenzo. Piero Lissoni também recebeu uma série de prêmios internacionais, incluindo o Prêmio de Carreira Compasso d'Oro, dois Compasso d'Oro ADI, o Good Design Award e o Red Dot Award.



Agende sua visita

Avenida Lúcio Costa, 4.900 | Barra da Tijuca

tegraincorporadora.com.br

RIO BY PIERO LISSONI - Incorporadora TGSJ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A., com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Bloco 2, Sala 102, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.775-028, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 46.185.398/0001-89. Conceito e idealização de arquitetura, paisagismo e interiores desenvolvidos pelo escritório internacional Lissoni & Partners, sediado em Milão. Os projetos foram desenvolvidos tecnicamente pelos responsáveis: Projeto de Arquitetura: Arg&Urb; Projetos - CAU A06831; Projeto Paisagístico: Benedito Abbud Arquitetura Paisagística e Urbanismo - CAU A19003; e Projeto de Arquitetura de Interiores por Carlos Rossi Arquitetura - CAU A166537. Memorial de Incorporação registrado em 21/10/2025, sob nº R.15 na matrícula 154.604 do 9º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro, e o Patrimônio de Afetação averbado sob Av.17 na referida matrícula. As informações constantes no Memorial de Incorporação e nos futuros instrumentos de compra e venda prevalecerão sobre as divulgadas neste material. Este material é preliminar e está sujeito a alteração sem aviso prévio.

A EXCLUSIVIDADE ENCONTRA,
FRENTE AO MAR, O ÚLTIMO ESPAÇO
NA PRAIA DA BARRA.

R I I O

BY *Piero Linx*

Apartamentos e Penthouses
4 a 6 suítes | de 262m² a 1.042m²



COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
COMPANHIA ABERTA
REGISTRO CVM nº 01862-7
CNPJ/MF nº 76.484.013/0001-45
SUMÁRIO DA ATA DA 128ª
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1 - DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO: Realizada no dia 11 de setembro de 2025, às quatorze horas e trinta minutos, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital ALFM Easy Voting. **2 - FORMA DE CONVOCAÇÃO:** Edital publicado nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 2025, respectivamente nas folhas A8, A14 e A10 do jornal Valor Econômico. **3 - PARTICIPANTES:** Acionistas representando 70,41% (setenta inteiros e quarenta e um centésimos por cento) das ações ordinárias da Companhia, conforme boletins de voto a distância, recebidos diretamente na Companhia por meio do endereço eletrônico easyvoting@alfm.adv.br , por meio do Banco Bradesco S.A., agente escriturador da Companhia e por meio do depositário central B3 – Brasil, Bolsa, Balcão nos termos da Resolução CVM nº 81/2022. Presentes o Diretor-Presidente da Sanepar Sr. Wilson Bley Lipski, o presidente do Conselho de Administração, Sr. Demétrius Nichele Macei e o Diretor de Inovação e Novos Negócios, Sr. Anatalcio Ribsen Junior. **4 - MESA DIRETORA:** Wilson Bley Lipski - Presidente, Fabiane Queiroz Santos Heinisch – Secretária. **5 - DELIBERAÇÕES TOMADAS: ITEM 1** - Aprovação, por maioria, da eleição do membro do Comitê de Elegibilidade indicado pelo acionista controlador. Membro: Sr. Cesar Vinicius Kogut, brasileiro, oficial da Polícia Militar, residente e domiciliado na cidade de Londrina – Estado do Paraná, inscrito no CPF: 561.788.679-72 e portador da Carteira de Identidade: 3.500.033-0. Eleito por maioria, com término do mandato em 28/04/2027. **ITEM 2** - Aprovação, por maioria, da alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme proposta da Administração da Sanepar, passando o Estatuto Social da Companhia a vigorar na forma consolidada constante no Anexo I à presente ata. **ITEM 3** - Aprovação por maioria, da autorização de forma genérica, nos termos do art. 18, XVI do Estatuto Social da Sanepar, da constituição de associações jurídicas diversas. A quantidade de votos a favor, contra e abstenções estão refletidas no Mapa Sintético Final no Anexo II à presente ata. **6 - VOTOS À DISTÂNCIA:** Registrado o recebimento de 626 boletins de voto a distância em Assembleia Geral Extraordinária, no período compreendido entre 12 de agosto de 2025 e 09 de setembro de 2025, que foram devidamente computados e estão consolidados no Mapa Final de Votação. **7 – ESCLARECIMENTO:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76, e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76. **8 - APROVAÇÃO E ASSINATURAS:** Finalmente a ata lida e aprovada, bem como os respectivos anexos, tendo sido considerados como signatários todos os presentes, na forma do artigo 47, §1º, da Resolução CVM nº 81/2022. A íntegra da ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20254573967 em 19/09/2025, protocolo 254573967 de 19/09/2025 e está disponível para consulta no endereço eletrônico <https://ri.sanepar.com.br/>. Fabiane Queiroz Santos Heinisch - Secretária da Assembleia Geral Extraordinária.



Art. 1º - A Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar (“Sanepar” ou “Companhia”), constituída em 23 de janeiro de 1963, como sociedade por ações, companhia aberta, de economia mista, é parte integrante da administração indireta do Estado do Paraná, instituída pela Lei Estadual nº 4.684 de 23 de janeiro de 1963, alterada pela Lei 12.403 de 30 de dezembro de 1998 e alterada pela Lei nº 20.266 de 21 de julho de 2020. Lei Complementar nº 94 de 23 de julho de 2002, alterada pela Lei Complementar nº 191 de 25 de outubro de 2015 e alterada pela Lei Complementar nº 202 de 27 de dezembro de 2016, regendo-se por este Estatuto, pelas Leis Federais 6.404/1976 e 13.303/2016, e demais disposições legais aplicáveis.

Art. 2º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Art. 3º - A Companhia terá sua sede e administração na Rua Engenheiros Rebouças, número 1.376, na cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, Brasil. Art. 4º - Constitui o objeto social da Companhia a exploração de serviços públicos e de sistemas privados de abastecimento de água, de coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos, de drenagem urbana, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia gerada em suas unidades, comercialização de serviços, produtos, benefícios e direitos que direta ou indiretamente decorrerem de seus ativos patrimoniais, utilização de redes para a instalação de fibras óticas, além de outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a Sanepar e para o Estado do Paraná, dentro ou fora de seus limites territoriais, no Brasil ou no exterior, ficando autorizada, para os fins acima, a participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios, fundos de investimentos, sociedades com empresas públicas ou privadas.

§ 1º A Sanepar operará diretamente ou através de subsidiárias, sociedades de propósito específico ou qualquer outra espécie jurídica de associação que organizar, após prévia autorização da Assembleia Geral de Acionistas.

§ 2º A Sanepar, para atendimento ao caput deste artigo, poderá firmar protocolos de intenções, parcerias, convênios, cooperações técnicas e congêneres com outras empresas de saneamento básico visando ao uso compartilhado de tecnologia, processos, instalações e equipamentos.

§ 3º As receitas decorrentes da comercialização de outros serviços, produtos, benefícios e direitos, que não estejam direta ou indiretamente vinculados à prestação de serviços de saneamento básico, poderão ser compartilhadas na metodologia tarifária como incentivo ao fornecimento de outros produtos e serviços pela Sanepar, podendo ser utilizadas como redutor da tarifa mediante a aplicação da modicidade tarifária.

§ 4º Em caso de expansão, os cargos de chefia deverão, preferencialmente, ser ocupados por empregados de carreira da Sanepar.

§ 5º Para a consecução do objeto social e observada a sua área de atuação, a Companhia poderá abrir, instalar, manter, ou extinguir escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos ou, ainda, designar representantes, mediante autorização da Diretoria Executiva e respeitadas as disposições legais e regulamentares.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Art. 5º - O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), representado por:

- a) 503.735.259 (quinhentos e três milhões, setecentas e trinta e cinco mil, duzentas e cinquenta e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e
- b) 1.007.470.260 (um bilhão, sete milhões, quatrocentas e setenta mil e duzentas e sessenta) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

§ 1º O capital social poderá ser aumentado, por deliberação do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, nos termos da legislação vigente e independentemente de reforma estatutária, até o limite autorizado, no valor de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais).

I – O aumento pode ser realizado mediante capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação de ações podendo ser emitidas ações das espécies e classes constantes do presente artigo, sendo respeitada a proporção vigente entre ações ordinárias e preferenciais.

II – Poderão ser emitidos bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações.

III – A definição de preço, prazo e forma de integralização, quando aplicáveis, estão condicionadas ao: limite do capital autorizado; e critérios relacionados ao direito de preferência dos acionistas ou de sua inexistência, bem como, em casos de integralização de bens, dependem da aprovação da Assembleia Geral, na forma da lei e dos artigos 7º, 8º e 9º do presente Estatuto.

IV – O limite do capital autorizado está condicionado a emissão de lei autorizadora, após encaminhamento pelo Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal.

V – Em caso de subscrição de ações, deve ser seguido o disposto nos arts. 7º, 8º e 9º do presente estatuto.

§ 2º As ações serão nominativas.

§ 3º Fica a Companhia autorizada a, mediante deliberação do Conselho de Administração, implantar o sistema de ações escriturais, a serem mantidas em contas de depósito, em instituição autorizada, podendo ser cobrado o custo de serviço de transferência, observados os limites máximos estabelecidos em lei.

§ 4º A Companhia poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações, observadas as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 6º - As ações preferenciais asseguram aos seus titulares as seguintes preferências e vantagens:

- a) prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- b) recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma do inciso II, do § 1º, do artigo 17, da Lei de Sociedades por Ações;
- c) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de Alienação de Controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante; e
- d) aprovação de qualquer alteração que vise a excluir ou a suprimir o

direito previsto no inciso “XLVI” do caput e o § 2º, ambos do artigo 34 deste Estatuto.

§ 1º As ações preferenciais conferem, ainda, aos seus titulares, o direito a voto restrito em Assembleias Gerais da Companhia exclusivamente nas seguintes matérias:

- a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
 - b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral;
 - c) avaliação de bens destinados à integração de aumento de capital da Companhia;
 - d) escolha da instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme artigo 84, § 1º e 2º deste Estatuto Social; e
 - e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação do Nível 2 de Governança Corporativa.
- § 2º As ações preferenciais poderão representar até 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas pela Companhia, podendo a Companhia aumentar o número das ações preferenciais, mesmo sem guardar proporção com as demais espécies de ações existentes, bem como aumentar o número de ações ordinárias sem guardar proporção com as ações preferenciais.
- § 3º As ações ordinárias de emissão da Companhia poderão, a qualquer tempo e a critério exclusivo de seu titular, ser convertidas em ações preferenciais da mesma classe descrita no caput deste artigo, à razão de uma ação ordinária convertida para uma nova ação preferencial, observado o limite legal previsto no §2º acima.

Art. 7º - O critério do Conselho de Administração poderá ser excluído o direito de preferência, ou ser reduzido o prazo para seu exercício, na emissão de ações cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

Art. 8º - As ações ordinárias e preferenciais concorrerão em iguais condições na distribuição de bonificações.

Art. 9º - Os acionistas terão direito de preferência em emissões de ações ou debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e quaisquer outros valores mobiliários, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo Único - Fica fixado em trinta dias corridos, a contar do anúncio respectivo, o prazo decadencial para exercício do referido direito.

CAPÍTULO III
DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 10 - A Assembleia Geral é o órgão máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e será regida pela legislação vigente.

Art. 11 - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nas hipóteses admitidas em lei, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou pelos acionistas.

Art. 12 - A convocação será feita com observância da antecedência mínima para a realização da Assembleia Geral nos termos da legislação vigente, sendo que a pauta e os documentos pertinentes serão disponibilizados aos Acionistas na mesma data da convocação, de modo acessível, inclusive, de forma eletrônica.

Parágrafo Único - Nas Assembleias Gerais tratar-se-á exclusivamente do objeto previsto nos editais de convocação, não se admitindo a inclusão de assuntos gerais na pauta da Assembleia.

Art. 13 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente da Companhia, ou pelo substituto que esse vier a designar, ou, na falta deste, será escolhido entre os acionistas presentes em Assembleia.

§ 1º O quórum de instalação de Assembleias Gerais, bem como o das deliberações, serão aqueles determinados na legislação vigente.

§ 2º O Presidente da Assembleia Geral designará como secretário, preferencialmente, um integrante da área de Governança Corporativa da Companhia.

§ 3º Poderão participar da Assembleia Geral os Administradores e os membros do Comitê de Auditoria Estatutário a fim de prestar esclarecimentos, se necessário for.

§ 4º Os membros do Conselho Fiscal, ou ao menos um deles, deverão comparecer às Assembleias Gerais e responder aos pedidos de informações formulados pelos acionistas.

Art. 14 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas em lei, e, extraordinariamente quando necessário.

Art. 15 - Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária dará direito a um voto.

Art. 16 - O acionista poderá participar e ser representado por procurador nas Assembleias Gerais, exibindo, no ato ou previamente, documentos e procuração com poderes específicos, conforme o Manual para participação de acionistas em assembleia geral da Sanepar e na forma da lei.

Parágrafo Único - Nas Assembleias realizadas exclusivamente por meio digital, o acionista ou seu procurador devem previamente apresentar os documentos referidos no Art. 16, conforme o Manual para participação de acionistas em Assembleia Geral da Sanepar e nos termos das Resoluções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Art. 17 - A ata da Assembleia Geral será lavrada conforme a legislação em vigor.

Art. 18 - A Assembleia Geral, além de outros casos previstos em lei, reunir-se-á para deliberar sobre:

- I - alteração do capital social;
- II - avaliação de bens com os quais o acionista concorre para a formação do capital social;
- III - transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da empresa;
- IV - alteração do estatuto social;
- V - eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e seus suplentes;
- VI - eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Comitê de Elegibilidade;
- VII - fixação da remuneração dos administradores, do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários;
- VIII - aprovação das demonstrações financeiras, da destinação do resultado do exercício e da distribuição de dividendos;
- IX - autorização para a Companhia mover ação de responsabilidade civil contra os administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio;
- X - alienação de bens imóveis diretamente vinculados à prestação de serviços e à constituição de ônus reais sobre eles, devendo ser observadas a legislação e as normas da Agência Reguladora;
- XI - permuta de ações ou outros valores mobiliários;
- XII - emissão de debêntures conversíveis em ações, inclusive de controladas;
- XIII - emissão de quaisquer outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações, no país ou no exterior;
- XIV - eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas;
- XV - aprovação do orçamento anual próprio para os órgãos estatutários;
- XVI - autorizar, em caráter genérico, a constituição de consórcios, sociedades de propósito específico (SPes), subsidiárias e demais formas de associação jurídica com terceiros, destinadas à participação em oportunidades de negócios compatíveis com o objeto social, devendo fixar as premissas estratégicas a serem observadas pelo Conselho de Administração quando analisar a operação para a constituição dos consórcios, sociedades de propósito específico (SPes), subsidiárias e demais formas de associação jurídica com terceiros. Caberá ao Conselho de Administração zelar pela observância das premissas fixadas pela Assembleia Geral para a constituição das parcerias, ficando autorizado a aprovar especificamente cada uma das operações no âmbito de sua competência, conforme as premissas definidas e demais normas de governança da Companhia.

CAPÍTULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 19 - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Art. 20 - A representação da Companhia é privativa dos Diretores Executivos na forma prevista neste Estatuto.

SEÇÃO I
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 21 - O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e responsável pela orientação superior da Companhia.

Composição, mandato e investidura

Art. 22 - O Conselho de Administração será composto por nove membros titulares, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, todos com prazo de mandato unificado, nos termos do artigo 68, incisos e parágrafos.

§ 1º O Diretor-Presidente da Companhia integrará o Conselho de Administração, mediante eleição em Assembleia Geral.

§ 2º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

§ 3º O Presidente do Conselho de Administração será indicado pelo acionista controlador e designado pela Assembleia Geral que o eleger, sendo substituído em suas ausências e impedimentos por Conselho escolhido pela maioria de seus pares.

§ 4º O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 30% de conselheiros independentes.

§ 5º Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionado de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Nível 2 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

§ 6º É assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger um conselheiro, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo previsto na legislação vigente.

Art. 23 - Fica assegurada a participação de um representante dos empregados no Conselho de Administração, com mandato coincidente com o dos demais conselheiros.

Parágrafo Único - O conselheiro representante dos empregados será indicado nos termos estabelecidos na legislação pertinente, sob os mesmos critérios de qualificação previstos para os demais conselheiros.

Art. 24 - A investidura de membros do Conselho de Administração observará as condições estabelecidas na Política de Indicação da

Companhia e na legislação vigente.

Vacância e substituições

Art. 25 - Ocorrendo vacância definitiva da função de conselheiro de administração, antes do término do mandato, o Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para eleição do substituto que completará o mandato do conselheiro substituído.

Parágrafo Único - Caberá ao acionista que havia indicado o membro que deixou de ocupar o cargo de conselheiro a competência para a indicação do substituto que poderá ser nomeado pelo Conselho de Administração para atuar até a realização da Assembleia Geral que elegerá o substituto em definitivo.

Art. 26 - A função de conselheiro de administração é pessoal e não se admite substituto temporário ou suplente, inclusive para representante dos empregados. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do Conselho, o colegiado deliberará tomando-se os votos dos conselheiros remanescentes.

Funcionamento

Art. 27 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração.

Art. 28 - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente, ou pela maioria dos conselheiros, mediante o envio de correspondência escrita ou eletrônica a todos os conselheiros, com a indicação dos assuntos a serem tratados.

§ 1º As convocações enviadas no endereço eletrônico do conselheiro serão consideradas válidas, sendo de sua responsabilidade a atualização de seu cadastro junto à Companhia.

§ 2º As reuniões ordinárias deverão ser convocadas com antecedência mínima de sete dias em relação à data da sua realização.

§ 3º O Presidente do Conselho de Administração deverá zelar para que os conselheiros recebam individualmente, com a devida antecedência em relação à data da reunião, a documentação contendo as informações necessárias para permitir a discussão e deliberação dos assuntos a serem tratados, incluindo, quando for o caso, a proposta da Diretoria Executiva e as manifestações de caráter técnico e jurídico.

§ 4º As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração a condução dos trabalhos ou, na sua falta, ao Conselheiro escolhido pela maioria de seus pares.

Art. 29 - Fica facultada, se necessária, a participação não presencial dos conselheiros nas reuniões ordinárias e extraordinárias, mediante tecnologia de informação disponível, que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. Nesta hipótese, o conselheiro que participar remotamente será considerado presente à reunião e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.

Art. 30 - Quando houver motivo de extrema urgência, o Presidente do Conselho de Administração poderá convocar as reuniões extraordinárias a qualquer momento e sem antecedência mínima para a sua realização, mediante o envio de correspondência escrita, eletrônica ou por outro meio de comunicação a todos os conselheiros, ficando facultada a participação mediante tecnologia de informação, cujo voto será considerado válido para todos os efeitos, sem prejuízo da posterior lavratura e assinatura da respectiva ata.

Parágrafo Único - As demais reuniões extraordinárias poderão ser convocadas, na forma prevista no caput, com antecedência mínima de 48 horas, para assuntos que não são considerados de extrema urgência, mas que não podem aguardar a instalação da reunião ordinária para sua deliberação.

Art. 31 - O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos dos presentes à reunião, prevalecendo, em caso de empate, o voto de quem estiver presidindo a reunião, além do voto pessoal.

Art. 32 - As reuniões do Conselho de Administração serão secretariadas preferencialmente pela Gerência de Governança e todas as deliberações constarão de ata lavrada.

Parágrafo Único - Sempre que contiver deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, o extrato da ata será arquivado no registro do comércio e publicado na forma da legislação vigente, ressalvada a matéria de cunho sigiloso, a qual constará de documento em separado e não será dada publicidade.

Art. 33 - O Conselho de Administração terá incluído no orçamento da Companhia, despesas referentes a consultas a profissionais externos para a obtenção de subsídios especializados em matérias de relevância para a Companhia, bem como as despesas necessárias para o comparecimento de conselheiros às reuniões da Companhia, além da sua remuneração.

Atribuições

Art. 34 - Além das atribuições previstas em lei, compete ainda ao Conselho de Administração:

- I - eleger, destituir, tomar conhecimento de renúncia e substituir os diretores da Companhia, bem como os membros dos comitês estatutários de assessoramento, fixando-lhes as atribuições, observados os requisitos previstos em lei e na Política de Indicação;
- II - fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- III - aprovar e fiscalizar o plano de negócios, planejamento estratégico e de investimentos, contendo as diretrizes de ação, que deverão ser apresentados pela Diretoria, ouvido o Comitê de Planejamento Integrado.
- IV - aprovar, fiscalizar e avaliar, no mínimo anualmente, a matriz de riscos estratégicos, com seus riscos priorizados, os respectivos planos de resposta e contingência, além dos níveis de criticidade, o apetite a risco e tolerância, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva, ouvidos os Comitês de Gerenciamento de Riscos e de Auditoria Estatutário;
- V - aprovar outros planos e programas anuais e plurianuais, com indicação dos respectivos projetos, ouvidos os Comitês de Gerenciamento de Riscos, de Planejamento Integrado e de Inovação;
- VI - aprovar o orçamento de resultados e investimento da Companhia, com indicação das fontes e aplicações de recursos, alinhados às necessidades dos planos de mitigação da matriz de riscos estratégicos, ouvido o Comitê de Planejamento Integrado;
- VII - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo objetivos e prioridades de políticas públicas compatíveis com a área de atuação da Companhia e o seu objeto social, buscando o desenvolvimento com sustentabilidade;
- VIII - manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, Relato Integrado e as contas da Diretoria Executiva;
- IX - aprovar o plano anual dos trabalhos de auditoria interna e externa, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Companhia, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude, com o apoio do Comitê de Auditoria Estatutário;
- X - autorizar e homologar a contratação da auditoria independente, bem como a rescisão do respectivo contrato, por recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário;
- XI - deliberar sobre o aumento do capital social dentro do limite autorizado por este Estatuto, fixando as respectivas condições de subscrição e integralização;
- XII - autorizar o lançamento e aprovar a subscrição de novas ações, na forma do estabelecido por este Estatuto, fixando as respectivas condições de emissão;
- XIII - fixar o limite máximo de endividamento da Companhia;
- XIV - deliberar sobre proposta, a ser apreciada em Assembleia Geral, de distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio semestrais e anuais por conta do resultado do período e/ou exercício em curso;
- XV - deliberar sobre proposta, a ser apreciada em Assembleia Geral, sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, quando o saldo da reserva de lucros ultrapassar o capital social, exceto a aplicação para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, na forma da lei;
- XVI - autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para captação de recursos, na forma de debêntures não conversíveis em ações, notas promissórias, “commercial papers”, e outros, na forma da lei;
- XVII - fixar as condições da emissão do inciso XVI, inclusive preço e prazo de integralização;
- XVIII - autorizar as provisões contábeis e deliberar sobre negócios e doações em valor superior a 2% (dois por cento) do capital social integralizado da Companhia, mediante proposta da Diretoria Executiva;
- XIX - deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a política de gestão de pessoas, incluindo a fixação do quadro, plano de cargos e salários, abertura de processo seletivo para preenchimento de vagas e Programa de Participação nos Lucros e Resultados;
- XX - deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, previamente à celebração de quaisquer negócios jurídicos, inclusive quando não previsto no orçamento anual, incluindo a aquisição, alienação ou oneração de ativos, a assunção de obrigações em geral, renúncia, transação, nos limites de sua alçada, e ainda a associação com outras pessoas jurídicas;
- XXI - deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento em novos negócios, participações em novos empreendimentos, promessas de constituição de sociedades de propósito específico, bem como sobre a participação em outras sociedades, aprovação da constituição, encerramento ou alteração de quaisquer sociedades, sociedades de propósito específico (SPes), subsidiárias, empreendimentos ou consórcios, não previstos no Plano de Negócio, desde que estejam de acordo com as premissas fixadas pela Assembleia Geral no caso da previsão do Art. 18 XVI deste Estatuto;
- XXII - aprovar a contratação de seguro de responsabilidade civil em favor dos membros dos Órgãos Estatutários, empregados, prepostos e mandatários da Companhia;
- XXIII - aprovar seu próprio regimento interno, o da Diretoria e dos Comitês vinculados ao Conselho de Administração, bem como o Código de Conduta e Integridade da Companhia e eventuais alterações;
- XXIV - aprovar o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia e suas alterações;
- XXV - aprovar as políticas corporativas da Companhia, tais como: de gerenciamento de riscos e controles internos; partes relacionadas e conflitos de interesse; identidade; divulgação de ato ou fato relevante e de negociação de valores mobiliários de emissão; sustentabilidade; de

dividendos; governança corporativa; investimentos; gestão de pessoas; proteção de dados pessoais e privacidade; segurança da informação; inovação, qualidade; contratação de auditoria independente; gestão de risco, tesouraria e mercado; patrocínio; porta vozes; diversidade, equidade e inclusão; clientes; continuidade de negócios; indicação e suas respectivas alterações;

XXVI - Deliberar sobre a indenização nos casos em que os valores tenham impacto significativo na estrutura financeira da Companhia e situações em que mais da metade dos administradores são potenciais beneficiários de forma concomitante em função do mesmo fato, conforme definido na política de identidade;

XXVII - aprovar, com o suporte do Comitê de Auditoria Estatutário, as transações entre partes relacionadas, dentro dos critérios e limites de alçada definidos pela Companhia, atendendo-se aos princípios licitatórios e à Política de Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse da Companhia;

XXVIII - manifestar-se previamente, atendida sua alçada e competência, sobre qualquer proposta da Diretoria Executiva ou assunto a ser submetido à Assembleia Geral;

XXIX - convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses previstas em lei;

XXX - exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo atuar para si qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria Executiva;

XXXI - conceder licença ao Diretor-Presidente da Companhia e ao Presidente do Conselho de Administração;

XXXII - constituir comitês para seu assessoramento com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias;

XXXIII - solicitar auditoria interna, anual, por provocação do Comitê de Auditoria Estatutário, para avaliação da razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão;

XXXIV - ratificar a nomeação e destituir o titular da área de Auditoria Interna, após recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário;

XXXV - aprovar e subscrever a Carta Anual de Governança Corporativa e de Políticas Públicas, na forma da lei, divulgando-a ao público;

XXXVI - aprovar anualmente a análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do estado, exceto as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da Companhia, ouvido de Planejamento Integrado;

XXXVII - discutir, aprovar e acompanhar práticas de governança corporativas;

XXXVIII - realizar e submeter-se a avaliação anual de seu desempenho;

XXXIX - avaliar o desempenho da Diretoria Executiva, bem como do Comitê de Auditoria e Comitê Técnico, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Elegibilidade;

XL - aprovar, por proposta da Diretoria Executiva e para deliberação em Assembleia Geral Ordinária, a proposta de destinação dos lucros do exercício, ouvido o Comitê de Planejamento Integrado;

XLI - definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão;

XLII - encaminhar à Assembleia Geral Extraordinária, proposta de reforma deste Estatuto;

XLIII - deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre o Plano de Organização da Companhia, quando houver acréscimo financeiro e quando se tratar de criação de nova unidade, ouvido o Comitê de Planejamento Integrado;

XLIV - aprovar as contratações por dispensa, inclusive contratações por emergência, ou inexistibilidade de licitação, nos limites de sua alçada;

XLV - deliberar, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até quinze dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo:

- i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações, quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade;
 - ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia;
 - iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e
 - iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.
- XLVI - fixar as regras para a emissão e cancelamento de certificados de depósitos de ações da Companhia para a formação de Units (“Units”);
- XLVII - assegurar a observância dos regulamentos vigentes expedidos pela Agência Reguladora do Paraná - AGEPAR, pela via dos respectivos atos normativos, bem como por meio das cláusulas regulamentares constantes dos contratos de concessão/programa de que for signatária a Companhia, assegurando a aplicação integral dos reajustes e das revisões tarifárias que vierem a ser autorizadas, nas respectivas datas-base; e
- XLVIII - deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto, com base na legislação em vigor.

XLIX - discutir e fomentar a inovação na Sanepar.

§ 1º Cabe ao Conselho de Administração definir os limites de alçada da Companhia, respeitados o inciso XVIII deste artigo e a competência privativa prevista em lei.

§ 2º A exclusão ou alteração que vise a excluir ou suprimir o direito previsto no inciso “XLVII” do caput deste artigo, bem como deste parágrafo segundo, dependerá da aprovação da maioria absoluta das ações preferenciais em assembleia especial de preferencialistas convocada para esse fim.

§ 3º O inciso XVIII não se aplica nos casos de provisões para os Planos de Saúde e Previdência, os quais são constituídos em atendimento as regras da CVM.

§ 4º As delegações de alçada decorrerão de ato do Conselho de Administração.

Art. 35 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença a seus membros, presidir as reuniões e dirigir os trabalhos, bem

XV - apresentar o relatório anual da administração da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária;
XVI - coordenar a elaboração do Plano Diretor de Saneamento da Companhia elaborado pelos Diretores de Operações e de Investimentos, bem como acompanhar a aplicação das metas estabelecidas, promovendo sua constante atualização;
XVII - propor metas, instrumentos normativos e decisórios que definam as políticas de planejamento do sistema de saneamento da Companhia;
XVIII - coordenar, em conjunto com o Diretor de Operações, a contratação de empresa de serviços de saneamento básico, visando a adquirir novas tecnologias operacionais para a Companhia;
XIX - definir as diretrizes da política da Companhia referente a licitações e contratos para o fornecimento de bens, serviços e obras;
XX - nomear, em conjunto com o Diretor Administrativo, as comissões de licitação, pregoeiros e agentes de contratação;
XXI - prospectar e coordenar, em conjunto com o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, as atividades inerentes a projetos financiados por entidades e organismos internacionais;
XXII - propor ao Conselho de Administração, em conjunto com o diretor da área interessada, e mediante parecer do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, a criação e a extinção de cargos na estrutura da Companhia;
XXIII - coordenar a Diretoria Adjunta de Governança, Riscos e Compliance que terá as seguintes atribuições mínimas:

- a) orientar e promover a aplicação das normas, diretrizes e procedimentos de governança, conformidade e gerenciamento de riscos;
 - b) avaliar e monitorar a eficácia dos mecanismos de controles internos e do estado de conformidade corporativo;
 - c) acompanhar o andamento das denúncias quanto a violações do Programa de Integridade, do Código de Conduta e de normas correlatas;
 - d) identificar, avaliar, controlar, mitigar e monitorar os riscos a que estão sujeitos os negócios da Companhia; e
 - e) aplicar o princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflito de interesses e fraudes.
- XXIV - coordenar a Diretoria Adjunta de Comunicação e Marketing que terá as seguintes atribuições mínimas:
- a) Desenvolver e coordenar o plano de marketing e imprensa corporativa;
 - b) Definir estratégias para amplificar a comunicação interna da empresa;
 - c) Definir estratégias para divulgar investimentos/benefícios realizados nos municípios, política de tarifas e concessões e a implantação de novos serviços em todo o estado;
 - d) Desenvolver maior cobertura jornalística para os veículos de comunicação do Estado, dando visibilidade e credibilidade às ações da Sanepar e por consequência, do Governo do Estado;
 - e) Acompanhar as notícias relacionadas com a empresa para referência na tomada de decisões da diretoria;
 - f) Planejar estratégias de acordo com as necessidades das regionais de estreitar relações da Sanepar com a comunidade;
- XXV - designar conjuntamente com os diretores das áreas interessadas, os integrantes de comissão que ficará responsável pela análise de propostas de investimentos e acompanhamento da execução da política de investimentos da Companhia.

Parágrafo Único - A Diretoria Adjunta de Governança, Riscos e Compliance da Companhia, reportar-se-á ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, sempre que se suspeite do envolvimento de integrante da Diretoria Executiva em irregularidades, ou quando esta se furtar à obrigação de adotar medidas em relação à situação a ele relatada.

Art. 40 - São atribuições dos demais Diretores Executivos:

- I - gerir as atividades da sua área de atuação;
- II - participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela Companhia;
- III - cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecida pelo Conselho de Administração na gestão de sua área específica de atuação.
- § 1º Deliberar previamente à celebração de quaisquer negócios, incluindo a aquisição, alienação ou oneração de ativos, a assunção de obrigações em geral, renúncia, transação nos limites de sua alçada, conforme inciso XVIII do Art.34º.
- § 2º Deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a obtenção de empréstimos e financiamentos, quando demonstrada a compatibilidade com o Plano de Negócios Plurianual, o Orçamento Anual e taxas de mercado.

§ 3º Compete a dois ou mais Diretores Executivos, em conjunto, sendo obrigatoriamente um deles o Diretor- Presidente, respeitada as competências da Assembleia Geral, Conselho de Administração, e Diretoria Executiva, deliberar sobre negócios jurídicos nos valores de alçada definidos por ato da Diretoria Executiva.

§ 4º Compete ao Diretor Executivo, individualmente e desde que dentro das atribuições estatutárias de sua respectiva diretoria, respeitada as competências da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Diretoria Executiva, bem como da alçada atribuída a dois ou mais Diretores Executivos em conjunto, deliberar sobre negócios jurídicos nos valores de alçada definidos por ato da Diretoria Executiva.

§ 5º Além das atribuições estabelecidas no presente Estatuto, compete a cada diretor executivo assegurar a cooperação e o apoio aos demais diretores no âmbito de suas respectivas competências, visando à consecução dos objetivos e interesses da Companhia.

§ 6º Os Diretores Executivos exercerão seus cargos na Companhia, permitido o exercício concomitante e não remunerado em cargos de administração das subsidiárias integrais e controladas.

§ 7º As delegações de alçada decorrerão de ato da Diretoria Executiva.

Art. 41 - As atribuições individuais de cada Diretor constarão e serão detalhadas no Regimento Interno da Diretoria, o qual deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único - As movimentações bancárias da Companhia, os endossos e aceites cambiais, serão efetuados pela assinatura conjunta do Diretor-Presidente e do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, permitida a delegação de poderes a procuradores, preferencialmente entre os membros da Diretoria Executiva.

Vacância, substituições e licenças.

- Art. 42 - Nas vacâncias, ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor executivo, o Diretor- Presidente designará outro membro da Diretoria Executiva para cumular as funções.
- § 1º Nas suas ausências e impedimentos temporários, o Diretor-Presidente será substituído pelo diretor executivo por ele indicado e, se não houver indicação, pelo diretor executivo responsável pela área financeira e de relações com investidores.
- § 2º Os diretores executivos não poderão se afastar do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de licença médica ou nas hipóteses autorizadas pelo Conselho de Administração.
- § 3º Os diretores executivos poderão solicitar ao Conselho de Administração afastamento por licença não remunerada, desde que por prazo não superior a três meses, a qual deverá ser registrada em ata.
- Art. 43 - Em caso de falecimento, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer membro da Diretoria Executiva, caberá ao Conselho de Administração, dentro de trinta dias da ocorrência da vaga, eleger o substituto, que completará o mandato do substituído.
- § 1º Até que se realize a eleição, poderá a Diretoria Executiva designar um diretor executivo como substituto provisório.
- § 2º A eleição prevista no caput poderá ser dispensada se a vaga ocorrer no ano em que deva terminar o mandato da Diretoria Executiva em exercício.

SEÇÃO III DIRETORIA EXECUTIVA Funcionamento

Art.44 - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente, na sede da Companhia, obrigatoriamente de forma mensal e preferencialmente de forma semanal e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Diretor-Presidente ou de outros dois diretores executivos. § 1º As reuniões da Diretoria Executiva serão instaladas com a presença de metade dos diretores executivos em exercício, considerando-se aprovada a matéria que obtiver a concordância da maioria dos presentes. No caso de empate, prevalecerá a proposta que contar com o voto do diretor executivo que estiver presidindo a reunião.

§ 2º A cada diretor executivo presente conferir-se-á o direito a um único voto, mesmo na hipótese de eventual acumulação de funções de Diretores Executivos. Não será admitido o voto por representação.

§ 3º As deliberações da Diretoria Executiva constarão de ata lavrada e assinada por todos os presentes.

Art. 45 - Fica facultada, se necessária, a participação não presencial dos diretores executivos, nas reuniões ordinárias e extraordinárias, mediante tecnologia de informação disponível que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. Nesta hipótese, o diretor executivo que participar remotamente será considerado presente à reunião, e seu voto válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.

Art. 46 - As reuniões da Diretoria Executiva serão secretariadas pela Gerência de Governança.

Atribuições

- Art. 47 - Além das atribuições definidas em lei compete à Diretoria Executiva:
 - I - gerir os negócios da Companhia de forma sustentável, considerando os fatores econômicos, sociais, ambientais e mudança do clima, bem como os riscos e oportunidades relacionados, em todas as atividades sob sua responsabilidade;
 - II - cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
 - III - elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:
 - a) as bases e diretrizes para a elaboração do plano estratégico, bem como dos programas anuais e plurianuais;
 - b) o plano estratégico, metas e índices, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos da Companhia com os respectivos projetos;
 - c) o orçamento da Companhia, com a indicação das fontes e aplicações dos recursos bem como suas alterações;
 - d) os projetos de investimento em novos negócios, participações em novos empreendimentos, promessas de constituição de sociedades de propósito específico, bem como sobre a participação em outras sociedades, aprovação da constituição, encerramento ou alteração de quaisquer sociedades ou sociedades de propósito específico (SPEs), empreendimentos ou consórcios;
 - e) a avaliação do resultado de desempenho das atividades da Companhia;
 - f) trimestralmente, os relatórios da Companhia acompanhados das

- demonstrações financeiras;
- g) anualmente, o relatório da administração, acompanhado do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal e a proposta de destinação do resultado do exercício;
- h) proposta relacionada à política de gestão de pessoas;
- i) o Regimento Interno da Diretoria, regulamentos e políticas gerais da Companhia;
- IV - aprovar:
 - a) os critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação;
 - b) o plano de contas contábil;
 - c) o plano anual de seguros da Companhia;
 - d) as transações entre partes relacionadas, dentro dos critérios e limites definidos pela Companhia;
 - e) os manuais de contratações diretas e de gestão de contratos;
- V - autorizar, observados os limites e as diretrizes fixadas pela lei e pelo Conselho de Administração:
 - a) atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Diretor-Presidente ou qualquer outro diretor executivo; e
 - b) celebração de quaisquer negócios jurídicos observados os limites estabelecidos neste Estatuto e pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da competência atribuída pelo Estatuto ao Conselho de Administração, incluindo a aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e financiamentos, a assunção de obrigações em geral e ainda a associação com outras pessoas jurídicas;
- VI - propor as Políticas e o Código de Conduta da Companhia, assegurando o cumprimento desses no âmbito de sua atuação;
- VII - designar Comitê de Segurança da Informação, o qual deverá propor as políticas de segurança da informação e proteção de dados;
- VIII - definir a estrutura organizacional e distribuição interna das atividades administrativas da Companhia e de suas subsidiárias integrais e controladas;
- IX - negociar e firmar instrumentos de gestão entre a Companhia e as sociedades nas quais participe;
- X - indicar os representantes da Companhia nos Órgãos Estatutários das sociedades em que esta ou suas subsidiárias integrais tenham ou venham a ter participação direta ou indireta;
- XI - definir e acompanhar o cumprimento de diretrizes e políticas da Companhia nas suas subsidiárias integrais, nas sociedades direta ou indiretamente controladas e, no caso das participações minoritárias diretas ou indiretas, fiscalizar as práticas de governança e o controle proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio do qual são partes.
- § 1º Caberá à Diretoria Executiva deliberar sobre todas as demais matérias que não sejam de competência exclusiva da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, ou cuja deliberação couber aos níveis inferiores da Governança.

§ 2º A Diretoria Executiva poderá designar aos demais níveis gerenciais da Companhia, a competência para atuar sobre determinadas matérias no que concerne aos limites de competência individuais atribuídos aos Diretores ou dois Diretores, bem como a assinatura de contratos, convênios, termos de cooperação ou qualquer instrumento que gere obrigação para a Companhia, desde que previamente aprovados dentro dos limites estabelecidos.

Representação da Companhia

- Art. 48** - A Companhia obriga-se perante terceiros:
 - I - pela assinatura de dois diretores, sendo um necessariamente o Diretor-Presidente ou o diretor responsável pela área financeira, e o outro, o diretor com atribuições da área respectiva a que o assunto se referir;
 - II - pela assinatura de um diretor e um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato;
 - III - pela assinatura de dois procuradores, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato; e
 - IV - pela assinatura de um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato, nesse caso exclusivamente para a prática de atos específicos.
- § 1º Os instrumentos de mandato serão outorgados com prazo determinado de validade e especificarão os poderes conferidos, apenas as procurações para o foro em geral terão prazo indeterminado.
- § 2º Nas hipóteses deste artigo, os instrumentos de mandato deverão ser assinados pelo Diretor-Presidente e pelo diretor da área cujos poderes se quer delegar.
- § 3º Os instrumentos de mandato especificarão expressamente os poderes especiais, os atos ou as operações outorgadas, dentro dos limites dos poderes dos diretores que os outorgam, bem como a duração do mandato por prazo determinado de validade, vedado o subestabelecimento, salvo na hipótese de procuração para fins de representação judicial da Companhia, que poderá ser por prazo indeterminado e com possibilidade de subestabelecimento nas condições delimitadas no referido instrumento.
- § 4º Poderá qualquer dos diretores representar individualmente a Companhia, quando o ato a ser praticado impuser representação singular e nos casos em que o uso da assinatura eletrônica impossibilite que duas ou mais pessoas assinem o mesmo documento, mediante autorização da Diretoria Executiva.
- § 5º Quando o instrumento de mandato tiver por objeto a prática de ato que depender de prévia autorização da Diretoria ou do Conselho de Administração, somente poderá ser outorgado após essa autorização, que deverá ser mencionada em seu texto.

CAPÍTULO V

COMITÊS

Art. 49 - A companhia contará com os Comitês de Auditoria Estatutário, Elegibilidade e Comitê Técnico.

Parágrafo Único - A investidora de membros dos Comitês Estatutários observará as condições estabelecidas na Política de Indicação da Companhia e na legislação vigente.

SEÇÃO I

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

- Art. 50** - O Comitê de Auditoria é o órgão independente, de caráter consultivo e permanente, de assessoramento ao Conselho de Administração.
- Art. 51** - O Comitê de Auditoria também exercerá suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pela Companhia e suas subsidiárias, quando adotado o regime de Comitê de Auditoria único.
- Art. 52** - O Comitê de Auditoria deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.
- Art. 53** - O Comitê de Auditoria será integrado por quatro membros independentes, composto na forma estabelecida na legislação, a serem indicados pelo Conselho de Administração, tendo sua competência e atribuições definidas em Regimento Interno.
- § 1º Os membros do Comitê de Auditoria, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.
- § 2º O Comitê de Auditoria reunir-se-á no mínimo mensalmente ou quando necessário, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.
- § 3º O Comitê de Auditoria deverá divulgar as atas de suas reuniões, na forma de extrato, ressalvadas as hipóteses em que possa pôr em risco os negócios da Companhia.
- § 4º Um dos representantes do Comitê de Auditoria será necessariamente um conselheiro de administração independente, indicado pelos seus pares, vedado o recebimento de remuneração cumulativa.

- Art. 54** - É conferido ao Comitê de Auditoria autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes, bem como o ressarcimento das despesas necessárias para o comparecimento de conselheiros às reuniões da Companhia, além da sua remuneração.
- Art. 55** - A companhia disporá de uma Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, responsável por aferir a adequação do controle interno, a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflito de interesses e fraudes, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo das demonstrações financeiras, observadas, ainda, demais competências impostas pela Lei 13.303/2016.

SEÇÃO II

COMITÊ DE ELEGIBILIDADE

- Art. 56** - O Comitê de Elegibilidade é órgão responsável por verificar a conformidade do processo de indicação e avaliação dos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros dos Comitês Estatutários, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros.
- Art. 57** - O Comitê de Elegibilidade será integrado por seis membros, eleitos em Assembleia Geral, cujas competências e atribuições serão definidas em Regimento Interno.
- Parágrafo Único** - O Comitê de Elegibilidade decidirá por maioria de votos, com registro em atas, na forma do Regimento Interno.

SEÇÃO III

COMITÊ TÉCNICO

- Art. 58** - O Comitê Técnico, o qual é vinculado ao Conselho de Administração, terá suas atribuições previstas em Regimento Interno Próprio, incluindo matéria "ASG – Ambiental, Social e Governança".
- CAPÍTULO VI**
- CONSELHO FISCAL**
- Art. 59** - A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, com as competências e atribuições previstas em lei.
- Art. 60** - O Conselho Fiscal será composto por cinco membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos na Assembleia Geral de Acionistas, com mandato unificado, nos termos do artigo 68, incisos e parágrafos.
- Art. 61** - O Conselho Fiscal terá incluído no orçamento da Companhia, despesas referentes a consultas a profissionais externos para a obtenção de subsídios especializados em matérias de relevância para a Companhia, bem como as despesas necessárias para o comparecimento

de conselheiros às reuniões da Companhia, além da sua remuneração.

Parágrafo Único - O orçamento anual do Conselho Fiscal deverá compreender as despesas referentes a consultas a profissionais externos para a obtenção de subsídios especializados em matérias de relevância para a Companhia, bem como as despesas necessárias para o comparecimento de conselheiros às reuniões da Companhia, além da sua remuneração.

Vacância e substituições

- Art. 62** - Na hipótese de vacância, renúncia ou destituição do membro titular, o suplente assume a função até a eleição do novo titular.
- Art. 63** - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, quando convocado por qualquer de seus membros ou pela Diretoria, lavrando-se ata em livro próprio.
- Parágrafo Único** - O Presidente do Conselho Fiscal será eleito por seus pares.
- Art. 64** - Os membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração fixada pela Assembleia que os eleger, observada a remuneração mínima estabelecida legalmente.

CAPÍTULO VII

REGRAS COMUNS AOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Posse, mandato, impedimentos e vedações

- Art. 65** - Os membros dos Órgãos Estatutários deverão comprovar, mediante apresentação de currículo, que possuem capacidade profissional, técnica ou administrativa, experiência compatível com o cargo, reputação ilibada, bem como comprovar o preenchimento dos requisitos legais e o não enquadramento nas hipóteses de impedimento e vedação previstas em legislação vigente, bem como estar em conformidade com a Política de Indicação da Companhia.
- Art. 66** - Os membros dos Órgãos Estatutários serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse.
- § 1º O termo de posse deverá ser assinado nos trinta dias seguintes à eleição ou nomeação, sob pena de sua ineficácia, salvo justificativa aceita pelo órgão para o qual o membro tiver sido eleito, e, deverá conter a indicação de pelo menos um domicílio para recebimento de citações e intimações de processos administrativos e judiciais, relativos a atos de sua gestão, sendo permitida a alteração do domicílio indicado somente mediante comunicação escrita à Companhia.
- § 2º A investidura ficará condicionada à apresentação de declaração de bens e valores, na forma prevista na legislação vigente, que deverá ser atualizada anualmente e ao término do mandato.
- Art. 67** - A posse dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do "Termo de Anuência" nos termos do "Regulamento do Nível 2" da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.
- Art. 68** - O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva, dos conselhos e comitês estatutários da Companhia e de suas respectivas subsidiárias será de dois anos sendo permitidas, no máximo:
 - I - duas reconduções consecutivas, para os membros do Conselho Fiscal e Comitê de Elegibilidade;
 - II - três reconduções consecutivas, para os membros da Diretoria Executiva, e comitês técnico e de auditoria; e
 - III - três reconduções consecutivas, para os membros do Conselho de Administração eleitos em Assembleia e uma recondução consecutiva para o representante dos empregados.

- Parágrafo Único** - O término do mandato dos comitês técnico e de auditoria coincidirá com o do Conselho de Administração.
- Art. 69** - Os administradores da Companhia deverão aderir à política de negociações de ativos de emissão própria, política de partes relacionadas e conflito de interesses e à política de divulgação de informações relevantes, em atendimento à normativa da Comissão de Valores Mobiliários, mediante assinatura de termo respectivo.
- Art. 70** - O acionista e os membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal que, por qualquer motivo, tiverem interesse particular direto, indireto ou conflitante com o da Companhia em determinada deliberação, deverão se abster de participar da discussão e votação desse item, ainda que como representantes de terceiros, fazendo-se constar em ata a razão da abstenção, indicando a natureza e a extensão do seu interesse.
- Art. 71** - Os membros estatutários serão desligados mediante extinção do mandato, renúncia voluntária ou destituição.
- Parágrafo Único** - O ato de renúncia deverá ser submetido ao Conselho de Administração para ciência.
- Art. 72** - Salvo na hipótese de renúncia ou destituição, considera-se automaticamente prorrogado o mandato dos membros dos Órgãos Estatutários até a investidura dos novos membros.
- Art. 73** - Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância do cargo quando:
 - I - o membro do Conselho de Administração ou Fiscal ou dos Comitês Estatutários que deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, nas últimas doze reuniões, sem justificativa;
 - II - o membro da Diretoria se afastar do exercício do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de licença, inclusive férias, ou nos casos autorizados pelo Conselho de Administração.
- Art. 74** - Anualmente será realizada avaliação do desempenho do Conselho de Administração, de seus comitês e da Diretoria Executiva, bem como de cada um dos seus membros, com o apoio do Comitê de Elegibilidade, podendo contar com instituição independente, conforme procedimento previamente definido em Regimento Interno.
- Art. 75** - Os Órgãos Estatutários se reúnem validamente com a presença da maioria de seus membros e deliberam por voto da maioria dos membros presentes.

- Parágrafo Único** - Em caso de decisão não unânime, o voto divergente poderá ser registrado, a critério do respectivo membro.
- Art. 76** - Os membros de um Órgão Estatutário, quando convidados, poderão comparecer às reuniões dos outros órgãos, sem direito a voto.
- Art. 77** - As reuniões dos Órgãos Estatutários devem ser preferencialmente realizadas de forma presencial, admitindo-se participação de membro mediante tecnologia de informação disponível.
- Art. 78** - Das reuniões serão lavradas atas, assinadas pelos presentes, que deverão ser divulgadas na página eletrônica da Companhia, salvo quando a maioria entender que a divulgação poderá colocar em risco interesse legítimo da Companhia.
- Remuneração**
- Art. 79** - A remuneração dos membros dos Órgãos Estatutários será fixada pela Assembleia Geral e não haverá acumulação de proventos ou quaisquer vantagens em razão das substituições que ocorram em virtude de vacância, ausências ou impedimentos temporários, nos termos deste Estatuto.
- Art. 80** - É vedada a participação remunerada de membros da administração pública, direta ou indireta, em mais de dois conselhos, de administração ou fiscal, da Companhia ou de suas subsidiárias.
- Parágrafo Único** - O Presidente, na condição de membro do Conselho de Administração, não será remunerado.

CAPÍTULO VIII

DA ALIENAÇÃO DE CONTROLE

- Art. 81** - A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar a oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente no Regulamento do Nível 2 da B3 S.A.– Brasil, Bolsa, Balcão, de forma a assegurar-lhe tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alieneante.
- § 1º A oferta pública de aquisição de ações referida neste artigo também será exigida:
 - i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; ou
 - ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alieneante ficará obrigado a declarar à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar a documentação que comprove esse valor.
- § 2º Para os fins deste Estatuto Social, os termos Acionista Controlador, Acionista Controlador Alieneante, Alienação de Controle, Adquirente, Poder de Controle e Valor Econômico, terão o sentido que lhes é atribuído pelo Regulamento do Nível 2 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
- Art. 82** - Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:
 - i) efetivar a oferta de pública referida no Artigo 81 acima; e
 - ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos seis meses, anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.
- Art. 83** - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) e deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Nível 2 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
- Parágrafo Único** - Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não o tiverem subscrito.

CAPÍTULO IX

CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

- Art. 84** - Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º e 2º deste artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.
- § 1º O laudo de avaliação referido no caput deste artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou do(s) Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei de Administração por Ações, e conter a responsabilidade prevista no § 6º deste mesmo artigo.

§ 2º Para fins da oferta pública de que tratam os capítulos VIII e IX do presente Estatuto Social, compete exclusivamente à Assembleia Geral escolher a instituição ou empresa especializada para a determinação do Valor Econômico da Companhia, a partir da apresentação da lista tríplice apresentada pelo Conselho de Administração, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes da Ações em Circulação presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Cirsulação.

§ 3º Para fins deste Estatuto Social, considerar-se "Ações em Circulação" todas as ações emitidas pela Companhia, exceto as detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, pelos administradores da Companhia e aquelas mantidas em tesouraria.

CAPÍTULO X

SAÍDA DA COMPANHIA DO NÍVEL 2

Art. 85 - Caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter o registro para negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação do Nível 2 de Governança Corporativa no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 84 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º – O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida no caput deste artigo se a Companhia sair do Nível 2 de Governança Corporativa em razão da celebração do Contrato de Participação da Companhia no segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado ("Novo Mercado") ou se a companhia resultante da reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação.

§ 2º – Ficará dispensada a realização da Assembleia Geral a que se refere o caput deste artigo caso a saída da Companhia do Nível 2 ocorra em razão de seu cancelamento de registro de companhia aberta.

Art. 86 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída está condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.

- § 1º – A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(eis) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta;
- § 2º – Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso da operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.
- Art. 87** - A saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 84 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.
- § 1º – O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput deste artigo;
- § 2º – Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações previstas no caput;
- § 3º – Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa;
- § 4º – Caso a Assembleia Geral mencionada no parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(eis) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is) presente(s) na Assembleia, deverão assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta;
- Art. 88** – As disposições do Regulamento Nível 2 prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

CAPÍTULO XI

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, LUCROS, RESERVAS E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

- Art. 89** - O exercício social coincidirá com o ano civil, findo o qual a Diretoria Executiva elaborará as demonstrações financeiras previstas em lei.
- Art. 90** - Os acionistas terão direito ao dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei.
- § 1º Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.
- § 2º Os dividendos do exercício só serão distribuídos depois de efetuada a dedução da reserva legal, esta na base de 5% (cinco por cento) do lucro, até o máximo previsto em lei.
- § 3º A Companhia poderá levantar balanços semestrais e o Conselho de Administração poderá deliberar por antecipar a distribuição de dividendos intermediários ou pagamento de juros sobre o capital próprio, sem prejuízo da posterior ratificação da Assembleia Geral.
- § 4º O dividendo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária, com parecer do Conselho Fiscal, ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.
- § 5º Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 2º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser distribuídos tão logo a situação financeira da Companhia permita.
- § 6º Na forma da lei, serão submetidos ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 30 de abril de cada ano, os documentos da administração relativos ao exercício social imediatamente anterior.
- § 7º Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser atribuídos juros sobre o capital próprio, conforme previsto no inciso XIV, do artigo 34, deste Estatuto, os quais serão obrigatoriamente compensados na distribuição dos dividendos obrigatórios.
- Art. 91** - Os dividendos serão pagos dentro do prazo máximo de sessenta dias, a contar da data de realização da Assembleia Geral que autorizar a sua distribuição, ou em conformidade com a deliberação da Assembleia, cabendo à Diretoria, respeitado esse prazo, determinar as épocas, lugares e processos de pagamento.
- Parágrafo Único** - Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Companhia.

CAPÍTULO XII

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 92 - A dissolução far-se-á de acordo com o que dispuser a Assembleia Geral, obedecidas as prescrições legais a respeito.

Art.

Art. 97 - Caso algumas das pessoas mencionadas no art. 95, beneficiária da defesa jurídica, for condenada ou responsabilizada, com sentença transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou do Estatuto, ou decorrente de ato doloso, ficará obrigada a ressarcir a Companhia o valor efetivamente desembolsado com a defesa jurídica, além de eventuais prejuízos causados.

Art. 98 - A Companhia poderá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor das pessoas mencionadas no artigo 95, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração e na apólice contratada, inclusive para a cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados contra elas, além de outras despesas relacionadas diretamente, a fim de resguardá-las das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função, cobrindo todo o prazo de exercício dos respectivos mandatos.

CAPÍTULO XIV
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Art. 99 - A Companhia, seus acionistas, administradores, os membros do Conselho Fiscal e membros de Comitês Estatutários obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas neste Estatuto e na legislação vigente, bem como nas normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Parágrafo Único - Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

CAPÍTULO XV
EMIÇÃO DE UNITS

Art. 100 - A Companhia poderá patrocinar a emissão de Units. § 1º Cada Unit representará uma ação ordinária e quatro ações preferenciais de emissão da Companhia e somente será emitida: (i) mediante solicitação dos acionistas que detenham ações em quantidade necessária à composição das Units, conforme §2º infra, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto neste Estatuto Social; (ii) mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em caso de aumento de capital dentro do limite de capital autorizado com a emissão de novas ações a serem representadas por Units; ou (iii) nos casos previstos no artigo 102, §2º, e no artigo 103 deste Estatuto Social.

§ 2º Somente ações livres de ônus e gravames poderão ser objeto de depósito para a emissão de Units.

§ 3º A partir da emissão das Units, as ações depositadas ficarão registradas em conta de depósito aberta em nome do titular das ações perante a instituição financeira depositária.

§ 4º A Companhia poderá contratar instituição financeira para emitir Units.

Art. 101 - As Units são escriturais e, exceto na hipótese de seu cancelamento, a propriedade das ações representadas pelas Units somente será transferida mediante transferência das Units.

§ 1º O titular de Units terá o direito de, a qualquer tempo, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units e a entrega das respectivas ações depositadas, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto neste Estatuto Social.

§ 2º O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, suspender, por prazo determinado, a possibilidade de cancelamento de Units prevista no § 1º deste artigo 101, no caso de início de oferta pública de distribuição primária e/ou secundária de Units, no mercado local e/ou internacional, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá ser superior a trinta dias.

§ 3º As Units sujeitas a ônus, gravames ou embargos não poderão ser canceladas.

Art. 102 - As Units conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações por elas representadas, inclusive em relação ao pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio e quaisquer outras bonificações, pagamentos ou proventos a que possam fazer jus. § 1º O direito de participar das Assembleias Gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas Units, mediante comprovação de sua titularidade, cabe exclusivamente ao titular das Units. O titular da Unit poderá ser representado nas Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído nos termos da Lei de Sociedade por Ações e deste Estatuto Social.

§ 2º Na hipótese de desdobramento, grupamento, bonificação ou emissão de novas ações mediante a capitalização de lucros ou reservas, serão observadas as seguintes regras com relação às Units:

(i) caso ocorra aumento da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária registrará o depósito das novas ações e creditará novas Units na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de uma ação ordinária e quatro ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units; e (ii) caso ocorra redução da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária debitará as contas de depósito de Units

dos titulares das ações grupadas, efetuando o cancelamento automático de Units em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de uma ação ordinária e quatro ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações remanescentes que não forem passíveis de constituir Units serão entregues diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units.

Art. 103 - No caso de exercício do direito de preferência para a subscrição de ações de emissão da Companhia, se houver, a instituição financeira depositária criará novas Units no livro de registro de Units escriturais e creditará tais Units aos respectivos titulares, de modo a refletir a nova quantidade de ações preferenciais e ações ordinárias de emissão da Companhia depositadas na conta de depósito vinculada às Units, observada sempre a proporção de uma ação ordinária e quatro ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units. No caso de exercício do direito de preferência para a subscrição de outros valores mobiliários de emissão da Companhia, não haverá o crédito automático de Units.

CAPÍTULO XVI
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 104 - Na hipótese de retirada de acionistas ou de fechamento de capital, o montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas pelos acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceito pela Lei, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial.

Art. 105 - A Companhia deverá observar as orientações e procedimentos previstos em legislação federal, estadual e municipal, bem como em normas regulatórias e normativas expedidas por órgãos estaduais e federais.

Art. 106 - Nos casos de termo final das concessões em vigor, seja por decurso do prazo contratual, por encampação, resilição ou qualquer outra espécie extintiva, os respectivos Poderes Concedentes deverão indenizar previamente a Companhia, proporcionalmente aos investimentos realizados, e assumir as parcelas vincendas dos financiamentos realizados, relativos a obras referentes aos sistemas revertidos.

Parágrafo Único - Todos os bens que não sejam diretamente vinculados à prestação dos serviços públicos que estiveram sob concessão, permanecerão integrando o patrimônio da Companhia.

Art. 107 - As regras referentes ao Regulamento do Nível 2 constantes deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data de início da negociação das ações da Companhia no segmento de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

§ 1º Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e a celebração do Contrato de Participação do Nível 2 de Governança Corporativa, sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Nível 2").

§ 2º Nos termos do artigo 238 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Sociedades por Ações"), o Estado do Paraná tem os deveres e responsabilidades do acionista controlador (artigos 116 e 117 da referida Lei), mas poderá orientar as atividades da Companhia de modo a atender ao interesse público, referidos no objeto social, que justificou sua criação.

CAPÍTULO XVII
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 108 - De maneira a viabilizar um novo programa de Units, os acionistas da Companhia poderão solicitar a conversão de ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, bem como de ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais, observado o disposto neste artigo.

§ 1º A conversão mencionada no caput deste artigo observará as seguintes condições: (i) para cada grupo de cinco ações preferenciais de emissão da Companhia, o acionista titular dessas ações terá o direito de converter uma ação preferencial em uma ação ordinária; e (ii) para cada grupo de cinco ações ordinárias de emissão da Companhia, o acionista titular dessas ações terá o direito de converter quatro ações ordinárias em quatro ações preferenciais.

§ 2º Adicionalmente, com o fim de permitir que todos os acionistas da Companhia participem do programa de Units e, assim, promover a sua liquidez, acionistas que desejarem formar Units e que sejam titulares de lote(s) de cinco ações de emissão da Companhia em qualquer proporção entre preferenciais e ordinárias, porém que não se enquadrem na proporção de uma ação ordinária e quatro ações preferenciais poderão solicitar a conversão de ações necessária para que esses lotes de ações passem a constituir tal proporção.

§ 3º Competirá ao Conselho de Administração estabelecer os termos, prazos e condições para o exercício do direito de conversão previsto neste artigo, podendo praticar todos os atos necessários à sua implantação.

Art. 109 - Os dispostos no item "d" do artigo 6º deste Estatuto Social, bem como no inciso "XLVI" e no § 2º, ambos do artigo 34 deste Estatuto Social, somente passarão a vigorar caso seja efetivamente implementado o programa de Units previsto no Capítulo XV deste Estatuto Social.

Aprovado e consolidado na 128ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de setembro de 2025.

Empresas

InternetUsuários de 11 a 17 anos têm dificuldade de distinguir ‘post’ pago de conteúdo espontâneo

Publicidade digital atinge 55% de crianças e jovens

Daniela Braun
De São Paulo

A publicidade em meios digitais alcança mais da metade das crianças e adolescentes com idades entre 11 e 17 anos que acessam a internet no país, sendo 55% em redes sociais, 52% em sites de vídeos e 52% na televisão, informa a 12ª edição da pesquisa TIC Kids Online Brasil 2025, divulgada nesta semana pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGL.br).

Embora saibam que conteúdos criados por influenciadores podem ser pagos, crianças e adolescentes têm dificuldade de distinguir um vídeo com conteúdo que configura publicidade de um conteúdo espontâneo ou orgânico.

Os formatos de publicidade em vídeo mais vistos por essa parcela da população em plataformas digitais foram pessoas abrindo embalagens de produtos (66%), ensinando a usar produtos (65%) ou mostrando produtos que alguma marca deu para elas (58%).

“Eles sabem que empresas pagam a influenciadores on-line, mas nem todos conseguem identificar se os conteúdos são pagos ou não”, diz a coordenadora da pesquisa TIC Kids Online Brasil, Luísa Adib, ao Valor.

A 12ª edição da pesquisa entrevistou presencialmente 2.370 crianças e adolescentes com ida-



Publicidade on-line não deve ser direcionada a crianças e adolescentes, conforme a Lei nº 15.211/2025 (ECA Digital)

des entre 9 e 17 anos, assim como seus pais ou responsáveis, em todo o território nacional.

Já a percepção das crianças e adolescentes sobre a personalização de anúncios nas redes sociais é alta: 65% dos usuários de 11 a 17 anos concordaram que falar ou pesquisar sobre um produto aumenta a quantidade de propagandas que recebem sobre ele.

Adib lembra que a publicidade on-line não deve ser direcionada a crianças e adolescentes, conforme a Lei nº 15.211/2025 que instituiu o Estatuto Digital da Criança

e do Adolescente (ECA Digital). “Qualquer tipo de estímulo de consumo não deve circular para este público”, ela afirma.

O ECA Digital foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 17 de setembro atualizando as regras para a proteção de crianças e adolescentes na internet, estabelecendo obrigações para plataformas digitais. Na mesma data, o presidente anunciou uma Medida Provisória que transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) em Agência Nacional de Prote-

ção de Dados, com a responsabilidade de garantir o cumprimento do estatuto.

Com a criação do ECA Digital, Adib acredita que “a expectativa é que as promoções desse tipo de conteúdo diminuam”, apesar dos desafios que a ANPD, como agência reguladora, terá para monitorar conteúdos pagos que também são produzidos por crianças e adolescentes on-line.

Pela primeira vez a pesquisa investigou a exposição de crianças e adolescentes a vídeos de pessoas divulgando jogos de

apostas. “A exposição deste público à divulgação de jogos de apostas já não deveria existir”, alerta a coordenadora da pesquisa TIC Kids Online Brasil.

Entre os usuários de 11 a 17 anos, 53% reportaram contato com esse tipo de conteúdo on-line. A exposição foi maior entre os adolescentes de 15 a 17 anos (63%).

Considerando práticas envolvendo gastos e recompensas em jogos na internet, 21% dos usuários de 11 a 17 anos reportaram que fizeram alguma compra ou gastaram para avançar de fase na competição ou ganhar itens novos em jogos on-line.

Para os responsáveis entrevistados pela pesquisa, 45% das crianças e adolescentes tiveram contato com propaganda não apropriada para a idade, e 51% pediram algum produto após ver um anúncio na Internet.

Inteligência artificial

A pesquisa deste ano também estreou um mapeamento do uso de inteligência artificial (IA) generativa entre crianças e adolescentes e identificou que 65% dos usuários de internet de 9 a 17 anos utilizaram IA generativa para realizar ao menos uma das atividades investigadas na sondagem.

De acordo com pesquisa, 59% dos usuários de internet de 9 a 17 anos usam ferramentas de inteligência artificial para realizar pes-

quisas escolares ou estudar.

Outros usos mais frequentes da IA incluem a busca de informações (42%), a criação de conteúdos como textos e imagens (21%) e o uso da tecnologia para conversas sobre problemas pessoais ou emoções (10%).

Depois do celular, usado com alta frequência por 74% da população de 9 a 17 anos para acessar a internet, a TV é o segundo dispositivo mais usado com frequência por 35% desta parcela da população, seguida pelo computador pessoal (8%).

O WhatsApp, aplicativo de mensagens da Meta, é a plataforma digital mais acessada por usuários de 9 a 17 anos, seguido pelo YouTube (48%), Instagram (48%) e TikTok (46%).

Segundo a pesquisa, 85% das crianças e adolescentes possuem perfil em, pelo menos, uma das plataformas investigadas.

Atualmente, 92% das crianças e adolescentes brasileiros na faixa etária pesquisada no estudo acessam a internet, o que representa 24,5 milhões de pessoas.

As entrevistas para o estudo foram realizadas entre março e setembro deste ano pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) do CGL.br.

Meta e TikTok violam regras para combater conteúdo ilegal, diz UE

Investigação

Agência O Globo

A Meta e o TikTok (da chinesa ByteDance), violaram regras da União Europeia criadas para combater conteúdo ilegal ou prejudicial on-line, segundo constatações preliminares do bloco divulgadas na sexta-feira (24).

A Comissão Europeia (CE), braço executivo da UE, afirmou que o Facebook e o Instagram, da Meta, estão infringindo a Lei de Serviços Digitais (DSA) por não oferecerem um mecanismo fácil e acessível para que os usuários possam sinalizar conteúdo ilegal, como material

de abuso sexual.

Além disso, essas plataformas e o TikTok não permitem que pesquisadores independentes acessem facilmente seus dados e consiguam examinar se os usuários — incluindo crianças — estão sendo expostos a conteúdo ilegal ou nocivo, disse a CE.

“Nossas democracias dependem da confiança. Isso significa que as plataformas devem capacitar os usuários, respeitar seus direitos e abrir seus sistemas à fiscalização”, disse a chefe de Tecnologia da UE, Henna Virkkunen. Acrescentou: “O DSA torna isso um dever, não uma escolha.”

Em constatações preliminares, a

CE avaliou ainda que o mecanismo de apelação da Meta — após a remoção ou contestação de conteúdo — tornava difícil para os usuários explicarem por que discordavam das decisões da empresa, limitando sua eficácia.

A Meta informou que discorda “de qualquer sugestão de que tenhamos violado o DSA e continuamos a negociar com a Comissão Europeia sobre essas questões”, acrescentando que a empresa alterou seus processos de moderação de conteúdo e apelação, bem como o acesso a dados. O TikTok disse que avalia as conclusões da CE e que há contradição entre as legislações do bloco europeu.

Google e Anthropic fecham acordo com Amazon e Broadcom

Semicondutores

Dow Jones, de Nova York

A Anthropic, uma startup de inteligência artificial (IA), está usando mais das unidades de processamento de tensores (TPUs) do Google. Isso é positivo tanto para a controladora da empresa de buscas, a Alphabet, quanto para sua principal parceira de design de chips, a Broadcom.

No acordo, a Anthropic usará até um milhão de semicondutores TPU, além de serviços adicionais do Google Cloud. “A expansão vale dezenas de bilhões de dólares e deve adicionar bem mais de um

gigawatt de capacidade on-line em 2026”, afirmou a Anthropic, em nota.

Apesar do benefício para os serviços de computação em nuvem do Google, o acordo pode levantar preocupações sobre um ritmo mais lento de expansão para o negócio de nuvem da Amazon.

A Amazon se comprometeu a investir até US\$ 8 bilhões na Anthropic, fundada em 2021 por ex-engenheiros da OpenAI. O Google investiu cerca de US\$ 3 bilhões na startup, segundo a Bloomberg.

Em sua nota, a Anthropic destacou o papel importante que a Amazon desempenha em seu negócio, chamando a empresa de

“nosso principal parceiro de treinamento e provedor de nuvem”.

A startup também afirmou que continua trabalhando no Project Rainier da Amazon — descrito pela Amazon Web Services (AWS) como “o computador mais poderoso do mundo” para o treinamento de modelos de IA.

O novo acordo é um voto de confiança nas TPUs do Google e na Broadcom, principal parceira no desenvolvimento do “hardware”.

A Anthropic, dona do assistente de IA Claude, disse que continuará usando as unidades de processamento gráfico (GPUs) da Nvidia e seguirá investindo em capacidade computacional.

Marketing A maioria dos brasileiros passou a gostar mais de marcas que realizam ações ambientais e sociais, mas há também desconfiança entre os consumidores

Empresas se preparam para mostrar iniciativas ambientais na COP30

Bianca Guilherme, Luana Dandara e Natália Flach
De São Paulo

Às vésperas da COP30, evento global em Belém (PA) que vai discutir o clima e a sustentabilidade do planeta de 10 a 21 de novembro, as empresas estão se movimentando para apresentar ao público suas ações sobre o tema. O interesse por marcas com práticas sustentáveis é crescente, mas ainda há desconfiança por parte dos consumidores.

Segundo estudo da consultoria Data-Makers, que ouviu 600 pessoas neste mês de outubro a pedido do **Valor**, 79% afirmam que passaram a gostar mais de marcas que realizam ações ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) e 66% estariam dispostas a pagar mais por produtos sustentáveis. Mas 82% também dizem que não comprariam produtos de marcas “oportunistas”.

Isso pode estar ligado a problemas de comunicação. Estudo do instituto Ipsos aponta que 53% dos brasileiros consideram que existe pouca informação a respeito do assunto e que as marcas deveriam comunicar melhor os seus projetos. O levantamento feito com 6 mil pessoas de todas as regiões do país, entre agosto e setembro, apurou que, para 71% delas, as companhias precisam agir urgentemente para combater as mudanças climáticas. “A expectativa em relação às empresas costuma ser grande por elas terem poder de fogo e poderem agir com celeridade, diferentemente do governo”, diz o diretor de Opinião Pública e Reputação Corporativa do instituto, Helio Gastaldi. “As pessoas estão céticas a respeito da agenda das empresas, mas isso não significa que estejam mais cuidadosas com a sustentabilidade de forma geral.”

Uma pesquisa da Kantar, com 1 mil pessoas, corrobora esse desca-samento: 87% dos brasileiros querem fazer escolhas mais sustentáveis, mas apenas 35% mudaram seus hábitos de consumo. Entre os motivos para isso estão preço alto e falta de informação. Segundo o executivo de marketing da consultoria, Rafael Farias Teixeira, a transparência pode ajudar na mudança de comportamento. Isso porque 58% dos entrevistados dizem ter visto ou ouvido informações falsas ou enganosas sobre ações sus-

Discussão global

Evento: COP30 é a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas

Onde: Belém do Pará

Quando: 10 a 21 de novembro

Previsão de público: 40 mil

Número de países: mais de 190

Fontes: FGV e site oficial da COP30

Rafael Medeiros/Contrasto

táveis — aumento de oito pontos percentuais em relação à última edição do estudo.

Segundo o CEO da agência All Set Comunicação, Leopoldo Jereissati, o risco de cair no “greenwashing” (estratégia enganosa) é alto quando a sustentabilidade é tratada apenas como pauta de marketing, e não de negócio. “Hoje é fácil perceber quando o discurso não é verdadeiro”, diz. Para ele, o consumidor está observando mais de perto o histórico e a coerência das marcas. “A autenticidade é o novo diferencial. A comunicação precisa estar conectada à prática.”

Para a diretora de Impacto e Relações com a Sociedade da Ambev, Laura Aguiar, a sustentabilidade “não deve apenas acompanhar o negócio, ela precisa ser o próprio negócio”. Por isso, a companhia reduziu, nos últimos 20 anos, em mais de 50% o consumo de água por litro produzido. E mantém o programa Bacias e Florestas, em parceria com The Nature Conservancy e WWF-Brasil, que já resultou no plantio de

2 milhões de árvores, em 15 anos. A Ambev também desenvolve o projeto Fazenda Santa Helena, em Maués (AM), de produção sustentável de guaraná.

Na COP30, a Ambev terá o espaço “Terra do Guaraná”, com ativações das marcas Guaraná Antarctica e Corona, além de participar de painéis sobre economia circular e transição energética. “O objetivo é reforçar nosso compromisso em fazer parte das soluções para os desafios ambientais e sociais”, diz.

A Natura também participa da conferência, com um espaço imersivo no aeroporto internacional de Belém, criado em parceria com a Africa Creative. Ao passar por lá, o público sentirá o perfume da fragrância Ekos Ryos Floresta, lançada em comemoração aos 25 anos de atuação da empresa na Amazônia. Segundo a vice-presidente de Marca, Inovação, Internacionalização e Sustentabilidade da Natura &Co, Ana Costa, o objetivo na COP será de ampliar o diálogo sobre o papel de empresas na conservação ambiental e na valorização das comunidades locais.

“Queremos mostrar que é possível unir desenvolvimento econômico, inclusão social e proteção da floresta. O Brasil tem o potencial para ser protagonista de uma nova economia de baixo carbono”, afirma. A Natura mantém programas

de sociobiodiversidade com 10 mil famílias de 45 comunidades na região amazônica, há mais de 20 anos, contribuindo para a conservação de 2,2 milhões de hectares de floresta.

A Alpargatas, dona da Havaianas, levará à COP30 o programa de logística reversa Havaianas Reciclo, que recolheu, nos últimos quatro anos, mais de 470 mil pares de sandálias no mundo. Também estará na Casa Ipê, espaço do Instituto de Pesquisas Ecológicas. A linha Havaianas Ipê, que reverte parte das vendas para conservação da fauna e flora brasileiras, já ajudou a plantar 7 milhões de árvores. A empresa repassou R\$ 11 milhões à instituição, disse a diretora global de Assuntos Corporativos da Alpargatas, Sarah Bonadio.

Na Nestlé, a vice-presidente de marketing e comunicação, Iohnah Murahovschi Kochen, diz que a empresa chega à COP30 para ampliar a visibilidade de seus projetos ligados às cadeias de leite, café e cacau: “É uma forma de mostrar como trabalhamos pela sustentabilidade dos negócios e dos produtores e o

10 mil famílias estão em programas da Natura

impacto disso na sociedade.”

Ao lado da Nestlé e de outras companhias que integram a coalizão Climate Action Solutions & Engagement, a mineradora Vale vem tratando a conferência como o ponto alto de uma estratégia de comunicação iniciada no fim de 2024. Entre as iniciativas para a COP30, lançou uma série de campanhas protagonizadas pela cantora paraense Gaby Amarantos e pelo fotógrafo Bob Wolfenson, voltada a discutir temas ligados à conservação da floresta.

Segundo o diretor de comunicação e marca da Vale, Leandro Modé, cerca de 60% do orçamento extraordinário da empresa para a COP30 foi destinado à comunicação. “A mineração, historicamente, tem uma imagem ruim. É um setor que sempre se comunicou pouco. A gente precisa tornar conhecidas as ações de bioeconomia que promovemos para mostrar que é possível fazer mineração de forma responsável e sustentável, com conservação do meio ambiente”, disse.

A varejista Renner é outra que vai estar presente na COP30. Vai apresentar o projeto Florestas de Algodão feito em parceria com a startup FarFarm e a Universidade Federal do Mato Grosso, que une agricultura regenerativa, geração de renda e preservação ambiental no Cerrado como exemplo de transição para uma economia de baixo carbono e inovação. “Há mais de 10 anos a sustentabilidade está no centro dos nossos valores corporativos e objetivos estratégicos”, diz a sua vice-presidente de Gente, Sustentabilidade e Relações Institucionais, Regina Durante.

A executiva comenta que toda energia usada pela empresa é proveniente de fontes renováveis de baixo impacto e que a próxima meta é alcançar a neutralidade de emissões de carbono (“net zero”, no termo em inglês) até 2050.

A operadora de shopping center Allos, que tem meta de alcançar neutralidade de carbono até 2040 e ter 100% de energia renovável até 2030, decidiu antecipar a medida para os quatro empreendimentos que possui na bacia amazônica, em Belém e Manaus, para este ano. “Fizemos isso pensando no legado que deixaremos para a região depois da COP30”, explica a diretora jurídica e coordenadora da Comissão de Sustentabilidade da companhia, Paula Fonseca.

O debate global nasceu na Eco-92

QUEM INVENTOU

História

De São Paulo

Há cerca de 30 anos, um grupo de países se reuniu no Rio de Janeiro para discutir como combater o aquecimento global e tornar o mundo mais sustentável. Ali, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que entrou para a história como Eco-92, foi criada uma convenção que definiu que cada parte deveria liderar esforços para reduzir emissões de gases de efeito estufa e apoiar aqueles que não tivessem recursos financeiros ou tecnologia para promover ações de mitigação. Esse regime multilateral foi chamado de Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Para tirar esses compromissos do papel, também foi instituído um órgão responsável por tomar decisões relativas à implementação das iniciativas. A Conferências das Partes (COP) promove anualmente reuniões entre os 198 membros que assinaram e ratificaram a convenção. Também participam empresas, cientistas, ativistas e ONGs. Trata-se da maior conferência anual das Nações Unidas, com cerca de 25 mil pessoas, em média.

Foi durante cúpulas como essas que os países criaram o Protocolo de Kyoto — que define metas obrigatórias de mitigação de emissões de gases do efeito estufa — e o Acordo de Paris, que, entre outros objetivos, busca fixar o aumento da temperatura global em até, no máximo, 2º C acima dos níveis pré-industriais.

Segundo informações da ONU Mudanças Climáticas, as decisões relativas aos planos de ação precisam ser aceitas unanimemente pelos signatários para entrar em vigor. O principal objetivo delas é estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera de tal forma que os ecossistemas consigam ter tempo para se adaptar.

A primeira COP foi realizada em Berlim (Alemanha), em 1995, e a próxima será em Belém, de 10 a 21 de novembro. (NF)

Pandemia e clima estão mudando o setor de seguros

Cenário

Andrea Assef

Para o Valor, de São Paulo

A pandemia de covid-19 e as mudanças climáticas mudaram definitivamente a visão que os brasileiros têm do seguro. A perda, de familiares e amigos, acendeu um sinal de alerta.

A avaliação é de Tatiana Cerezer, diretora de comunicação e marketing da Mapfre Seguros.

A executiva conta, em entrevista ao **Valor**, que a discussão sobre a sustentabilidade do planeta levou o setor de seguros a participar da COP30, evento das Nações Unidas que vai ocorrer em Belém de 10 a 21 de novembro.

Valor: Com a economia desacelerando, o seguro entra ou sai da lista de prioridades do consumidor?

Tatiana Cerezer: Houve uma mudança grande, em relação ao mercado de seguros, na pandemia. Durante aquele período, vimos um aumento muito grande nos seguros de vida — um reflexo da consciência sobre a importância de proteção. Hoje, com os eventos climáticos que o Brasil tem vivido, cresce também a busca por seguros residenciais e agrícolas.

Valor: Cada vez mais empresas têm voltado seus esforços para comunidades periféricas, criando pro-

duto e serviços adaptados à realidade local. Que aprendizados esse tipo de iniciativa traz?

Cerezer: O Mapfre na Favela é um exemplo prático que mostra como é possível integrar a sustentabilidade à estratégia e ao modelo de negócio. O projeto nasceu com o apoio do G10 Favelas, e começou em Paraisópolis há um ano. Fizemos uma imersão profunda: nossa equipe de sustentabilidade e marketing passou três meses na comunidade, ouvindo empreendedores locais, psicólogos e lideranças. A partir daí criamos produtos específicos, como o Meu Trampo, voltado a quem depende do equipamento de trabalho — o cabeleireiro, a manicure, o barbeiro. Se a chapinha ou a secadora queima, o seguro cobre. Também há um seguro de vida com cobertura reduzida e preço acessível. É inclusão real: formamos moradores da comunidade para vender o produto, gerando renda e criando uma cadeia local de proteção. Hoje o projeto já chegou ao Distrito Federal e a outras regiões.

Valor: Qual é a importância da COP 30 para o setor de seguros do ponto de vista do marketing?

Cerezer: Pela primeira vez, o mercado brasileiro de seguros marcará presença na COP, com a Casa do Seguro — um espaço iné-



ROGÉRIO VIEIRA/VALOR

“Pela primeira vez, o mercado de seguros marcará presença na COP”
Tatiana Cerezer

dito que insere o setor no centro das discussões globais sobre resiliência e sustentabilidade. A inicia-

tiva, liderada pela CNseg e apoiada por mais de dez seguradoras, simboliza o novo posicionamento do segmento. O movimento reforça como o tema passou a ocupar um lugar estratégico na agenda das companhias de seguros.

Valor: O aumento na frequência de catástrofes climáticas tem mudado a percepção de risco em todo o mundo. O setor de seguros brasileiro está preparado para lidar com esse novo cenário?

Cerezer: Temos que aceitar que esses eventos não são mais exceções. As enchentes no Rio Grande do Sul mostraram que precisamos ter resposta rápida e permanente. É um desafio estrutural: o Brasil ainda tem uma penetração de seguros muito baixa — apenas 6% do PIB, enquanto em países como os Estados Unidos e a Europa a média é de 10% a 12%. O objetivo do setor é chegar a 10% até 2030. Isso exige conscientização e adaptação: novas coberturas, novos modelos de precificação e uma nova forma de comunicar valor.

Valor: Falando em comunicação, como explicar o papel do seguro na sustentabilidade para um público que ainda o vê como algo distante?

Cerezer: É um grande impasse. Primeiro, porque o seguro já faz parte da cadeia de sustentabilidade — ele é o que garante resiliência financeira e evita que uma família retroceda 30 anos em caso de perda. Mas é preciso contar isso de forma clara e emocional. Nosso trabalho de marketing é muito voltado a “storytelling” e educação, mostrando que o seguro não é um custo, é continuidade de vida. Pesquisas mostram que 70% dos brasileiros conhecem o conceito de seguro, mas 80% não sabem o que ele realmente cobre. A comunicação precisa ser próxima, transparen-

te e ancorada na cultura popular.

Valor: É nesse contexto que entra o patrocínio à Conmebol Libertadores?

Cerezer: Exatamente. O seguro precisa estar onde o brasileiro está — e o futebol é o maior território emocional da América Latina. Entramos na Libertadores em 2024, com contrato até 2026. É o maior investimento de marca da história da Mapfre, e também o maior patrocínio já feito pela empresa globalmente. Queremos mostrar que o seguro está presente na jornada das pessoas, no cotidiano, nas paixões. Desde o início da parceria, nossa lembrança de marca no Brasil saltou da quarta para a segunda posição.

Valor: O setor de seguros está preparado para um país que envelhece rapidamente?

Cerezer: O envelhecimento é uma das grandes transformações em curso. As seguradoras precisam rever suas tábuas de risco, pensar em produtos para pessoas que viverão até os 100 anos. É uma adaptação natural e necessária, não apenas regulatória. Um dos caminhos, por exemplo, é desenvolver assistências residenciais para pessoas com mais de 60 anos, como instalação de barras de apoio e pisos antiderrapantes.

Financiamentos No intervalo de 2022 a 2024, empréstimos via troca de recurso por produção futura cresceram 72%, para R\$ 12,6 bilhões

Cresce o peso das indústrias de insumos no crédito rural

Danton Boatini Júnior
De São Paulo

O peso das indústrias de insumos agrícolas na oferta de crédito rural tem crescido no país. No ano passado, as empresas do segmento emprestaram R\$ 80,8 bilhões aos produtores rurais, montante que representou um terço do financiamento do custo no campo, segundo estatísticas da CropLife Brasil, entidade que representa as companhias de sementes, mudas, bioinsumos e defensivos químicos.

O volume de crédito foi 12% menor do que o de 2022. Ainda

assim, o crédito equivaleu a 72% das receitas do segmento, que totalizaram R\$ 114,1 bilhões em 2024. Dois anos antes, os empréstimos corresponderam a 69% do faturamento das empresas, que foi de R\$ 133,3 bilhões em 2022.

“Isso ocorreu porque, entre 2022 e 2024, o faturamento das empresas de insumos caiu em ritmo mais acentuado do que o valor dos créditos. Ou seja, a queda nas vendas foi proporcionalmente maior que a redução dos créditos, o que explica por que o peso dos créditos no faturamento total aumentou, mesmo com uma redução nominal dos emprésti-

mos”, disse Renato Gomides, gerente-executivo da CropLife.

Em um cenário de desvalorização das commodities agrícolas, cresceu a opção pelo barter, modalidade em que as empresas concedem empréstimo em troca da colheita futura. No ano passado, as companhias de insumos desembolsaram R\$ 12,6 bilhões em crédito rural via barter, ou 72% a mais do que em 2022.

Segundo Gomides, o mecanismo dá segurança para a indústria e torna mais previsíveis as receitas dos produtores. “É um modelo de crédito que não se encontra em outros lugares do mundo”, disse.

As estatísticas estão no CropData, portal com informações sobre a indústria que a CropLife lançou na semana passada. Segundo a plataforma, as receitas das indústrias de insumos caíram 14% entre 2022 e 2024. O faturamento das empresas de defensivos químicos, que representavam 76% do total em 2022, responderam por 70% no ano passado.

A fatia das empresas de bioinsumos ainda é bastante pequena, mas o segmento foi único que cresceu nesse intervalo de dois anos, sobre os quais há dados na plataforma. Em 2022, a receita das empresas de bioinsumos foi



Eduardo Leão, da CropLife: empresas de insumos financiam um terço do custeio

de R\$ 3,4 bilhões, o que correspondeu a 2,5% do total naquele ano. No ano passado, o faturamento cresceu 30% em relação a 2022, para R\$ 4,5 bilhões, montante que representou 3,9% do faturamento das empresas de insumos, de acordo com o CropData.

A plataforma reúne dados sobre insumos agrícolas disponíveis em fontes públicas ou obtidos de consultorias contratadas. “A ideia é garantir que a informação seja divulgada de forma correta e com base em estatísticas”, disse o presidente da CropLife Brasil, Eduardo Leão.

Agroindústria registra terceira queda seguida

Conjuntura

Patrick Cruz
De São Paulo

Em agosto, a produção da agroindústria brasileira caiu 2,1% em relação a agosto de 2024, pressionada especialmente pelo fraco desempenho das indústrias de produtos não alimentícios. Essa foi a terceira queda mensal consecutiva.

A versão mais recente do Índice de Produção Agroindustrial PIMAgro, do Centro de Estudos do Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV Agro), é a primeira a

apresentar dados de um mês em que a sobretaxa americana sobre produtos brasileiros já estava em vigor. Os pesquisadores do FGV Agro observam, no entanto, que as tarifas de 50% que os Estados Unidos passaram a cobrar sobre as importações de uma série de itens — no agro, café e carne foram os dois principais alvos da medida — não são o único percalço que a agroindústria tem enfrentado em 2025.

“O ano de 2025 tem sido desafiador para a agroindústria. Os números de agosto reforçam essa percepção [com a] economia brasileira em ritmo de desaceleração devido, principalmente, à política

monetária restritiva; à valorização do real, que reduz a competitividade e/ou a receita de alguns produtos agroindustriais brasileiros no mercado internacional; [e] os efeitos de primeira e segunda ordens decorrentes do tarifaço”, escreveram os pesquisadores.

A produção do segmento de produtos alimentícios e bebidas caiu 0,2% em agosto, em decorrência, exclusivamente, do declínio da produção de bebidas alcoólicas, que caiu 11,8%. Entre os produtos não alimentícios, os biocombustíveis tiveram queda de 24,1%, seu pior resultado para o mês desde 2003, início da série histórica.

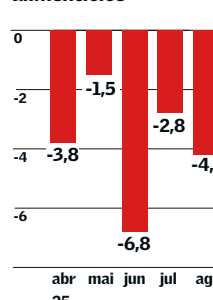
PIMAgro

Índice de Produção Agroindustrial do FGV Agro (% a.a.)

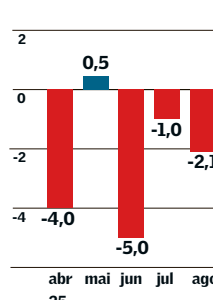
Produtos alimentícios e bebidas



Produtos não alimentícios



Agroindústria



Fonte: FGV Agro

valor.com.br

Balanço

Agrogalaxy reduz prejuízo líquido

No segundo trimestre, o prejuízo líquido ajustado da Agrogalaxy, de vendas de insumos, caiu 62,5%, para R\$ 136,1 milhões, e a receita líquida diminuiu 76,2%, somando R\$ 256,2 milhões. A dívida líquida a valor presente era de R\$ 1,6 bilhão no fim do segundo trimestre, e 86% da dívida líquida estava no longo prazo. Esse foi o primeiro balanço financeiro que a empresa publicou após a aprovação de seu plano de recuperação judicial.

valor.com.br/agro

APRESENTA

AGRO HORIZONTE

DIÁLOGOS QUE CULTIVAM INOVAÇÃO

Conecte-se ao futuro do agro e participe de debates sobre tendências que estão transformando o campo.

Presenças Confirmadas

TED MCKINNEY
CEO DA NATIONAL ASSOCIATION OF STATE DEPARTMENTS OF AGRICULTURE (NASDA)

LLOYD DAY
DIRETOR-ADJUNTO DO IICA

ANDRÉ GUILLAUMON
CEO DA BRASILAGRO

TATIANA PRAZERES
SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MDIC

GLAUCIO TOYAMA
HEAD DA SWISS E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEGUROS RURAIS DA FENSEG

TEREZA CRISTINA
SENADORA E EX-MINISTRA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

GABRIEL DELGADO
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO AGROPECUÁRIO DO SUL (CAS) E REPRESENTANTE DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA) NO BRASIL

PEDRO LUPION
DEPUTADO FEDERAL E PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA (FPA)

FERNANDO PIMENTEL
EMBAIXADOR E DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICA COMERCIAL DO ITAMARATY

BRUNO PAVÃO
CRO NA SOLINFTEC

GUSTAVO FREITAS
DIRETOR-EXECUTIVO DE NEGÓCIOS, CRÉDITO E PRODUTOS DO SICREDI

OSCAR BURD
CEO DA SUCCESS E PROFESSOR NA FGV AGRO

29 OUT

CICB - Centro Internacional de Convenções Brasil
St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 2, Conjunto 63, Lote 50 - Asa Sul, Brasília

SAIBA MAIS NO SITE:

Apresentado por

Apoio

Realização

Safr

2025/26

Com o bloqueio de um terço do orçamento para subsídio a prêmios das apólices, oleaginosa deverá ficar sem cobertura neste ciclo

Falta de subvenção a seguro rural ameaça a proteção da soja

Rafael Walendorff
De Brasília

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) tinha orçamento previsto de R\$ 1,06 bilhão, mas, em junho, o governo bloqueou R\$ 354,6 milhões desse montante, uma decisão que ameaça a proteção da safra 2025/26 de soja. O plantio do grão está em andamento, e, até agora, não há um só hectare com proteção contratada. No atual ciclo, a oleaginosa deverá ocupar 49,1 milhões de hectares, estima a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O Ministério da Agricultura admite que “não há previsão de desbloqueio do orçamento” em 2025 e que, assim, não haverá recursos para a subvenção dos prêmios de seguro da safra de verão, a principal do país. A soja, o principal produto agrícola do país, ficará sem apoio federal para contratação de apólices neste ano.

O quadro preocupa especialmente os agricultores do Paraná e do Rio Grande do Sul. Os dois, que são os que mais contratam apólices com o subsídio, temem os efeitos do fenômeno La Niña, confirmado para o verão e que pode causar secas no Sul do país.

Até o momento, considerando todas as culturas agrícolas, e não apenas a soja, o PSR alcançou menos de 2,2 milhões de hectares. A previsão de integrantes da indústria é que a área total de outras culturas cobertas com ajuda federal não chegue a 3 milhões de hectares. Caso a projeção se confirme, a cobertura será de menos da metade da área de 2024, que foi de 7,1 milhões de hectares.

A área coberta por seguro neste ano é a segunda menor da série histórica — a menor foi a de 2006, primeiro ano da série, quando 1,7

milhão de hectares tiveram cobertura de seguro com subvenção dos prêmios. O pico foi em 2021, com 13,6 milhões de hectares.

“Um corte de 30% no orçamento do programa está sendo dado na operação de soja”, diz Glaucio Toyama, presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais (Fenseg). Em 2024, a cobertura de seguro com subvenção alcançou 4,7 milhões de hectares de soja. Em 2020 e 2021, a área passou de 8 milhões de hectares.

Toyama será um dos participantes da segunda edição do Agro Horizonte, que ocorrerá na quarta-feira, em Brasília, e que terá o seguro rural como um dos temas dos debates. O evento, uma iniciativa da “Globo Rural” e do **Valor**, reunirá especialistas para discussões sobre as transformações e desafios recentes e também as oportunidades que se apresentam para o setor. A Globo Rural e o **Valor** integram o núcleo formado ainda pelo jornal “O Globo” e pela Rádio CBN.

O milho segunda safra lidera as contratações subsidiadas em 2025, com 1,4 milhão de hectares. Na sequência aparecem café, trigo, pecuária, uva, maçã, tomate, cana-de-açúcar e florestal.

No Paraná, a cobertura de seguro com subvenção garantiu a proteção de 2 milhões de hectares, dos quais 1,3 milhão foram de soja. Neste ano, o Estado ainda é o que tem a maior área segurada, mas os

“Sem os recursos [para subvenção], o custo ficará com o produtor”
Jeffrey Albers

943,5 mil hectares são de milho segunda safra, trigo e cevada.

Jeffrey Albers, gerente do Departamento Técnico e Econômico da Federação da Agricultura e Pecuária do Paraná, disse que o seguro sem subvenção é caro. Com isso, a contratação compromete as finanças dos produtores. “Sem subvenção, o produtor planta sem seguro. A consequência é que ele pode ficar sem dinheiro para pagar o financiamento. Isso vira uma bola de neve, que é o endividamento que estamos vendo”, afirmou.

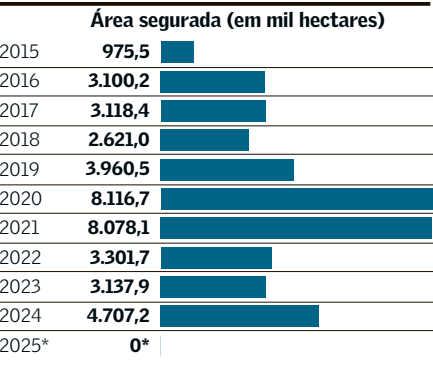
A medida que área protegida diminui no país, a preocupação aumenta. Em 2025, de acordo com a Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), o seguro rural deve cobrir pouco mais de 2% da área total de cultivo. Enquanto isso, os prejuízos com problemas climáticos só crescem. Segundo cálculos da Confederação Nacional de Municípios (CNM), no intervalo de uma década, os extremos climáticos causaram prejuízos de mais de R\$ 300 bilhões à agropecuária brasileira.

“Neste ano, teremos o menor índice de cobertura de seguro rural na agricultura brasileira por causa da redução dos recursos alocados pelo governo (...) A área plantada será de mais de 90 milhões de hectares, e estamos indo para 3 milhões de hectares cobertos”, disse o presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), Dyogo Oliveira, em evento recente em Brasília. Ele defende que o governo priorize a oferta de recursos para a subvenção ao prêmio.

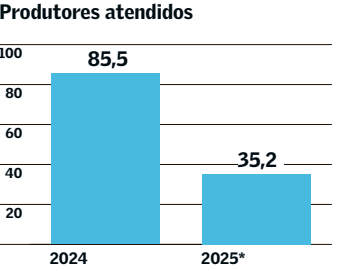
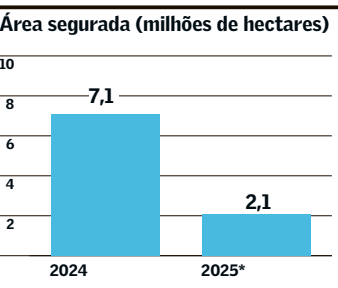
Sem orçamento para subsidiar as apólices da safra de verão, as seguradoras começaram a cobrar dos produtores a parte referente à subvenção das coberturas já contratadas, de 20%. Isso significa mais custo para os agri-

Sem proteção

Área de soja com cobertura de seguro rural

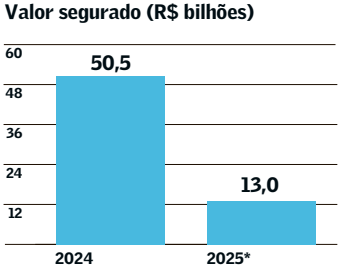
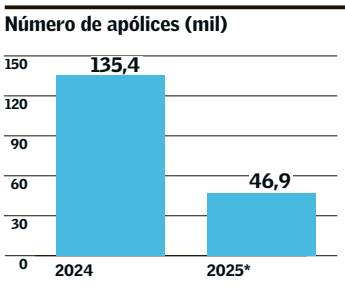


Alcance limitado
Números gerais do Programa de Seguro Rural



Fontes: Ministério da Agricultura e Conab *Até 20 de outubro

49,1 milhões de hectares
será a área total de cultivo de soja no país na safra 2025/26



cultores que contrataram seguro na expectativa de acessar o PSR. Se o produtor não pagar o boleto, as seguradoras podem reduzir a vigência da apólice ou o limite máximo de indenização.

“O seguro rural existe para dar segurança a quem produz. Se os recursos não forem liberados, o custo será transferido ao produtor, que não tem condições de arcar com essa despesa”, afirmou Eugênio Zanetti, vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS).

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) concorda que a falta de recursos para a subvenção do seguro rural vai piorar o endividamento no campo. “Sem condições adequadas no seguro rural, os pedidos de repactuação de dívidas tendem a se intensificar no próximo ano”, diz Guilherme Rios, assessor técnico da entidade.

Em junho, o Ministério da Agricultura fez uma contenção de R\$ 445 milhões do orçamento do PSR. Em agosto, o governo liberou R\$ 90,5 milhões desse montante, mas R\$ 354,6 milhões seguem blo-

queados. Além disso, o governo usou R\$ 67 milhões do verba para o ano, de R\$ 1,06 bilhão, para pagar apólices contratadas em 2024.

O Ministério da Agricultura informou que os R\$ 90,5 milhões descontingenciados em agosto não vão mais reforçar o programa. “Apesar do descontingenciamento, esse valor precisou ser praticamente cancelado, em função das restrições orçamentárias”, explicou o ministério, em nota. A Pasta disse que “não há sobras” de verba e que todo o montante autorizado (R\$ 547,7 milhões) “foi devidamente utilizado no período de janeiro a agosto”.

Pedro Loyola, coordenador do Observatório do Seguro Rural do Centro de Estudos do Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV Agro), vê “desestruturação” do seguro rural. “Chegamos a ter 14 milhões de hectares cobertos, e agora estamos projetando no máximo 3 milhões de hectares, sem perspectiva de reposição do orçamento e sem prioridade para a política no Plano Safra”, disse.

Inscrições no Agro Horizonte: oglobo.com/projetos/agrohorizonte/

Projeto que propõe destravar Fundo de Catástrofe está parado desde 2024

De Brasília

Há, no Congresso Nacional, um projeto de lei que prevê instrumentos para reduzir a dependência que o seguro rural tem da subvenção das apólices. No entanto, a proposta está parada no Senado — e ainda terá que percorrer um longo caminho para virar lei.

O projeto de lei 2.951/2024 abre caminho para a implementação do Fundo de Catástrofe, um instrumento criado em 2010 e ainda inativo. O texto prevê meios para viabilizar o aporte de recursos públicos de até R\$ 4 bilhões, que dariam o pontapé inicial ao fundo.

O fundo será privado, e a participação, obrigatória para seguradoras e resseguradoras que quiserem ter acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural. A previsão é que elas contribuíam com um percentual cobrado sobre as apólices subsidiadas. A autora do projeto é a senadora Tereza Cristina (PP-MS), também confirmada no evento Agro Horizonte, em Brasília.

A ideia é que o fundo seja uma espécie de baliza de uma rede de proteção ao produtor e ajude a estabilizar a oferta de seguro rural. O projeto de lei propõe ainda tornar a subvenção ao seguro ru-



Oliveira, da CNSeg: sistema de dados

ral uma despesa obrigatória e autoriza o Conselho Monetário Nacional (CMN) a estabelecer regras para vincular a contratação do seguro rural às operações de crédito rural. A obrigatoriedade pode ampliar a base de contratantes e pulverizar o risco das seguradoras. O texto enfrenta resistências da equipe econômica.

No momento, existe a previsão de que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado vote o projeto nesta semana. Se a proposta for aprovada e não houver recursos para que ele passe pelo

crivo do plenário, o texto seguirá para a Câmara dos Deputados.

“Para sobreviver a uma sinistralidade elevada, é preciso ter um Fundo de Catástrofe para suavizar os picos do clima. Pela proposta, as seguradoras acumulariam um percentual dos prêmios e da subvenção no fundo, o que garantiria um preço de seguro mais responsivo”, afirma Dyogo Oliveira, presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg).

Para tentar melhorar a precificação de risco, a entidade vai lançar dois produtos nos próximos meses. Um deles será um sistema de dados climáticos, que vai compilar informações sobre clima, área de plantio e culturas. A CNSeg vai apresentar o mecanismo durante a COP30, em Belém. A entidade vai lançar ainda um painel estatístico com dados do Ministério da Agricultura, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Em outra frente, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, defende criação de um novo modelo para o seguro rural ainda neste ano, com ênfase no seguro paramétrico, que usa índices verificáveis para apurar perdas. Os planos também não se concretizaram. (RW)

Cai a arrecadação com os prêmios de apólices

De Brasília

As seguradoras que atuam com seguro rural mantêm a comercialização de apólices, mas já constatarem que o ritmo de contratação de cobertura está em queda. De janeiro a julho deste ano, a arrecadação de prêmios na modalidade agrícola, com e sem subvenção, caiu 17%, para R\$ 2,3 bilhões.

Segundo Glaucio Toyama, presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais (Fenseg), produtores mais capitalizados até conseguem contratar seguro sem subsídio, mas o aperto nas margens do campo, com crédito e juros mais caros, também limita essa opção.

“O [produtor] mais vulnerável acaba não comprando [seguro], e isso causa um efeito danoso para a sustentação das pessoas no campo”, afirma. O mercado geral, considerando também apólices sem subvenção, deve cobrir a área total de 5 milhões de hectares no país em 2025, estima a Fenseg.

As seguradoras também reclamam da demora do governo para pagar o montante referente à subvenção das apólices já contratadas, uma dívida de R\$ 434 milhões de janeiro até agora. “Estamos muito preocupados com a



Toyama, da Fenseg: quadro preocupa

repetição dessa situação, que já ocorreu em 2024. Mais de 90% de tudo que foi aplicado em 2025 ainda não foi pago”, diz Toyama.

Pedro Loyola, coordenador do Observatório do Seguro Rural do Centro de Estudos do Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV Agro), afirma que a comercialização de seguro rural caiu, em média, 40% em várias seguradoras. A instabilidade desestimula resseguradoras e investidores internacionais e força empresas, corretores e peritos a saírem do mercado. (RW)

APRESENTA

DIÁLOGOS QUE CULTIVAM INOVAÇÃO

Apresentado por

Apoiado por

Realização

Mercados

Correção dos spreads de crédito tende a ser limitada, avalia Mendjoud, da Oriz **C2**



Pagamentos

Prejuízo médio em golpes com Pix sobe 21%, a R\$ 2,5 mil no 1º semestre **C8**

Bancos

Fed planeja reformular teste anual de estresse após contestação de Wall Street **C4**

Banco Travelex

Em tempos de volatilidade, expertise cambial faz a diferença.

travelexbank.com.br

(11) 3004-0490

Finanças

Crédito privado Ainda que captação de empresas brasileiras no exterior esteja forte, custo baixo de se financiar no Brasil reduz emissão internacional

Debêntures limitam ‘importação’ de dólar pelas companhias

Arthur Cagliari
De São Paulo

A preferência das companhias brasileiras por emitir títulos no mercado local — especialmente com debêntures incentivadas —, em vez de fazer captações externas, é um dos motivos pelos quais o mercado de câmbio tem operado com liquidez menor, segundo operadores, tesoureiros e analistas.

A leitura se baseia no fato de que, apesar da maior demanda por títulos corporativos no exterior, a emissão de dívida no mercado internacional tem ficado em segundo plano para as empresas, dado o benefício dos papéis incentivados. Ao optar por este tipo de operação, elas deixam de captar dólares que, posteriormente, seriam internalizados e aumentariam a disponibilidade da moeda americana no mercado brasileiro.

Para os profissionais ouvidos pelo **Valor**, a crescente emissão no mercado doméstico em detrimento da captação externa explica parte da pressão que tem afetado o cupom cambial, a taxa de juros em dólar no Brasil.

O cupom é o termômetro da liquidez de dólares no país e, quando há menos moeda americana no mercado brasileiro, ele fica mais alto. Em geral, quando a taxa do cupom cambial está mais elevada no Brasil, as empresas podem utilizar seus dólares de captações externas para arbitrar o nível desse cupom. No entanto, isso não tem acontecido recentemente, já que o interesse em fazer emissões fora do país é menor.

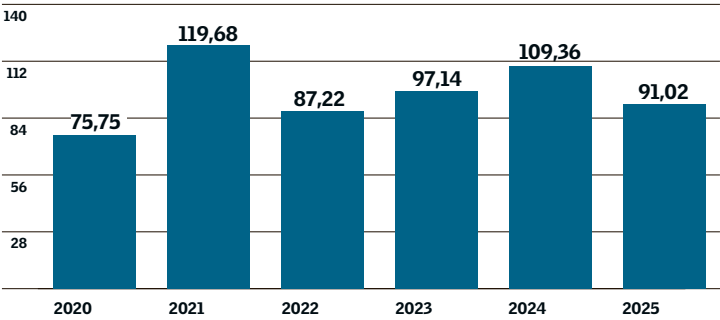
“Quando uma empresa brasileira faz uma captação de longo prazo no exterior, em geral ela busca transformar o custo do empréstimo feito em moeda estrangeira em custo equivalente em reais, atrelado ao CDI [taxa de juros brasileira]. Ao fazer isso hoje, a companhia acaba pagando um prêmio positivo acima do CDI, caso faça o hedge cambial [proteção]”, afirma Ricardo Gallo, sócio da Ethica Services. “Agora, se fizer a emissão aqui, o custo pode ser até inferior ao CDI. Em outras palavras, está mais caro emitir lá fora, então não faz sentido a empresa que tem acesso ao mercado de capitais doméstico captar recursos no exterior.”

De acordo com Gallo, isso explica a queda da taxa de rolagem da dívida externa privada brasileira. Dados do Banco Central mostram que a rolagem de dívida externa de médio e longo prazos das empresas privadas e estatais de janeiro a setembro está no menor nível desde 2020, com os novos empréstimos representando 91,02% das amortizações de dívidas neste ano. Ficar abaixo de 100% significa que não foi possível refinanciar todos os vencimentos do período. A taxa de rolagem do mesmo intervalo de 2024, de janeiro a setembro, foi de 109,36%. Os números não incluem as emissões e vencimentos de dívida tomada pelo Tesouro Nacional.

O sócio-fundador da Eytse Es-

Rolagem de empréstimo externo

Taxa de rolagem nos últimos seis anos*, em %



Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor. *Acumulado de janeiro a setembro

tratégia, Sérgio Goldenstein, concorda que o custo menor, devido ao fechamento (queda) dos spreads de crédito, fez com que as emissões internas aumentassem mais que as externas. “Realmente, se não fosse esse spread menor, as emissões lá fora seriam mais volumosas porque o custo do financiamento no exterior também está caindo, seja pela queda dos juros americanos, seja pela maior demanda dos investidores estrangeiros”, afirma.

Goldenstein, no entanto, pondera que não se pode atribuir a menor liquidez no mercado local de câmbio única e exclusivamente à maior quantidade de emissões no mercado doméstico. “A conta financeira, onde seriam contabilizados os dólares que entram no país pelas emissões externas, está bastante negativa no ano, mas semelhante ao que vimos no ano passado, enquanto a conta comercial piorou mais, com as exportações trazendo menos dólares para o Brasil por conta da queda dos preços das commodities e também pela importação mais elevada.”

Para ele, o problema da oferta de dólares neste ano vem principalmente da fraqueza da conta comercial. “Até porque, no caso das emissões, os dados da Anbima mostram que as empresas brasileiras estão se financiando mais no exterior neste ano do que nos últimos dois anos”, diz.

Os dados mais recentes da Anbima mostram que, neste ano até setembro, as emissões externas por empresas brasileiras [não incluídas as instituições financeiras] somaram US\$ 17,14 bilhões, en-

quanto nos 12 meses de 2024 o total emitido no exterior foi de US\$ 11,8 bilhões e, em 2023, de US\$ 10,4 bilhões. “Mas esses números poderiam ser ainda maiores, caso não fosse essa distorção causada pela emissão das debêntures incentivadas”, afirma.

Ainda que a menor importação de dólares por meio das emissões externas seja apenas algo residual e que não tenha impacto no fluxo de forma relevante, há outra leitura que aponta como as debêntures incentivadas provocam distorções no mercado cambial. O chefe da mesa de trading de crédito do Itaú BBA, Filipe Salgado, observa que exportadoras que antes faziam seu financiamento majoritariamente no exterior passaram a fazer parte disso no mercado doméstico, e isso tem afetado o cupom cambial.

“Grandes exportadoras perceberam que poderiam se financiar melhor no mercado local e passaram a fazer isso. Mas essas companhias, quando emitem aqui, em reais, precisam fazer swap ou hedge cambial porque seus balanços são em dólar. Ao fazerem

“Está mais caro emitir lá fora, então não faz sentido quem tem acesso ao mercado local captar no exterior”
Ricardo Gallo



Goldenstein, da Eytse Estratégia: “Emissões poderiam ser maiores, se não fosse a distorção criada pelas debêntures”

essa proteção, elas tomam cupom cambial [montam posições orientadas pela alta do cupom cambial]”, diz. “Por conta dessa maior ‘tomada de cupom’ devido a esses novos fluxos de emissões de exportadoras aqui dentro, o spread do cupom cambial ficou maior, crescendo entre 0,50 e 0,60 ponto percentual, o que é algo bastante relevante.”

O spread do cupom é a diferença entre o cupom cambial e a taxa de juros americana de igual maturação. No Brasil, o spread maior tem incomodado o BC, já que essa diferença reduz o tamanho do diferencial de juros e, assim, minimiza a potência da política monetária e o efeito sobre a moeda brasileira nas estratégias de “carry-trade” (em que se capta dinheiro a taxas mais baixas em outros países e se aplica no mercado local).

A forma para contornar a distorção, seja da liquidez mais baixa seja do cupom cambial mais alto, foi encontrada na linha de empréstimo de dólar pelo BC com compromisso de recompra. Em boa parte de 2025, a autoridade monetária rolou US\$ 17 bilhões em linha como forma de manter o mercado líquido e evi-

tar que o spread do cupom cambial ficasse muito elevado.

“Mas o uso dessa ferramenta também tem limite”, diz Gallo, da Ethica. “Não pode acumular um saldo muito grande [de linha]; isso é algo artificial. A conclusão a que se chega é de que faltam mecanismos de curto prazo no Brasil hoje para que possa se trazer dinheiro de fora para cá que possam dar liquidez ao mercado”, diz. De julho em diante, a autoridade monetária vem reduzindo o tamanho do estoque de linha de forma gradual, buscando se preparar para a escassez sazonal de dólares no fim do ano, como reportou o **Valor**.

Desde então, o BC vem adotando outras medidas para conter esse spread do cupom e manter o mercado líquido. Mais recentemente, a autoridade monetária anunciou a operação conjugada de venda de dólares no mercado à vista com a compra de dólares via swap reverso no mercado futuro, conhecida como “casadão”. Esse instrumento funciona de forma semelhante à linha de dólar, uma vez irriga o mercado à vista com dólares e, por consequência, reduz a pressão do cupom cambial. A diferença entre a

linha e o “casadão” é que este último instrumento queima parte das reservas internacionais.

Gallo diz que o Brasil hoje tem espaço para utilizar parte de suas reservas para dar liquidez ao mercado, mas também reconhece que, se houver um problema estrutural de falta de dólares no mercado, é preciso pensar em outros caminhos para contornar a questão. Uma alternativa desenhada por ele seria a de emissões do Tesouro no exterior. “A dívida externa do Brasil hoje é minúscula e, dado o nosso nível de juro atual [no Brasil], o Tesouro deveria estar atuando no sentido de fazer um pouco de caixa em dólar, até porque o juro no exterior está mais baixo.”

“Exportadoras que realizam captação local e depois fazem ‘hedge’ em dólar pressionam o cupom cambial”
Filipe Salgado

Posição vendida dos bancos pode ser recorde

De São Paulo

A posição vendida dos bancos no mercado à vista de câmbio, indicador sobre o quanto as instituições financeiras estão buscando liquidez em dólar no exterior, está nos níveis mais elevados para esse período do ano e pode bater a máxima histórica, caso o Banco Central não faça intervenções cambiais no fim do ano — quando habitualmente há redução adicional na liquidez devido ao envio de remessas de lucros e dividendos de multinacionais es-

trangeiras para o exterior.

Diante da menor oferta de dólares no mercado local, os bancos podem optar por captar recursos de curto prazo no exterior. Quanto mais as instituições financeiras captam dólares no exterior, maior é a posição vendida no mercado à vista. Dados do próprio Banco Central mostram que, em 22 de outubro, a posição vendida dos bancos estava em US\$ 29,5 bilhões. O nível mais alto desta posição, na série histórica iniciada em 1994, foi de US\$ 38,9 bilhões, no fim de fevereiro de 2020.

Essa posição tem uma relação direta com o saldo do fluxo cambial: quanto mais dólares saem do Brasil, mais é preciso que os bancos se financiem no exterior e maior é a posição vendida dessas instituições. Caso a saída líquida de dólares do país nos últimos dois meses de 2025 fique em linha com a mediana do fluxo negativo do acumulado de novembro e dezembro dos últimos dez anos, é esperado que saiam algo em torno de US\$ 12 bilhões nos próximos dois meses. Isso poderia levar a posição dos bancos pa-

ra algo superior a US\$ 40 bilhões.

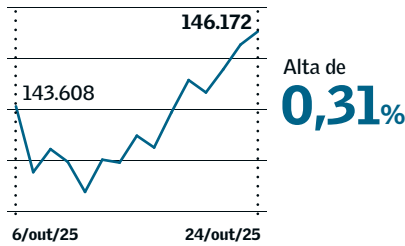
“Mas os bancos não conseguem fazer isso ilimitadamente porque essas captações são feitas no exterior, e os mecanismos de entrada são tributados, é algo complexo”, diz Ricardo Gallo, sócio da Ethica Services. Em decorrência disso, é provável que o BC volte, no mínimo, a ofertar linha no fim do ano, afirma o sócio-fundador da Eytse Estratégia, Sérgio Goldenstein. “Mesmo que seja uma saída menor do que a vista no fim de 2024, vai ser uma saída relevante, como é comum no período”, diz.

No mercado também há a desconfiança de que o BC adote com mais recorrência a ferramenta “casadão”, a operação conjugada de venda de dólares no mercado à vista com a compra de dólares via swap reverso no mercado futuro. Isso traria liquidez ao mercado e ainda reduziria o estoque de swap cambial que, em sua rolagem diária, pressiona o cupom cambial, a taxa de juros em dólar no Brasil. Na última quinta-feira, a autoridade monetária anunciou “casadão” a ser realizado nesta segunda-feira. (AC)

Finanças

Ibovespa

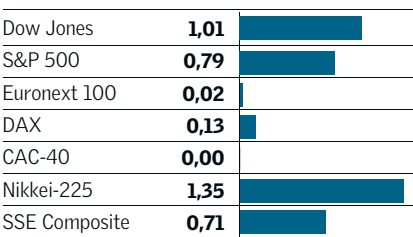
Em pontos



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

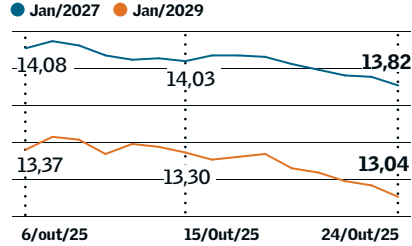
Bolsas internacionais

Variações no dia 24/out/25 - em %



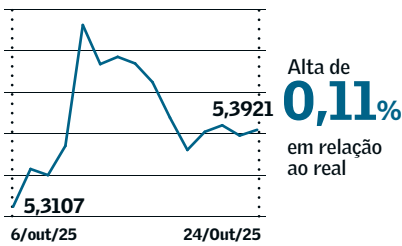
Juros

DI-Over futuro - em % ao ano



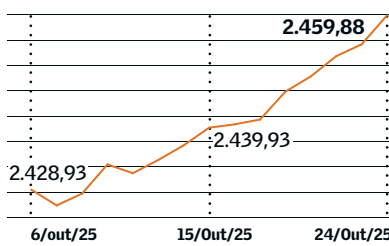
Dólar comercial

Cotação de venda - em R\$/US\$



Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99



Mercado Para gestores, dinheiro novo em fundos de debêntures incentivadas tende a limitar correção Spread negativo frente a NTN-B deve persistir

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

Após a discussão sobre a tributação de instrumentos financeiros no Congresso, por meio da MP 1.303, ter levado a uma compressão forte nos spreads das debêntures incentivadas, uma correção ganhou corpo nos últimos dias. Com a derrubada da MP, as taxas dos papéis isentos se ajustaram em leve alta, ao mesmo tempo em que as NTN-Bs, títulos indexados à inflação, voltaram a ser mais demandadas. O movimento, contudo, deve ser limitado. Profissionais ouvidos pelo **Valor** argumentam que a enorme captação dos fundos, ocorrida em meio à tramitação da MP, obrigará gestores a alocarem esse dinheiro novo para fins de enquadramento tributário. Assim, caso não haja uma onda de resgates nessa classe de fundos, o excesso de dinheiro deverá manter as taxas ainda comprimidas.

O movimento é capturado pelo índice Ixex Infra, da JGP, que mede o spread médio das debêntures de infraestrutura mais líquidas em relação às NTN-Bs. Após ter sido negociado perto da faixa de 0,4 ponto percentual positivo ao longo do ano, no auge da discussão sobre a MP, no início do mês, a diferença dos papéis privados em relação aos títulos públicos ficou negativa em 0,53 ponto percentual. Isso significa que os títulos privados vinham sendo negociados a taxas menores que as NTN-Bs, em um contexto de forte demanda por ativos isentos num momento de volume de emissões reduzido e em concorrência com os títulos públicos.

Nos últimos dez dias, à medida que ficou mais claro que a MP não seria aprovada, houve uma reversão parcial do movimento, o que levou o índice para 0,13 ponto percentual, ainda no campo negativo.

Apesar do movimento de correção nos spreads, profissionais consultados pelo **Valor** consideram improvável que a abertura das taxas se estenda por muito tempo. A percepção é que as taxas das debêntures incentivadas devem continuar a operar abaixo das NTN-Bs. Isso porque, durante as negociações da MP no Congresso, investidores correram para alocar recursos em um instrumento que man-

teria um benefício tributário em relação a outros produtos de renda fixa, como os títulos públicos.

Os fundos de debêntures de infraestrutura, nesse contexto, acabaram captando muito dinheiro. “Em setembro e outubro, fundos da casa que tinham uma captação média de R\$ 5 milhões por dia passaram a captar R\$ 50 milhões por dia. Foi uma loucura”, aponta um gestor em condição de anonimato.

Para fins de enquadramento regulatório e tributário, os fundos precisam, após seis meses de cotas, manter 67% do patrimônio líquido médio dos últimos 180 dias em debêntures incentivadas, porcentual que precisa alcançar 85% para fundos com mais de dois anos de cotas. Como o mercado de emissões primárias não acompanhou o aumento da demanda por papéis na mesma proporção, houve um grande descompasso entre oferta e demanda.

Nos cálculos de Eduardo Cohn, sócio da Heritage Capital Partners, assumindo que não haja novas captações adiante, a indústria deve precisar comprar um volume que pode chegar perto de R\$ 8 bilhões por mês em papéis incentivados.

“Existem dois jeitos. Pode ser no mercado primário ou secundário. O mercado primário está mais devagar, com menos emissões, já que muitas companhias já fizeram sua gestão de ativos e passivos. Então sobra o secundário. Apesar dos spreads baixos, existe suporte técnico para que eles se mantenham nesses níveis”, aponta.

“Essa bolha vai estourar? Nas debêntures incentivadas, não”, afirma Cohn. Ele nota que o efeito do benefício fiscal ainda é relevante em comparação a outros ativos não isentos e faz mais diferença ainda em um contexto de juro muito elevado, com a Selic em 15%.

O gestor de crédito da Novus Capital, Victor Ary, avalia que, caso o movimento de reversão nos spreads das debêntures incentivadas fosse levar em conta apenas a caducidade da MP, eles poderiam retornar ao nível visto até junho. “Aparentemente, já andamos metade desse movimento, mas teve um volume expressivo de captação, que faz com que os fundos não só tenham que comprar no ‘D+0’ [na mesma data], mas cria um colchão que obriga eles a con-



Leticia Mendjoud, da Oriz Partners: correção nos spreads irá continuar no curto prazo, mas eles devem fechar depois

tinuarem comprando ao longo dos próximos meses. Talvez tenhamos chegado a um novo patamar de equilíbrio, que é algo entre 0,1 ponto negativo e zero”, afirma.

Ao observar o comportamento dos spreads dos títulos incentivados em relação às NTN-Bs nos últimos dias, a gestora de crédito privada Leticia Mendjoud, da Oriz Partners, dá ênfase à correção que já tem ocorrido no mercado, com abertura relevante especialmente nos ativos “triple A” (de menor risco). “É uma correção natural, mas

entendemos que não é um movimento tão sustentado”, diz.

Entre as justificativas para a avaliação de que a correção dos spreads deve ser limitada, Mendjoud concorda que o volume captado pelos fundos deve ajudar a manter as taxas comprimidas. “Além disso, quando comparamos ativos isentos e não isentos de uma mesma empresa ‘high grade’ [com boa classificação de risco], os isentos ainda têm uma gordura de spread quando se calcula o efeito do ‘gross-up’ [fazendo a equivalência com um título tributado].”

Como exemplo, ela cita os papéis da Sabesp de “duration” semelhante. Enquanto o título incentivado tem operado com spread de -0,64% em relação à NTN-B, o papel não incentivado paga uma taxa de 0,70% além do DI. Ao se verificar a taxa final com o “gross-up”, o título incentivado paga 14,86%, enquanto o não incentivado tem uma taxa de 14,14%, nas contas da Oriz.

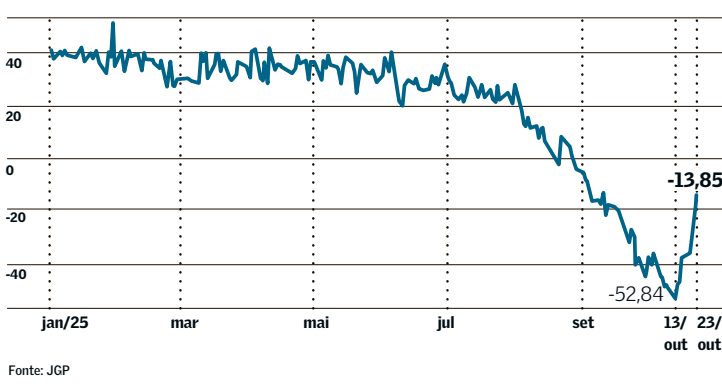
“É por isso que acreditamos que essa correção nos spreads irá

continuar e talvez respingue um pouco em novembro, mas, depois, o fechamento dos spreads tende a voltar”, diz a gestora.

“Claro, tudo depende da evolução da demanda e da oferta. Do ponto de vista da lógica de mercado, as emissões de papéis de infraestrutura vão continuar acontecendo, mas a urgência de ser ainda na janela de 2025 não existe mais. Contudo, como os spreads estão

Correção nos spreads

Spread do Ixex-Infra em relação à NTN-B (em pontos-base)



Mercado está um pouco mais tranquilo em relação à independência do Fed

De São Paulo

O mercado tem respirado um pouco mais aliviado em relação às preocupações com a independência do Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos). O tema ainda está presente nas discussões sobre o futuro da política monetária americana, mas a cautela que reinava no mercado após as diversas investidas da Casa Branca contra o banco central arrefeceu, ainda que de forma temporária.

Alguns motivos explicam essa melhora no curto prazo. O primeiro tem a ver com o julgamento na Suprema Corte sobre se a diretora do Fed Lisa Cook tem ou não uma “causa” para ser demitida. E isso ocorrerá somente em janeiro.

“É algo que mexe com o Fed, não só pela vaga da Lisa Cook, mas, eventualmente, outros membros do ‘board’ ou até mesmo dirigentes regionais poderiam acabar na mesma situação. É um julgamento muito importante, mas que ocorrerá somente no ano que vem”, diz a diretora de macroeconomia para Brasil da UBS Global Wealth Mana-

gement, Solange Srour, em relação às discussões sobre esse assunto em Washington nos últimos dias.

Mas, de forma ainda mais relevante, o mercado se atentou a uma leve oscilação em discursos do diretor Christopher Waller. Havia uma sensação em parte dos agentes de que ele, por estar entre os mais cotados nas bolsas de apostas para assumir o comando do Fed, estaria inclinado a defender corte nos juros em qualquer cenário.

Ainda que advogue por novas reduções, Waller modulou seu discurso mais recentemente, ao se mostrar atento, também, aos si-

nais de maior dinamismo da atividade econômica, ainda que o mercado de trabalho permaneça mais fraco. Na semana das reuniões do FMI, o dirigente deu ênfase aos números conflitantes entre atividade resiliente e fraqueza do emprego e disse que isso poderia alterar a percepção dos membros do Fed sobre se a política monetária está restritiva ou não.

“Waller parece ser muito transparente em relação ao cenário dele e é bastante reativo, mais do que os outros dirigentes, em relação a sinais mais antecipativos. Caso o nome dele seja escolhido, parece ser algo bem ‘market friendly’”, avalia Frederico Catalan, membro da gestão de renda fixa do Opportunity.

“O que mais preocupa é a tentativa de demissão da Lisa Cook, mas, para nós, os argumentos não parecem ser sólidos o suficiente. O cenário-base é que a demissão não ocorrerá, o que não deixaria de ser uma prova da força das instituições americanas”, diz.

Para Srour, “o mercado tem precificado que não vai haver ruptura” no comando do Fed. **(VR e GR)**

Salto curto do VIX desafia investidor de opções e expõe fragilidades

Bloomberg

O mercado de ações não é particularmente volátil. Ainda assim, é frágil. Um pico e uma rápida reversão nos indicadores de volatilidade, com movimentos relativamente benignos do índice S&P 500 nas últimas duas semanas, reacenderam tal discussão com longos períodos de calma interrompidos por oscilações repentinas e exageradas.

O exemplo mais recente foi em 16 de outubro, quando o índice de Volatilidade da CBOE atingiu a máxima em seis meses, com o S&P 500 caindo só 0,6% com receio de perdas em crédito de bancos regionais. O movimento do VIX em relação ao do índice de referência foi mais extremo do que durante o pico de agosto de 2024, o episódio Volmageddon em fevereiro de 2018 e as consequências da falência do Lehman Brothers em 2008, segundo estrategistas do UBS.

Em 17 de outubro, o VIX havia retornado ao nível de dias anteriores, antes que o presidente dos EUA, Donald Trump, começasse a fazer

ameaças de tarifas mais altas à China. Estrategistas do UBS destacaram que os formadores de preços do segmento de opções do S&P 500 em 16 de outubro tornaram-se mais voláteis à medida que o mercado caía, o que poderia ter levado à disparada do VIX. Os operadores provavelmente estavam vendidos (apostando na queda) via opções de compra (“calls”) do VIX e o hedge delas contribuiu para o pico.

Para os estrategistas do Bank of America, o salto pareceu um movimento tecnicamente orientado. Os produtos negociados em bolsa do VIX provavelmente não contribuíram tanto porque os investidores sacaram seus ganhos e os especuladores cobriram as posições vendidas.

Em um aumento de 10 pontos nos futuros do VIX para o mês seguinte, apenas 17% dos comprados em títulos de volatilidade precisariam vendê-los para compensar o rebalanceamento, observaram. O padrão de calma interrompido por picos ressalta um movimento de empurra-empurra no mercado, exacerbado pelo crescimento massivo de Exchange-Traded-Products (

ETPs), fundos listados que têm uma série de ativos empacotados.

De um lado, estão os fundos que vendem opções para subscrever ações e capturar prêmios, ajudando a manter a volatilidade sob controle. Do outro, os fundos em bolsa avançados que negociam swaps para entregar os retornos prometidos no S&P 500 e no índice Nasdaq 100. O pico do VIX e o estresse de liquidez mais amplo podem ser associados a produtos alavancados, disse Garrett DeSimone, da OptionMetrics,

O ETFs de ações alavancadas tornaram-se um tema de discussão, especialmente quando se trata de papéis como Nvidia e Tesla, algumas das favoritas do investidor de varejo. Há impactos do rebalanceamento diário dos fundos, que costuma ocorrer próximo ao fechamento, em ambientes de alta volatilidade e quando a liquidez diminui. O mercado global de ETFs avançados ronda os US\$ 160 bilhões em valor nominal, com as 10 principais ações representando cerca de 65%, de acordo com Antoine Porcheret, chefe de estruturação institucional para Reino Unido, Europa, Oriente Médio e África do Citigroup.

HÁ 40 ANOS
TRANSFORMANDO
SONHOS EM FUTUROS.



Parceria



unesco

40

criança esperança



DOE

Pix: esperanca@unesco.org

Saiba mais



Finanças

Bancos Grupos de Wall Street constestam na Justiça principal ferramenta para definir níveis de capital e se queixam de falta de transparência

Fed deve reformular testes de estresse bancário, após ação

**Martin Arnold, Claire Jones e
Joshua Franklin**

Financial Times, de Londres,
Washington e Nova York

O Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) anunciou planos para uma grande reformulação de seus testes anuais de estresse bancário, como resposta a uma contestação judicial de grupos de Wall Street contra a principal ferramenta do regulador para definir seus níveis de capital.

As mudanças anunciadas pelo Fed na sexta-feira incluem propostas para divulgar e buscar feedback sobre os cenários e modelos que usa para testar a resiliência dos bancos e tornarão o exercício muito menos oneroso para os maiores bancos dos EUA.

Segundo o Fed, não se espera que as mudanças em seus modelos e cenários de teste de estresse “alterem de maneira substancial os requisitos de capital para as empresas”. Ele estimou que a redução de seu valor seria “insignificante”.

O Fed acrescentou que a reforma busca melhorar a transparência e a prestação de contas públicas do teste de estresse regulatório e ao mesmo tempo garantir que continuem a ser uma ferramenta eficaz para compreender e avaliar riscos, conservando a

sensibilidade e a captura adequadas nos requisitos de capital.

Os dois principais grupos de lobby do setor de grandes bancos – o Financial Services Forum e o Bank Policy Institute – apoiaram o anúncio do Fed em declarações divulgadas na sexta-feira.

Mas houve divergências sobre as mudanças no conselho do Fed. O diretor Michael Barr afirmou que não poderia apoiar as propostas porque elas “tornariam o teste de estresse mais fraco e menos confiável”, o que levaria a “projeções excessivamente otimistas” e deixaria o processo aberto a “manipulações por parte dos bancos”.

Sua sucessora como vice-presidente de supervisão do Fed, Michelle Bowman, classificou as propostas de "excelentes". Ela acrescentou estar decepcionada com o

"Proposta torna teste mais fraco e menos confiável; e leva a projeções excessivamente otimistas"

Michael Barr

fato de que problemas de longa data com a estrutura dos testes não tinham sido resolvidos proativamente, mas só depois de uma ação judicial se tornar inevitável”.

A medida foi divulgada em um momento em que os reguladores dos EUA, sob pressão do governo do presidente Donald Trump, planejam revisar muitas de suas regras importantes para os bancos, de forma a simplificar a regulamentação para sustentar o crescimento e o investimento.

Desde que o Fed começou a submeter os maiores bancos americanos a testes de estresse, na sequência da crise financeira de 2008, o processo abrangente de análise e revisão de capital tornou-se um mecanismo crucial para controlar os requisitos de capital no setor.

Mas executivos de Wall Street reclamam há muito tempo da falta de transparência do Fed a respeito dos modelos que usa no processo e da grande volatilidade nos resultados a cada ano, o que obriga os bancos ocasionalmente a reduzirem seus pagamentos de dividendos.

O Fed anunciou que reduziria a quantidade de documentos e dados comprobatórios que os bancos precisam divulgar como parte do processo, que giram em torno de 10 mil páginas por instituição.



Michelle Bowman, da área de supervisão do Fed, lamenta que revisão ocorra só após ação judicial torná-la inevitável

No teste de 2026, os bancos terão de avaliar como seria seu desempenho em um cenário em que o desemprego nos EUA subisse para 10%, os preços nominais dos imóveis residenciais baixassem em quase um terço e os dos imóveis comerciais tivessem uma queda de 40%.

“Os testes de estresse têm sido o principal impulsionador dos requisitos de capital para os maiores bancos dos EUA”, disse Douglas Elliott, sócio da consultoria Oliver Wyman. “É provável que, na prática, as mudanças relaxarão essas obrigações em certa medida.”

O Fed estimou que as mudanças em seus modelos e cenários reduziram os requisitos de capital agregado para os maiores bancos dos EUA em um “insignificante” 0,25 ponto porcentual, em média, em comparação com os últimos dois anos.

Pelas propostas anunciadas, o Fed divulgará os detalhes dos testes no início do processo com informações mais completas sobre a metodologia. No início deste ano, o banco central propôs usar o cálculo da média dos resultados dos testes de estresse dos últimos dois anos para reduzir sua volatilidade.

"Resultados têm sido o principal impulsionador de requisitos de capital para os maiores bancos dos EUA"
Douglas Elliott

Os reguladores exigem que os bancos mantenham um montante mínimo de capital para absorver perdas em uma crise, mas as instituições preferem requisitos mais baixos para aumentar sua lucratividade quando medida em relação ao total de capital próprio.

No fim do ano passado, vários grupos bancários e empresariais entraram com uma ação judicial contra o Fed em um tribunal federal em Ohio. Eles argumentavam que os testes de estresse eram ilegais porque careciam de transparência. Isso levou o banco central a assumir o compromisso de reformular o processo.

Entre os autores da ação estavam o Bank Policy Institute, a American Bankers Association, a Câmara de Comércio dos EUA, a Ohio Bankers League e a Câmara de Comércio de Ohio.

TechTudo Ofertas

**Receba as MELHORES
ofertas da internet
no seu WhatsApp!**



No canal de ofertas do **Qual Comprar** você recebe as promoções antes que elas acabem e cupons de descontos exclusivos.



Entre na comunidade de ofertas sem pagar nada por isso.

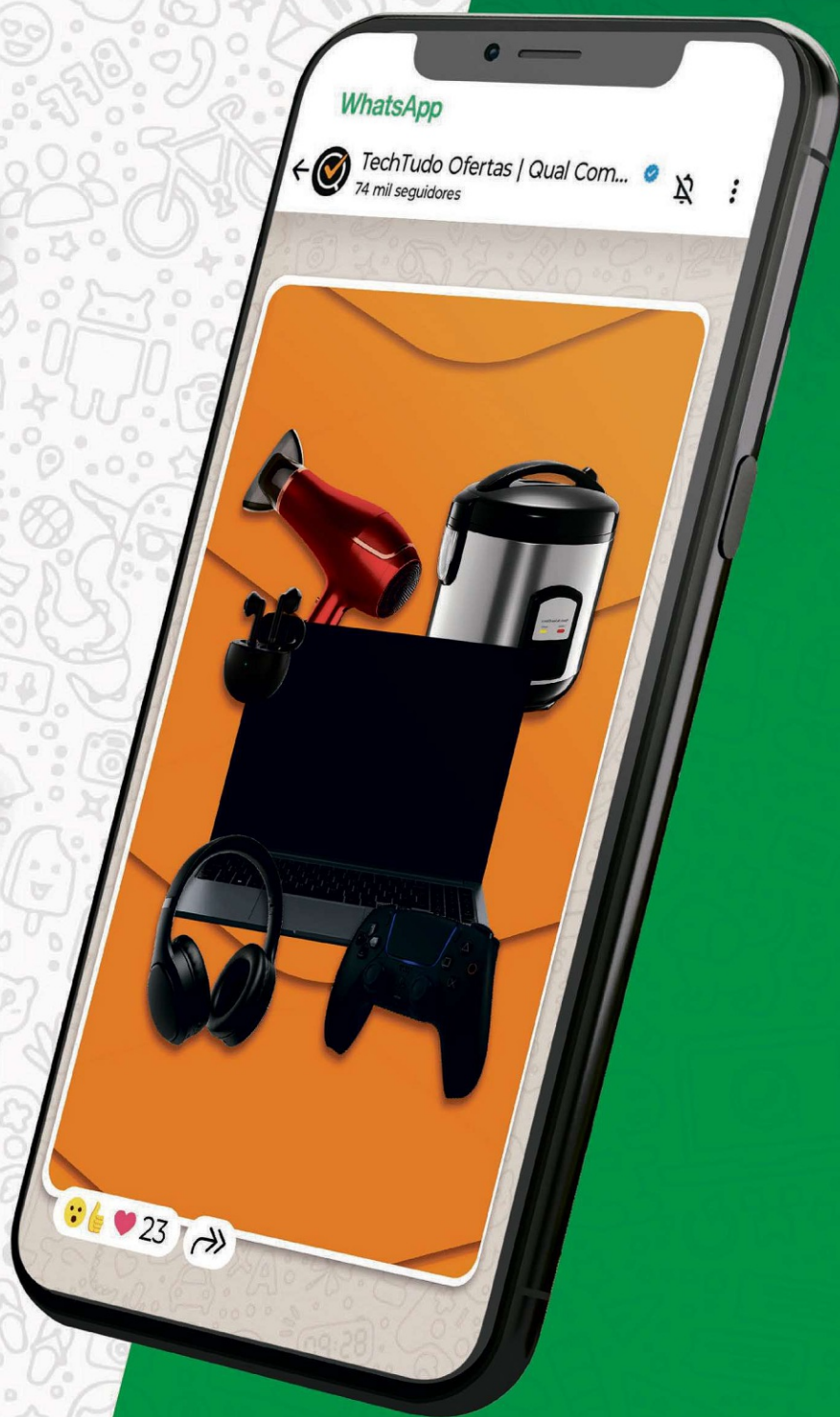


Aponte a **câmera** do celular e entre no grupo.



QUAL COMPRAR?

tech**tudo**



NO MUNDO DOS NEGÓCIOS, CADA BALANÇO CONTA UMA HISTÓRIA.

Descubra o poder do **VALOR EMPRESAS 360**: todos os insights em um só lugar.

Nessa temporada de balanços, não desvendamos apenas as demonstrações financeiras, mas também exploramos a essência das instituições com uma visão ampla das empresas brasileiras, consolidando conteúdos do **Valor Econômico**, **Pipeline**, **Valor Investe** e **Valor PRO**.

Vá além dos números. Acesse análises estratégicas, cotações, notícias e tenha em mãos a chave para o entendimento profundo do universo empresarial.

DESVENDE O MUNDO DOS NEGÓCIOS E CONFIRA:

Indicadores de Mercado

Valor de Mercado	R\$ 153,75 B
Preço/Lucro	26,71
Lucro por Ação	R\$ 1,40
Preço/Valor patrimonial	8,61
Retorno com dividendos	0,96%

Empresas do setor

INDICADORES DE MERCADO E CONCORRENTES:
Explore indicadores-chave, compare com concorrentes e fique à frente nos negócios.

SUA EMPRESA

R\$ 36,63 ▲ 6,89%

1 dia 5 dias 1 mês 3 meses 6 meses 1 ano

Atualizado em 21/10/2024 às 18:07

Preço: R\$ 35,86
Alto: R\$ 35,51
Baixo: R\$ 36,63

Volume: 54.824
Valor: R\$ 837,56 M
Variação (0m, 12 meses): -6,14%

Variação (0m, 12 meses): -0,76%

Preço-alvo: R\$ 41,45
Potencial: ▲ 13,2%

Consenso de analistas | SUA EMPRESA

Recomendação: 6 Compra 6 Neutro 6 Venda 6 Em revisão

12 pessoas

Fonte: Valor PRO

VALOR DAS AÇÕES E RECOMENDAÇÕES:
Histórico de valores, consenso de analistas para preço alvo e recomendações de compra ou venda.

Ganhos x perdas da empresa

Visualizar demonstração | Mostrar gráfico

ANUAL TRIMESTRAL EM REAIS % DA RECEITA

	2021	2022	Var.	2023	Var.
Receita líq. de vendas e serviços (+/-)	23.563,3	29.904,7	27%	32.503,6	9%
Custos (-)	-16.602,4	-21.209,2	-28%	-21.702,7	-2%
Despesas operacionais e outros resultados (-)	-2.802,6	-3.643,9	-30%	-4.338,9	-19%
Receitas com participações (+/-)	0,0	0,0	-	0,1	-
Lucro operacional ou EBIT (+/-)	4.158,3	5.051,6	21%	6.462,1	28%
Recargas e despesas com juros (+/-)	171,7	64,1	-63%	128,7	101%
Tributos (-)	-672,6	-842,8	-20%	-723,2	14%
Lucro líquido dos acionistas (+/-)	3.657,5	4.272,9	17%	5.867,6	37%

*Valores em milhões - Consolidado - RPS - Fonte: CVM X-1

BALANÇO DETALHADO E FATOS RELEVANTES:
Veja os balanços mais recentes e informações cruciais para sua análise de mercado.



Enriqueça sua experiência e destaque-se.
VALOR EMPRESAS 360
Para quem investe sabendo
valor.globo.com/empresas360

IMA - Índices de Mercado Anbima

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
RF-M	1**	18.633,8657830	0,06	1,03	11,96
RF-M	1***	23.047,6573510	0,31	1,26	17,70
RF-M	Total	21.149,3117620	0,23	1,19	15,72
IMA-B	5****	10.404,3680630	0,19	0,80	9,18
IMA-B	5****	11.838,1547420	0,60	1,37	11,64
IMA-B	Total	10.694,2802370	0,42	1,12	10,64
IMA-S	Total	7.929,5755360	0,06	1,01	11,86
IMA- Geral	Total	9.369,4498950	0,18	1,06	12,14

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

	Há 1 semana	No fim de setembro	Há 1 mês	Há 12 meses
Linhas - pessoa jurídica	10/10	09/10		
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	40,35	41,71	39,15	38,55
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	29,27	29,08	26,40	26,64
Conta garantida pré - a.a.	42,09	46,77	41,83	45,24
Desconto de duplicata pré - a.a.	26,77	26,62	24,13	24,19
Vendor pré - a.a.	19,91	18,41	20,01	19,89
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	22,26	22,96	23,17	23,33
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,10	19,68	18,83	18,92
Conta garantida pós - a.a.	30,26	29,64	28,82	29,57
AO pós - a.a.	6,61	7,49	7,36	7,15
Factoring - a.m.	3,19	3,17	3,12	3,11

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

	24/10/25	23/10/25	Há 1 semana	No fim de setembro	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	4.2400	4.1800	4.2400	4.1300	4.8300
Média em 1 mês	-	4.1828	4.1808	4.3076	4.3480	4.8568
Média em 3 meses	-	4.3331	4.3199	4.3492	4.3665	5.1778
Média em 6 meses	-	4.3501	4.3540	4.3700	4.3772	5.3037
ESTR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	1.9290	1.9280	1.9160	1.9280	3.1660
Média em 1 mês	-	1.9271	1.9267	1.9260	1.9259	3.4102
Média em 3 meses	-	1.9292	1.9289	1.9283	1.9284	3.5787
Média em 6 meses	-	1.9996	2.0158	2.0680	2.0801	3.7118
Média em 1 ano	-	2.4377	2.4628	2.5338	2.5589	3.8545
Euribor ***						
1 mês	-	1.8370	1.919	1.929	1.889	3.102
3 meses	-	2.065	2.100	2.032	1.993	3.012
6 meses	-	2.099	2.113	2.086	2.103	2.920
1 ano	-	2.156	2.264	2.193	2.171	2.674
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	7,25	7,25	7,25	7,25	7,25	8,50
Federal Funds	4,25	4,25	4,25	4,25	4,25	5,00
Taxa de Desconto	4,25	4,25	4,25	4,25	4,25	5,00
T-Bill (1 mês)	4,01	4,01	4,05	4,11	4,08	4,73
T-Bill (3 meses)	3,86	3,88	3,92	3,94	3,96	4,61
T-Bill (6 meses)	3,77	3,86	3,86	3,86	3,86	4,49
T-Note (2 anos)	3,49	3,46	3,46	3,61	3,60	4,98
T-Note (5 anos)	3,61	3,61	3,59	3,74	3,71	4,03
T-Note (10 anos)	4,01	4,00	4,01	4,15	4,15	4,21
T-Bond (30 anos)	4,60	4,57	4,61	4,73	4,75	4,47

Fontes: ECB, EMW, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidas por títulos do Tesouro Eua. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. *** Taxa da BSA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

	out/25*	set/25	Mês ago/25	jul/25	jun/25	mai/25	Ano* 12 meses**
Renda Fixa							
Selic	1,00	1,22	1,16	1,28	1,10	1,14	11,46
CDI	1,00	1,22	1,16	1,28	1,10	1,14	11,46
CDI (1)	1,01	1,01	1,01	1,01	1,00	0,96	10,02
Poupança (2)	0,68	0,68	0,67	0,68	0,67	0,67	6,83
Poupança (3)	0,68	0,68	0,67	0,68	0,67	0,67	6,83
RF-M	1,19	1,26	1,66	0,29	1,78	1,00	10,72
IMA-B	1,12	0,54	0,84	-0,79	1,30	1,70	10,64
IMA-S	1,01	1,24	1,17	1,30	1,11	1,16	11,86
Renda Variável							
Ibovespa	-0,04	3,40	6,28	-4,17	1,33	1,45	21,52
Índice Small Cap	-1,50	1,58	5,96	-6,36	1,04	5,94	25,17
IBRX 50	-0,13	3,44	6,15	-3,93	1,46	1,26	19,84
ISE	-1,50	2,10	7,41	-7,19	1,82	3,84	25,85
IMOB	-3,55	6,63	13,52	-6,07	4,16	7,18	60,54
IDIV	-0,79	2,82	5,36	-2,87	1,76	1,31	18,58
IFIX	-0,30	3,25	1,16	-1,36	0,63	1,44	14,84
Dólar Plax (BC)	1,15	-1,99	-3,14	2,66	-4,41	0,85	-13,12
Dólar Comercial (mercado)	1,31	-1,83	-3,19	3,08	-4,98	0,72	-12,74
Euro (BC) (4)	-1,66	0,21	0,66	-0,84	0,91	-2,83	7,78
Euro Comercial (mercado) (4)	0,39	-1,50	-0,75	-0,15	-1,43	0,99	-2,37
Ouro (BC)	8,74	9,28	1,26	2,83	-4,41	0,27	37,47
Inflação							
IPCA	-	0,48	-0,11	0,26	0,24	0,26	3,64
IGP-M	-	0,42	0,36	-0,77	-1,67	-0,49	-0,94

Fontes: Anbima, Bacon, BS, Focus, FBG, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Retendimento até o dia 24/10/25. ** Até set/25. (1) retendimento líquido do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 63/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

	Patrimônio líquido	Rentabilidade nominal - %	Estimativa da captação líquida - R\$ milhões
Categorias	R\$ milhões (1)	no dia no mês em 12 meses	no dia no mês no ano em 12 meses
Renda Fixa	4.328.790,90	11.303,54	15.887,12
RF Indexados (2)	125.483,77	0,04	0,46
RF Duração Baixa Soberano (2)	789.467,59	0,05	0,77
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	991.528,33	0,06	0,82
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	258.981,69	0,06	0,05
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	187.972,96	0,04	0,46
RF Duração Livre Soberano (2)	260.657,42	0,05	0,69
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	755.298,70	0,06	0,71
RF Duração Livre Ordínio Livre (2)	649.666,28	-0,01	0,65
Ações	627.329,04	-	-1,81
Ações Indexados (2)	10.144,74	-0,28	-1,55
Ações Índex Ativa (2)	19.113,90	-0,31	-1,89
Ações Livre	221.025,84	-0,23	-1,59
Fechados de Ações	94.805,04	-0,40	0,85
Multimercados	1.588.880,79	-	-2,94
Multimercados Mixto	102.350,94	-0,10	0,55
Multimercados Juro e Moedas	39.444,57	0,05	0,77
Multimercados Invest. no Exterior (2)	745.990,91	0,03	0,48
Carbônio	7.156,62	0,28	1,47
Previdência	1.667.767,26	-	-7,72
ETF	62.713,62	-	-512,82
Demais Tipos	2.348.805,40	-	-1.417,84
Total Fundos de Investimentos	8.282.548,22		13.694,74
Total Fundos Estruturados (3)	2.114.141,18		101,82
Total Fundos Off Shore (4)	49.557,37		-1.929,20
Total Geral	10.506.247,37		13.796,56

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades de zero a 12 meses foram estimadas com base na amostra anual de fundos. (3) FIDC, FI, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos inconvertíveis e Off Shore referentes ao mês de agosto de 2025 * Rentabilidade sem período completo. Dica: Fundos de Investimentos regulados pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. Para cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

	24/10/25	23/10/25	Há 1 semana	No fim de setembro	Há 1 mês	Há 12 meses
Taxas referenciais						
Selic - meta ao ano	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	10,75
Selic - taxa over ao ano	14,90	14,90	14,90	14,90	14,90	10,65
Selic - taxa over ao mês	1,6539	1,6539	1,6539	1,6539	1,6539	1,2050
Selic - taxa efetiva ao ano	14,90	14,90	14,90	14,90	14,90	10,65
Selic - taxa efetiva ao mês	1,2757	1,2757	1,2757	1,2199	1,2199	0,9279
CDI - taxa over ao ano	14,90	14,90	14,90	14,90	14,90	10,65
CDI - taxa efetiva ao ano	14,90	14,90	14,90	14,90	14,90	10,65
CDI - taxa efetiva ao mês	1,2757	1,2757	1,2757	1,2199	1,2199	0,9279
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	-
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	-
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	-
Taxa de juros de referência - B3						
T2 - 3 meses (em % ao ano)	14,88	14,89	14,89	14,90	14,90	11,36
T16 - 6 meses (em % ao ano)	14,75	14,77	14,80	14,83	14,84	11,86
Taxas referenciais de Swap - B3						
Di x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	14,90	14,90	14,90	14,90	14,90	10,94
Di x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	14,89	14,90	14,90	14,90	14,90	11,18
Di x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	14,88	14,89	14,89	14,90	14,90	11,36
Di x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	14,86	14,87	14,87	14,86	14,89	11,58
Di x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	14,75	14,74	14,80	14,83	14,84	11,85
Di x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	14,09	14,13	14,26	14,35	14,34	12,46

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Di de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano	Máximo	Último
Vencimento em nov/25	99.669,83	14.901	38.576	14.901	14.910	14.906
Vencimento em dez/25	98.631,47	14.901	16.612	14.900	14.902	14.902
Vencimento em jan/26	97.444,56	14.889	432.732	14.887	14.896	14.890
Vencimento em fev/26	96.326,46	14.878	18.544	14.880	14.885	14.880
Vencimento em mar/26	95.383,93	14.853	8.549	14.840	14.855	14.840
Vencimento em abr/26	94.296,70	14.799	285.260	14.775	14.805	14.790
Vencimento em mai/26	93.254,67	14.739	4.409	14.735	14.745	14.735
Vencimento em jun/26	92.293,64	14.631	3.155	14.620	14.640	14.630
Vencimento em jul/26	91.308,69	14.520	232.920	14.500	14.530	14.510
Vencimento em ago/26	90.256,64	14.402	1.331	14.395	14.410	14.410
Vencimento em set/26	89.330,17	14.281	1.060	14.270	14.290	14.290
Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R\$/US 1.000,00	Máximo	Último
Vencimento em nov/25	5.400,18	0,15	194.190	5.372,00	5.412,50	5.395,50
Vencimento em dez/25	5.435,01	0,15	5.005	5.410,00	5.437,00	5.435,00
Vencimento em jan/26	5.473,51	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em fev/26	5.513,06	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em mar/26	5.546,40	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R€/C 1.000,00	Máximo	Último
Vencimento em nov/25	6.311,48	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em abr/26	6.380,38	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/26	6.418,00	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice	Máximo	Último
Vencimento em dez/25	148.935	0,18	40.830	148.205	150.075	148.800
Vencimento em fev/26	151.925	-	0	0	0	0
Vencimento em abr/26	154.771	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 24/10/25						
Indicador	Compra	Venda	Variações %			
Dólar (B3 - PC) - (R\$/US\$)	5.3791	5.3797	-0,08	1,15	-13,12	-5,76
Dólar Comercial (mercado) - (R\$/US\$)	5.3915	5.3921	0,11	1,31	-12,74	-4,78
Dólar Turismo (R\$/US\$)	5.4063	5.3983	-0,04	1,05	-13,14	-5,27
Euro (BC) - (R\$/€)	6.2527	6.2544	0,03	0,21	-2	1,41
Euro Comercial (mercado) - (R\$/€)	6.2714	6.2720	0,25	0,39	-3,27	2,28
Euro Turismo (R\$/€)	6.3378	6.3178	0,15	0,07	-2,76	1,84
Euro (BC) - (R\$/€)	1.1624	1.1626	0,11	-0,93	-1,18	7,61
Duro*						
Banco Central (R\$/G)	714.0714	714.1151	-0,05	8,74	37,47	40.493
New York (US\$/onça troy)		4.112.24	-0,22	6,47	96,71	25.429
		1.099,6				



COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
CNPJ/ME 76.483.817/0001-20 - NIRE 41300036535

Registro CVM 1431-1
B3 (CPLE3, CPLE, CPLE6)
NYSE (ELP, ELPCE)
LATIBEX (XCOP, XCOPO)

ASSEMBLEIA ESPECIAL DE ACIONISTAS TITULARES DE AÇÕES
PREFERENCIAIS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os Senhores Acionistas titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia Paranaense de Energia - Copel a se reunir em Assembleia Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais ("AGESP"), que será realizada na forma exclusivamente digital, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/1976 - Lei das S.A. e da Resolução CVM nº 81/2022 - RCVN 81, às 11h de 17.11.2025, em primeira convocação, considerando-se, portanto, realizada na sede da Companhia, por meio da plataforma digital Ten Meetings (https://assembleia.ten.com.br/915871385), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Nos termos do § 1º do art. 136 da Lei das S.A., a ratificação ("Ratificação PN") da conversão mandatória da totalidade das ações preferenciais classe "A" ("PNA") e classe "B" ("PNB"), com a respectiva conversão mandatória da totalidade das ações PNB em PNA. Dessa forma, a AGESP ora convocada considera a participação de todos os acionistas atualmente titulares de ações preferenciais (PN), uma vez que todos serão titulares de ações PNA previamente à AGESP, conforme datas a serem oportunamente divulgadas pela Companhia. A AGESP será realizada de modo exclusivamente digital, como forma de promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos. Assim, a participação do acionista poderá ser:

a) via Boletim de Voto a Distância ("**Boletim**"), cujo modelo está disponibilizado aos acionistas nos websites da Companhia (ri.copel.com), da B3 e da CVM; e/ou
b) via plataforma digital Ten Meetings, que poderá ser acessada pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos da RCVN 81.
O acionista poderá participar da AGESP tendo ou não enviado o Boletim. Caso o tenha enviado e opte por também participar da AGESP, poderá alterar os votos proferidos via Boletim se manifestando a respeito dessa decisão no início da AGESP.

Os Boletins podem ser enviados, nos termos da RCVN 81, por meio dos agentes de custódia dos acionistas, à Central Depositária da B3 ou, caso as ações estejam em ambiente escritural, ao escriturador (Itaú Corretora de Valores S.A.) ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes da Proposta, até 13.11.2025 ou, no caso dos prestadores de serviço, no prazo por eles respectivamente determinado.

Para participar da AGESP por meio da Plataforma Digital, o acionista deverá, com antecedência de até 2 (dois) dias da sua realização, ou seja, até 15.11.2025, acessar o link (https://assembleia.ten.com.br/915871385), preencher todos os dados de cadastro e anexar todos os documentos necessários para habilitar sua participação e/ou voto na Assembleia, quais sejam:

*** Acionista Pessoa Natural:**
a) documento de identificação válido com foto do acionista e do procurador, se for o caso;
b) instrumento de outorga de poderes a terceiro, caso o acionista participe por meio de procurador; e
c) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na Assembleia.

*** Acionista Pessoa Jurídica ou Fundo de Investimento:**
a) documento de identificação válido com foto do representante legal;
b) documentos que comprovem representação, incluindo cópia da ata da eleição do(s) administrador(es) que representarem o acionista participando da Assembleia ou que, conforme o caso, outorgar(em) a procuração para participação da Assembleia, e da procuração;
c) no caso de fundo de investimento, cópias de:

i. regulamento do fundo em vigor;
ii. contrato social ou estatuto do seu gestor ou administrador, conforme o caso, observada a política de voto do fundo; e
d) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e participação na AGESP.

Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos. As pessoas naturais acionistas da Copel somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Proc. CVM RJ2014/3578, j. 4.11.2014). Não poderão participar da AGESP os acionistas que não efetuarem o cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima e na Proposta. Na data da AGESP, o registro da presença do acionista somente se dará mediante o acesso do sistema eletrônico, conforme instruções e nos horários e prazos divulgados pela Companhia. Nos termos da RCVN 81, informações e instruções adicionais para acesso à Plataforma Digital e/ou envio do Boletim, constam da Proposta.

Curitiba, 24 de outubro de 2025

Marcel Martins Malczewski - Presidente do Conselho de Administração



Cia. de Processamento de Dados
do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE SUSPENSÃO SINE DIE

Pregão Eletrônico nº 90072/2025 - Operacionalização do Acordo SALESFORCE - PRO.00.8483, para fornecimento de subscrição de licenças e serviços de suporte técnico dos programas de tecnologias SALESFORCE. Comunicamos a suspensão sine die do Pregão Eletrônico nº 90072/2025 para estudos internos.



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO
 Secretaria de Gestão e Governo Digital



AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00870302622025
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90316/2025
Nº Processo: 024.00138656/2025-83
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o Atendimento de Demandas Judiciais com e sem Determinação de Marca Comercial.
Total de Itens Licitados: 15 (quinze) itens.
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 28/10/2025.
Horário: Das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 28/10/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 10/11/2025 às 13h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

IGUÁ RIO DE JANEIRO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 42.353.180/0001-35 - NIRE 33.3.0033871-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM ATÉ 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA IGUÁ RIO DE JANEIRO S.A. ("EDITAL DE CONVOCAÇÃO")

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação ("**Debenturistas**") da 1ª (primeira) série da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em até 2 (duas) séries, para distribuição pública, da **IGUÁ RIO DE JANEIRO S.A. ("Emissão", "Debêntures" e "Emissora", respectivamente)**, emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em até 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, da Iguaí Rio de Janeiro S.A.*", celebrado em 12 de maio de 2023, entre a Emissora, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de representante da comunidade dos titulares das debêntures ("Agente Fiduciário"), e a Iguaí Saneamento S.A., na qualidade de fiadora ("**Fiadora**"), conforme aditado de tempos em tempos ("**Escritura de Emissão**"), para se reunirem, em primeira convocação, no dia 24 de novembro de 2025, às 14 horas, em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital "**TEN**" (https://assembleia.ten.com.br/668646067) ("**Plataforma Digital**"), sem prejuízo da possibilidade de voto por meio de instrução de voto à distância enviado previamente à realização desta AGD, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e do artigo 70, I, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** Aprovar a autorização prévia para que a Emissora possa, nos termos das Cláusulas 3.2.2(iii) e 3.4.1 do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*", celebrado em 2 de agosto de 2021, entre a Emissora e o Agente Fiduciário (conforme aditado de tempos em tempos, "**Contrato de Cessão Fiduciária**"), até **31 de dezembro de 2023 ou até o atingimento do Completion Total da Segunda Série** (conforme definido na Escritura de Emissão), **o que ocorrer primeiro ("Período de Waiver")**, substituir o Saldo Mínimo da Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) mediante a contratação e entrega ao Agente Fiduciário de uma ou mais cartas de fiança bancária ("**Cartas de Fiança Bancária**") contratadas junto a quaisquer Instituições Financeiras Autorizadas (conforme abaixo definido), observado que: **(a)** caso o valor total das Cartas de Fiança Bancária, em uma Data de Verificação (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), venha a ser inferior ao Saldo Mínimo da Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão, a Emissora obriga-se a recompor o Saldo Mínimo da Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão por meio de depósito em dinheiro na Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão ou apresentar uma ou mais Cartas de Fiança Bancária complementares emitidas por uma ou mais Instituições Financeiras Autorizadas (conforme definido abaixo), no valor correspondente à parcela complementar para recomposição do referido Saldo Mínimo da Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão e de acordo com o disposto na Cláusula 3.4.7 do Contrato de Cessão Fiduciária, sem prejuízo da caracterização de um Evento de Retenção (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária); **(b)** enquanto o valor das Cartas de Fiança Bancária apresentadas ao Agente Fiduciário forem iguais ou superiores ao Saldo Mínimo da Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão exigível em qualquer Data de Verificação (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), o referido Saldo Mínimo da Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão será considerado cumprido, de modo que não serão aplicáveis as hipóteses de retenções e transferências para composição da Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão; **(c)** as Cartas de Fiança Bancária apresentadas pela Emissora deverão ser exoneradas pelo Agente Fiduciário, independente de nova aprovação dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de solicitação nesse sentido pela Emissora, acompanhada de comprovação de que foram depositadas na Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão recursos em moeda corrente em montante suficiente para atingir o Saldo Mínimo da Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão ou que foram apresentadas novas Cartas de Fiança Bancária em substituição às Cartas de Fiança Bancária que serão exoneradas; **(d)** as Cartas de Fiança Bancária deverão contar com prazo mínimo de 2 (dois) anos de vencimento; **(e)** a Emissora deverá apresentar, em conjunto com as Cartas de Fiança Bancária, declaração atestando que a emissão das Cartas de Fiança Bancária depende da aprovação de quaisquer terceiros ou, alternativamente, apresentar as respectivas autorizações; **(f)** mediante instrução do Agente Fiduciário ao Banco Depositário, os valores eventualmente retidos, em moeda corrente, na Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão até a data em que forem apresentadas as Cartas de Fiança Bancária no valor correspondente ao Saldo Mínimo da Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão, serão liberados imediatamente para a Conta de Livre Movimento (conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária), ainda que a data de apresentação dos documentos previstos acima não seja uma Data de Verificação (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária); **(g)** sem prejuízo do disposto no item "(f)" acima, todo e qualquer valor em dinheiro retido na Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão que sobejar o Saldo Mínimo da Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão na Data de Verificação (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) aplicável, considerando, para tanto, o valor afiançado por meio das Cartas de Fiança Bancária e o saldo disponível na Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão, será liberado para a Emissora nos termos previstos na Cláusula 3.4.8 do Contrato de Cessão Fiduciária; **(h)** as Cartas de Fiança Bancária apresentadas pela Emissora em substituição ao Saldo Mínimo da Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão deverão ser excludas pelo Agente Fiduciário nas seguintes hipóteses: **(h.i)** se, em até 30 (trinta) dias antes do termo final do prazo de vigência das Cartas de Fiança, **(i)** não forem apresentadas uma ou mais Cartas de Fiança Bancária em substituição às vigentes, respeitadas as mesmas características estabelecidas nesta Assembleia; ou **(ii)** não forem depositados recursos em moeda corrente na Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão em montante suficiente para atingir o Saldo Mínimo da Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão desconsiderando o valor afiançado por meio das Cartas de Fiança Bancária; ou **(iii)** não houver nova deliberação em AGD dos Debenturistas autorizando a prorrogação do Período de Waiver, hipótese em que o valor da excussão será utilizado para o imediato preenchimento do Saldo Mínimo da Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão, independentemente de qualquer notificação, ou **(h.ii)** em qualquer hipótese prevista no Contrato de Cessão Fiduciária em que seja facultado o uso do Saldo Mínimo da Conta Reserva Primeira Série da Quarta Emissão, de acordo com a estrutura de cascata de contas e os demais procedimentos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária. **(i)** as Cartas de Fiança Bancária deverão ser substancialmente similares à minuta incluída como Anexo II à Proposta da Administração; **(j)** fica expressamente vedada **(i)** a sub-rogação pelo(s) banco(s) fiador(es) das Cartas de Fiança Bancária nos direitos dos Debenturistas em decorrência da excussão de tais Cartas de Fiança Bancária até a quitação integral das Obrigações Garantidas das Debêntures da Primeira Série; e **(ii)** a concessão pela Emissora de qualquer garantia em favor dos bancos fiadores, sem prejuízo de o(s) referidos banco(s) manter(em) outra(s) garantia(s) constituídas diretamente pela Fiadora. Como contrapartida à aprovação da matéria prevista na Ordem do Dia, a Fiadora compromete-se a realizar aporte financeiro na Emissora, no valor mínimo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), até o dia **31 de dezembro de 2026**, com o objetivo de reforçar o caixa da Emissora. A Emissora deverá informar o Agente Fiduciário sobre a realização do aporte em até 10 (dez) Dias Úteis após sua efetivação, enviando comprovante que evidencie o recebimento dos recursos. Para todos os fins e efeitos, "**Instituições Financeiras Autorizadas**" significa as instituições financeiras autorizadas por órgãos reguladores competentes, como o Banco Central do Brasil (Bacen) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para atuar no Sistema Financeiro Nacional, que detenham rating de crédito em escala local equivalente a AAA atribuído por ao menos uma das agências classificadoras de risco: Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Ratings. Fica consignado que uma vez aprovada a matéria objeto da Ordem do Dia, a Emissora e a Fiadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, estão autorizados a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas na AGD, incluindo, mas não se limitando, a quaisquer documentos necessários à formalização da deliberação mencionada acima. **Informações Gerais:** De acordo com a Cláusula 9.4 da Escritura de Emissão, a AGD deverá ser realizada, em primeira convocação, em prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da primeira publicação da convocação. Nos termos da Cláusula 9.6 da Escritura de Emissão, a AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão). Nos termos da Cláusula 9.9 (i) da Escritura de Emissão, a aprovação da matéria constante da Ordem do Dia dependerá da aprovação de 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Primeira Série em Circulação.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL/RN
AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) da Prefeitura Municipal do Natal/RN, por seu Agente de Contratação abaixo identificado, torna público a realização do certame a seguir: – PREGÃO ELETRÔNICO: 24.049/2025 – PROCESSO ELETRÔNICO: 20251181684 - SEMAD – OBJETO: Contratação de empresa especializada para o eventual fornecimento de gêneros alimentícios (proteínas, laticínios e embutidos). – Edital disponível no Portal de Compras de Natal (www.portaldecomprasnatal.com.br), no Portal Nacional de Compras Públicas (pncp.gov.br) e no Portal da Transparência da Prefeitura do Natal (compras.natal.rn.gov.br) – ABERTURA: 10/NOVEMBRO/2025, às 10h00min (horário de Brasília). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail: pregao.semad@natal.rn.gov.br. Natal/RN, 23 de outubro de 2025. Marcos Freire Bezerra – Agente de Contratação da SEMAD/PMN.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os trabalhadores, Sócios e Não Sócios, da categoria profissional representada pelo **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE FILMES CINEMATOGRAFICOS, DVDS E BLUE-RAY PARA CINEMAS, TELEVISÃO E LOCADORAS NO ESTADO DE SÃO PAULO**, CNPJ. 62.249.400/0001-70 a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária**, que será realizada em **06 de novembro de 2025, na Rua do Triunfo, 134, 8º andar, sala 89, no Bairro de Santa Efigênia, São Paulo, SP** com as seguintes pautas: **às 11:00h em primeira convocação ou às 12:00h em segunda convocação**, com qualquer número de presentes. A primeira pauta será realizada para deliberar a seguinte ordem do dia: **a)** Discussão e aprovação das reivindicações de natureza salarial, econômica e social, para vigorar de 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026, para renovação da Norma Coletiva aplicável no âmbito da categoria profissional representada pelo Sindicato a ser postulada perante a respectiva entidade patronal, qual seja, o Sindicato das Empresas Distribuidoras Cinematográficas do Estado de São Paulo, CNPJ 53.054.193/0001-20; **b)** Deliberação sobre a concessão de autorização e outorga de poderes especiais à Diretoria da Entidade, para iniciar os entendimentos com a categoria econômica correspondente, visando a celebração de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, através de negociação direta ou convocação de instância administrativa ou ainda instauração de Dissídio Coletivo, nos termos da legislação vigente, com vigência no período de 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026; **c)** Discussão e aprovação de contribuição em favor da Entidade para fins assistenciais a ser arbitrada pela Assembleia, na forma do Art. 20 do Estatuto Social, Art. 513, "e" da C.L.T. e Art. 8º, IV da CF/88; **d)** Discussão e votação de cláusula por cláusula do elenco de reivindicações, por deliberação de todos os trabalhadores presentes, Sócios e Não Sócios da Entidade, inclusive para fins do item "C" deste Edital. A segunda pauta será realizada em primeira convocação às 13:00h ou às 14:00h em segunda convocação, com qualquer número de presentes para deliberar sobre a tomada de contas da Diretoria, apresentação e aprovação da proposta orçamentária para o exercício fiscal do ano de 2026, na forma do artigo 17 do Estatuto Social.

São Paulo, 24 de outubro de 2025

WALDOMIRO DE BARROS SARLI - Diretor Presidente

**Informação,
análises e conteúdo
aprofundado.
Tudo isso você
lê no Valor.**

**Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888**

**AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA
O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!**

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.



Pagamentos Pesquisa mostra salto da profissionalização do crime e queda de aceitação de Mecanismo Especial de Devolução (MED)

Prejuízo médio em golpes com Pix sobe 21% em 2025

Lucianne Carneiro
Do Rio

Os prejuízos em golpes com o Pix têm aumentado de valor, puxados principalmente pelas vítimas de maior renda, e está cada vez mais profissionalizado. O valor médio das perdas cresceu 21% no primeiro semestre de 2025, ante igual período de 2024, para R\$ 2,54 mil, em valores nominais.

Nos casos de pessoas que pertencem às classes A/B – com renda mensal familiar acima de R\$ 9 mil –, o prejuízo médio foi de R\$ 10,5 mil, quase 70% a mais do que em 2024. Ao mesmo tempo, mais da metade dos casos (65%) agora têm os recursos direcionados para contas de empresas e não de pessoas físicas, ante 42% no ano passado.

As informações são parte da terceira edição da pesquisa Golpes com Pix, antecipados com exclusividade ao **Valor**. O estudo é feito pela empresa de inteligência contra golpes financeiros Silverguard, a partir de análises de 12,197 mil denúncias de vítimas na Central SOS Golpe. A amostra reproduz as características da população brasileira por sexo ou gênero e renda.

“Acredita-se que quem é das classes A/B é menos suscetível aos golpes, mas todos estão sujeitos ao problema. Nesse grupo, a renda é maior e as perdas também, o que puxa o número geral”, afirma a diretora-executiva (CEO) da

Silverguard e coordenadora da pesquisa, Marcia Netto.

Reitor do Ibmecc Rio e especialista em finanças em tecnologia, Samuel Barros acredita no aumento da sofisticação dos golpes como uma das hipóteses para explicar a alta dos casos entre as pessoas de renda mais alta:

“Com a possibilidade de uso de áudios e vídeos que parecem mais verdadeiros, é possível construir golpes mais direcionados, que atingem esse público e geram valores maiores. Além disso, são muitos os casos também de golpes em market places [shopping virtuais], com apelo no grupo.”

Um dos principais alertas do estudo, segundo Netto, é o aumento do uso de contas de pessoas jurídicas: “O crime digital se tornou uma grande de indústria. Uma conta com CNPJ passa certa credibilidade e o consumidor tem mais dificuldade de diferenciar o que é golpe ou não”, diz.

Além disso, aponta, essa estratégia dificulta os bloqueios de contas e se confunde com disputas comerciais reais.

A pesquisa também traz informações sobre o uso do Mecanismo Especial de Devolução (MED), a ferramenta do Banco Central criada no fim de 2021 para facilitar a devolução de valores no caso de fraudes. O instrumento prevê que uma pessoa peça os recursos de volta em caso de fraude, processo que é intermediado pelas instituições financeiras – a do cliente que transferiu o Pix e a que tem a conta de destino do dinheiro.

O número de solicitações de MED quase triplicou entre 2023 e 2024 e chegou a 12,42 milhões no ano passado. No primeiro semestre de 2025, atingiu a rubrica de 7,75 milhões, uma alta de 60% ante igual período de 2024. Essa tendência de expansão ocorre desde 2022, quando foi de 2,24 milhões. Os dados foram obtidos pela Silverguard junto à autoridade monetária via Lei de Acesso à Informação (LAI). A estimativa da empresa é que o número chegue a 16 milhões em 2025.

Se o número de pedidos de MED subiu, a parcela dos que são aceitos pelas instituições receptoras da transação recua. O percentual foi de 73% em 2022, 57% em 2023 e 41% em 2024. No primeiro semestre de 2025, caiu para 27%.

Para Marcia Netto, as instituições têm evitado aceitar infrações do MED em casos que envolvem intermediários de pagamentos desde que o Banco Central passou a vincular a aceitação à marcação de fraude no Diretório de Identifi-

cadores de Contas Transacionais (DICT) [sistema do BC que armazena as chaves Pix]: “Isso bloqueia o cliente de novas transações. Uma solução seria criar um terceiro nível no arranjo do Pix que deixe visível o cliente do cliente, como ocorre com os boletos. É uma mudança tecnológica complexa e de longo prazo, mas necessária.”

A estudante universitária Melissa Silva, de 21 anos, perdeu R\$ 1,2 mil ao buscar um empréstimo de R\$ 10 mil em uma financeira. A empresa primeiro pediu uma transferência de R\$ 400 por Pix para começar o contrato. Depois, cobrou R\$ 800 para “limpar seu nome”, que estava em um cadastro de devedores, e aprovar o crédito.

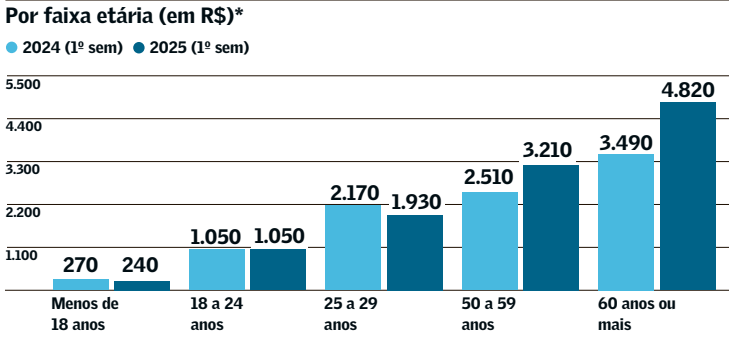
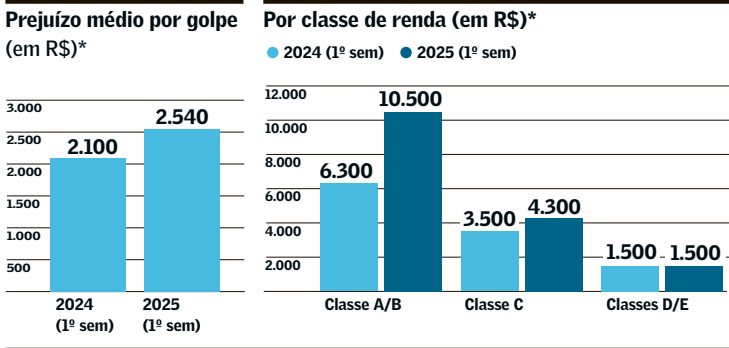
“Fui muito ingênua, mas estava desesperada por um empréstimo”, diz, ao contar que só percebeu o engano quando a suposta financeira fez novo pedido de Pix, de R\$ 2 mil.

O promotor de Justiça e coordenador de Planejamento Institucional do Ministério Público de Minas Gerais, Rafael Henrique Martins Fernandes, reforça que o Pix é apenas um instrumento usado para a prática de golpes.

“O golpe do bilhete premiado, por exemplo, sempre existiu. O Pix é mais um veículo que o golpe em si, é um facilitador. São golpes com Pix e não de Pix”, diz ele, que defende aumento dos esforços de prevenção, com novas estratégias para levar a conscientização aos consumidores, como anúncios patrocinados nas redes sociais.

Os números do Pix

Pesquisa mostra aumento de perdas com golpes



Cinco tipos de golpes mais comuns*	
Em % do total	
Comprar algo ou contratar um serviço	42,9
Conseguir um emprego ou renda extra	12,5
Multiplicar, investir ou apostar meu dinheiro	12,2
Conseguir empréstimo, benefício ou indenização	7,9
Ganhar um produto ou sorteio	7,6
Outros	16,9

Mecanismo Especial de Devolução (MED)	
Nº de aberturas (em milhões)	
2022	2,24
2023	4,60
2024	12,42
2025**	16,05
1º sem/2024	4,84
1º sem/2025	7,75
Fatia (%) de aceitação	
2022	73
2023	57
2024	41
2025**	24
1º sem/2024	43
1º sem/2025	27

Nº de MEDs aceitos (em milhões)	
2022	1,57
2023	2,56
2024	4,95
2025**	3,75
Valor de MEDs aceitos (Em R\$ bilhões)	
2022	3,05
2023	4,36
2024	6,74
2025**	7,68

Fontes: Banco Central (Dados a partir de Lei de Acesso à Informação, LAI) e SOS Golpes / Silverguard)

* Dados da base do SOS ** Projeções

A atual corrida do ouro é um surto global de elucubração

Análise

Katie Martin
Financial Times

Quando o preço do ouro oscila, os sábios do mercado, de queixo caído, se mobilizam para descobrir o porquê. “O que isso nos diz? O que significa? Fala conosco, ó elemento antigo e brilhante de nossos ancestrais, pois tu possuis sabedoria e verdade.”

Quando você pensa sobre isso, é um pouco estranho. É apenas um metal, bonito sem dúvida, mas não muito útil. Mas ele se conecta a algo mais profundo e ocupa um lugar especial no coração dos investidores, tanto profissionais quanto amadores. Para os que realmente acreditam, é mais do que apenas um investimento. É um modo de vida, a pedra angular de toda uma personalidade. Somente as criptomoedas podem rivalizar com ele nesse aspecto.

A enorme alta no preço do ouro este ano tem sido, portanto, fonte de enorme entusiasmo e objeto de quilômetros de análises profundas, como se, na hipótese de descobrimos por que ele subiu,

isso liberaria um conhecimento que poderíamos aplicar a estratégias de investimento mais amplas. Eu diria que isso representa um surto global de elucubração.

Isso não significa minimizar a escala da alta nos preços do ouro este ano. Até o início da semana passada, o preço de referência subia 66% somente em 2025, deixando os mercados de ações comendo poeira. O pico foi próximo de US\$ 4.400 a onça troy. Um negócio espetacular, parabéns a todos que entraram nesse trade.

Mas, ok, então por quê? Neste ponto, os argumentos principais, todos muito plausíveis, estão bem fundamentados. Os preços têm subido de forma bastante constante desde setembro de 2022, alguns meses após a invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia e, crucialmente, após as autoridades americanas retaliarem congelando os ativos em dólar de Moscou. Claramente, faz sentido que outros países se afastem do dólar e migrem para o ouro para se protegerem de um destino semelhante caso os Estados Unidos busquem retaliação contra eles por qualquer motivo.

Mas, neste ano, surgiram todos os tipos de explicações adicionais a posteriori, incluindo a de que os investidores institucionais estão tão aterrorizados com a inflação, ou especificamente com governos fisicamente incontinentes que inflacionam suas dívidas, que recorreram ao ouro como alternativa — uma justificativa frequentemente chamada de “debasement”.

Certamente, alguns investidores estão investindo em ouro como proteção contra os maus resultados em títulos do governo ou — em uma nota relacionada — em ações. Mas a utilidade do ouro como proteção contra a inflação é instável, e tudo isso ignora o maior impulsionador por trás da última fase de ascensão do ouro: o fascínio irresistível de uma linha em um gráfico apontando para cima e para frente.

É importante considerar aqui o quão popular o ouro tem sido ultimamente entre os investidores de varejo que buscam oportunidades — um grupo que, em conjunto, explica grande parte da alta de preço do metal.

No Reino Unido, a demanda é

tão grande que o site da Casa da Moeda Real — onde você pode comprar itens do metal precioso, desde o tamanho de um chip de celular até uma barra de ouro — tem cedido à pressão.

Qualquer pessoa que tentasse acessar o site sentado no sofá de sua casa, enquanto assistia à televisão no último dia 18, um sábado, teria visto um aviso dizendo “O computador diz não”. Os potenciais compradores ficavam em uma “fila” virtual antes de poderem fazer uma transação.

Stuart O'Reilly, gerente de insights de mercado da Casa da Moeda Real, contou-me que o tráfego para o site estava em quase o

Ultimamente, o maior impulso para o ouro tem sido o fascínio irresistível causado pela própria ascensão dos preços do metal

uma a lógica do orçamento: em vez de investir apenas “o que sobrar”, o investimento passa a ser prioridade. Os americanos chamam essa estratégia de “pague-se primeiro”. A consistência desse comportamento é tão importante quanto o retorno obtido em cada aplicação.

Um exemplo simples pode ajudar a visualizar: quem investe R\$ 500 por mês, a uma taxa média de 12% ao ano, acumulará pouco mais de R\$ 843 mil em 25 anos. Se tivesse investido apenas um valor único de R\$ 50 mil no início do período, o saldo final chegaria a R\$ 850 mil. Ou seja, a constância se aproxima em resultado de grandes aportes iniciais, mas exige apenas disciplina, tempo e paciência.

Note, contudo, que é muito importante levar em conta os efeitos da inflação em projeções

de longo prazo. R\$ 850 mil não comprarão em 25 anos o mesmo que comprem hoje. É importante que você reajuste seus aportes ano a ano de acordo com a inflação, de modo a ter um resultado compatível com seus objetivos. Um planejador financeiro CFP pode te ajudar com essas premissas e cálculos.

Vale lembrar que os aportes devem estar alinhados ao perfil de risco e aos objetivos do investidor. Não existe uma fórmula única: cada família ou indivíduo precisa equilibrar segurança, liquidez e rentabilidade de acordo com seus planos de vida. Nessa definição, o apoio de um planejador financeiro certificado pode ser decisivo. O profissional contribui para estruturar estratégias realistas, diversificadas e compatíveis com cada momento e objetivos de vida.

Manter a disciplina de investir periodicamente exige constância, mas os resultados de longo prazo são expressivos. Com planejamento financeiro adequado, aportes regulares tornam-se um dos pilares mais sólidos para a construção de patrimônio consistente e sustentável ao longo da vida.

Caco Santos é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP® (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

E-mail: caco.santos@venetomfo.com.br

As respostas refletem as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico ou da Planejar. O jornal e a Planejar não se responsabilizam pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações. Perguntas devem ser encaminhadas para: consultoriofinanceiro@planejar.org.br

Investir pouco, mas regularmente, funciona?

Consultório financeiro

De que forma os aportes regulares podem impulsionar a construção de patrimônio de maneira consistente ao longo do tempo?

Caco Santos, CFP, responde:

No planejamento financeiro, a regularidade dos aportes é um dos hábitos mais eficazes para quem busca formar patrimônio. Contribuições periódicas, ainda que de valores modestos, criam consistência e permitem que o investidor avance em direção a seus objetivos sem depender de grandes somas iniciais ou de tentativas de prever o melhor momento para investir.

Um grande diferencial está no poder dos juros compostos. Ao reinvestir os rendimentos, cada nova aplicação se soma ao saldo acumulado, ampliando a base que continuará rendendo.

Aportes frequentes aceleram esse processo, pois adicionam capital novo continuamente. Em horizontes longos, esse efeito torna-se expressivo, reforçando a importância da disciplina.

Outro benefício é o chamado custo médio de aquisição. Investindo mês a mês, compramos ativos em diferentes preços, o que reduz a influência de momentos de alta ou de queda no mercado. Dessa forma, não é necessário tentar adivinhar a hora certa de investir — algo extremamente difícil mesmo para profissionais. A diversificação natural no tempo torna o processo mais estável e previsível.

Os aportes regulares também estimulam a educação e a organização financeira. Ao reservar parte da renda de forma sistemática, cria-se o hábito de separar antes de gastar. Essa simples decisão

Supremo

Ministros suspendem julgamento sobre valor da causa em inicial de ação trabalhista

valor.globo.com/legislacao



Valor E

Sábado, domingo e segunda-feira, 25, 26 e 27 de outubro de 2025

Opinião Jurídica

O último voo dos créditos de ICMS em São Paulo

E2

Agenda do STF

Ministros vão retomar discussão sobre licença-maternidade

valor.globo.com/legislacao



Legislação & Tributos SP

Bancário Precedente inédito foi dado pelos ministros da 3ª Turma em um caso de fraude bancária envolvendo o Santander

STJ determina perícia sobre responsabilidade por golpes

Marcela Villar
De São Paulo

Uma decisão da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que seja feita uma perícia na área de compliance e gestão de riscos da PagSeguro, em um caso sobre fraude bancária. O pedido foi feito pelo Santander, que arcou com o prejuízo de uma transação feita por golpistas. O banco alegou, nos autos, que a credenciadora não estaria respeitando normas regulatórias e internas para verificar quem são seus clientes.

É o primeiro precedente do STJ sobre o assunto, segundo advogados. As discussões que chegaram no Judiciário até então sobre o sistema de arranjo de pagamentos envolvem consumidores e lojistas contra instituições financeiras. A diferença, neste caso, foi um banco entrar com ação contra uma credenciadora — ambos integrantes do sistema brasileiro de pagamentos — pedindo a responsabilidade civil pela fraude ocorrida, devido a uma suposta falta de controle interno de clientes.

De acordo com especialistas, o caso tem relação direta com a ampliação do acesso ao sistema financeiro e de pagamentos visto no Brasil nos últimos anos. Entre 2018 e 2023, mais que dobrou o número de usuários ativos que ou realizaram pagamento via PIX, transferência (TED) ou tinham operação de crédito ativa. O aumento se justifica pelo auxílio emergencial na pandemia da covid-19, criação do PIX e novas instituições em operação no mercado.

O número de usuários ativos cresceu 103,2% e houve aumento de 97% da base de clientes pes-

soas físicas, que passaram de 77,2 milhões para 152 milhões. Já o número de empresas teve expansão de 3,4 milhões para 11,6 milhões — uma taxa de crescimento de 244,5% no período. As informações constam no Relatório de Economia Bancária (REB) 2023, do Banco Central (BC).

Na visão de advogados, houve uma certa “frouxidão regulatória”, que propiciou o aumento das fraudes e uso do sistema para lavar dinheiro. Alguns dos esquemas foram revelados pelas recentes operações policiais feitas na Avenida Faria Lima, envolvendo o Primeiro Comando da Capital (PCC). Agora, dizem eles, seria o momento de puxar o freio e redobrar o cuidado, sobretudo com contas novas.

“Ausência de práticas sólidas de compliance pode resultar em responsabilização”
Leonardo Pelati

O caso analisado pelo STJ envolve o uso de conta fraudulenta feita por golpistas no Santander, aberta com documentos falsos, com o intuito de transferir dinheiro para um suposto estabelecimento comercial, por meio da PagSeguro. A quadrilha tomava empréstimo com o banco e desviava benefícios do INSS, repassando valores para uma loja credenciada da empresa de maquininha de cartão. Foram desviados R\$ 40,7 mil.

O banco assumiu o prejuízo, mas entrou com ação contra a PagSeguro para pedir a responsabilidade. Em termos financeiros, segundo especialistas, a ação não teria tanta repercussão, mas seria importante pela tese, pois situações como essa são recorrentes para as instituições financeiras. Até então, as decisões foram desfavoráveis ao banco.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) confirmou a sentença favorável à PagSeguro, pois não viu responsabilidade da empresa na fraude, já que não participou nem se beneficiou do esquema. O TJSP reconheceu que o Santander teria culpa, pois “deu causa à abertura de contas frias, as quais operaram por tempo razoável, apenas sendo encerradas quando uma das vítimas lhe apresentou reclamação”.

No STJ, o banco recorreu alegando que a credenciadora deveria ter verificado se o estabelecimento comercial era legítimo, além de ter feito o monitoramento das transações para impedir a prática de atividade fraudulenta. No recurso, também diz ter havido cerceamento de defesa, pois foi indeferido o pedido de produção de prova. Elas seriam necessárias, segundo o Santander, para desvendar a controvérsia, pois se verificaria se houve a adoção dos deveres legais e regulatórios do Banco Central.

No voto, o relator, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, autorizou esse pedido e determinou o retorno dos autos para o TJSP fazer uma perícia. Deve ser apurado, de acordo com ele, “se houve defeito na prestação do serviço de credenciamento” e “quais condutas foram efetivamente decisivas para o re-

sultado danoso”. Se houver concorrência de culpa, acrescenta, deve ser feita uma “divisão do dever de ressarcimento na proporção da contribuição de cada um dos agentes para o resultado danoso”.

Na visão do ministro, “em casos de fraudes, a credenciadora pode ser responsabilizada por danos aos demais integrantes do arranjo de pagamento caso não ofereça segurança mínima e não cumpra as disposições regulamentares, podendo sua responsabilidade também exsurgir das próprias disposições contratuais entabuladas entre ela e os demais personagens envolvidos em tais operações”.

Para o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Rafael Bianchini, também auditor no Banco Central, a princípio, as duas instituições falharam nas obrigações com o órgão regulador. “Fico em dúvida de quem falhou mais, mas esse problema de pouca autentificação é enorme”, afirma. “Pessoal pensa que tudo se resume a reportar para o Coaf [Conselho de Controle de Atividades Financeiras], mas é preciso conhecer o cliente e fazer a autentificação”, diz.

A verificação mais rígida deve ser feita, acrescenta Bianchini, principalmente com a proliferação de contas laranjas e golpes na internet. “Existe o lado bom de que é relativamente fácil abrir uma conta no Brasil, mas tem o outro lado de que não existe uma quarentena e as contas não ficam sujeitas a uma análise mais detalhada. É tudo muito solto”, afirma.

Esse tipo de controle maior deve ser feito com as novas contas, como já é realizado em outros países. “Na China, se você faz uma conta nova



Rafael Bianchini: “É preciso conhecer o cliente e fazer a autentificação”

no banco ou em instituição financeira, tem duas opções: ou faz a autentificação com mais dados, presencial, ou a conta fica em uma quarentena com movimentação restrita, para evitar uso como laranja”, adiciona Bianchini. Também seria possível pensar em “até que ponto vale a pena apertar a regulação”. “Isso cria um custo para o mercado, mas pode trazer mais segurança e evitar que esses incidentes ocorram”, afirma.

O advogado Leonardo Pelati, especialista em compliance e recuperação de crédito, diz que o precedente é inédito. “Reforça que as credenciadoras devem adotar mecanismos robustos de ‘know your client’”, afirma. “A decisão evidencia que a ausência de práticas sólidas de compliance e gestão de riscos pode resultar em responsabilização civil pelas fraudes ocorridas, fortalecendo a prevenção e o combate a esse tipo de ilícito no sistema financeiro”, completa.

Em nota ao **Valor**, o Santander diz

que “por conta da falta de cumprimento das normas e procedimentos prudenciais (due diligence e know your client/customer), a responsabilidade pelo credenciamento de usuário inidôneo em arranjo de pagamento é única e exclusivamente das empresas de aquisição, ou seja, das credenciadoras (maquininhas)”. Já o PagBank, dono da PagSeguro, informou que “não comenta sobre processos judiciais”.

O Banco Central afirma, também em nota que, na regulamentação dos arranjos de pagamento (AP), a Resolução BCB nº 150, de 2021, “não há previsões diretas de obrigações aos credenciadores, apenas do dever do instituidor do arranjo de estabelecer em seu conjunto de regras (regulamento do arranjo) as questões relacionadas às obrigações dos participantes do arranjo no desempenho das atividades previstas no âmbito do AP”. O órgão acrescenta que não tem dados sobre quantidade de fraudes bancárias envolvendo credenciadoras.

Placar no STF é favorável a Estados em disputa sobre ICMS

Luiza Calegari
De São Paulo

Os Estados estão vencendo, no Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal (STF), julgamento sobre o direito a créditos de ICMS em operações com combustível entre empresas do mesmo Estado para a posterior transferência interestadual do produto. Após quatro votos, três a favor da tese dos governos estaduais, o julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro André Mendonça.

O tema interessa diretamente a Estados e distribuidoras de combustíveis e indiretamente ao consumidor, que paga o imposto embutido no preço. O entendimento do processo se aplica a óleos combustíveis derivados de petróleo e lubrificantes, exceto a gasolina, que é tributada por substituição e não gera créditos.

Como a decisão terá repercussão geral (Tema 1258), deverá ser seguida por todas as instâncias inferiores do Judiciário. O caso julgado pelos ministros é da distribuidora de combustíveis Raízen.

Ela pede o cancelamento de um auto de infração do Estado de Minas Gerais relativo a operações anteriores à transferência interestadual de combustíveis derivados de petróleo. No processo, outros 18 Estados se cadastraram como partes interessadas.



A venda de combustível para outro Estado não está sujeita à cobrança de ICMS, conforme a imunidade prevista no artigo 155, parágrafo 2º, inciso X, alínea “b” da Constituição Federal. Porém, na operação interna, é gerado crédito do imposto estadual.

Os Estados defendem que, nessa situação, deve ser feito o

“Setor de combustíveis está acompanhando o julgamento com muita preocupação”
Ronaldo Redenschi

estorno do crédito de ICMS. Isso porque o artigo 155 permite essa medida em operações anteriores nas hipóteses de isenção ou não incidência do imposto.

Para o contribuinte, no entanto, a manutenção dos créditos garante o princípio da não cumulatividade e da neutralidade tributária nas operações no Estado de origem. Além disso, alega que o artigo 155 não isenta a operação de imposto, apenas garante a não tributação da saída do produto pelo Estado de origem. A tributação pelo Estado de destino, acrescenta, estaria mantida, criando efeito cascata e encarecendo o produto para o consumidor final.

Relator do processo no Supremo, o ministro Dias Toffoli votou para cancelar a autuação fiscal. Ele propôs uma tese afirmando que o artigo 155, parágrafo 2º, inciso X, alínea “b”, da Constituição Federal, não permite a anulação dos créditos do ICMS cobrados nas operações internas.

Abriu a divergência o ministro Alexandre de Moraes. Ele entendeu que o dispositivo constitucional avaliado é uma exceção expressa ao princípio da não cumulatividade. Embora seja uma escolha mais onerosa ao contribuinte, diz Moraes, trata-se de opção legítima do legislador, que só pode ser modificada pela via legislativa.

A tese proposta por Moraes diz que a manutenção dos créditos de ICMS nessas situações de operação interestadual só é possível quando expressamente prevista em lei. Ele foi acompanhado pelo ministro Flávio Dino e por Cármen Lúcia.

Uma nota técnica elaborada pela empresa em 2021 e apresentada no processo calculou que o veto ao aproveitamento poderia provocar um aumento médio de 22% no preço final dos combustíveis para os consumidores. Uma atualização desse número apontou que, em 2025, o aumento seria de 19%.

O levantamento é válido para o querosene de aviação, que foi objeto da disputa no processo, mas a tributação pelo Estado de origem teria impacto também em outros combustíveis de acordo com a mesma lógica, afirma Ronaldo Redenschi, do VRA Advogados, que defende a empresa no processo. Segundo ele, o setor está acompanhando o julgamento com muita preocupação.

O advogado afirma que o Supremo já tem jurisprudência no sentido de que o pagamento de ICMS apenas no Estado de destino não configura isenção ou não incidência de imposto, mas apenas deslocamento de competência da cobrança (RE 198088). Dessa forma, o Estado de origem, que já é beneficiado pelos royalties da explora-

ção, acabaria se beneficiando duplamente também com o ICMS sobre as transações internas.

“Se não for permitida a manutenção do crédito, o que se está violando é o princípio constitucional do destino, permitindo a poucos Estados produtores, que já foram contemplados com os royalties, se apropriar também da carga tributária, onerando duplamente o contribuinte, e especialmente o consumidor”, diz.

Leonardo Roesler, sócio do RCA Advogados, aponta que o impacto econômico da decisão será significativo. “Para os contribuintes, a manutenção do crédito representará relevante alívio financeiro, ao evitar a devolução de valores pagos na cadeia anterior. Para os Estados de origem, contudo, haverá impacto na arrecadação e possível desequilíbrio no pacto federativo, pois assumiriam o ônus financeiro de créditos relativos a operações não tributadas”, afirma.

Ele avalia que a questão extrapola o debate tributário e engloba também o federalismo fiscal brasileiro, por definir “como se deve equilibrar a autonomia financeira dos Estados e o direito dos contribuintes de não suportarem cumulatividade indevida”.

Procurador, o Estado de Minas Gerais informou que vai se manifestar nos autos do processo.

SUMMIT AGENDA SP + VERDE

4 e 5 de novembro

O desenvolvimento sustentável passa por aqui

O Summit Agenda SP+Verde é o ponto de encontro de soluções com potencial de transformar o Brasil. Durante dois dias, o debate estará focado em desenvolvimento sustentável e economia verde, abordando temas-chave como transição energética, combustíveis sustentáveis e resiliência climática. Um espaço para unir Governo, empresas, academia e sociedade em torno de decisões que impactam diretamente a vida das pessoas.

Acesse e saiba mais: agendaspmaisverde.org.br



**CIDADE DE
SÃO PAULO**



AGENDA **SP**
verde



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS



Leilão Judicial Eletrônico



Imóveis com deságios de até 50% sobre o valor de avaliação. Aproveite!

Lances a partir de
RS 3.500.000,00

Avaliação
R\$ 7.000.000,00

Terreno Urbano

Terreno com área de 2.100 m². Localizado a 22 min. do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos e a 25 min. da Rod. Presidente Dutra.

Início 29/10 - 14:00hs
Término 29/10 - 15:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Diego Ferreira Mendes
4ª Vara Cível do Foro Regional XI - Pinheiros SP

★ DESTAQUE ★

ID 7506

Guarulhos/SP

Lances a partir de
RS 38.177.500,00

Avaliação
R\$ 76.355.000,00

Terreno Urbano

Terreno com área total de 376.134m². Localizado a 16 min. da Rod. Pres. Dutra e a 35 min. do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos.

1º Leilão 14/11 - 09:00hs
2º Leilão 14/11 - 10:00hs

Juiz: Exma. Dra. Tainá Guimarães Ezequiel
Seitor das Exações Fiscais de Guarulhos SP

★ DESTAQUE ★

ID 6386

Guarulhos/SP

ID 7488 **LOTE1**

Lances a partir de **RS 398.520,00**

Avaliação R\$ 1.328.400,00

Terreno Rural **Jacupiranga/SP**
Gleba rural nº 57 com área de 164 hectares. Localizado a 18 min. da Rod. Régis Bittencourt.

1º Leilão 25/10 - 15:00hs
2º Leilão 27/10 - 15:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Adler Batista Oliveira Nobre
3ª Vara de Fal. e Rec. Judiciais do Foro Central de São Paulo SP

ID 7488 **LOTE2**

Lances a partir de **RS 361.656,90**

Avaliação R\$ 1.205.523,00

Terreno Rural **Jacupiranga/SP**
Gleba rural nº 73 com área de 148,83 hectares. Localizado a 18 min. da Rod. Régis Bittencourt.

1º Leilão 25/10 - 15:00hs
2º Leilão 27/10 - 15:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Adler Batista Oliveira Nobre
3ª Vara de Fal. e Rec. Judiciais do Foro Central de São Paulo SP

ID 7419

Lances a partir de **RS 1.275.504,80**

Avaliação R\$ 1.700.673,07

Imóvel Residencial **Horizontândia/SP**
Imóvel no Residencial Green Park com 220 m² de construção e terreno com área de 594 m². Composto por 3 salas, cozinha, 4 dorms sendo 2 suítes, lavabo, banheiro, área de serviço e garagem para 2 veículos.

1º Leilão 08/10 - 09:00hs
2º Leilão 29/10 - 09:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Alexandre Dulberto Barbosa
1ª Vara Cível de Rio Claro SP

ID 7496

Lances a partir de **RS 474.700,40**

Avaliação R\$ 791.167,34

Imóvel Residencial **São Paulo/SP**
Imóvel com 310 m² de construção e terreno com área de 240 m². Composto por 2 imóveis, situados a 2 min. da Av. Professor Luiz Ignácio Anhaia Mello e a 18 min. do Shopping Aricanduva.

1º Leilão 08/10 - 09:00hs
2º Leilão 29/10 - 09:00hs

Juiz: Exmo. Dra. Claudia Ribeiro
4ª Vara Cível do Foro Regional IV - Vila Prudente SP

ID 7535

Lances a partir de **RS 413.353,73**

Avaliação R\$ 826.707,46

Sala Comercial **Barueri/SP**
Imóvel comercial no Condomínio Edifício Stadium com 106 m² e 4 vagas de garagem. Localizado a 4 min. do Centro Comercial Alphaville e a 7 min. da Rod. Pres. Castello Branco.

1º Leilão 29/10 - 09:00hs
2º Leilão 29/10 - 10:00hs

Juiz: Exmo. Dra. Renata Bittencourt Couto da Costa
4ª Vara Cível de Barueri SP

ID 7440 **DESOCUPADO**

Lances a partir de **RS 1.584.863,20**

Avaliação R\$ 1.668.277,05

Prédio Assobradado **Rio Claro/SP**
Imóvel de uso misto com 504 m² de construção e terreno com área de 296 m². Composto por salão, 4 banheiros, 6 dorms, 2 terraços, 2 salas, 2 copas-cozinhas, depósito e abrigo. Localizado no centro da cidade.

1º Leilão 08/10 - 10:00hs
2º Leilão 29/10 - 10:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Alexandre Dulberto Barbosa
1ª Vara Cível de Rio Claro SP

ID 5883

Lances a partir de **RS 580.117,64**

Avaliação R\$ 1.160.235,28

Apartamento Cobertura **Guaruja/SP**
Imóvel com 109 m² no Ed. Chateau Marville, composto por sala, terraço, lavabo, 3 dorms, 1 suíte, cozinha, área de serviços, depend. de empregados, área com churrasqueira, piscina, salão de jogos e vaga de garagem dupla.

1º Leilão 08/10 - 10:00hs
2º Leilão 29/10 - 10:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Marcelo Machado da Silva
4ª Vara Cível de Guarujá SP

ID 7515

Lances a partir de **RS 472.334,59**

Avaliação R\$ 787.224,32

Terreno Rural **Sarapuí/SP**
Imóvel rural denominado Vila dos Lobos com 124.624 m². Localizado a 3 min. da Estr. Mun. Jamil Sampaio da Silva e a 12 min. do centro da cidade.

1º Leilão 08/10 - 10:00hs
2º Leilão 29/10 - 10:30hs

Juiz: Exmo. Dr. Alfredo Gehring Cardoso Falcão Fonseca
1ª Vara Cível de Itapetininga SP

ID 5141

Lances a partir de **RS 839.256,11**

Avaliação R\$ 895.206,52

Apartamento **São José dos Campos/SP**
Imóvel com 158 m² no Edifício Marya Lucia, composto por 4 dorms, suíte, 2 suítes, com sala de estar e jantar, sacada, cozinha, banheiro e área de serviço.

1º Leilão 08/10 - 11:00hs
2º Leilão 29/10 - 11:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Luis Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos SP

ID 7508

Lances a partir de **RS 544.559,51**

Avaliação R\$ 777.942,17

Imóvel Residencial **Bairro Butantã/SP**
Imóvel de 3 pavimentos com 504 m² de construção e terreno com área de 208 m². Composto por 3 dorms, 1 suíte, 2 banheiros, 2 salas, 2 copas-cozinhas, depósito, churrasqueira, depósito, piscina e garagem para 2 veículos.

1º Leilão 08/10 - 11:30hs
2º Leilão 29/10 - 11:30hs

Juiz: Exmo. Dr. Paulo Henrique Ribeiro Garcia
1ª Vara Cível do Foro Regional XI - Pinheiros SP

ID 6145 **DESOCUPADO**

Lances a partir de **RS 484.827,19**

Avaliação R\$ 646.436,27

Apartamento Cobertura **Praia Grande/SP**
Imóvel com 155 m² no Edifício Saint Louis. Composto por 2 salas, copa, cozinha, 2 dorms, suíte, 4 sanitários, área de serviço, dormitório de empregada, 2 terraços e 2 vagas de garagem.

1º Leilão 08/10 - 14:00hs
2º Leilão 29/10 - 14:00hs

Juiz: Exmo. Dr. André Quintela Alves Rodrigues
Vara de Família e Sucessões de Limeira SP

ID 7520

Lances a partir de **RS 347.977,35**

Avaliação R\$ 579.962,25

Apartamento **Barueri/SP**
Imóvel no Condomínio Alto da Mata com 76 m², composto por 2 dorms, 1 suíte, banheiro, sala, cozinha, área de serviço, terraço e vaga de garagem.

1º Leilão 29/10 - 15:30hs
2º Leilão 29/10 - 16:30hs

Juiz: Exmo. Dr. Bruno Poes Strafolini
1ª Vara Cível de Barueri SP

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação. As informações aqui contidas não substituem o edital.

11 3969 1200 | 0800 789 1200

11 95577 1200

leje.com.br

@lejeoficial

Leilão Judicial Eletrônico

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.
CNPJ/MF nº 10.760.260/0001-19 - NIRE 35.300.367.596 | Código CVM nº 23310 - Companhia Aberta
Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 28 de abril de 2025 - Errata
No âmbito das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. ("Companhia"), realizadas conjuntamente em 28 de abril de 2025 ("AGOE"), foi aprovada, entre outras matérias, a incorporação da Eseratur Passagens e Turismo S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.530.260/0001-30 ("Eseratur"), pela Companhia; e (ii) no âmbito do protocolo da ata referente à AGOE, a Capa de Requerimento foi apresentada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sem a indicação do ato de incorporação - (Incorporação de São Paulo), de código "A7", e sem a cópia do respectivo protocolo e justificação do laudo de avaliação. A referida ata foi arquivada sob o nº 167.573/25-1, em 16 de maio de 2025. Em vista do exposto, serve a presente para **retificar** a Capa de Requerimento do protocolo, para todos os fins e efeitos, com a inclusão do ato de incorporação e a respectiva apresentação: (a) do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Eseratur Passagens e Turismo S.A. pela CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.", celebrado pelas administrações da Eseratur e da Companhia em 26 de março de 2025; e (b) do Laudo de avaliação a valor contábil do acervo patrimonial da Eseratur incorporado pela Companhia, sendo certo que ambos os documentos foram aprovados pelos acionistas da Companhia na AGOE, conforme consta nos itens 7.6 e 7.8 da respectiva ata. Santo André, 10 de outubro de 2025. (ass.) **Mesa: Mateus Afonso Bandeira** - Presidente; **Carlo Sivieri de Assis Rocha** - Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 379.399/25-8 em 16/10/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90003/2025 - IEE
PROCESSO SEI Nº: 154.00012149/2025-62

O Instituto de Energia e Ambiente torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob Nº: 90003/2025 - IEE, do tipo menor preço, cujo objeto é fornecimento de Workstation Móvel Thinkpad P16v, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus anexos, cuja data para início do prazo de recebimento das propostas eletrônicas será o dia 27/10/2025 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 10/11/2025 às 10h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov" através do site www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 27/10/2025, além da página do ComprasGov, citado anteriormente, nos seguintes endereços: portalservicos.usp.br/contratacoes/ e www.imprensaoficial.com.br.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00870307782025
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90318/2025.
Nº Processo: 024.00138654/2025-94.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o Atendimento de Demandas Judiciais com e sem Determinação de Marca Comercial.
Total de Itens Licitados: 15 (quinze) itens.
Disponibilidade do Edital: 28/10/2025.
Horário: Das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.
Entrega das Propostas: A partir de 28/10/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 10/11/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

AVISO DE PREGÕES ELETRÔNICOS
A CDHU comunica às empresas interessadas a abertura das seguintes licitações:

SEI: 387.00005056/2025-01 - P.G 31.50.030 - Pregão Eletrônico 030/2025 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, para atender às necessidades dos Edifícios CIDADE I, II e IV. A abertura da sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será dia 17/11/2025 às 09h, realizada por intermédio do sistema Compras.Gov.Br n.º 90.029/2025 - UASG 253101. O edital estará disponível nos sites www.gov.br/compras/pt-br e www.cdhu.sp.gov.br.

SEI: 387.00005080/2025-31 - P.G 31.50.032 - Pregão Eletrônico 032/2025 - Registro de preços para contratações futuras futura de serviços de fornecimento e instalação de carpete em placas, incluindo todo material e mão de obra, para instalação nas dependências da Sede da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU). A abertura da sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será dia 18/11/2025 às 09h, realizada por intermédio do sistema Compras.Gov.Br n.º 90.030/2025 - UASG 253101. O edital estará disponível nos sites www.gov.br/compras/pt-br e www.cdhu.sp.gov.br.

CDHU

Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação **SÃO PAULO** GOVERNO DO ESTADO

MAESTRO
FROTAS
CNPJ/MF nº 08.795.211/0001-70 - NIRE 35.300.414.284

Errata do Edital de Convocação - Assembleia Geral de Debenturistas da 6ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Maestro Locadora de Veículos S.A., a ser Realizada em Primeira Convocação em 12 de Novembro de 2025
Fica retificada, por meio desta errata, o Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, publicado no jornal "Valor Econômico", em suas edições dos dias 22, 23 e 24 de outubro de 2025, especificamente com relação às seguintes redações, para: (i) onde se lê "(...) acesso disponibilizado pelo Agente Fiduciário", leia-se "(...) acesso disponibilizado pela Emissora."; (ii) onde se lê "Autorização à Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia", leia-se "Autorização à Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia"; (iii) onde se lê "a Assembleia será realizada via videoconferência, via plataforma 'Microsoft Teams', sem a possibilidade de participação de forma presencial, com link a ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas que enviarem ao endereço eletrônico do Agente Fiduciário (assembleias@pentagontrustee.com.br)" "(...) leia-se "a Assembleia será realizada via videoconferência, via plataforma 'Microsoft Teams', sem a possibilidade de participação de forma presencial, com link a ser disponibilizado pela Emissora aos Debenturistas que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora (ri@maestrolocadora.com.br), com cópia ao Agente Fiduciário (assembleias@pentagontrustee.com.br)"; e (iv) onde se lê "Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e dos demais Documentos da Oferta. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na Assembleia os Debenturistas detentores das Debêntures na data da convocação da Assembleia", leia-se "Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação." São Paulo, 24 de outubro de 2025. **Maestro Locadora de Veículos S.A.** - Nome: Fabio Lewkowicz - Cargo: Diretor Presidente e Diretor Comercial e de Marketing; Nome: Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves - Cargo: Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00870304912025
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90317/2025.
Nº Processo: 024.00138671/2025-21.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demandas Judiciais com e sem determinação de marca comercial e Demandas Administrativas.
Total de Itens Licitados: 14 (quatorze) itens.
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 28/10/2025.
Horário: Das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.
Entrega das Propostas: A partir de 28/10/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 10/11/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

FREITAS
LEILÃO JUDICIAL OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Atenção: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 270 LOTES - DIA: 28.10.2025 - 10h00 - 3ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE
AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 28.10.2025, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS 93YHJ207N1978761 - 9BD13571AB2175746 - 9BGKS6910DG288732 - 94DVCU040A1310908 - 9BWA45UXF7010007 - 9BFZK53ABX8217068 - 9362M6AXA8011406 - 9BWA05U2AP041676 - 8A1CB8205E1355205 - 9BD1754L85705110 - 8AD4DRFV6G080806 - 9BWD05U6EAT228102 - 9BD11814810406966 - 93Y4SRD64J382602 - 9BD17140L5A621509 - 9BD13571AC2207713 - 9BWA445U7EP163200 - 31NB1CD3CL353296 - 9BGIB6930F233523 - 9BD191731N3352939 - 9BFZK53AAB153320 - 9BGKLG69U0XG173631 - 9BFZB55H9D8804386 - 93YRB8001J479772 - 9BFZB55H9F8546643 - 94DCU228J896235 - 9A1C2B68FH521373 - 3FAHP08248R106387 - 93YRB8008N035254 - 9355UNFNFEY8500870 - 9BD17301B54116784 - 9BFZH5455L8464972 - 9BMHJ81B8B0138508 - 93YRB8004AMJ351121 - 93Y5SRF84K1356619 - 9BWD05U40T016920 - 8AD4C5FMFEG013589 - 935FCN6AWC8566511 - 9BGJR7520B103554 - 9362EN6A380017856 - 9BWHF4D1D93A53579 - 9BWA05U7CP006781 - 93Y5SRD04GJ980186 - 93YRB8002J1211804 - 9C2KCD2500R031213 - 9C2KCD2500PRA05538 - 9C6DG3320P0111448 - 9C2NCG110R000912 - 9C2M4C400L0204353 - 9BG5U19F08B119530 - 9BGRX48FOA6260846 - 9BD13561392105626 - 9BWA00810PR0993338M - 9BGSU19FD0C117961 - 9BGR58VACJ263973 - 8AP372110D6036059 - 93Y4SRF84J050161 - 9BGKS690GG249757 - 9362MN5N2G8B001702 - 9BGJR7520B137280 - 9BFZH55LH8442090 - 9355LYFYD8529776 - 9BFZH55LX8284754 - 93Y4SRD64J911069 - 9BWHF4D1D93A53579 - 9BD341A5XJY480764 - 93YRB8003J1987219 - 9BWA05U40T016920 - 93Y5SRD04GJ980186 - 93YRB8002J1211804 - 9C2NCG110R000912 - 9C2M4C400L0204353 - 9BG5U19F08B119530 - 9BGRX48FOA6260846 - 9BD13561392105626 - 9BWA00810PR0993338M - 9BGSU19FD0C117961 - 9BGR58VACJ263973 - 8AP372110D6036059 - 93Y4SRF84J050161 - 9BGKS690GG249757 - 9362MN5N2G8B001702 - 9BGJR7520B137280 - 9BFZH55LH8442090 - 9355LYFYD8529776 - 9BFZH55LX8284754 - 93Y4SRD64J911069 - 9BWHF4D1D93A53579 - 9BD341A5XJY480764 - 93YRB8003J1987219 - 9BWA05U40T016920 - 93Y5SRD04GJ980186 - 93YRB8002J1211804 - 9C2NCG110R000912 - 9C2M4C400L0204353 - 9BG5U19F08B119530 - 9BGRX48FOA6260846 - 9BD13561392105626 - 9BWA00810PR0993338M - 9BGSU19FD0C117961 - 9BGR58VACJ263973 - 8AP372110D6036059 - 93Y4SRF84J050161 - 9BGKS690GG249757 - 9362MN5N2G8B001702 - 9BGJR7520B137280 - 9BFZH55LH8442090 - 9355LYFYD8529776 - 9BFZH55LX8284754 - 93Y4SRD64J911069 - 9BWHF4D1D93A53579 - 9BD341A5XJY480764 - 93YRB8003J1987219 - 9BWA05U40T016920 - 93Y5SRD04GJ980186 - 93YRB8002J1211804 - 9C2NCG110R000912 - 9C2M4C400L0204353 - 9BG5U19F08B119530 - 9BGRX48FOA6260846 - 9BD13561392105626 - 9BWA00810PR0993338M - 9BGSU19FD0C117961 - 9BGR58VACJ263973 - 8AP372110D6036059 - 93Y4SRF84J050161 - 9BGKS690GG249757 - 9362MN5N2G8B001702 - 9BGJR7520B137280 - 9BFZH55LH8442090 - 9355LYFYD8529776 - 9BFZH55LX8284754 - 93Y4SRD64J911069 - 9BWHF4D1D93A53579 - 9BD341A5XJY480764 - 93YRB8003J1987219 - 9BWA05U40T016920 - 93Y5SRD04GJ980186 - 93YRB8002J1211804 - 9C2NCG110R000912 - 9C2M4C400L0204353 - 9BG5U19F08B119530 - 9BGRX48FOA6260846 - 9BD13561392105626 - 9BWA00810PR0993338M - 9BGSU19FD0C117961 - 9BGR58VACJ263973 - 8AP372110D6036059 - 93Y4SRF84J050161 - 9BGKS690GG249757 - 9362MN5N2G8B001702 - 9BGJR7520B137280 - 9BFZH55LH8442090 - 9355LYFYD8529776 - 9BFZH55LX8284754 - 93Y4SRD64J911069 - 9BWHF4D1D93A53579 - 9BD341A5XJY480764 - 93YRB8003J1987219 - 9BWA05U40T016920 - 93Y5SRD04GJ980186 - 93YRB8002J1211804 - 9C2NCG110R000912 - 9C2M4C400L0204353 - 9BG5U19F08B119530 - 9BGRX48FOA6260846 - 9BD13561392105626 - 9BWA00810PR0993338M - 9BGSU19FD0C117961 - 9BGR58VACJ263973 - 8AP372110D6036059 - 93Y4SRF84J050161 - 9BGKS690GG249757 - 9362MN5N2G8B001702 - 9BGJR7520B137280 - 9BFZH55LH8442090 - 9355LYFYD8529776 - 9BFZH55LX8284754 - 93Y4SRD64J911069 - 9BWHF4D1D93A53579 - 9BD341A5XJY480764 - 93YRB8003J1987219 - 9BWA05U40T016920 - 93Y5SRD04GJ980186 - 93YRB8002J1211804 - 9C2NCG110R000912 - 9C2M4C400L0204353 - 9BG5U19F08B119530 - 9BGRX48FOA6260846 - 9BD13561392105626 - 9BWA00810PR0993338M - 9BGSU19FD0C117961 - 9BGR58VACJ263973 - 8AP372110D6036059 - 93Y4SRF84J050161 - 9BGKS690GG249757 - 9362MN5N2G8B001702 - 9BGJR7520B137280 - 9BFZH55LH8442090 - 9355LYFYD8529776 - 9BFZH55LX8284754 - 93Y4SRD64J911069 - 9BWHF4D1D93A53579 - 9BD341A5XJY480764 - 93YRB8003J1987219 - 9BWA05U40T016920 - 93Y5SRD04GJ980186 - 93YRB8002J1211804 - 9C2NCG110R000912 - 9C2M4C400L0204353 - 9BG5U19F08B119530 - 9BGRX48FOA6260846 - 9BD13561392105626 - 9BWA00810PR0993338M - 9BGSU19FD0C117961 - 9BGR58VACJ263973 - 8AP372110D6036059 - 93Y4SRF84J050161 - 9BGKS690GG249757 - 9362MN5N2G8B001702 - 9BGJR7520B137280 - 9BFZH55LH8442090 - 9355LYFYD8529776 - 9BFZH55LX8284754 - 93Y4SRD64J911069 - 9BWHF4D1D93A53579 - 9BD341A5XJY480764 - 93YRB8003J1987219 - 9BWA05U40T016920 - 93Y5